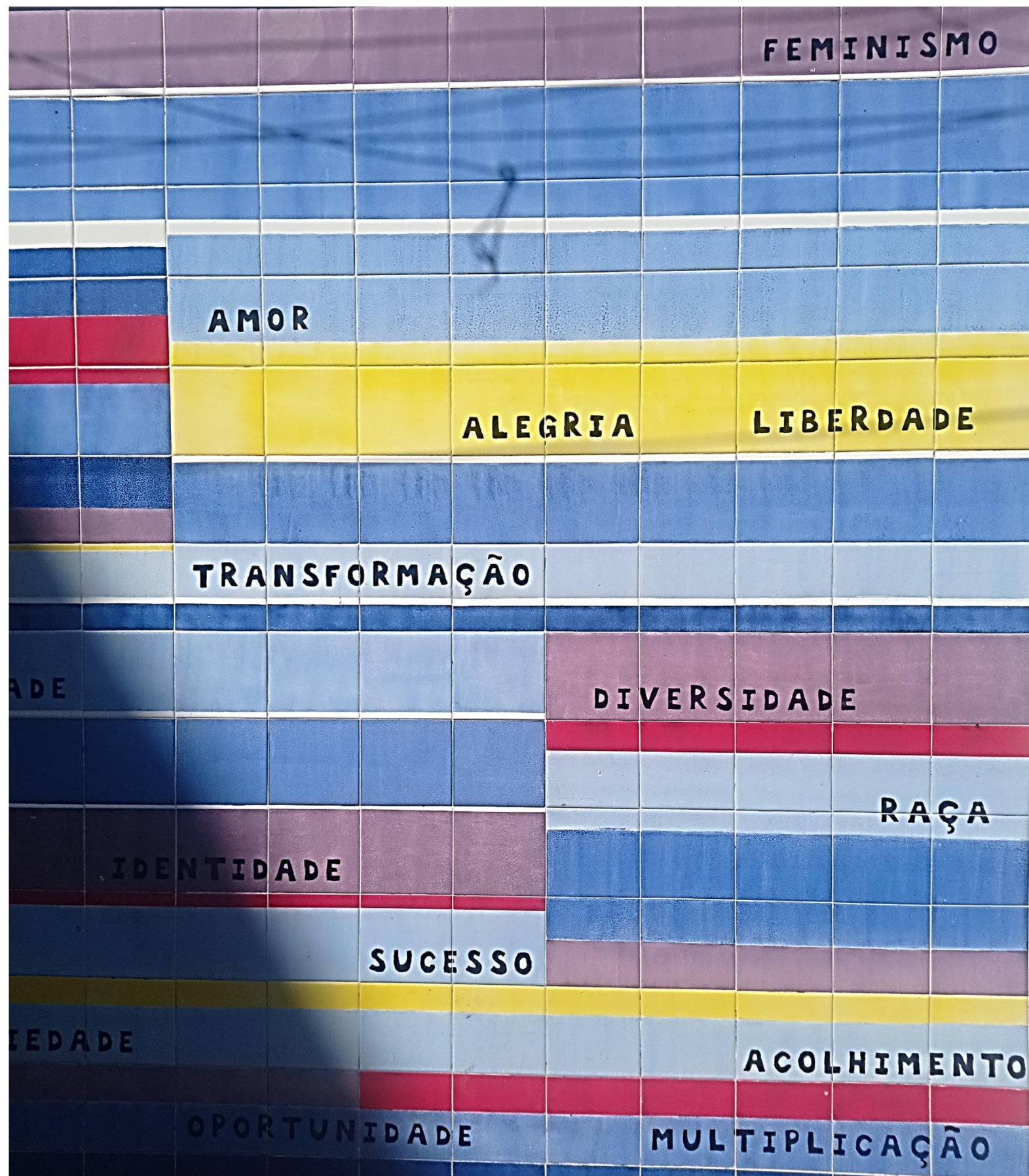


O LUGAR DO TERRITÓRIO

no enfrentamento às violências de gênero no Rio de Janeiro



Glaucy Hellen Herdy Ferreira Gomes

Dissertação de Mestrado | IPPUR/UFRJ
Rio de Janeiro | 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

**O LUGAR DO TERRITÓRIO NO ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS DE
GÊNERO NO RIO DE JANEIRO**

Glaucy Hellen Herdy Ferreira Gomes

Rio de Janeiro

2024

GLAUCY HELLEN HERDY FERREIRA GOMES

**O LUGAR DO TERRITÓRIO NO ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS DE
GÊNERO NO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Filipe Souza Corrêa

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Walkiria de Faro Coelho Guedes Cabral

Rio de Janeiro

2024

CIP - Catalogação na Publicação

G552o Gomes, Glaucy Hellen Herdy Ferreira
 O lugar do território no enfrentamento às
 violências de gênero no Rio de Janeiro / Glaucy
 Hellen Herdy Ferreira Gomes. -- Rio de Janeiro,
 2024.
 198 f.

 Orientador: Filipe de Souza Corrêa.
 Coorientadora: Maria Walkiria de Faro Coelho
 Guedes Cabral.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
 Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e
 Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós
 Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2024.

 1. Violência de gênero. 2. Território. 3. Agenda
 feminista. 4. Corpo-território. 5. Políticas
 públicas. I. Corrêa, Filipe de Souza, orient. II.
 Cabral, Maria Walkiria de Faro Coelho Guedes,
 coorient. III. Título.

GLAUCY HELLEN HERDY FERREIRA GOMES

**O LUGAR DO TERRITÓRIO NO ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS DE
GÊNERO NO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovada em 21 de Agosto de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Filipe Souza Corrêa - Orientador
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

Prof.^a Dr.^a Maria Walkiria de Faro Coelho Guedes Cabral - Coorientadora
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis - UFRJ

Prof.^a Dr.^a Taísa de Oliveira Amêndola Sanches
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

Prof.^a Dr.^a Daniela Abritta Cota
Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas - UFSJ

*Para Gidi,
e sua vontade de viver
viva, atenta e forte
rodeada de todas nós.*

AGRADECIMENTOS

Dois anos e meio, duas mudanças de Estado, muitas despedidas e novos encontros ressoam nestas páginas. Debates, angústias, lamentos, risos, trocas, amizades e saudades se fundem com os nomes das pessoas que, neste pequeno espaço, agradeço. Vocês foram meu conforto e minha companhia durante toda a pesquisa e a escrita, sem vocês este trabalho não seria possível e por vocês sou profundamente grata.

Gabriel, meu companheiro de vida, Hope, Athena e Cirilla, nossas filhotinhas. Minha família, meus amores, que me acompanharam, perdoaram minhas ausências, meu cansaço e as constantes viagens. Vocês me deram força e segurança, foram meu lar e meu chão, meu lugar para onde voltar e recarregar a esperança quando tudo pareceu perdido. Meus pais, Rogério e Márcia Raquel, e minhas irmãs, Ruth Hellen e Grasielle, que estão sempre comigo em todas as conquistas, aqui vai mais uma para orgulhar vocês!

À turma de mestrado de 2022, turma de ouro, que presente foi ter vocês nesta caminhada! Tornaram o Rio de Janeiro um lugar menos assustador, foram casa e acolhimento em todos os sentidos – seja para estar na sala de aula às 8h da manhã, seja pra organizar uma manifestação ou pra brotar um Ximeninho da Lapa. Agradeço enormemente Flávio Carvalho, Vicente Brêtas, Bruno Frazão, Gabriel Fernandes, Heloisa Marques, Breno Serodio, Bruno Araújo, Giuliana Lopes, Tauann Domis, Ana Luiza Fernandes, Brenda Mel, Bruno Eder, Felipe Sacramento, Isabel Aquino, Geisa Santos, João Paulo Pacheco, Cesar Chaves, Jonathan Araújo, Ana Magela, Diego Borges e Julio Gomes – em especial as queridas Julia Morelli, Cíntia Frazão, Paloma Rodrigues e Camila Savioli pelo imenso apoio dado na reta final. Também um salve para os colegas Andrea Mansur, André Fonseca e Rodrigo Leitão. O mestrado foi incrível porque foi com vocês!

Minhas amigas, Angélica Vidal e Mariana Camillo, que desembarcaram junto comigo no IPPUR em 2022, três mineiras completamente perdidas no errejota, se esforçando para diminuir a solidão, as dificuldades e a adaptação. Agradeço pelas trocas, pela parceria e pela amizade construída durante esse período. Vocês são incríveis!

Minha coorientadora, amiga e parceira, professora Maria Walkíria, que me inseriu na pós-graduação com toda a sua paixão e ética feminista, compartilhando comigo saberes e memórias de maneira tão generosa. Sua amizade, suas ideias e seus olhos atentos foram um presente nesta caminhada, obrigada por tudo.

Meu orientador, professor Filipe Corrêa, que abraçou o meu tema de pesquisa e me deixou livre para conduzir o processo à minha maneira. A autenticidade e beleza deste

trabalho se encontram com a gentileza com que você conduziu todo o processo de orientação, e a isso, sou muito grata.

Ao NUGEPP, espaço onde pude me desenvolver como uma pesquisadora feminista, criar projetos, desenvolver ideias e fazer conexões reais. Agradeço à Luiza, Veridiana, Maria Tereza e Kayque, pelo acolhimento, pelas trocas e por todo conhecimento compartilhado. Em especial, meu muito obrigada à Raquel Isidoro, parceira de vida que ganhei no NUGEPP e que significa tudo de bom que o Rio de Janeiro tem a oferecer.

Agradeço também à minha terapeuta Andréa Menezes, que sem seu suporte e brilhante trabalho eu não chegaria até aqui. Precisamos de mais espaços para falar e cuidar da saúde mental nos espaços acadêmicos, para todo o corpo de discentes, docentes, técnicos e servidores.

Aos membros da banca pela disponibilidade em ler e comentar o meu trabalho, professoras Daniela Abritta e Thaisa Sanches, com agradecimento especial ao professor Orlando Júnior que esteve presente na qualificação, mas infelizmente não pode participar da defesa.

A todo corpo docente e técnico-administrativo do IPPUR, que contribuiu na minha formação durante esses anos de mestrado, e que trabalha duramente pela contínua oferta de uma formação pública, gratuita, de qualidade e excelência, meu muito obrigada.

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (modalidade GM-CNPq Mestrado 1). Sendo assim, agradeço ao CNPq, ao IPPUR e à UFRJ, pelos auxílios e bolsas sem os quais nada disso teria sido possível.

*[...] o próprio interesse pela temática já revela
um compromisso político-ideológico com ela.
Na verdade, a história de vida de cada pessoa
encontra-se com fenômenos a ela exteriores,
fenômeno denominado sincronicidade por Jung,
e que permite afirmar:
ninguém escolhe seu tema de pesquisa;
é escolhido por ele.*

Heleieth Safiotti

RESUMO

A violência de gênero é um fenômeno social complexo, e que vem sendo intensamente pautado pelas mulheres ao longo de décadas. Os movimentos feministas contemporâneos – hoje entendidos no plural – informam, cada um a luz de sua epistemologia e política, as razões e possíveis soluções para o problema da violência. Do ponto de vista das mulheres, ativistas e feministas latino-americanas, sobretudo aquelas ligadas ao feminismo decolonial e comunitário, é preciso relacionar as violências e violações com base em gênero ocorridas no contexto latino-americano, com a dominação estatal, as violentas disputas territoriais e aos efeitos de uma economia extrativista, predatória e desenfreada, instalados na região desde o período colonial. Dessa forma, entende-se que, neste contexto, há uma inseparabilidade das violências no território e as violências nos corpos, sendo para isso fundamental a utilização do conceito corpo-território. Apesar do atual status unânime perante a sociedade brasileira, a visibilidade do problema da violência de gênero como sendo de caráter público é bastante recente, tendo o início do século XXI como marca histórica do estabelecimento das primeiras políticas públicas de Estado voltadas para o enfrentamento às violências, uma conquista da articulação feminista. Porém, mesmo com a construção de um aparato legislativo, políticas públicas e equipamentos e serviços especializados, os números ainda são alarmantes e as disparidades do tipo e forma de ocorrência entre os grupos de mulheres levanta indagações e disputas. Ao se questionar sobre como o território participa da construção das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero, a proposta desta dissertação é investigar a validade e a relevância da relação entre a ausência de incorporação e tratamento adequado do território e a ineficiência dessas políticas. Utilizando recursos metodológicos tais como revisão bibliográfica, mapeamento de campo e entrevistas semiestruturadas, este trabalho investiga a disputa pela construção de uma agenda em torno do enfrentamento à violência de gênero na cidade do Rio de Janeiro, identificando a incorporação do território nos discursos e ações. Evidencia-se, por fim, que a incorporação do entendimento do território como corpo e do corpo como território, permite ampliar as lentes de leitura do fenômeno da violência, bem como trazer à luz componentes fundamentais para elaboração de estratégias para o seu enfrentamento

Palavras-chave: Violência de Gênero; Território; Agenda Feminista; corpo-território.

ABSTRACT

Gender-based violence is a complex social phenomenon that has been intensely addressed by women over decades. Contemporary feminist movements – now understood in the plural – inform, each according to its epistemology and politics, the reasons and possible solutions to the problem of violence. From the perspective of Latin American women, activists, and feminists, particularly those associated with decolonial and community feminism, it is necessary to relate gender-based violence and violations in the Latin American context to state domination, violent territorial disputes, and the effects of an extractivist, predatory, and unrestrained economy entrenched in the region since colonial times. Thus, it is understood that in this context, there is an inseparability of violence in the territory and violence against bodies, making the concept of "body-territory" essential. Despite the current unanimous acknowledgment within Brazilian society, the visibility of gender-based violence as a public issue is relatively recent, with the early 21st century marking the historical establishment of the first state public policies aimed at combating such violence, a feminist achievement. However, despite the development of legislative frameworks, public policies, specialized services, and facilities, the numbers remain alarming, and the disparities in the type and occurrence of violence among different groups of women raise questions and disputes. In questioning how territory contributes to the construction of public policies to combat gender-based violence, the aim of this dissertation is to investigate the validity and relevance of the relationship between the inadequate incorporation and treatment of territory and the inefficiency of these policies. Using methodological resources such as literature review, field mapping, and semi-structured interviews, this work examines the struggle to build an agenda around combating gender-based violence in the city of Rio de Janeiro, identifying the incorporation of territory in discourses and actions. Ultimately, it is evident that incorporating an understanding of territory as body and body as territory expands the lenses through which we understand the phenomenon of violence and highlights crucial components for developing strategies to address it.

Keywords: Gender-based violence; Territory; Feminist agenda; body-territory.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CEDIM	Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do estado do Rio de Janeiro
CIM	Comissão Interamericana de Mulheres
CMB	Programa Casa da Mulher Brasileira
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CODIM	Conselho dos Direitos da Mulher da Cidade do Rio
DEAM	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
SPM-PR	Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
SPM-Rio	Secretaria de Políticas e Promoção da Mulher do município do Rio de Janeiro
TPP	Territorialização de Políticas Públicas
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Foto da capa	Muro de fachada da Casa das Mulheres da Maré (Glaucy Herdy, 2023).....	Capa
Figura 1	Terraço da Casa das Mulheres da Maré (Glaucy Herdy, 2023).....	16
Figura 2	Arte em exposição na mostra “Cidade Mulher”, em cartaz no Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica entre setembro e dezembro de 2023 (Glaucy Herdy, 2023).....	37
Figura 3	Marcha 8M, Rio de Janeiro (Raquel Isidoro, 2023).....	100
Figura 4	Ruas da Maré, território Parque União (Glaucy Herdy, 2023).....	124
Figura 6	Mapa divisões administrativas em áreas de planejamento do município do Rio de Janeiro (IPP, 2012).....	150
Figura 7	Distribuição geográfica dos agentes mapeados (Glaucy Herdy, 2024)....	153
Figura 8	Fotografia tirada no portão de entrada da ocupação Manoel Congo, no centro do rio de janeiro (Glaucy Herdy, 2023).....	169

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1	Ano de início.....	133
Gráfico 2	Tipo de organização.....	137
Gráfico 3	Grupo de enfoque de atuação.....	140
Gráfico 4	Década de início das atividades dos agendes com enfoque de atuação para mulheres em situação de violência.....	141
Gráfico 5	Mulheres: grupo específico.....	142
Gráfico 6	Formas de atuação.....	145
Gráfico 7	Área de atuação.....	147
Gráfico 8	Zonas.....	149
Gráfico 9	Áreas de planejamento.....	151
Gráfico 10	Bairros sede e/ou ponto de encontro fixo.....	152
Gráfico 11	Temas de atenção.....	159
Quadro 1	Diretrizes e princípios contidos nos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres.....	91
Quadro 2	Momentos e aspectos do feminismo brasileiro.....	103
Quadro 3	Feminismo internacional no século XX e o impacto na política nacional do Brasil.....	106
Quadro 4	Estrutura da tabela de cadastramento: composição das categorias de classificação para o mapeamento geral de agentes, e suas definições.....	128
Quadro 5	Estrutura da tabela dos temas de atenção.....	130
Quadro 6	Definições das categorias de tipo de organização.....	135
Quadro 7	Definições dos grupos de enfoque de atuação.....	139
Quadro 8	Definições das formas de atuação.....	143
Quadro 9	Definições dos temas de atenção mobilizados.....	154

SUMÁRIO

PREFÁCIO: O caminho se faz caminhando.....	16
1. INTRODUÇÃO.....	20
2. TERRITÓRIO: UM CONCEITO EM DISPUTA	36
2.1. O território sob as lentes do Planejamento	38
2.1.1. Estado, dominação e planejamento.....	39
2.1.2. Território e territorialização	47
2.2. Gênero, corpo-território e violência.....	55
2.2.1. O corpo feminino como território colonizado.....	57
2.2.2. Conexões epistêmicas: do gênero ao corpo-território.....	63
2.2.3. Gênero, corpo e território: uma relação de violência?.....	69
2.3. Feminizar políticas territoriais e urbanas: um desafio	74
2.3.1. Perspectivas feministas críticas sobre o planejamento urbano.....	75
2.3.2. Gênero, território e políticas públicas	84
2.3.3. Limites para a transversalização de gênero em políticas territoriais e urbanas.....	91
3. AGENDAS FEMINISTAS E A CENTRALIDADE DO ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS	99
3.1. Construindo uma agenda feminista.....	100
3.2. Articulação feminista internacional	105
3.2.1. Problemáticas do sujeito mulher na premissa dos direitos humanos	110
3.3. Disputas de agenda no contexto carioca	114
3.3.1. O feminismo carioca na gênese do feminismo brasileiro	116
4. O LUGAR DO TERRITÓRIO NO ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO.....	124
4.1. A pesquisa: notas sobre as metodologias e ferramentas	126
4.1.1. Caracterização de agentes.....	132
4.1.2. Territórios de atuação.....	146
4.1.3. Principais temas de atenção.....	154
4.2. Enfrentamento às violências de gênero: uma disputa à parte.....	162
4.2.1. Como se articulam as lutas e qual o status da rede de enfrentamento?	162
4.2.2. Quais violências estão sendo enfrentadas?	167
4.2.3. Articulação do território e a violência de gênero: estratégias discursivas e práticas	173
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
REFERÊNCIAS.....	184
APÊNDICES	194

PREFÁCIO: O caminho se faz caminhando.

*“As trilhas pelas quais optamos estudar o cotidiano
devem abrir novos caminhos no mapa dos nossos
conhecimentos”*

Maria Odila Leite da Silva Dias

FIGURA 1 – TERRAÇO DA CASA DAS MULHERES DA MARÉ



Fonte: Acervo próprio (2023).

Dou início ao texto da dissertação com este prefácio, de tom mais pessoal e biográfico, para situar de que lugar, em que condições e os desafios colocados para que este trabalho fosse entregue. Como afirmam as teóricas feministas – muitas delas referências para a pesquisa – todo conhecimento é situado, por isso, há que se criar espaços dentro do rito processual acadêmico para que possamos dizer aquilo que não cabe nos “procedimentos metodológicos”, mas que nos atravessam e compõem, direta ou

indiretamente, os caminhos que seguimos. Minha conterrânea Conceição Evaristo evoca o conceito de “escrevivências” justamente para informar a inseparabilidade entre o escrever e o viver.

É importante informar que esta pesquisa não se inicia aqui. Ela parte de perguntas levantadas durante o desenvolvimento do meu trabalho de conclusão de curso (TCC) em Arquitetura e Urbanismo, cujo objetivo final pressupunha a elaboração de um projeto arquitetônico para sede da Casa da Mulher da cidade de Juiz de Fora – MG (CMJF). Obviamente, se tratando de um TCC, tive que considerar os limites de tempo e alcance da pesquisa. Tive que considerar, também, os limites e objetivos de realização de um trabalho de investigação no campo da Arquitetura e Urbanismo. Fiquei com essas perguntas sem resposta suspensas por anos, enquanto me mantive interessada em acompanhar à distância o desenvolvimento das políticas de enfrentamento à violência de gênero em Juiz de Fora e no Brasil.

No cenário nacional, após as eleições de 2018, nos deparávamos com o desmonte das estruturas e políticas para as mulheres, e a substituição do termo gênero por uma abordagem familista de mulher, relegando às políticas de enfrentamento à violência de gênero uma abordagem quase exclusivamente punitiva por parte da segurança pública, e a tentativa de encerrar o fenômeno da violência contra as mulheres novamente em âmbito privado.

Nesse ínterim, dei início à um curso de especialização *stricto sensu* em relações de gênero e sexualidades, com perspectivas feministas e interdisciplinares, onde envolvíamos diferentes disciplinas tais como educação, psicologia, ciências sociais, ciências da religião, direito, estudos de cultura e até linguística, para analisar compreender por essas diferentes lentes a constituição de gênero, sexo e sexualidade. Este curso, apesar de presencial, foi realizado totalmente de maneira remota devido ao cenário da pandemia da Covid-19. Para mim uma perda enorme em termos de possibilidades de convivência nos espaços da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), minha *alma mater*, mas também de trocas com professores e colegas.

Em 2022, num movimento de retorno ao campo dos estudos urbanos e territoriais, ingresso no mestrado em Planejamento Urbano e Regional em busca de elaborar as perguntas não respondidas durante o TCC, agora sob lentes teóricas e analíticas adquiridas com a especialização, e que possibilitassem a articulação entre a política, o Estado e a sociedade para compreender as ações e impactos dos planejamentos, programas e políticas públicas.

O cenário de condições para plena realização do mestrado não era nada favorável. O retorno integral das atividades presenciais após o arrefecimento da pandemia, com aulas presenciais e uma carga horária similar ao de uma graduação em tempo integral, eram incompatíveis com a ausência de bolsas de estudo disponíveis à todas(os) discentes da turma, além de ser inviável até mesmo cogitar conciliar trabalho com os estudos. Sem contar a dificuldade de adaptação, para uma mineira como eu, à vida cotidiana em uma metrópole como o Rio de Janeiro. Apesar das adversidades, tive o privilégio de estar acompanhada por colegas de turma incríveis, pessoas com quem pude compartilhar as angústias e delícias da vida acadêmica. Também fui calorosamente recebida pelo Núcleo de Pesquisa em Gênero, Espaço e Políticas Públicas (NUGEPP/UFRJ), sobretudo pela professora Maria Walkíria, que foi a primeira pessoa a me acolher e me integrar no Instituto, abrindo inúmeras portas de oportunidades para que eu pudesse me desenvolver na carreira acadêmica.

Foi somente após ser agraciada com uma bolsa de estudos, que pude viver plenamente o mestrado. Consegui me estabilizar no Rio de Janeiro – evitando assim as desgastantes viagens semanais de ida e volta pra Juiz de Fora – e mergulhar de cabeça na pós-graduação e na pesquisa. Além de participar de inúmeras atividades acadêmicas curriculares ou extracurriculares, passei a me inteirar dos movimentos sociais da cidade, sobretudo o movimento feminista, buscando participar de atos, reuniões e eventos, conhecendo e conversando com mulheres e ativistas feministas da cidade. Esse meu movimento, a princípio, não tinha relação direta com a pesquisa, mas sim com uma busca pessoal por conexão com a cidade, com as pessoas. Esse é o meu jeito de sentir que faço parte de um território e um povo.

Paralelamente a isso corria o delineamento do projeto de pesquisa, onde eu havia definido que o caminho para construção de respostas para as questões colocadas se daria a partir da investigação das ações e políticas promovidas pela Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Mulher do município do Rio de Janeiro (SPM-Rio). A escolha da SPM-Rio se deu, entre outros motivos, pela aparente incorporação da territorialidade e da corporalidade como aspectos centrais nas suas políticas públicas, fato que me instigou instantaneamente dado que este é um aspecto bastante inovador no âmbito das políticas de enfrentamento à violência de gênero no Brasil.

Nesse sentido, e com relativo tempo de antecedência, foi proposto para a SPM-Rio o estabelecimento de um acordo de cooperação técnica sem custos, onde essa pesquisa pudesse ser desenvolvida dentro da instituição municipal, gerando resultados positivos tanto para a academia, quanto para a própria Secretaria. Entretanto, a SPM-Rio respondeu não ser possível estabelecer o acordo nos termos colocados e, além disso, estabeleceu uma

série de burocracias para que a pesquisa fosse realizada. Dentre as burocracias solicitadas, uma delas foi a exigência de ter um projeto aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para realização de qualquer aproximação, mesmo para realização de visitas técnicas aos equipamentos, o que foi prontamente atendido¹. No entanto, após entregue todos os documentos, não tive mais qualquer resposta aos e-mails enviados. Para isso, inúmeras vezes a professora Maria Walkíria me alertou: a não-resposta da SPM-Rio, também é uma resposta.

A academia tem inúmeros meios e métodos para superar as tentativas frustradas de um trabalho de campo, mas ninguém te prepara para lidar com a sensação de fracasso, de desprezo ou indiferença quando suas(seus) interlocutores mudam repentinamente de atitude, e passam a ignorar contatos sem qualquer justificativa. O período dedicado a cumprir as exigências da SPM-Rio me atravessou por mais um semestre, gerando angústias e incertezas a respeito da pesquisa como um todo. Apesar disso, em minhas experiências de participação em atividades externas, e a vivência nos movimentos feministas na cidade, pude ouvir comentários e trocar opiniões a respeito do comportamento da SPM-Rio com outras mulheres participantes de coletivos, organismos, ativistas e pesquisadoras, que contribuíram muito para ampliar minha perspectiva e possibilitar o redesenho do caminho da pesquisa. Me lembro de desabafar sobre isso com o professor Filipe Corrêa nas orientações, e ele sugerir enfaticamente que eu renunciasse a ideia de manter a SPM-Rio como objeto, e focasse mais no reconhecimento dos agentes e na construção da agenda feminista na cidade. Algo que, sem saber, eu já estava fazendo.

Passada a qualificação, e acatando o conselho da professora Daniela Abritta, convidada externa da banca, decidi mergulhar no campo e “esquecer um pouco” a escrita do texto e as discussões teóricas. Em paralelo a isso, me mudei de mala e cuia pra São Paulo. No âmbito da pesquisa, essa mudança impactaria em dificultar o acesso ao campo, exigindo de mim maior planejamento e organização dos objetivos da pesquisa, das agendas de entrevista, dos locais a serem visitados etc. Para viabilizar isso, pude contar com a generosidade da professora Maria Walkíria e da amiga Raquel Isidoro, que inúmeras vezes me receberam em suas casas no Rio para que o trabalho de campo pudesse ser realizado. Mas, no âmbito pessoal, me adaptar à vida em São Paulo não foi nada fácil. Como diz bem diz Tom Zé, são “milhões de habitantes de todo canto e nação, que se agriem cortesmente correndo a todo vapor, e amando com todo ódio se odeiam com todo amor”. Foram difíceis meses longe de lugares e pessoas queridas, me desdobrando em inúmeros deslocamentos entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais buscando diminuir uma saudade cada vez

¹ O projeto de pesquisa foi submetido em 13/04/2023 sob nº CAE 69133323.3.0000.5582, e foi aprovado em 11/09/2023. Esse, além de outros tantos documentos solicitados, foram enviados para uma assessora da SPM-Rio em diversos meios de contato, todos esses ignorados.

maior, malabarizando as incertezas e inseguranças com as tarefas do mestrado, o cumprimento de prazos, as cobranças e entregas, e uma imensa solidão.

Como defendem as feministas decoloniais e as mulheres ativistas latino-americanas, a leitura do território também deve ser feita a partir da escala corporal, dada a inseparabilidade dos efeitos, no corpo, das quebras de redes de afeto, da fragmentação de comunidades e dos resultados diretos e indiretos do aprofundamento do capitalismo sobre o território. Em São Paulo, um dos maiores exemplos do entranhamento capitalista na economia e na produção do espaço brasileiro, senti na pele – sobretudo na mente - os efeitos dessa individualização, da ruptura de laços de afeto, do incentivo à competição entre indivíduos, da busca incessante pelo sucesso e o vazio oco que ela deixa nas pessoas. Mesmo com todo aparato tecnológico e o avanço diário nas possibilidades de conectividade virtual, não há substituto para a força transformadora advinda da real conexão com o território, o que, para nós feministas, significa além de habitar e conviver com uma porção delimitada de terra, mas a relação imbricada entre esse espaço e os corpos. Nesse contexto, as palavras *território* e *territorialização* adquiriram para mim um conjunto de significados muito mais afetivo e relacional do que eu vinha propondo na minha própria discussão conceitual da pesquisa. Um pouco guiada por essa sensação, intuitivamente passei a “perseguir”² a forma como o termo território estava sendo mobilizado em ações e narrativas de agentes de interesse para a minha pesquisa.

Repito que o conhecimento não nasce do vácuo, mas é situado em um contexto temporal, territorial, histórico e político. Como diz Margareth Rago “o caminho se constrói caminhando e interagindo”, por isso decidi incluir neste prefácio as condições e percalços que estiveram presentes na caminhada, e que atravessaram os processos de pesquisa e escrita desta dissertação. Creio que, mesmo que utilizasse os mesmos procedimentos de pesquisa, coleta e análise de dados, se estivesse inserida em outro contexto, o resultado deste trabalho certamente seria outro. Foi uma grande viagem de (auto)conhecimento, descobertas e diálogos em torno do que significa o território para as políticas públicas de enfrentamento às violências de gênero no município do Rio. Após revelar um pouco de como foi e o que significou para mim, convido agora as(os) leitoras(es) a conhecerem os caminhos percorridos nesta jornada.

² Agradeço a minha amiga e socióloga Raquel Isidoro por ter me ensinado que este é um método de pesquisa bastante familiar das ciências sociais, definida por Bruno Latour em sua Teoria Ator-Rede.

1. INTRODUÇÃO

A trilha percorrida pela pesquisa que dá corpo a este texto foi guiada, basicamente, por uma questão chave: Como o território participa da construção das políticas públicas de enfrentamento às violências de gênero? Essa pergunta é interessante para o campo do Planejamento Urbano e Regional (PUR) por motivadores que se desdobram em possíveis contribuições para o debate.

Em primeiro lugar, compreender o território no âmbito das ações estatais faz parte de uma agenda recente de pesquisa dos campos da Ciência Política e da Gestão Pública, e que vem atravessando de maneira difusa o Planejamento Urbano, compreendida sob o termo de territorialização de políticas públicas. Muito do entendimento de territorialização de políticas públicas no âmbito de PUR, ainda não consolidado e conceituado, vem sendo apresentado de diversas maneiras, similar ao que acontece com outros conceitos, tais como georreferenciamento ou cartografia de dados, ou mesmo um reforço da ideia de municipalização.

Em segundo lugar, o conceito de território para PUR é fundamental, sendo uma das bases deste próprio campo de conhecimento. Sabendo da sua polissemia, é fundamental compreender as diversas formas com que este conceito é apreendido e incorporado, sobretudo em se tratando de políticas públicas que representam a concretização da ação do Estado nos territórios para garantia do bem-estar da população.

Em terceiro, no caso das políticas de gênero, compreender essa articulação se torna um desafio ainda maior. O diálogo entre as teorias feministas e PUR tem avançado nos últimos anos, mas ainda tem mais entraves que articulações. Apesar disso, entende-se que as leituras feministas sobre os conceitos de território, gênero, planejamento e ordenamento territorial podem trazer novas questões para a análise da incorporação do conceito de território na formulação das políticas públicas, com destaque para aquelas com perspectiva de gênero. Deste ponto de vista, entende-se que o território também deve ser lido a partir de uma epistemologia feminista, o que significa empreender um giro epistêmico a partir do conceito de corpo-território – e suas variações – para incorporar às formulações as perspectivas que o saber feminista fornece ao tópico, colocando o corpo como escala de análise.

Um quarto ponto a ser destacado trata-se da formulação da agenda feminista e da centralidade do enfrentamento às violências nesta agenda. Em artigo fundamental da Revista Estudos Feministas de 2004, Martha Farah empreendeu a tarefa de reunir a inclusão do gênero nas políticas públicas do Brasil e a formulação de uma agenda

institucional do gênero. Já em 2014, Sonia Alvarez publicou um artigo a respeito das transformações epistêmicas nos movimentos feministas do Brasil, enquadrando-os como campos discursivos de ação. Essas análises colaboram para a compreensão do panorama geral, mas há uma necessidade de levantamento a respeito da agenda feminista para o contexto do Rio de Janeiro, pontuando a participação do movimento feminista carioca na elaboração da agenda nacional, mas dando ênfase para as inovações e disputas de sua construção em âmbito local.

Por fim, um quinto ponto seria compreender as formas com que o território vem sendo mobilizado/articulado por agentes dedicados às políticas para as mulheres no município³ do Rio de Janeiro. Ao incorporar as lentes analíticas possibilitadas pelas teorias feministas, a pesquisa empírica realizada busca demonstrar algumas particularidades com que o território deve ser compreendido para que seja devidamente incorporado em políticas de gênero, sobretudo aquelas voltadas para o enfrentamento à violência contra mulheres.

Partimos da ideia de que o território é tratado pelas políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero de maneira genérica ou, quando muito, são reconhecidas suas características físicas e materiais – nos moldes tradicionais do Planejamento Urbano – sem levar em conta a complexidade social do fenômeno da violência de gênero, a sua própria relação com o território e suas particularidades locais. Levantamos o pressuposto de que a ausência de tratamento adequado ao território na formulação e implementação das políticas de enfrentamento à violência de gênero – sobretudo sob lentes feministas – colabora para ineficiência dos serviços prestados e a piora na situação deste problema social. Essa questão serviu para guiar os caminhos e orientar novas perguntas, não sendo o objetivo deste trabalho respondê-la, mas sim reforçar a relevância do próprio questionamento⁴.

O trabalho se justifica com base em algumas constatações. Do ponto de vista acadêmico, a integração entre a perspectiva de gênero e o campo do planejamento urbano tem adquirido contornos mais visíveis devido ao aumento na produção de trabalhos com a

³ Do ponto de vista técnico, há distinções entre o uso dos conceitos município e cidade, compreendendo que a cidade é a área urbana de um município, e que o município compreende a área urbana e rural. No caso do Rio de Janeiro, desde a promulgação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Sustentável em 2011, não existem áreas rurais dentro do perímetro do município, indicando que o território da capital é integralmente urbano. Portanto, neste caso, o uso dos conceitos município e cidade para caracterizarem o Rio de Janeiro seriam sinônimos. O que não quer dizer que, do ponto de vista material e cotidiano, não existam áreas com características rurais e distintos graus de urbanidade e/ou ruralidade na cidade. Alguns bairros e territórios da Zona Oeste, por exemplo, mantêm certas características rurais, persistindo em atividades de agricultura e pecuária em menor porte.

⁴ Como bem ressalta o professor Orlando Júnior em suas participações nas bancas de mestrado: uma dissertação tem muito valor não em entregar respostas, mas sim ao reforçar a validade de certas perguntas e ao levantar novas questões.

temática nos últimos anos, mas, apesar de adquirir cada vez mais crescente interesse e importância, esse diálogo ainda enfrenta resistências e desafios. Há, no debate contemporâneo, a ampliação da presença crítica feminista nas produções teóricas e práticas da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano, permitindo a realização de análises plurais e aprofundadas a partir de novas lentes sobre a produção do espaço, das cidades e do ambiente construído (FREITAS, 2019). Em contrapartida, a aproximação entre os estudos de gênero e o planejamento urbano no contexto brasileiro são ainda incipientes e tensas, marcadas pela disputa clássica de poder existente no campo de produção científica, onde são questionadas a validade, a consistência e, sobretudo, a neutralidade dessas aproximações em pesquisas acadêmicas⁵.

Do ponto de vista empírico, ao investigar a consolidação das políticas públicas de gênero em equipamentos especializados - sobretudo aqueles voltados para o enfrentamento às violências - nota-se que o território, quando incorporado, é tratado de maneira genérica e passiva, nas palavras de Gabriela Lotta e Arilson Favareto, um “mero repositório de investimentos” (2016).

Percebe-se que há um reconhecimento da dimensão espacial como componente importante para a efetivação dos serviços, se desdobrando, por exemplo, na criação do Programa Casa da Mulher Brasileira (CMB) onde uma das principais formas de ofertar um atendimento efetivo e neutralizar a revitimização intrainstitucional, está ligada diretamente à concentração dos serviços em um espaço físico único, reduzindo os percursos na rota crítica. Mas, ainda assim, a preocupação com a espacialidade não se desdobra na incorporação do território como critério para a implementação das políticas, tendo em vista a ausência da perspectiva territorial para a fundamentação geográfica verificada nos serviços ligados à rede de enfrentamento, ou mesmo os poucos mecanismos de incorporação e fortalecimento das redes e agentes locais no processo de implementação do Programa CMB⁶.

Ampliando o leque de análises e para englobar programas e planos nacionais voltados para a promoção das mulheres, notou-se um distanciamento entre as estratégias de

⁵ Eu e Raquel Isidoro fomos convidadas a escrever sobre o assunto para a 68ª edição do Boletim Ippur em março de 2023, em comemoração ao mês das mulheres (ISIDORO e HERDY, 2023). Também participamos da realização, no mesmo mês, da promoção de um seminário com debates sobre a integração das perspectivas feministas de gênero para o planejamento urbano no âmbito da Semana 8M de 2023, promovida de maneira híbrida pelo NUGEPP/UFRJ em parceria com o Observatório das Metrópoles e a Agência IPPUR (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2023).

⁶ Desenvolvi um estudo de caso sobre tal discussão tendo como base empírica o Programa Casa da Mulher Brasileira (CMB), que considero a expressão máxima da tentativa de territorialização das políticas públicas federais de enfrentamento à violência de gênero no Brasil. O trabalho foi apresentado no V Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (V ENEPCP), ocorrido em setembro de 2023 em Belo Horizonte. O artigo completo está publicado nos anais do evento (GOMES, 2023).

promoção transversal da igualdade de gênero na governança, e as pastas e programas dedicados ao planejamento urbano, ordenamento e desenvolvimento territorial⁷.

Olhando para as ações dos municípios em relação à aplicação das leis e políticas públicas de enfrentamento às violências de gênero, vislumbram-se a adoção das políticas e planos elaborados em âmbito federal, com pouca ou nenhuma inovação em seu desenho para que se acoplem às realidades locais⁸. É neste contexto que as ações da SPM-Rio começam a chamar a atenção. A partir da assumpção da nova gestão municipal na prefeitura do Rio de Janeiro em 2021, é realizada a recomposição da pasta do executivo dedicada às políticas para as mulheres que, por sua vez, anuncia a criação de suas coordenações, dentre elas a Coordenação de Ações Territoriais e a Coordenação de Saúde, Educação e Direito à Cidade. Além disso, a Secretaria passa mobilizar amplamente conceitos como *território*, *territorialização* e *estratégias territoriais* em seus discursos, planos e projetos.

Dado que essa relação transversal entre políticas de gênero e políticas territoriais é inovadora tanto para a gestão pública, quanto para a discussão acadêmica, as ações da SPM-Rio tornam-se objeto de interesse para a pesquisa. Mas, a despeito de todo o esforço e do cumprimento de todas as exigências documentais por parte da Secretaria, não obtivemos retorno quanto à possibilidade de desenvolvimento da pesquisa a partir da experiência que estava sendo colocada em prática pela SPM-Rio, e houve a necessidade de mudar a rota.

Entendendo que o desenvolvimento de políticas públicas não se dá somente pela via governamental, e que a aprendizagem institucional se vale direta e indiretamente das construções práticas e teóricas desempenhadas por agentes externos à gestão pública, o objeto desta pesquisa é a própria disputa pela construção de uma agenda em torno da política de enfrentamento a violência de gênero no município, dando especial enfoque para a incorporação do território nos discursos e ações. Assim, a pesquisa foi redesenhada de modo que fosse possível analisar como o território vinha sendo mobilizado por parte de qualquer agente promotor de ações, políticas e equipamentos voltados para o enfrentamento à violência de gênero no município do Rio de Janeiro.

O recorte feito sobre o tema da violência de gênero também merece destaque. Para além do fato de esta ser a continuidade de uma pesquisa sobre este mesmo tema, realizada

⁷ Promovi essa discussão também no âmbito do trabalho apresentado no V ENEPCP (GOMES, 2023).

⁸ No caso de Juiz de Fora, por exemplo, constatee que não havia uma formulação municipal de políticas para as mulheres, ao passo que a implementação da CMJF em 2013 foi uma iniciativa municipal inteiramente baseada no Programa Federal “Mulher, Viver Sem Violência” e no Programa CMB, sem previsões no desenho da política para se acoplar à realidade local, além de adaptações de cunho financeiro (GOMES e CURY, 2020).

no âmbito do campo da arquitetura e urbanismo⁹, há a constatação de que o tema da violência de gênero é uma agenda de pesquisa pouco explorada no campo dos estudos urbanos de uma maneira geral. Ainda em 2022, ao realizar uma primeira varredura bibliográfica nas principais plataformas e repositórios de trabalhos acadêmicos, articulando palavras-chave ligadas ao tema da violência de gênero e o campo do planejamento urbano, constatamos um número muito pequeno de artigos que estabeleciam alguma relação entre os assuntos, e que uma quantidade ainda menor estava publicada em revistas e periódicos do campo de PUR. Um dos trabalhos selecionados pela varredura, desenvolvido pela arquiteta Poliana Monteiro, reflete essa lacuna como uma invisibilidade do tema da violência contra as mulheres na segurança pública, e a sua precária interface com o planejamento urbano (MONTEIRO, 2021). Em contraste, outros dois artigos encontrados na varredura demonstram empiricamente a relação entre a produção do espaço urbano e as desigualdades e violências de gênero contra as mulheres, tendo a Casa Tina Martins de Belo Horizonte como um exemplo de planejamento urbano com responsabilidade de gênero (CABRAL e GIRUNDI, 2018) além de uma referência para uma *práxis* urbana transformadora (MOTA e COTA, 2022).

O uso do termo violência de gênero para este trabalho, em detrimento de outras tais como violência contra a mulher, violência doméstica, violência conjugal ou intrafamiliar, permite inscrever esse tipo de violência nas bases de formação da estrutura de poder estabelecida entre homens e mulheres de uma determinada sociedade. Além disso, incorpora o questionamento feminista da pretensa naturalidade colocada para as relações de gênero, entendendo-as como passíveis de resignificação e remodelação, investigando sua natureza profundamente social, cultural e estrutural.

Os estudos feministas sobre a violência de gênero consideram um dos pilares da violência contra a mulher o patriarcado e, de modo correlato, a posição de dominação simbólica masculina. Contudo, reconhecem que há outros elementos que compõem essa dinâmica. Assim, o patriarcado e a dominação masculina, se tomados isoladamente, seriam causas insuficientes para explicar a violência contra a mulher (BANDEIRA, 2019, p. 303)

Nesta mesma linha, a socióloga Heleieth Saffioti compreende que a expressão violência de gênero “deixa aberta a possibilidade do vetor da dominação-exploração, enquanto os demais termos marcam a presença masculina neste pólo (*sic*)” (1999, p. 82). Não se trata apenas de uma violência entre homem-mulher ou intrafamiliar, apesar de essas serem comumente compreendidas dessa maneira, dada a sua imposição cultural. A autora

⁹ Desenvolvi o meu trabalho de conclusão de curso sobre a violência de gênero na cidade de Juiz de Fora, propondo diretrizes que nortegassem a definição urbanística para a escolha do território de alocação para centros de referência em atendimento especializado, além de parâmetros para implantação destes equipamentos considerando o seu contexto imediato, bem como as características e particularidades do fenômeno na cidade (GOMES, 2018).

também afirma que a violência de gênero é um fenômeno específico e que não ocorre aleatoriamente pois “deriva de uma organização social de gênero que privilegia o masculino” (SAFFIOTI, 1999, p. 86). Para a antropóloga argentina Rita Segato (2022), o que mantém esse poder masculino é tanto a constante reiteração da sua posição superior, através dos discursos e mitos narrativos, quanto o próprio uso da violência contra mulheres e crianças como um cumprimento das regras de fraternidade diante da sua corporação, uma declaração pública da masculinidade diante da sociedade.

É preciso salientar que, para muitas ativistas e teóricas feministas, no contexto latino-americano as ações de violência contra as mulheres – sobretudo as violações sexuais e os feminicídios – estão diretamente ligados às violentas disputas territoriais e aos efeitos de uma economia extrativista, predatória e desenfreada, instalada na região desde o período colonial.

Tratados como “crimes de poder” nos termos de Segato (2022, p. 20), as violências de gênero são perpetradas tanto como formas de reiterar a cumplicidade dos homens à corporação masculina, quanto como o envio de mensagens para comunidades inteiras, utilizando estrategicamente a violação e a dominação dos corpos das mulheres como forma de dominação territorial, operando a destruição dos laços comunitários e sua relação com o território. A ativista guianense Andaiye também considera a violência contra mulheres e crianças, em especial o estupro, como uma poderosa “arma de guerra” (2022, p. 324) levando em conta as diversas construções culturais e metáforas que levantam a ideia de que as mulheres são a nação, portanto sua profanação e desonra significam a própria destruição nacional. A socióloga argentina Verônica Gago argumenta que é por existir uma guerra *nos* corpos feminizados, que existe uma guerra *contra* as mulheres, apontando a relação entre as rodadas neoliberais nos países latino-americanos com o aumento da violência de gênero nesses territórios (GAGO, 2020). Partindo de uma perspectiva externa ao contexto latino-americano, mas aliada em solidariedade feminista, a filósofa italiana Silvia Federici encara este como um “estado de guerra permanente contra as mulheres” (FEDERICI, 2017), apontando que tais estratégias de uso da violência datam desde antes da colonização, mas do início do estabelecimento da economia capitalista no território europeu, elencando o período da caça às bruxas como um momento originário do aumento da violência e do controle sobre os corpos das mulheres, que se mantém e se repete – com aumento em escala e força – a cada rodada de acumulação primitiva do capital.

É inegável afirmar que foi devido à organização histórica de mulheres e movimentos feministas que a discussão do tema violência de gênero se deslocou do âmbito privado e alçou às agendas públicas. No Brasil e no mundo, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, tornaram-se crescentes e cada vez mais volumosas as movimentações públicas

das mulheres em torno de reivindicações pela igualdade de gênero, pelo acesso ao trabalho, pelo direito ao próprio corpo e pelo fim das violências. Tais demandas, ao ingressarem na agenda pública e serem reconhecidas formalmente como um problema a ser tratado no âmbito da política institucional, adquiriram uma forma legal, jurídica e administrativa específica.

Passando por tratados, convenções e acordos internacionais, até a consolidação em decretos, planos e legislações nacionais, e a efetivação concreta em políticas públicas, o entendimento da caracterização do fenômeno da violência de gênero, as suas variáveis e complexidades também foi disputada. É preciso destacar que a criação de políticas e equipamentos públicos especializados no enfrentamento à violência de gênero colaborou para consolidar, legal e materialmente, a noção de que as soluções institucionais para lidar com esse fenômeno devem ser feitas de forma diferenciada em relação ao sistema tradicionalmente aplicado na segurança pública.

Apesar do imperativo de que sua gestão e funcionamento devem ser articulados de forma integrada, intersetorial e em rede, há forte resistência por parte de uma cultura política e administrativa fundamentada na fragmentação e setorização. Além disso, há também os entraves colocados por meios políticos que, fundamentados em valores morais e/ou culturais profundamente patriarcais, dificultam a entrada de temas na agenda e limitam a sua execução efetiva. Exemplo disso é a dificuldade de colocar em prática a estratégia da transversalização de gênero nas políticas públicas federais que, mesmo em um contexto governamental progressista, sofreu com a oferta limitada de recursos materiais para sua execução e, por isso, foi facilmente desmontada tão logo houve a mudança para uma gestão conservadora (TOKARSKI, MATIAS, *et al.*, 2023).

Tal realidade institucional põe em xeque a implementação de uma rede de enfrentamento à violência de gênero eficiente, e colabora para colocar mais empecilhos no já árduo caminho trilhado em direção ao rompimento do ciclo de violência. Entende-se que esse modelo de gestão resulta, também, em um tratamento do território e do público-alvo – neste caso, as mulheres brasileiras em sua diversidade –, apenas como entes genéricos, meros passivos receptores dos recursos e dos projetos políticos que não se acoplam adequadamente às suas especificidades, operando tanto para a ineficiência das políticas, quanto na continuidade da diferenciação e hierarquização entre os grupos sociais.

Nesse sentido, há autoras que criticam severamente o ingresso de feministas e ativistas no âmbito do Estado e instituições formais, e a busca por soluções pela via institucional, alegando os limites destas próprias instituições para compreender o fenômeno

estrutural do machismo¹⁰ - e de criar estratégias de ação que atuem na raiz do problema. No caso das políticas públicas formuladas para o enfrentamento à violência de gênero, há um arcabouço de críticas reconhecendo as limitações colocadas para a sua efetividade devido à própria construção fragmentada e limitada (SOF SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, 2000; PASINATO, 2015), em especial aquelas que, fundamentadas nas epistemologias das feministas decoloniais, de mulheres negras, camponesas e indígenas, problematizam as estratégias adotadas pelo feminismo brasileiro na sua consolidação, apontando a universalização e a generalização da categoria mulher e a ênfase no uso do conceito da violência doméstica como formas de manutenção da subalternidade (BERNARDES, 2018)

É compreendendo que “o Estado oferece com uma mão o que já roubou com a outra” (SEGATO, 2021, p. 114) e que o horizonte de futuro deve transcender as limitações colocadas pela institucionalidade para dar fim às opressões e violências, a disputa feminista está girando em torno da construção de uma nova agenda que contemple os distintos posicionamentos sociais das mulheres, sem se esquecer das suas diferenças, sobretudo as territoriais. Através do fortalecimento dos laços sociais, da resistência contra a desestabilização das relações territoriais estabelecidas pelas mulheres como forma de resistir e construir alternativas de vida localizadas, alguns movimentos de mulheres, feministas e organizações do município do Rio de Janeiro, têm incidido para a fundação de novas bases epistemológicas na agenda de gênero, com singular atenção para o enfrentamento às violências.

As referências e categorias de análise utilizadas como fundamentação teórica, bem como a análise histórica do movimento feminista brasileiro, em especial o carioca, e suas críticas, alicerçam o arcabouço léxico e interpretativo necessário para compreender a mobilização do território como ente ativo e intrinsecamente ligado aos corpos, para fundamentar discursos e ações concretas no contexto atual.

Neste ponto, é preciso destacar que, apesar de a dissertação estar fortemente apoiada sobre as bases teóricas que fundamentam o campo de PUR, esse é um trabalho que se fundamenta teórica e politicamente nos métodos feministas que, invariavelmente, criticam conceitos e tensionam métodos dessas mesmas bases. Exemplo disso tem sido a resistência de incorporação do corpo como escala de análise ou mesmo do conceito de gênero no âmbito da geografia urbana brasileira, relatados desde o início dos anos 2000 pela geógrafa feminista Joseli Maria Silva. Para a mesma autora, o apego às epistemologias

¹⁰ Saffioti (2015) descreve o machismo como sendo uma ideologia de afirmação do vetor de dominação homem-mulher, e o patriarcado como a materialização desta ideologia em um regime que abarca não somente o âmbito de organização da família, mas toda a sociedade.

tradicionais tem sido um dos principais empecilhos para a produção de novas perspectivas teóricas e práticas na academia (SILVA, ORNAT, *et al.*, 2023). Também se destacam as arquitetas Diana Helene e Rossana Brandão Tavares, que estão produzindo ciência no campo da arquitetura e urbanismo com uma perspectiva feminista desde a década de 2000¹¹, denunciam as dificuldades impostas pelo pensamento cartesiano e a lógica produtivista exigidas na academia brasileira, colocando suas experiências como uma *indisciplina* para a ordem hegemônica da produção de conhecimento dos estudos urbanos (TAVARES e RAMOS, 2023).

Vale ressaltar que não há posição neutra e objetividade absoluta no fazer científico, dado que desde a elaboração do recorte e das perguntas a serem feitas, até a reunião do referencial teórico, passam por processos de decisão, de escolha sobre o que se ilumina e o que se apaga, processos esses que são políticos. Uma perspectiva feminista sobre a pesquisa científica entende que “sujeito e objeto estão diluídos um no outro” (DIAS, 2019, p. 358), relacionando a prática e a teoria ao invés de separá-las e, também, trazendo à tona a subjetividade existente nessas escolhas tidas como puramente racionais. Para Rago, essa é uma busca de novos parâmetros de produção do conhecimento pois não se interessa em atingir uma “verdade pura e universal” (2019, p. 380), mas sim trazer à tona as diversas possibilidades interpretativas de um fenômeno.

Portanto, o feminismo propõe uma nova relação entre teoria e prática. Delinea-se um novo agente epistêmico, não isolado do mundo, mas inserido no coração dele, não isento e imparcial, mas subjetivo e afirmando sua particularidade (...). Uma nova ideia da produção do conhecimento: não o cientista isolado em seu gabinete, testando seu método acabado na realidade empírica, livre das emoções desviantes do contato social; mas um processo de conhecimento construído por indivíduos em interação, em diálogo crítico, contrastando seus diferentes pontos de vista, alterando suas observações, teorias e hipóteses, sem um método pronto (RAGO, 2019, p. 380).

Nessa linha, o objetivo geral a ser alcançado com a pesquisa trata-se de identificar a participação do território na construção das políticas de gênero no município do Rio de Janeiro – com ênfase nas ações de enfrentamento à violência -, elencando as diferentes formas como que essa categoria tem sido mobilizada e incorporada em agendas, ações e discursos dos agentes envolvidos. Dividindo esse objetivo principal em objetivos específicos, determinamos como parte da pesquisa empírica a execução de um mapeamento geral dos agentes atuantes sobre esta temática no município, buscando (i) caracterizá-los quanto à aspectos e modos de atuação, (ii) identificar as políticas e ações ativas, a agenda política e

¹¹ Vale destacar que o pensamento e atuação prática de ambas foi bastante influenciado pelas teorias e estratégias desenvolvidas pelo coletivo de arquitetas e urbanistas feministas catalão Col-lectiu Punt6, formado por Zaida Muxí, Blanca Valdívila, Sara Ortiz Escalante, Adriana Ciocchetto, Roser Casanovas e Marta Fonseca. Para conhecer mais sobre o Col-lectiu Punt6, acesse <https://www.punt6.org/>.

os principais eixos de atuação, (iii) além de identificar de que maneira - e se - o território aparece em suas formulações.

Assim, construindo o caminho caminhando e interagindo, os métodos utilizados para a pesquisa foram sendo acionados a cada passo. Em um primeiro momento, a realização de uma revisão da literatura e de análises documentais foram necessárias para permitir a formulação da base teórico-conceitual e para identificação do contexto histórico-territorial. Como já dito, os referenciais teóricos estão fortemente embasados em literaturas do campo de PUR, sobretudo as suas perspectivas críticas, e das teorias feministas. Além disso, também foram mobilizados referenciais do campo da ciência política e da gestão pública, buscando compreender os processos políticos que envolvem a formulação de políticas públicas, dando especial ênfase para trabalhos e pesquisas sobre as políticas de gênero. Já as análises documentais foram realizadas em cima de materiais diversos, combinando documentos públicos - tais como legislações, decretos, planos e políticas - com folhetins, cartilhas e materiais distribuídos por agentes de interesse para a pesquisa¹².

Dentre outros aspectos, a pesquisa documental colaborou, também, para trazer à tona o legado legislativo de incidência e formulação de políticas públicas deixado pelos movimentos feministas e de mulheres do Rio de Janeiro, revelando uma criatividade ativista que impactou diretamente na construção do próprio feminismo brasileiro. Nomes como Bertha Lutz, Maria Lacerda de Moura, Rose Maria Muraro, Jacqueline Pitanguy, Lélia Gonzalez e Benedita da Silva desempenharam papéis fundamentais para criar e ampliar os direitos das mulheres do Brasil, a partir deste território. Nesta cidade entre os anos 1970 e 1980, foram formulados os primeiros protocolos de assistência às mulheres em situação de violência, criados os primeiros centros de debate e pesquisa feministas, e implementadas as primeiras instâncias formais dedicadas à promoção e defesa dos direitos das mulheres, consolidando as bases para o desenvolvimento das estruturas e políticas públicas com perspectiva de gênero como conhecemos hoje.

Em contrapartida, o desenvolvimento dessas estratégias foi engendrado em um contexto específico, onde a violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher (ainda no

¹² Durante a pesquisa de campo, fiz uma visita à biblioteca feminista existente na sede do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro (CEDIM), que conta com um acervo histórico importantíssimo para o movimento feminista brasileiro. Visitei também a Casa de Mulheres da Maré, onde pude conhecer a estrutura dedicada às políticas de enfrentamento às violências de gênero criadas pela organização Redes da Maré, bem como outros equipamentos culturais. Participei de inúmeros seminários, conferências e reuniões, dentre elas uma audiência pública sobre violações de direitos da mulher realizada pela Comissão Permanente de Defesa da Mulher da Câmara de Vereadores, convocada pela vereadora Luciana Boiteux em 2023. Nesse caminho, coletei vários materiais de campanha (no caso de agentes da política institucional), cartilhas de estudos e de incidência política (no caso de organizações e instituições), folhetins, zines e adesivos (no caso de coletivos), além de livros, cadernos, agendas e materiais de estudo produzidos por ativistas e organizações, que foram fundamentais para a pesquisa.

singular) dominava os holofotes, e que concentrou os esforços políticos do feminismo brasileiro. No tempo que se seguiu, nota-se que o movimento feminista e de mulheres cariocas segue existindo cada vez mais plural em suas pautas e campos de atuação, sobretudo nas áreas periféricas e marginalizadas da cidade. Exemplo claro disso é a vida e o legado deixado por Marielle Franco que, infelizmente, teve sua vida ceifada pelas forças de disputa pela dominação territorial sob regime de violência que regem a nossa sociedade¹³. Para além das inúmeras contribuições deixadas por ela como acadêmica, militante e vereadora, Marielle deixou também um rastro de sementes feministas plantadas pelo território, e que teceram suas raízes de resistência em escala local, nacional e internacional. Lígia Batista, Renata Souza, Tainá de Paula, Mônica Benicio, Talíria Petrone, Mônica Francisco, Luciana Boiteux, Mônica Cunha e Anielle Franco, são algumas das inúmeras mulheres que seguiram resistindo e lutando por justiça, tanto por Marielle, quanto pela erradicação de todas as formas de violência e dominação, colocando em foco a proteção da vida a partir de seus territórios, ampliando o próprio entendimento do fenômeno da violência de gênero.

Num segundo momento, buscando mapear a diversidade com que essa perspectiva de atuação política se espalha pelo município, foi feito um levantamento de dados que possibilitassem a realização de um mapeamento de agentes envolvidos com o enfrentamento à violência de gênero no município, buscando com este dado caracterizar as agendas, articulações ou disputas, mas, em especial, a presença no território e a incorporação desta categoria em ações e propostas. É importante salientar que este mapeamento tem um recorte temporal de realização, tendo sido feito durante os anos de 2022 e 2023¹⁴.

Para coletar os dados necessários, foram utilizados diversos métodos de pesquisa combinados. Primeiro, para reconhecimento do panorama geral, foi realizado um rastreo geral elencando agentes atuantes em políticas para mulheres e/ou de gênero¹⁵ na cidade.

¹³ Informações recentes a respeito do caso de investigação do assassinato da vereadora revelaram a ligação entre a disputa imobiliária e a luta pelo território na cidade do Rio. Segundo matéria divulgada no The Intercept Brasil em 24 de março de 2024, Marielle se opunha a um projeto de lei de autoria de Chiquinho Brazão que dispunha sobre a regularização de loteamentos na Zona Oeste do Rio, projeto esse que foi aprovado na Câmara de Vereadores da cidade no dia de sua morte, 14 de março de 2018. A centralidade da terra em nosso contexto social fica tão latente neste caso que o assassino, Ronnie Lessa, receberia lotes do empreendimento imobiliário como pagamento pelo crime (OLLIVEIRA e DIAS, 2024).

¹⁴ Em se tratando de uma pesquisa que busca mapear agendas políticas e eixos de incidência, é importante frisar o recorte temporal tendo em vista que estratégias de *advocacy* estão diretamente ligadas a contextos políticos, sociais, econômicos e locais de um período temporal. O levantamento que foi feito é um retrato deste contexto histórico específico.

¹⁵ Para garantir a diversidade de agentes e não restringir muito as opções, este foi um primeiro filtro elencado para o mapeamento. Após mapeados, foram sendo criadas categorias de classificação que

Partindo das instituições do Estado¹⁶, foram elencadas além das organizações, os serviços da rede de atendimento às mulheres em situação de violência¹⁷ em atividade no período. Neste caminho, à cada agente mapeado, foram levantados outras(os) possíveis organizações e agentes importantes para a temática. Utilizando um método similar ao de amostragem por bola de neve, onde um sujeito/entidade indica outro, foram cadastrados e analisados todos os nomes que apareceram. Nesse processo, foram empenhadas buscas virtuais (através de sites, páginas de organizações e, até mesmo, perfis de redes sociais) e contatos presenciais, dialogando formal e informalmente com pessoas e membros das mais diversas entidades.

Para organizar esse levantamento, foi utilizado o recurso da tabela eletrônica, inserindo aos poucos as informações de caracterização das organizações com informações de localização, área de incidência, pautas, público-alvo, políticas ofertadas e eixos de atuação. Dessa forma, foi possível construir um panorama geral sobre os diversos caminhos e incidências – seja pela via estatal, institucional, partidária ou autônoma - que estão sendo desenvolvidas pelos movimentos feministas e de mulheres na cidade, suas aproximações e/ou distanciamentos políticos, suas perspectivas sobre o território e sobre as ações vindas do Estado. A tabela que foi construída resultou no levantamento de cento e vinte e seis (126) agentes atuantes em políticas para mulheres na cidade do Rio, um número expressivo, mas que não se propõe a desenvolver análises quantitativas¹⁸, e sim qualitativas e situadas (Apêndice 03).

Por fim, após realizado o levantamento, foram selecionadas algumas organizações para a realização de entrevistas semiestruturadas (Apêndices 01 e 02), feitas de maneira presencial durante o mês de outubro de 2023. O objetivo de realizar as entrevistas se deu vislumbrando aproximar os dados teóricos e empíricos levantados, das opiniões e impressões das agentes participantes. O filtro de seleção foi realizado buscando contemplar maior variedade em tipos de organizações, tendo sido realizadas cinco (5) entrevistas no total.

tornassem possível filtrar as organizações levantadas por atuação/incidência no tema da violência de gênero.

¹⁶ Tais como: secretarias, coordenadorias, departamentos, conselhos, delegacias e centros de atendimento no poder executivo; vereadoras(es), acessoras(es), comissões e frentes parlamentares no legislativo; e núcleos e defensorias especializadas no judiciário.

¹⁷ A rede de atendimento é formada por um conjunto de ações e serviços de diferentes setores do poder público para ampliar, melhorar a qualidade e humanizar o atendimento, a identificação e o encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência.

¹⁸ Os métodos utilizados para o levantamento não garantem que tenhamos esgotado o universo de existência de agentes incidentes no mesmo tema e no mesmo território, por isso não podemos dizer que a amostra representa quantitativamente uma realidade global. Mas o resultado obtido não deixa de ser fundamental para possibilitar análises qualitativas e empíricas.

A narração de todo este percurso estará contida neste trabalho dissertativo, que será distribuído em cinco capítulos, sendo o primeiro dedicado à introdução geral do trabalho, apontando os elementos que compõem a pesquisa, a sua construção teórica e os percursos que foram moldando sua elaboração. Já o último capítulo, será dedicado às reflexões finais e possíveis conclusões geradas pela pesquisa. Os demais capítulos serão divididos seguindo a linha de raciocínio descrita a seguir:

Sob o título “Território: um conceito em disputa” o capítulo 2 é inteiramente dedicado a discorrer sobre o assunto, analisando a utilização do território como conceito e categoria do ponto de vista de diversos campos teóricos tais como a Geografia, o Planejamento Urbano e a Ciência Política. Entende-se que, para essas disciplinas, o território é invariavelmente lido através da sua imbricação com a formulação dos Estados e a organização das sociedades, incluindo aí a relação entre o exercício de poder sobre um povo em um determinado espaço geográfico.

No caso específico de PUR, tal perspectiva é fundamental dado que a sua própria existência como disciplina surge justamente do contexto de aumento da legitimidade do exercício do poder do Estado sobre território sob seu domínio, utilizando recursos tecnológicos e científicos para o exercício do controle, dentre eles o planejamento. Essa relação também é importante para os estudos feministas, dado que a discussão sobre violência de gênero, seja sobre suas causas e efeitos, seja sobre as medidas para a sua prevenção e enfrentamento, passam pela relação entre o Estado e as ferramentas utilizadas para manter sua capacidade de dominação sobre uma população e um território.

Nesse sentido, o capítulo será dedicado a apresentar as distintas leituras do conceito de território e suas perspectivas críticas, com ênfase nas perspectivas feministas e/ou de gênero para o tema. Também será abordada a relação entre gênero, território e políticas públicas, apresentando algumas imbricações teóricas entre os conceitos e as possibilidades de atualizações a partir da leitura feminista latino-americana e decolonial¹⁹, fazendo um giro epistêmico através da particularidade da relação entre corpo e território especialmente estabelecida pelas mulheres da região. Esse giro é importante para o trabalho pois permite

¹⁹ É preciso destacar que optar entre o uso dos termos decolonial ou descolonial não é trivial, tendo em vista que há um amplo debate, longe de ser encerrado, acerca das suas diferenças e aproximações de seus usos teóricos e políticos. Opto pela escolha do termo decolonial, me apoiando no pensamento de autores como Aníbal Quijano, Santiago Castro Gómez, Ramón Grosfoguel e Catherine Walsh, por compreender que a descolonização *per se* não rompe com a colonialidade, apenas se opõe ao colonialismo. A reivindicação da denominação descolonial ou decolonial é parte da escolha política de cada ativista/teórica. Por isso, me alinho às feministas latinas não hegemônicas, referências de teoria e prática, e que embasam este trabalho, como Rita Segato, Maria Lugones, Yuderlys Espinosa Miñoso, Julieta Paredes dentre outras, que utilizam o termo decolonial para embasar seus modelos.

questionar a possibilidade de estabelecer uma costura entre gênero, corpo e território como uma relação de violência para países colonizados da região latino-americana.

Também será discutido no capítulo sobre os desafios, limites e possibilidades colocados para feminizar as políticas territoriais e urbanas, apresentando as perspectivas críticas feministas ao campo do planejamento urbano, e percorrendo sobre as barreiras para implementação de instrumentos institucionais de alcance da igualdade de gênero para as políticas territoriais.

Já o capítulo 3, intitulado “Agendas feministas e a centralidade do enfrentamento às violências”, será dedicado a relatar o processo histórico de construção da agenda feminista no contexto brasileiro, apontando seus marcos históricos, lutas e conquistas, bem como estratégias adotadas para alcançar os níveis de institucionalidade encontrados atualmente.

O movimento feminista brasileiro, organizado politicamente sob essa denominação a partir do século XX, se valeu de diversas estratégias para visibilizar os problemas das mulheres e fazer pressão por resposta pública das instituições. Foram e ainda são diversas as pautas de reivindicação, tais como o direito à cidadania plena, ao divórcio, ao corpo, aos direitos reprodutivos e a sexualidade, às condições igualitárias de salário, às melhores condições de habitabilidade, à divisão igualitária de tarefas, rompimento com a divisão sexual do trabalho e a uma vida livre de violências.

No contexto latino-americano, a latência dos movimentos feministas se pautou na agenda do enfrentamento à violência de gênero, em todas as suas dimensões. Apesar de a reivindicação contra a violência e a opressão serem uma pauta presente há décadas nas lutas feministas, a diferença neste contexto se dá pela conquista de direitos e garantias em instâncias supranacionais, bem como na base jurídica e institucional alcançada através da formulação de convenções e tratados internacionais a partir da segunda metade do século XX. Ou seja, a estratégia de articulações e incidências pela via das instituições internacionais rendeu muitas vitórias e garantias de direitos, no que tange à institucionalização dos compromissos dos Estados com tratados e convenções internacionais, obrigando-os a agir perante os alarmantes números de violência de gênero na região. É emblemático o caso brasileiro pois foi a sua condenação, pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA), por negligência e omissão no caso da cearense Maria da Penha, que resultou na criação do principal instrumento jurídico-legal para lidar com a violência doméstica no país, a lei nº 11.340/2006.

Mesmo com os avanços na construção de políticas públicas para o enfrentamento das violências de gênero, e passados quase 20 anos de experiência com a sua implementação,

ficaram claros os limites de fazer face às violências majoritariamente pela via estatal e, sobretudo, as lacunas no próprio feminismo hegemônico²⁰ em implementar políticas públicas que acomodassem as interseccionalidades entre gênero, raça e território. Em relatório produzido pela ONU Mulheres em 2015 (WASELFISZ, 2015), os dados apontavam que, uma década após a implementação da Lei Maria da Penha em 2006, o número de feminicídios²¹ contra mulheres brancas caiu, enquanto a vitimização de mulheres negras aumentou.

Para Marcia Nina Bernardes, a universalização da violência doméstica como sendo “um problema de mulheres” colaborou para encobrir o componente racial da equação, “que define a intensidade e as especificidades com que o fenômeno afeta os diferentes corpos” (2018, p. 174). Nesse sentido, serão abordadas as problemáticas de construção do sujeito político do feminismo, a universalização de agendas, e as saídas encontradas através da perspectiva plural do movimento, entendendo que as mulheres são múltiplas e, por isso, os feminismos²² também o são. Ao final do capítulo, será discutida a atuação do feminismo no contexto carioca, refletindo acerca da disputa de agenda que se relaciona com a conjuntura de debates sobre feminismos e mulheres plurais.

O capítulo 4 será inteiramente dedicado à exposição da pesquisa desenvolvida, e a realização de análises e reflexões possíveis em cima dos dados coletados. Com título “O lugar do território no enfrentamento às violências de gênero”, o enfoque principal será dado em apontar de que forma o território vem sendo mobilizado pelos agentes mapeados, sobretudo para o desenvolvimento de ações de enfrentamento à violência de gênero. Serão apresentados os resultados empíricos obtidos com a pesquisa, a caracterização dos agentes, os espaços de atuação e os principais eixos e frentes que vêm incidindo politicamente.

Através do mapeamento, foi possível elencar uma ampla diversidade de eixos e agendas de incidência de política para mulheres, apontando inclusive uma renovação de demandas não contempladas nos temas englobados pelo Plano Nacional de Políticas para

²⁰ Dado que o feminismo da atualidade não se reconhece como unidade, mas no plural como distintos “feminismos”, o uso do termo “feminismo hegemônico” serve para denominar organizações, instituições e sujeitos autodeclaradas feministas que estão atuando pela via estatal/institucional. No capítulo 03 esse assunto é discutido com mais detalhes.

²¹ O relatório utiliza o termo “homicídios de mulheres” pois, na ocasião, ainda não havia sido promulgada a lei nº 13.104/2015, que tipifica e caracteriza o feminicídio como um assassinato que envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher da vítima.

²² A opção pela expressão feminismos no plural é uma escolha metodológica, que tem como objetivo demonstrar “o” “feminismo” não como um conceito fechado decorrente da lógica racional moderna, mas sim marcada por uma outra epistemologia, feminista, que compreende a importância de se valer de conceitos abertos à plurissignificação, numa tentativa de provocar um sentimento de mudança de olhar para as “certezas” do mundo moderno.

Mulheres (PNPM) vigente²³. Também se verifica a manutenção da centralidade dos esforços dedicados para o enfrentamento às violências, que alçou patamar de quase unanimidade na opinião pública, mas que, ao mesmo tempo, vem sendo intensamente disputado.

Serão abordadas as relações estabelecidas entre território e a violência de gênero, apontando as diversas maneiras com que as duas temáticas têm sido associadas pelos diversos agentes. É possível notar, por meio das diversas experiências e ações dos movimentos feministas e de mulheres no município atualmente, uma interessante mobilização prática e discursiva quanto a incorporação do território como categorias fundamentais para a ação política e, sobretudo, para a formulação e implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero, alargando a sua concepção de modo que caibam as especificidades do fenômeno. Percebe-se que existem relações diretas baseadas em dados históricos das ocorrências de violência na cidade, mas, ao mesmo tempo, também existem relações que indicam a inseparabilidade entre corpo e território quando se trata de violência, demonstrando como essa intersecção se reflete nas particularidades das ocorrências, e como essas demandam políticas verdadeiramente capazes de se acoplarem ao território.

Tais mobilizações discursivas e práticas apontam para uma hipótese de que, para o desenvolvimento de estratégias e soluções efetivas para o problema da violência de gênero, o território deve ser um componente a ser incorporado nas análises e propostas, mas não isoladamente. Espera-se que a discussão levantada com esta pesquisa fomenta um debate acerca da importância da adoção de perspectivas feministas corporificadas e territorializadas na formulação, desenho e implantação das políticas públicas de gênero, sobretudo aquelas voltadas para o enfrentamento à violência.

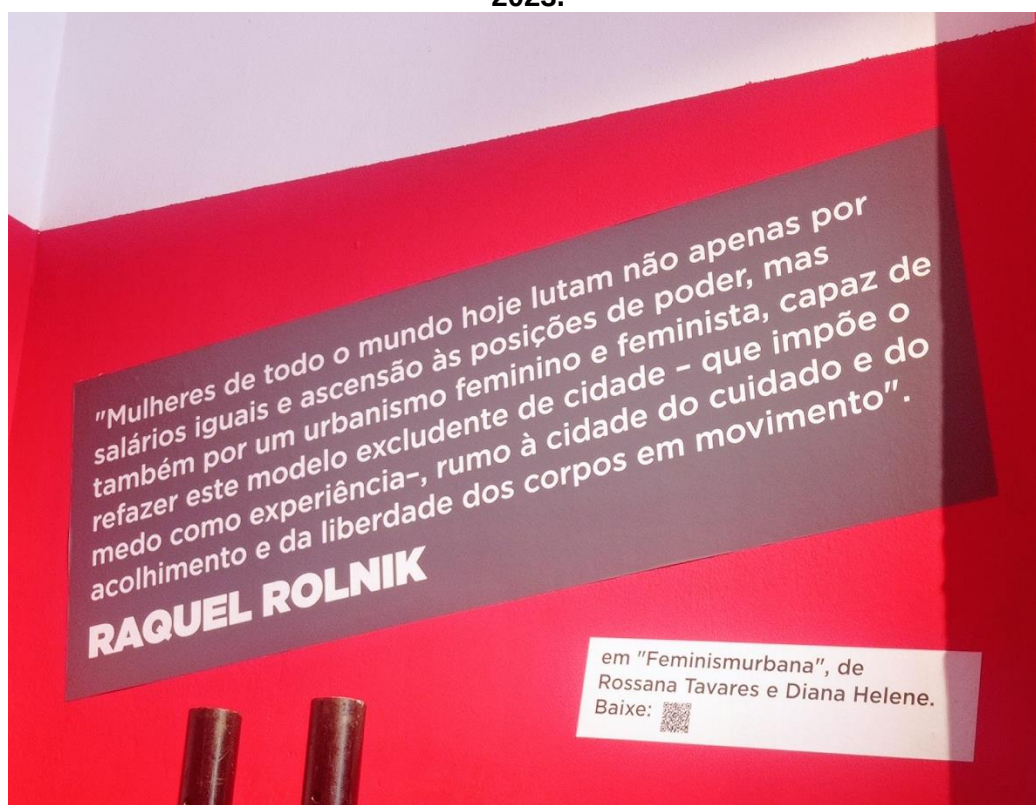
²³ Levamos em conta a desatualização do PNPM, cuja última versão aprovada data de 2015, e a inexistência de planos similares nas esferas estadual e municipal, que poderiam dar conta das possíveis especificidades locais que não alçam a agenda nacional.

2. TERRITÓRIO: UM CONCEITO EM DISPUTA

“Algumas feministas sugerem que o copo das mulheres é o primeiro lugar de luta. No entanto, certas questões emergem quando os territórios são violentados por grupos paramilitares ou quando há ameaças da chegada de empresas extrativistas a seus espaços. O que acontece como o corpo das mulheres? Os corpos feminizados em contextos comunitários podem reivindicar a mesma autonomia que aquela de ambientes urbanos, onde o paradigma individual é uma premissa?”

Delmy Tania Cruz Hernández

FIGURA 2 – ARTE EM EXPOSIÇÃO NA MOSTRA “CIDADE MULHER”, EM CARTAZ NO CENTRO MUNICIPAL DE ARTE HÉLIO OITICICA ENTRE SETEMBRO E DEZEMBRO DE 2023.



Fonte: Acervo próprio (2023).

Os estudos sociológicos empenhados para definir o Estado como órgão de controle e detentor do monopólio legítimo da violência, com objetivo de aplacar desordens sociais e dirimir ameaças à propriedade privada, posicionam esta instituição no centro da distribuição e exercício do poder, assim como de outras formas de exercício da violência (BANDEIRA, 2019). Ao desdobrar suas atenções de investigação e denúncia sobre a violência sexual praticada contra as mulheres e, aliadas aos desdobramentos dos estudos de gênero como categoria analítica e relacional inscrita na esfera da política, tal como definiu Joan Scott (2019), o movimento feminista vem articulando seus estudos sobre as violências cotidianas

contra as mulheres para além de um entendimento de violência interpessoal²⁴, mas sim diretamente correlacionadas com a condição de gênero.

Não se trata de adotar uma perspectiva vitimizadora em relação à mulher, tendência que já recebeu críticas importantes, mas de destacar que a expressiva concentração desse tipo de violência se impõe historicamente sobre os corpos femininos e que as relações violentas existem porque as relações assimétricas de poder permeiam o cotidiano das pessoas (BANDEIRA, 2019, p. 295)

Essa perspectiva muda totalmente a compreensão do fenômeno, sobretudo no que tange à necessidade de ampliação dos estudos sobre os usos semânticos das distintas denominações: violência contra a mulher, doméstica, intrafamiliar, conjugal, familiar e de gênero. A complexidade e persistência da violência contra as mulheres, em diversas manifestações, se estabelece como “maneiras de estabelecer uma relação de submissão ou de poder” (BANDEIRA, 2019, p. 304) que não é natural e nem mesmo uma patologia, mas sim baseada nos modos de socialização desde a idade mais tenra, e permanece de modo reforçado na vida adulta, através das concessões e anuências sociais dadas aos homens para agirem de maneira violenta. Em suma, um acordo social, forjado por séculos de reforço e continuidade, onde é permitida e justificada como natural a submissão feminina.

Ao politizar cada vez mais o fenômeno das violências contra as mulheres, posicionando-os na esfera pública e de responsabilização de toda a sociedade, a sua definição geral em torno da expressão violência de gênero permite associá-lo à própria luta feminista de enfrentamento às estruturas que a mantém, posicionando o seu enfrentamento em um horizonte de luta que visa modificar toda uma ordem legal, jurídica e social que opera para a sua continuidade. Entendendo que esta pesquisa se baseia nos fundamentos feministas acerca da definição e análise da violência de gênero, associando-a com o controle e o exercício de poder numa determinada sociedade, torna-se primordial compreender o papel do Estado na (re)produção e manutenção das dissimetrias de poder.

Além disso, as investigações feministas também vêm demonstrando que, apesar de o fenômeno da violência de gênero contra as mulheres ser global, existem distinções nas formas como se dão as manifestações da violência e da dominação em cada cultura. Essas distinções são explicadas de diversas maneiras e abordagens, sobretudo a partir de investigações históricas das formações culturais, políticas e econômicas de uma sociedade.

Assim, nos deparamos com dados que informam que os feminicídios, na América Latina, são mais praticados pelos maridos e companheiros afetivos, justificados no imperativo de manter a constituição familiar patriarcal, monoparental e heteronormativa, e

²⁴ De acordo com a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência interpessoal é a que ocorre entre indivíduos, nos contextos familiar e comunitário.

onde as maiores vitimadas pelas violências são mulheres negras (SAFFIOTI, 1999). Isso implica a necessidade de relacionar este fenômeno com a própria formação colonial do território latino-americano e, sobretudo, da criação dos seus estados nacionais apoiada nas estruturas escravocratas e sexistas trazidas pelos países colonizadores, reconhecendo “a penetração do capital nos territórios tendo por base a escala do corpo” (HERNÁNDEZ e JIMENÉZ, 2023, p. 36).

Neste capítulo será discutido brevemente sobre a formação dos Estados latino-americanos, com enfoque na situação do Brasil, sobretudo na relação de dominação e superexploração estabelecida por essa instituição com as suas populações e os territórios. A partir das visões mais tradicionais da literatura que embasa o campo do planejamento urbano e regional, busca-se situar o território da perspectiva da formação e razão de ser do Estado, incorporando as noções de dominação e o do monopólio do uso da violência para tal. De um ponto de vista mais atual do planejamento, incorporando a noção de gestão territorial ao escopo do planejador urbano, entende-se o território a partir da ótica das políticas públicas, dando especial ênfase para a introdução do gênero e do corpo neste segmento da ciência política, estabelecendo possíveis relações entre gênero, corpo, território e violência. Por fim, apresenta-se as perspectivas críticas e feministas ao planejamento urbano, destacando o desafio de se feminizar as políticas territoriais e urbanas.

Se a formação nacional nestes territórios baseou-se profundamente no uso arbitrário da violência, objetivando o desmantelamento de laços comunitários de vida e da formação de sociedades individualistas, desterritorializadas, preparadas para um operar numa lógica de produção capitalista, as perspectivas críticas defendem um planejamento que (re)posicione a reprodução da vida no centro, (re)faça o tecido social e, sobretudo, (r)estabeleça corpos e territórios em uma sociabilidade oposta às relações de dominação e violência.

2.1. O território sob as lentes do Planejamento

O território trata-se de um conceito polissêmico, abordado por diversos campos teóricos tais como a Geografia, o Planejamento Urbano e a Ciência Política, mas também a Economia, a Filosofia e a Sociologia. Para essas disciplinas, o território é invariavelmente lido através da sua imbricação com a formulação dos Estados e a organização das sociedades, incluindo aí a relação entre o exercício de poder sobre um povo em um determinado espaço geográfico. Mas há também abordagens do território que revelam seu caráter simbólico, seja através da sofisticação da capacidade de exercício de dominação do

Estado, ou seja por meio da representação das relações estabelecidas entre os sujeitos e o espaço físico.

De toda forma, a compreensão do território é fundamental para o campo do Planejamento Urbano, dado que a sua própria existência como disciplina surge justamente do contexto de aumento da legitimidade do exercício do poder do Estado sobre território sob seu domínio, utilizando recursos tecnológicos e científicos para o exercício do controle, dentre eles o planejamento. Ao mesmo tempo, essa relação também é importante para os estudos feministas, dado que a discussão sobre violência de gênero, seja sobre suas causas e efeitos, seja sobre as medidas para a sua prevenção e enfrentamento, passam pela relação entre o Estado e as ferramentas utilizadas para manter sua capacidade de dominação sobre uma população e um território. Há, também, a discussão acerca das distintas cosmovisões que embasam a epistemologia por trás dos conceitos, onde a perspectiva anglo-saxã privilegia as características físicas, materiais e econômicas, enquanto a perspectiva latino-americana destaca seu caráter simbólico, afetivo e relacional. De toda forma, o poder marca a tradição do conceito de território, bem como as disputas pela sua definição.

Dessa maneira, o capítulo é dedicado a apresentar as distintas leituras do conceito de território, sua imbricação com a formação do Estado e suas perspectivas críticas, com especial atenção para as perspectivas feministas e/ou de gênero. Nesse sentido, será abordada a relação entre gênero, território e políticas públicas, apresentando algumas imbricações teóricas entre os conceitos, e as possibilidades de atualizações a partir da leitura feminista latino-americana e decolonial, fazendo um giro epistêmico através da particularidade da relação entre corpo e território especialmente estabelecida pelas mulheres da região. Esse giro é importante para o trabalho pois permite questionar a possibilidade de estabelecer uma costura entre gênero, corpo e território como uma relação de violência para países colonizados do Sul Global.

Também é discutido neste capítulo os desafios, limites e possibilidades colocados para feminizar as políticas territoriais e urbanas, apresentando as perspectivas críticas feministas ao campo do planejamento urbano, e discorrendo sobre as barreiras para implementação de instrumentos institucionais de alcance da igualdade de gênero para as políticas territoriais.

2.1.1. Estado, dominação e planejamento

As reflexões sobre o Estado, como organização social e política, remontam à antiguidade clássica, a partir do pensamento político filosófico de Platão e Aristóteles, que

buscaram determinar as funções de cada indivíduo na sociedade, bem como as formas de governo e classificações de tipos de Estado, estabelecendo as primeiras definições para modelos de governo como a monarquia, a aristocracia e a democracia. Com as reconfigurações geográficas, econômicas e sociais ocorridas no mundo ocidental a partir do século XVI, bem como o desenvolvimento do capitalismo (e, com ele, as novas formas de operação de poder sobre uma porção territorial), outras abordagens passam a ser desenvolvidas, incluindo a centralidade da ideia do Estado atrelada ao controle e exercício legítimo do uso da força sobre uma determinada população e em um determinado território.

Ainda assim, até o século XX o entendimento do Estado passa por uma reflexão principalmente política sobre uma organização abstrata e onipresente, onde, a partir do desenvolvimento da teoria política, inicia-se a tentativa de aproximar a teorização do Estado por uma perspectiva científica, empreendendo esforços para sua conceituação como categoria analítica. Pode-se dizer que, historicamente, o interesse em compreender e definir o Estado cresceu em concomitância ao aumento da presença e da consolidação desta instituição, de maneira física e simbólica, concreta e abstrata na vida cotidiana dos indivíduos das sociedades ocidentais.

Na sua configuração moderna, o Estado passa a ser compreendido como sendo uma organização abstrata e onipresente, que depende tanto de uma consolidação material como corpo jurídico num dado espaço territorial, quanto da reiteração de atos cotidianos, burocracias corriqueiras e, principalmente, da definição do sujeito/cidadão no corpo político, como formas de manutenção das condições que garantem sua existência e seu poder sobre a sociedade e os indivíduos. Apesar das diversas formas de conceituar o Estado, todas as definições, de uma maneira ou de outra, apontam para as relações de poder sobre um dado recorte territorial.

De maneira simplificada, o Estado é uma entidade política organizada que exerce soberania sobre um território definido, sendo que a relação entre Estado e território envolve o exercício do poder político, a administração do espaço geográfico e a construção de identidade e pertencimento nacional. O território, nessa relação, é a base física e geográfica sobre a qual o Estado exerce seu poder e autoridade, sendo elemento central para a definição e o funcionamento do Estado.

Mas, sabendo que o conceito de território não é definido, apenas, por ser a porção territorial delimitada onde os Estados exercem seu poder, essa é apenas uma das possibilidades de se conceituar território, ou seja, o território não precisa do Estado para existir, ao passo que um Estado, sem estabelecer relação de domínio territorial com algum espaço, não existe. Essa relação direta entre o Estado e o território, apesar de ainda

vigente, tem sido também permeada pelas ideias da transformação da natureza do Estado ao longo do tempo, que envolve compreender tanto aspectos políticos quanto simbólicos. Politicamente, o Estado busca controlar e exercer autoridade sobre seu território, estabelecendo regras e garantindo a segurança e a ordem dentro de suas fronteiras.

A relação entre o Estado e o estabelecimento de domínio sobre um território se expressa no pensamento sociológico clássico de Max Weber (1997) que, no período entre XIX e XX, estabeleceu que dominação é diferente de exercício de poder. Para o Weber, o *poder* envolve necessariamente um ator adicional, distinto daquele que o exerce e que se submete a essa influência, com compartilhamento simultâneo entre ambos do sentido original de tal subordinação, ao passo que a *dominação* se refere à possibilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo e entre determinadas pessoas.

Esse raciocínio possibilita o entendimento da Política – termo adjetivo da ideia de *polis*, ou seja, relacionado a tudo que vem da cidade, do que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social - como sendo exercício do poder, e a dominação como sendo uma política por parte de indivíduos, grupos ou instituições sobre outros, a fim de influenciar e controlar suas ações e comportamentos. Assim, Weber estabelece a dominação como uma relação social que requer reconhecimento e legitimação da autoridade por parte dos dominados, mas que também pode ser mantida através de meios coercitivos, relacionando-a intrinsecamente ao funcionamento do Estado, já que este detém o monopólio e a legitimidade (social, cultural e jurídica) do uso da força coercitiva sobre a sua população e território (WEBER, 1997).

Na perspectiva weberiana, o Estado atua como um fenômeno de domínio, e essa dominação acontece devido ao poder que ele exerce nos indivíduos através da capacidade de impor a vontade a outros, influenciando assim em seus comportamentos e ações. Para Weber, então, o Estado Moderno é “uma associação de dominação com caráter institucional”, sendo uma relação de homens dominando homens através da legitimação da violência, tendo a coerção como o principal meio utilizado.

Para o mesmo autor, a dominação patriarcal seria o tipo mais puro da dominação legítima tradicional por ocorrer devido a crença na santidade das ordenações e dos poderes senhoriais que já existem por tradições e fidelidades dos “súditos” pelos seus “senhores” (WEBER, 1997, p. 131). Ao discorrer sobre as formas com que essa legitimidade da dominação e do exercício do poder são perpetuados, mantidos e acumulados, Weber se concentra nas estruturas políticas e institucionais, nas formas de exercício e manutenção do poder no âmbito do Estado e das instituições formais, deixando de fora os aspectos simbólicos, entendendo as desigualdades sociais e estratificações em classes como formas

de perpetuação da dominação por levarem à formação de grupos dominantes e dominados na sociedade.

A compreensão aprofundada sobre as relações de poder nos campos sociais, estabelecendo sobretudo o caráter simbólico da dominação, é empenhada mais recentemente por Pierre Bourdieu na segunda metade do século XX, para quem a dominação é vista como a capacidade de um indivíduo ou grupo exercer influência, impor sua vontade e controlar recursos valiosos em um determinado campo social. Aqueles que possuem mais capital, especialmente o capital econômico e cultural, têm maior poder de dominação dentro de um mesmo campo (BOURDIEU, 1996).

A elaboração da dominação proposta por Bourdieu é interessante pois a inserção do caráter simbólico permite compreender os processos de perpetuação e enraizamento da estrutura da dominação na sociedade, através das práticas culturais e dos sistemas de classificação que mantém a desigualdade. Diferentemente de Weber, Bourdieu não compreende as classes como compostas por grupos unânimes de indivíduos, mas que existem estratificações internas dentro das classes – que denomina por campos -, as quais estabelecem suas próprias regras, hierarquias e formas de valorização – o que denomina capitais - e obtenção de vantagens que influenciam a posição e a dominação de um indivíduo em um campo específico.

A contribuição específica de Bourdieu acerca da dominação masculina (2022 [1998]) é interessante de se destacar, tendo em vista que o autor revela como esta estrutura de dominação em específico se estabelece, se naturaliza e, assim, se perpetua. Para o autor, a manutenção da estrutura da dominação masculina como sendo um processo consolidado, a-histórico, e por isso vedado a sofrer mudanças, passa pela reprodução incessante dos princípios que fundamentam o acordo das estruturas sociais e cognitivas, sendo reforçado com a violência (principalmente a simbólica) por parte de homens e instituições como a família, a escola, a igreja e, também, o Estado.

Bourdieu aponta essas instituições como “lugares de elaboração e de imposição de princípios de dominação que se exercem dentro mesmo do universo mais privado” (2022 [1998], p. 16), apontando-as como vastos campos de atuação abertos às lutas políticas feministas contra todas as formas de dominação, sobretudo no que tange à reiteração constante do lugar social das mulheres e a multiescalaridade dos espaços – públicos e privados - nos quais essa interação ocorre.

Realmente, creio que, se a unidade doméstica é um dos lugares em que a dominação masculina se manifesta de maneira mais indiscutível (e não só através do recurso da violência física), o princípio da perpetuação das relações de força materiais e simbólicas que aí se exercem se coloca essencialmente fora desta unidade, em instâncias como a Igreja, a Escola

ou o Estado e em suas ações propriamente políticas, declaradas ou disfarçadas, oficiais ou oficiosas (...) (BOURDIEU, 2022 [1998], p. 187-188).

Nesse percurso, indo para além a sua dimensão material e jurisdicional, a dimensão do simbólico passa a ser importante para compreensão do fenômeno do Estado, ao mesmo tempo que o território também pode ser visto na sua dimensão mais idealista (HAESBAERT, 2009) aspecto importante para criação da identidade e da coesão socioespacial desta Instituição.

As fronteiras e o território em si podem ser vistos como símbolos de pertencimento e unidade nacional. A conexão entre o povo e seu território é frequentemente construída através de narrativas, memórias coletivas e símbolos compartilhados, mas é importante observar que a concepção de território pode variar de acordo com as perspectivas teóricas e contextos específicos (HAESBAERT, 2021). Dessa maneira, a leitura da relação entre Estado e território envolve tanto a legitimidade para o exercício do poder político e de administração sobre um espaço geográfico, quanto da construção de identidade e pertencimento nacional.

A partir desse entendimento, o filósofo Michel Foucault estabelece que a transformação do Estado moderno e suas estratégias de governo ocorrem, especialmente a partir dos séculos XVII e XVIII, onde “viram-se aparecer técnicas de poder que eram essencialmente centradas no corpo, no corpo individual” (FOUCAULT, 2005 [1999], p. 288). Essa transformação se dá fundamentalmente com a passagem de um *Estado territorial*, onde a principal preocupação era o controle do território e seus recursos, para um *Estado de população*, onde, através do biopoder²⁵, a prioridade passa a ser o disciplinamento dos corpos, controlando a própria vida tanto pela inserção (auto)disciplinar no indivíduo, quanto pelo conjunto de processos e procedimentos adotados pelo Estado para controlar e regular a reprodução, a natalidade, a fecundidade e mortalidade da população.

Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante, mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie. Depois da anátomo-política do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma “biopolítica” da espécie humana (FOUCAULT, 2005 [1999], p. 289).

Essa mudança na natureza do Estado, detectada por Foucault, é fundamental para este trabalho já que imbrica, num mesmo momento histórico, o surgimento das primeiras

²⁵ Conceito aqui utilizado nos termos de Foucault, cunhado para descrever a maneira pelo qual o poder se volta para a gestão da vida social e biológica da população, destacando como o Estado moderno está mais preocupado com a saúde pública, o controle demográfico, a higiene e outros aspectos relacionados à vida coletiva.

bases epistêmicas e metodológicas – tais como a estatística e a demografia - de onde nasce o Planejamento como uma das principais ferramentas de exercício do domínio do Estado sobre a população e o território. Neste momento se dá a centralidade do controle sobre a sexualidade e a reprodução para o fortalecimento do Estado que, sob as bases do modo de produção capitalista, precisa de contingentes cada vez maiores de mão de obra disponível, entrando em cena o controle e regulação incisivas sobre os corpos das mulheres conforme descrito por Silvia Federici (2017) no período de transição do feudalismo para o capitalismo no continente europeu.

Para o geógrafo Rogério Haesbaert um ponto a ser destacado nesta análise de Foucault é a sua concepção de território sob as bases tradicionais do saber anglo-saxão, sendo entendido como “basicamente o solo ou a ‘terra’ de exercício da soberania estatal” (2021, p. 182). Para o autor, esta leitura não se adequa totalmente ao contexto latino-americano dado que o padrão de capitalismo extrativista que predomina na região, principalmente sob a filosofia neoliberalista, há um rompimento com a ideia de sobreposição de funções entre o “Estado territorial” clássico e um “Estado de população”, onde

(...) delega-se ao mercado, às grandes empresas capitalistas, a gestão, o controle e a exploração das riquezas do solo, ou seja, daquilo que Foucault denominava “território”, ao mesmo tempo em que se fragiliza o papel do Estado em termos de administração e cuidado da “população” (HAESBAERT, 2021, p. 183).

Nesse sentido, cabe trazer a reflexão feminista sobre o Estado brasileiro proposta por Silvia Aguião, a partir do que denomina como uma “chave bidimensional” (2017, p. 8) que caracteriza a utilização de políticas públicas que operam como gerenciamento da vida cotidiana, ao mesmo tempo em que impactam diretamente na organização social e a realidade sobre a qual agem, mantendo e acentuando o movimento de centralização da administração e da governança no Estado. A autora faz um apanhado dos documentos, planos e programas desenhados entre os anos de 2003 e 2015 no Brasil, no sentido da criação de políticas de promoção de igualdade racial, sexual e de gênero, buscando compreender quais foram as identidades - dentre essas classificações - compreendidas e privilegiadas como definição dos sujeitos políticos alvos para construção dos planos de ação, em consonância com um projeto contínuo de formação de Estado.

Analisando qual caráter assumiram nessas políticas termos caros à teoria crítica feminista, tais como *transversalidade*, *gênero*, *raça* e *população LGBT*, Aguião revela que houve alguns desmembramentos teóricos ao tratar dessas categorias, que são políticas e interrelacionadas, mas foram incorporadas nos planejamentos estatais com algumas limitações, contradições e armadilhas.

O que Aguião aponta com essa pesquisa é a relação entre o enquadramento estatal dos ‘novos sujeitos políticos’ que estão reivindicando seu acesso à direitos e à cidadania, e a própria manutenção da formação do Estado brasileiro. O que se vê com o desenho das políticas é um processo de manutenção do sujeitamento dos indivíduos aos enquadramentos elaborados pelo próprio Estado, para que, assim, se aproximem de uma cidadania condicionada.

Nesse sentido, o esforço é feito no sentido de expor algo da relação produtiva e mutuamente dependente entre a institucionalização de demandas e a produção de sujeitos, ou das dinâmicas que produzem o Estado (e uma imagem determinada e desejada de Estado) ao mesmo tempo que fabricam as populações possíveis ou desejadas para o “efeito de Estado” (Mitchell, 2006) que se pretende atingir (AGUIÃO, 2017, p. 8).

Esse processo caracteriza uma retroalimentação do Estado brasileiro, na medida em que fagocita os movimentos sociais e de luta pela igualdade e diversidade, que são em essência contra o seu próprio enquadramento em categorias fixas, o que desestabilizaria a base social em que se sustenta a existência do Estado. Num duplo-fazer, ao englobá-los dentro da institucionalidade, promovendo ações e construções de políticas que, de cima pra baixo, continua a produzir e reiterar a noção estatal do que é violência, busca fortalecer a sua legitimidade como detentor do uso da força, mantendo a necessidade da própria existência do Estado e fragilizando as forças contrárias colocadas pelos movimentos sociais.

Essa ideia de Estado como profundamente relacionado (e dependente) de uma “comunidade imaginada” aparece também na discussão feminista de Estado proposta por Vianna e Lowenkron (2017, p. 22). O artigo das autoras apresenta vários *insights* em relação ao tema do gênero, Estado e violência, destacando em especial que as relações, gramáticas e assimetrias de gênero são centrais nas dinâmicas do fazer(-se) Estado e na delimitação de fronteiras entre corpos e territórios. No texto se argumenta que o Estado é uma peça ou arena chave nessas confecções e reconfecções de sentidos para a vida que se alterou, ou que se tornou imprecisa demais, atravessada por “eventos críticos” (p. 49) e levada ao limite de sua inteligibilidade. O papel da violência, vista pelas autoras como vetor eurístico na compreensão dessas tecituras entre gênero e Estado, é apresentado como responsável por engendrar formas de enunciação e gestão que explicitam a dimensão mais dramática das tramas entre esses dois conceitos.

A filósofa Denise Ferreira da Silva inscreve alguns desses processos de retroalimentação do Estado, que denomina “autopreservação ou autodefesa” (2014, p. 106), na discussão sobre as bases de autoridade e legitimidade que permitem as forças institucionais em violar os direitos humanos sem suspender, oficialmente, o Estado de Direito. Relacionando a racialidade com os direitos humanos, ela entende que a visão jurídica dominante é a de que a universalidade rege o Estado Democrático, mas que essa

visão é problemática porque ignora como a racialidade reconfigura os poderes disciplinares e jurídico-políticos do Estado, tornando irrelevantes as demandas pelos direitos humanos e civis em contextos em que o Estado usa da violência para se autopreservar.

Dessa forma, o dispositivo racial afeta a efetividade e a própria aplicação dos direitos humanos. Se a autopreservação do Estado é alcançada por meio do uso da violência e do controle sobre os corpos e territórios dos sujeitos, ela traz como exemplo a violência empregada em ações do Estado em combate ao crime/terror, por meio da força policial, em territórios de favela no Rio de Janeiro no início dos anos 2000. Nesse contexto, o discurso de (auto)defesa do Estado contra o crime/terror já incorpora a leitura corporal e territorial da favela como significantes da violência.

Para a autora, se o Estado atua na (in)diferença nesses “territórios sujeitados” (SILVA, 2014, p. 105), onde que a aplicação da justiça e da lei é influenciada pela racialidade, a administração da justiça e a aplicação da lei convergem na força de autopreservação do Estado perante o sujeito negro, significado em corpos e territórios²⁶. Nesse sentido, o direito de matar do Estado nos territórios das favelas já está sempre legitimado, não para proteger os moradores, mas para proteger a si mesmo. Assim, os sujeitos racializados e favelados podem até reivindicar o respeito aos seus direitos civis e humanos, mas esses direitos são anulados nos casos descritos, pois o Estado está empregando a violência total para fins de autopreservação.

Essa análise de Silva é crucial para compreender outra leitura do conceito de território que, em se tratando especificamente de favelas e periferias na cidade do Rio de Janeiro, e diretamente imbricada com a racialidade e as disputas de poder e domínio territorial entre o Estado e organizações criminosas/ilegais, confere uma camada de análise distinta acerca das denominações de algumas espacialidades territoriais na cidade. Também colabora para compreender como as mulheres vítimas de alguns territórios, ao procurarem por ajuda institucional, são tratadas de maneira distinta em hospitais e delegacias, onde mesmo a caracterização das violências sofridas chega a ser relativizada ou desconsiderada, a despeito dos critérios legais vigentes.

Para Postigo (2014), a territorialização da criminalidade, responsável causal da violência urbana da cidade, se dá já no século XIX a partir das intervenções e remoções promovidas pelo Estado em periferias e favelas para fins de implantação dos grandes projetos de planejamento e melhoramentos urbanos. As rodadas de ações estatais nesses

²⁶ Não cabe aqui ainda utilizar o termo corpo-território, que não é mobilizado por Silva e será trabalhado mais adiante. Mas cabe salientar que, mesmo não utilizando o termo, a autora compreende que há imbricação entre o corpo e o território ao entender a leitura racializada da paisagem que autoriza ou desautoriza o Estado a utilizar a violência e infringir direitos humanos de alguns sujeitos em detrimento da sua autopreservação.

territórios durante todo o século XX, seja para fins de remoções ou de melhorias infraestruturais, “foram pautadas no entendimento dos favelados sob o signo da pobreza, e da carência, ou seja, territórios de pobreza” (POSTIGO, 2014, p. 118). Essa denominação passa a ser transformada a partir da associação entre crime organizado, tráfico de drogas e sua localização em favelas, repercutindo no entendimento das favelas como “territórios de violência” (POSTIGO, 2014, p. 119).

A territorialização da violência e do crime na cidade é acompanhada da demanda de ação por parte do Estado que, apesar de adquirir novos contornos nas suas formas de combate ou de administração, segue o entendimento de que esses territórios – e suas populações – são problemas a serem resolvidos, tratados, corrigidos. A adoção de ações pacificadoras em detrimento das combativas não demarca rupturas com a implementação de um projeto de controle e domínio do Estado sobre um determinado território e população, mas sim a sua continuidade se analisadas como sendo estratégias de biopoder e de racismo estatal, como colocadas por Foucault. Postigo relaciona as estratégias de pacificação aos primórdios da colonização, nas formas de gestão das populações indígenas.

Tal categoria, usada para referir-se aos povos indígenas, destacavam padrões morais radicalmente distintos dos povos europeus e que, por isso, deviam ser colonizados. Desde então, nunca uma expressão que conferisse uma alteridade de forma tão radical foi usada para referir-se a um grupo que existe no interior de uma mesma nação (2014, p. 123).

Dessa maneira, torna-se imperativo tratar da relação entre as formas de gestão e domínio aplicadas pelo Estado, ao uso da força e da violência para sua manutenção e autopreservação, e os processos de subjetivação que caracterizam indivíduos e suas relações sociais sob uma base territorial.

2.1.2. Território e territorialização

A conceituação de território é múltipla em abordagens e sentidos, sendo a própria origem etimológica da palavra em latim carregada dessa multiplicidade. Território se origina do latim no termo *territorium*, que se refere à uma porção de terra delimitada e sob o domínio/jurisdição de alguém ou algum grupo. Há também uma carga de origem do conceito de território ligada a outros termos do latim, como o *terra-territorium* que se refere à uma porção delimitada de terra na sua dimensão concreta e física, e o *terreo-territor*, radical ligado ao verbo aterrorizar, se referindo àquele que aterroriza, incute medo. Essa origem etimológica múltipla e ambígua entre funcionalidade e materialidade, possibilita compreender a relação estabelecida entre a delimitação física à um espaço de terra, a utilização do medo e do terror (naqueles que estão dentro ou fora da delimitação) e a construção de identidades (HAESBAERT, 2004; 2009).

Em uma perspectiva histórica, as discussões e conceituações em torno do termo território remontam ao século XVIII, com teorizações de pensadores clássicos de diversos campos do conhecimento, de perspectivas materiais, funcionais e, também, espirituais. Neste período, Montesquieu entendia o território como um espaço ocupado, usado e vivido; já Voltaire compreendia território como a terra sob domínio do Príncipe; Karl Marx inscreve uma noção de território fundamental para se pensar as suas formas de utilização, dependente dos grupos sociais, e incorporando ideias como mobilidade e transferência.

No século XIX, as discussões sobre território se atrelam mais fortemente à noção de Estado-nação, aglutinando sentidos diretamente ligados à formação dos Estados europeus, tais como “apropriação”, “unidade” e, principalmente, “dominação”. A partir do século XX, o território também passa a ser uma dimensão dos estudos relativos às relações de poder e do trabalho, adquirindo novas camadas de análises e definições, demonstrando a multiescalaridade e multiplicidade de abordagens do conceito, principalmente a sua capacidade de sobreposição.

No âmbito da Geografia, Claude Raffestin amplia a noção de território para além de uma mera delimitação jurisdicional, inscrevendo a sua apropriação a partir de uma relação de poder, onde *territorializar* significaria manifestar poder em uma área ou espaço. Robert Sack contribui com este debate ao enfatizar importância das relações de poder na definição e manutenção do território, conceituando território como um espaço controlado por um grupo social, ao mesmo tempo que o desatrela da noção de Estado, considerando que as relações de *territorialidade*, ou seja, o estabelecimento e manutenção do controle, posse ou identificação com um espaço geográfico específico, são observadas em diversas escalas e se transformam no tempo e no espaço, discussão ampliada por Marcelo Lopes de Souza ao compreender que essas escalas podem, inclusive, se sobrepor ao mesmo tempo. Já Henri Lefebvre e Milton Santos, na segunda metade do século XX, contribuíram para o entendimento do território ao considerarem as dinâmicas sociais que envolvem a produção do espaço, tendo Santos ido além ao adicionar o componente da globalização e resgatar as ideias de mobilidade e transferência adicionadas por Marx, considerando as dinâmicas de ligações e fluxos de mercadorias e informações, desenvolvendo a ideia de *território-rede* (HAESBAERT, 2004; 2009; CASTRO, GOMES, CORREA, 2000).

Particularmente nas políticas públicas, a noção de território também compreende seu caráter multidimensional, mas ao mesmo tempo complementar. Para isso, a noção de territorialidade é implicada para indicar tal associação entre as diferentes interpretações, evidenciando a construção social do território, traduzindo “um processo relacional e histórico sem o qual não é possível compreender o desenvolvimento” (DIAS e SEIXAS, 2019, p. 49). A territorialização aqui indicaria “o enraizamento e identificação de uma organização, grupo

ou indivíduo com um território, tanto em termos políticos, económicos, mais materiais, quanto em termos culturais e simbólicos, fortemente imateriais” (DIAS e SEIXAS, 2019, p. 49).

Ao mesmo tempo, esta disciplina insere a incorporação dos termos territorialização e territorialidade por parte das ações institucionais e administrativas, sobretudo a partir dos anos 1980, com as transformações do papel do Estado face às opções de desenvolvimento diante da globalização. Nesse contexto, ocorre também a alteração da visão de território enquanto espaço de soberania nacional, dado o crescimento de importância da escala local na implementação de políticas públicas, e do fortalecimento progressivo das comunidades nesta mesma escala.

Neste quadro, refere que o termo ‘territorialização’ resultou da evolução da linguagem utilizada por cientistas e especialistas para descrever a ação pública em torno de novos descritores como ‘territorial’ e ‘territorializado’. (...) Nesse sentido, o termo ‘territorialização’ sugere que o território passou a ser uma dimensão importante para a ação governativa, na medida em que os órgãos centrais se tornam mais sensíveis à especificidade dos territórios, permitindo que os atores locais/regionais participem da formulação e da implementação de políticas públicas (DIAS e SEIXAS, 2019, p. 50-51).

Nos anos 1990, com os ajustes abrangentes da estrutura do Estado brasileiro, incluindo técnicas neoliberais para ampliação da eficiência e aumento de capacidade da burocracia com redução de dispêndio de recursos, o direcionamento regionalizado das políticas adquire importância. Além disso, as pressões para democratização, aproximação do Estado com a sociedade, participação popular e descentralização político-administrativa, culminam na incorporação em definitivo do território na agenda política brasileira, despontando como base privilegiada de ações conjuntas não só entre os poderes, mas também da sociedade civil.

Dias e Seixas (2019) sistematizam as discussões em torno da territorialização das políticas públicas (TPP) no âmbito europeu, demonstrando a sua função, entre outros objetivos, fazer frente à aceleração dos movimentos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) devido ao fenômeno da globalização. Nesse sentido, a TPP remete a esse processo de aumento de sensibilidade dos órgãos de governança às especificidades dos territórios, abrindo espaço para o fortalecimento da participação social e desenvolvimento de ferramentas de intersectorialidade. Já no contexto latino-americano, Favareto e Lotta afirmam que a TPP chega para a administração pública limitada à uma “inovação discursiva, sem uma transformação verdadeira na arquitetura das políticas públicas” (2022, p. 21).

No caso brasileiro, ao analisarem o principal programa de territorialização criado por parte do Estado, o Territórios da Cidadania, os autores defendem que a lógica por trás da

sua formulação permanece a mesma, com a centralização do poder e das decisões mantido no Estado, que oferece à sociedade um leque de opções para escolha, entendendo esse processo como aumento da participação e controle social. Para os autores, no Brasil

(...) quando se fala em territorialização de políticas, nada mais se faz do que flexibilizar o desenho de uma política pública para que ela pudesse adaptar-se melhor a contextos territoriais distintos (LOTTA; FAVARETO, 2016a; 2016b). Não há, propriamente falando, políticas públicas deliberadamente desenhadas para ativar ou se acoplar a capacidades nos territórios, ou desenhadas de maneira diferenciada para territórios com morfologias distintas. Mesmo quando carregam o adjetivo territorial, elas são, em geral, “territorialmente míopes ou cegas” (LOTTA e FAVARETO, 2022, p. 21).

Do ponto de vista da crítica feminista com perspectiva de gênero, tal estratégia de territorialização desconsidera as diferenças regionais antes mesmo da escala territorial, mas na escala dos corpos. Esse “leque de opções” que é pré-estabelecido no âmbito da política institucional²⁷, já está imbuído de simbologias e intenções marcadas pelos interesses de manutenção do poder e privilégios masculinos, sendo esse o detentor do domínio da política e da esfera pública. As mulheres, e a feminilidade de uma maneira geral, já estão restritas de ver inclusos seus interesses e anseios na disputa formal desde o início, ficando suas territorialidades ausentes de representação. Para Scheffler, analisar o território sob enfoque de gênero significa:

a) em reconhecer e desvendar as relações de poder que se projetam nos espaços (público e privado – esferas separadas segundo a ideologia patriarcal); b) reconhecer que as relações de gênero constituem-se numa cadeia de desigualdades que se desenvolvem em todos os níveis, do micro (família e a comunidade), atravessando os sistemas normativos de mediação social (o mercado de trabalho, o sistema judiciário, as políticas estatais, os meios de comunicação), dentre outros aspectos, até as definições das macropolíticas de desenvolvimento (2018, p. 72).

Por um outro ângulo, ao empenhar esforços de análise do conceito de território por trás de inúmeras teorizações sobre desterritorialização, Haesbaert (2004; 2009) destaca a importância das interações e conexões entre diferentes territórios, enfatizando que o território não é estático, mas sim fluido e em constante transformação. Ao levantar inúmeras e distintas abordagens conceituais, o autor identifica duas linhas principais da sua construção conceitual: i) a materialista, mais predominante e ligada ao substrato físico, e ii) a idealista, menos predominante e ligada às bases culturais e simbólicas, além de compreender 4 dimensões com que o território é analisado: 1) política; 2) cultural; 3) econômica; 4) filosófica.

A proposta de território defendida por Haesbaert mescla ambas as linhas, além de se apoiar nas contribuições de autores como Robert Sacks, Marcelo de Souza, Michel

²⁷ Com ou sem os seus “espaços convidados”, para fazer referência aos espaços de participação controlados definidos por Faranak Miraftab.

Foucault, ao incluir as relações de poder mediadas pelo espaço, e Henri Lefebvre com sua conceituação de apropriação e dominação, entendendo que

O território envolve sempre, ao mesmo tempo (...), uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar [e político-econômico, deveríamos acrescentar]: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997, p. 42 apud HAESBAERT, 2004, p. 94).

O trabalho de Haesbaert é fundamental para esta pesquisa pois, além de desenvolver a ampla revisão sobre os termos território, territorialidade, (re)territorialização e desterritorialização, mais recentemente – e sobretudo após a pandemia da COVID-19 - o autor vem se desdobrando sobre as diferenças entre a concepção tradicional anglo-saxã de território e as perspectivas das feministas latino-americanas e indígenas, que em muito têm contribuído para ampliar leitura do território a partir da noção de espaço vivido e de realização de práticas cotidianas.

A conceituação de território em nosso contexto vai muito além da clássica associação à escala e/ou à lógica estatal e se expande, transitando por diversas escalas, mas com um eixo na questão da defesa da própria vida, da existência ou de uma ontologia terrena/territorial, vinculada à herança de um modelo capitalista extrativista moderno-colonial de devastação e genocídio que, até hoje, coloca em xeque a existência de grupos subalternos, habitantes de periferias urbanas (especialmente descendentes de negros e indígenas) e, de modo culturalmente mais amplo, os povos originários em seus espaços de vida (HAESBAERT, 2021, p. 162).

Nesta nova rodada de análises, Haesbaert tem empenhado esforços em conceituar analiticamente as utilizações do conceito de território atrelada ao corpo, nas inúmeras analogias entre corpo e território utilizadas por povos originários latino-americanos, principalmente as mulheres indígenas, e sobretudo as feministas de(s)coloniais. A concepção de território, para o autor, permanece atrelada às relações de poder²⁸, e que por isso nesses contextos, a luta pelo território é também uma luta pela manutenção das condições de vida. Nesse sentido, o corpo entra em cena como o primeiro lugar de defesa da existência.

Lutar por território é lutar por existir, ou melhor, para utilizar um termo caro ao companheiro Carlos Walter Porto-Gonçalves (2013), r-existir, e r-existir

²⁸ No sentido foucaultiano, onde “poder como ação sobre a ação de outro(s) ou, como já referido, “condução de condutas”, e que se vincula a uma noção igualmente ampliada de “governo” (ou “governamentalidade”)” (HAESBAERT, 2023, p. 136), mas ao mesmo tempo entendendo que, em nosso contexto, nem todas as relações de poder são derivadas do Estado ou se dão de forma antagonista, reconhecendo no agonismo de Foucault que, apesar da progressiva “estatização das relações de poder, há também a “estatização de instituições previamente existentes, como a família e a igreja e se impregna diferencialmente através de múltiplas esferas (pedagógica, moral, judiciária, econômica...) e escalas (embora com centralidade para a escala nacional)” (HAESBAERT, 2023, p. 136).

é, em primeiro lugar, defender nosso espaço, a começar pelo próprio corpo — nunca separado, é claro, do entorno geográfico indispensável à nossa existência (HAESBAERT, 2023, p. 136).

O entendimento da defesa do corpo-terra-território – alinhado com a definição do feminismo comunitário de Lorena Cabnal (2010) - como sendo a defesa da própria existência e do ser, inscreve a invisibilização e o desaparecimento de grupos sociais sob outras bases analíticas onde, necessariamente, o território está diretamente atrelado. A utilização desta analogia, contudo, enfrenta problemas analíticos em relação à sua aplicação escalar, já que a amplitude do seu uso metafórico e político se refere tanto à um corpo individual, como um corpo social ou político (da nação), ao mesmo tempo que o território também pode se referir à uma porção delimitada de terra, ou à um país e, até mesmo, ao planeta Terra como um todo.

Nesse sentido, ao compreender a multiplicidade com que a corporificação do território e a territorialização do corpo vem sendo empregadas por essas epistemologias, Haesbaert identifica e propõe a denominação de pelo menos cinco perspectivas, cujas diferenciações se dão sempre a partir de uma perspectiva relacional

- Territorialidade acionada a partir do/no (interior do) próprio corpo (como no caso do útero feminino);
- “corpo-território” ou o corpo (humano) como território, e que, conjugada à anterior, permite colocar a questão do poder também em nível individual;
- território a partir da conjunção social de corpos (“população” biopolítica, para Foucault, dialogando com metáforas como “corpo social” ou “corpo político”);
- território a partir da conjunção de corpos humanos e não humanos, em que está em jogo o caráter sensível de todos os corpos — especialmente os dos animais;
- “território-corpo (da terra)” — no caso das leituras da terra/Terra como um corpo — ou, mais simplesmente, do caráter ontológico-político, existencial da terra/Terra como território, prolongamento último, indissociável, do nosso corpo (HAESBAERT, 2023, p. 139)

O que Haesbeaert compreende, portanto, como corpo-território é de fundamental importância, tendo em vista que coloca sob base conceitual as relações de poder espacialmente mediadas, corporificando e territorializando o poder em escalas coletivas e, também, individuais. Como refletido pelo próprio autor ainda em 2004, “toda relação de poder espacialmente mediada é, também, produtora de identidade pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais” (HAESBAERT, 2004, p. 89).

Em consonância com as teorizações periféricas e estratégias de sobrevivência desenvolvidas sobretudo pelas mulheres do Sul Global, o território nesse contexto serve como ferramenta unificadora das lutas. Na perspectiva de Hernández e Jiménez,

Para povos originários, comunidades subalternas, povos em resistência e coletivos periféricos, a defesa do território é um processo de vida em devir e com memória ancestral que não começou no século XXI. A atual visibilidade que essas lutas alcançaram é uma resposta à violência sanguinária do sistema capitalista, patriarcal e colonial (2023, p. 22).

Essa interação entre poder, território e classificação de indivíduos, ou grupos, é fundamental para compreendermos, mais adiante, a associação entre a formação dos Estados latino-americanos e inscrição do gênero feminino nos corpos das mulheres a partir das relações de poder baseadas na violência, sobretudo, de gênero.

Silva *et al.* (2023) vai ao encontro de Haesbaert ao reiterar que compreender o corpo como um território depende não somente da escala – individual ou coletiva - mas também da perspectiva, ou seja, do ponto de vista sob o qual se analisa a situação. Sobre o tema da violência de gênero, a autora discorre que ao compreendermos a violência aplicada sobre os corpos das mulheres do ponto de vista masculino, o corpo é um território sobre o qual este grupo aplica o poder – através da violência – no sentido de dominá-lo.

Mas, se vislumbramos do ponto de vista feminino, a depender do estágio do ciclo de violência²⁹ e das possibilidades de rompimento com ele, o corpo pode ou não ser vislumbrado como território, pois dependeria diretamente do nível de poder da mulher sobre seu próprio corpo, incluindo nesta equação o acesso às políticas públicas como fundamentais para as dinâmicas de territorialização e desterritorialização do corpo feminino.

Várias vezes fomos interpelados se o corpo feminino é território em situações de violência doméstica. Há vários elementos a considerar no fenômeno estudado. Pensemos, em primeiro lugar, de que posição escolhemos olhar o fenômeno. Se adotarmos a perspectiva da posição masculina na qual o corpo feminino é apropriado pelo masculino pelo controle, abuso e violência, podemos chegar à conclusão de que, sim, o corpo feminino pode ser concebido como território. Mas território de quem? A resposta seria território de quem exerce o poder sobre a materialidade corpórea.

Contudo, se adotarmos a perspectiva feminina, as mulheres que sofrem a violência e reclamam o poder sobre seus próprios corpos, é possível que nesse mesmo fenômeno da violência doméstica o corpo feminino pode não se constituir um território, já que as mulheres não sentem seus corpos como espaços sobre os quais elas exercem poder.

Há ainda a possibilidade de pensarmos escalarmente e temporalmente. Pode haver aspectos da vida que as mulheres consideram ter domínio sobre seus corpos, como o período em que estão em casa exercendo a maternidade sem o controle masculino. Ainda, há possibilidade de que as mulheres considerem ter se libertado da violência masculina na escala da casa, mas ainda estão sujeitas a outras formas de violência fora de suas casas, envolvendo a dinâmica escalar do espaço.

Se pensarmos em dinâmicas de territorialização e desterritorialização do corpo feminino, podemos chegar à conclusão de que o poder do masculino

²⁹ O ciclo da violência contra a mulher é compreendido em 3 estágios: i) tensão, ii) explosão, e iii) lua de mel. Esse ciclo se repete em sentido ascendente – no sentido de escalada da tensão – tendo um movimento espiral, com aumento da violência à cada nova ocorrência, em direção ao clímax que se concretiza no crime do feminicídio – morte da mulher em detrimento da sua posição de gênero.

nos fenômenos da violência doméstica não é completo, fixo e perene. A denúncia da violência, o acolhimento institucional, o processo terapêutico, a participação feminina em redes de cuidado e apoio podem se constituir em estratégias das mulheres de retomar o poder sobre seus corpos e reterritorializar seus corpos (SILVA, ORNAT, *et al.*, 2023, p. 37-38).

Por fim, Oliva (2022), dialogando com Silva e Haesbaert, além de articular outras contribuições da geografia feminista, nos lembra que há uma epistemologia por trás do uso de conceitos, e que há uma diferença entre produções teóricas centradas em formas de ver o mundo sob as bases da produção e do desenvolvimento, e aquelas que dão enfoque na reprodução social da vida.

Concordando com o ponto de vista de Haesbaert quanto as possibilidades de um conceito nos reapresentar a vida, sintetizando e recriando-a sobre novas bases (2022, p. 167), Oliva posiciona a discussão quanto as problemáticas analíticas e conceituais na esfera política e geolocalizada, refletindo que o entendimento de corpo articulado com a categoria espaço é uma análise fundamentada na literatura anglo-saxã, enquanto a articulação do corpo à defesa territorial parte da América latina, por isso o conceito de território é tão importante para a vertente de(s)colonial e feminista da geografia.

A epistemologia construída na perspectiva latino-americana defende a utilização da categoria de território sob uma perspectiva não-masculina, e para dizer da experiência corporal no plural e coletivo, partindo diretamente da luta das mulheres pela defesa dos seus modos de vida e de existência contra as ofensivas do avanço capitalista. Dessa forma, utilizando como referência a afirmação de Verônica Gago de que “cada corpo nunca é só um, mas o é sempre com outros e com outras formas não humanas” (2019, p. 107 *apud* OLIVA, 2022, p. 178), a autora defende que o transbordamento das experiências individuais possibilitado com a noção de corpo-território permite dizer que “ocupar o sentir do outro significa compartilhar experiências” (2022, p. 178).

Essa é uma reflexão importante pois, para falar das ações de enfrentamento à violência de gênero, tanto nas ações voltadas para a prevenção e a promoção das mulheres, quanto nos longos e tortuosos caminhos trilhados por elas em busca do rompimento com os ciclos de violência, a caminhada em busca da retomada de si, do seu próprio corpo como seu território, não é alcançada de forma individual, mas sempre em coletivo. A solidão e individualização é justamente o que enfraquece os corpos feminizados, tornando-os mais vulneráveis às violências. A experiência coletiva e de solidariedade, é o que possibilita a reterritorialização dos seus corpos no espaço, e em si mesmas.

2.2. Gênero, corpo-território e violência

Nota-se que há uma ampla gama de concepções de território e que há uma disputa em curso para a atualização deste conceito. Do ponto de vista das teorias feministas, reivindica-se a incorporação do gênero como categoria de análise de maneira transversal ao território, ou mesmo uma leitura generificada do território. Mas, reconhecendo que o feminismo não é um movimento único e sim plural, mesmo tais demandas por revisão crítica passam por distintas visões epistemológicas.

Conforme explicitado ao final do tópico anterior, as cosmovisões anglo-saxãs e latino-americanas para o território são distintas, incorrendo que haja reflexos de tais epistemologias, também, na produção teórica das feministas a depender da base referencial e – sobretudo – do contexto territorial em que estejam inseridas. Enquanto para algumas teóricas feministas o território é encarado como uma categoria de análise ou enfoque político, para outras é a defesa da sua própria existência e modo de vida. Como afirmam Hernández e Giménez,

Na última década, a defesa do território começou a aparecer nas pautas acadêmicas, da cooperação internacional e das organizações da sociedade civil como “tema” emergente. No entanto, nós afirmamos que se trata de uma situação de longa data, evidenciada e encarnada, há mais de cinco séculos, por sujeitas e sujeitos dos povos organizados do Sul global por meio de suas lutas. São essas e esses que colocam seus corpos no centro, arriscando a vida e suas possibilidades de existência (2023, p. 23).

Considerando que a pesquisa se inscreve no contexto brasileiro, país latino-americano com extenso passado colonial, cuja economia capitalista se mantém periférica, dependente e baseada na extração de recursos naturais, é necessário ajustar as lentes analíticas e epistemológicas para que se adequem à realidade local, tendo como horizonte de futuro a erradicação das violências e o posicionamento da reprodução da vida no centro.

A escolha³⁰ por embasar a realização deste trabalho sobre tais vertentes e epistemologias feministas em específico, se dá também pelo fato de que as críticas e apontamentos feitos, principalmente aos feminismos liberais³¹, demonstram, entre outras inconsistências, a sua já demonstrada incapacidade em superar a subordinação e

³⁰ Friso conscientemente o uso da palavra “escolha” de modo a desvelar o caráter técnico da academia que esconde os processos políticos de escolha dos temas, bibliografias, métodos e estratégias de pesquisa. Revelar as escolhas não tira a confiabilidade dos trabalhos, mas justamente coloca luz naquilo que norteia os passos dados em relação à uma pesquisa.

³¹ Ou feminismo corporativo, que aponta com mais clareza a aproximação entre essas feministas e manutenção do sistema capitalista, pregando apenas algumas reformas. A principal recusa desta perspectiva de luta é sua convivência com a desigualdade de classes, e que boa parte das propostas de alcance da igualdade de gênero pela via do mercado utilizada nessa vertente significam, na prática, uma igualdade apenas na condição de exploração e de miséria entre homens e mulheres da classe trabalhadora.

dominação impostas aos corpos femininos, e suas falhas em apontar saídas apenas pela via reformista e centrada no indivíduo. Num contexto de urgências e múltiplas crises, um movimento feminista que queira agir na resolução radical desses problemas, deve estabelecer um claro horizonte de ação política, traçando uma linha de separação a partir das visões distintas de construção de futuro. Não são as nossas supostas semelhanças identitárias ou biológicas que nos unem, mas primordialmente as convergências na luta contra as opressões e na idealização de uma transformação absoluta da ordem social.

Ao mesmo tempo, também não serão adotadas teorias e práticas dos feminismos radicais contemporâneos³², tendo em vista seu caráter excludente com relação às pessoas transgênero e travestis, não reconhecendo suas transidentidades tomando como base pressupostos essencialistas defasados, e calcados em conceitos materialistas de sexo, classe sexual e patriarcado. Esses feminismos vão de encontro à busca feminista por emancipação tendo em vista que, ao assumirem posições políticas trans-excludentes, adotam uma postura de antagonismo e de desumanização de grupos sociais, o que Rita Segato define como “feminismo do inimigo” (2022, p. 87) ao advertir às feministas que “toda política do inimigo, tende ao fascismo” (2022, p. 87). E por isso, há quem esteja relacionando o fundamento lógico que nutre parte desses feminismos radicais à recente onda conservadora fundamentalista no Ocidente³³.

Quando as reivindicações desses dois grupos convergem em uma reação contrária ao uso do conceito de gênero para fundamentar a ampliação dos direitos humanos, e formular políticas públicas plurais, resultam em segregação e marginalização de parcelas sociais já vulnerabilizadas, além de colaborarem para a atualização e manutenção do sistema de dominação vigente. Rita Segato entende que a organização desses grupos em específico não pode ser comparada aos movimentos feministas, tendo em vista que seu surgimento no Ocidente se deu muito rapidamente e de forma orquestrada em diferentes países, indicando que “é o resultado de uma agenda que facilmente capturou, com consignas morais

³² Esses grupos de feministas popularizaram-se rapidamente, principalmente a partir dos anos 2010, e geralmente denominam-se Radfem (*Radical Feminism*), TERF (*Trans Exclusionary Radical Feminists*) ou, mais recentemente, sob a alcunha de Feminismos CG (*Gender Critical*). Eu, particularmente, não acho correto a atribuição de “radical” deste braço transfóbico que se gestou a partir de leituras deturpadas de teóricas clássicas do feminismo radical. Há pesquisas que apontam o uso reducionista de conceitos desenvolvidos por teóricas do feminismo anglo-europeu da 2ª onda, que não autorizam a posição transfóbica a partir das suas categorias e conceitos. Penso que seja necessário atualizar criticamente a nomenclatura teórica que vem sendo utilizada para denominar esses grupos, de forma que os distancie da ideia de que estão agindo na raiz do problema, ao se reivindicarem – e serem nomeadas – como radicais.

³³ Alguns escritos sobre a situação brasileira diante desse comportamento podem ser lidos em: <https://caterinas.info/columas/pilulas-discernimento-puro-suco-patriarcado/>, <https://jornal.usp.br/articulistas/eva-alterman-blav/as-mulheres-e-o-radicalismo-da-direita/>, e <https://lanadeholanda.medium.com/o-fascismo-mesmo-com-outro-nome-continua-sendo-fascismo-f684bd5af4ad>.

elementares, uma população que nunca atingiu uma participação política real e cuja consciência não foi trabalhada no período progressista” (2022, p. 43).

Os feminismos e a resistência das mulheres reúnem esforços de luta pelo desmantelamento do sistema patriarcal, pois entendem este como componente estruturante do sistema capitalista, mantendo assim a ordem do “mundo de donos” (SEGATO, 2022, p. 49) onde não somente as mulheres, como as crianças, as populações marginalizadas, os territórios, os animais, os ecossistemas, são vistos como coisas a serem vendidas, consumidas, categorizadas, movidas e controladas pelos seus proprietários.

Neste sentido, para muitas das autoras, teóricas e ativistas feministas decoloniais, as ações de violência contra as mulheres – sobretudo as violações sexuais e os feminicídios – estão diretamente ligados às violentas disputas territoriais e aos efeitos de uma economia extrativista, predatória e desenfreada, instalada na região desde o período colonial. Assim, este tópico será dedicado a discorrer sobre as possíveis articulações teóricas e conceituais a respeito de gênero, território e violência, tendo como base as epistemologias decoloniais e feministas latino-americanas, onde a mobilização do conceito corpo-território³⁴ torna-se fundamental para “visibilizar as relações entre a violência sobre os corpos das mulheres e os processos globais de expropriação dos territórios” (HERNÁNDEZ e JIMENÉZ, 2023, p. 33).

2.2.1. O corpo feminino como território colonizado

Ao definir o conceito de gênero como uma categoria útil para a análise histórica nos anos 1980, a historiadora Joan Scott (2019) argumenta que o gênero é uma construção social e cultural que varia ao longo do tempo e do contexto, não se tratando de uma questão de diferenças biológicas entre homens e mulheres, mas sim uma forma de organizar as relações de poder e as estruturas sociais. Dessa maneira, apreende-se o caráter histórico, não-biológico e não-natural das ideias sobre a masculinidade e feminilidade como sendo construídas por meio de linguagem, símbolos e narrativas que são criadas e disseminadas na sociedade. Esses discursos ajudam a manter e reforçar as hierarquias de gênero, legitimando formas específicas de poder e subjugação.

Sob este mesmo ângulo histórico, ao analisar a existência de uma grande quantidade de mitos de origem, em diferentes povos, onde é narrado o primeiro ato de disciplina através de uma lei masculina, em que a mulher é subjugada e submetida à conjugalidade, Rita Segato define que “o patriarcado é a forma mais arcaica e básica da desigualdade” (2022, p.

³⁴ Não somente esse, mas também outro correlatos tais como território-corpo-terra, corpo-água, dentre tantas outras diversas manifestações da resistência feminina ao projeto extrativista na região.

37). Em acordo com o pensamento de Scott, Segato apreende o caráter histórico e discursivo da dominação masculina que, apesar de narrada diariamente por milênios e por diferentes povos, não pode ser afirmada como natural justamente por precisar ser sustentada discursivamente, até os dias atuais.

Entendendo esses mitos como “relato do desenlace e a sequela de uma primeira guerra, que resulta na primeira redução de parte da humanidade a uma posição de subordinação” (p. 39), Segato elabora a sua percepção de como foram desenvolvidas as primeiras tecnologias de colonização, a partir do entendimento do corpo das mulheres como território passível de aplicação de violências, dominação e apropriação. Para a autora, então, a subordinação feminina seria “a primeira conquista, na qual o corpo das mulheres passa a ser a primeira colônia” (p. 39).

Esse entendimento do corpo feminino como um valor a ser acumulado, expropriado, vendido, trocado e, substancialmente, controlado, também tem sido trabalhado por autoras feministas de origem marxista, como é o caso da filósofa Silvia Federici (2017). A autora argumenta que, no longo processo que resultou na caça às bruxas do continente europeu, ocorrida no período entre os séculos XVI e XVII, a opressão das mulheres e a colonização das Américas estão profundamente ligadas ao surgimento do capitalismo devido ao seu papel de acumulação primitiva. No caso da colonização, a acumulação se deu através da exploração de matéria prima e riquezas, enquanto a opressão e a violência contra as mulheres foram sistematicamente utilizadas para controlar seus corpos e encerrá-las no ambiente doméstico privado, desempenhando os trabalhos não remunerados de reprodução social, necessário para a manutenção da classe trabalhadora (FEDERICI, 2017).

No que tange aos aspectos de gênero, no período histórico estudado, Federici revela que há uma redefinição da masculinidade e da feminilidade, tendo a posição feminina sido reiteradamente infantilizada, aviltada e desvalorizada, econômica e socialmente, bem como os próprios espaços, social e construído, passam a ser diferenciados sexualmente, ficando as mulheres cada vez mais restritas aos ambientes privados e domésticos, enquanto aos homens se dispõem das arenas públicas e políticas. Há também um forte uso simbólico da cultura, ilustrando de diversas formas os castigos infligidos à insubordinação feminina e os mais trágicos destinos relegados às mulheres que não se submetiam à domesticação.

Por um outro ângulo, ao tratar do contexto da colonização na região latino-americana, Segato defende que as relações de gênero na América Latina não podem ser entendidas apenas a partir de uma perspectiva ocidental, mas devem levar em conta a história colonial e as dinâmicas específicas de poder que surgiram a partir desse contexto. Para essa autora as categorias de gênero foram moldadas pela colonização e pelos processos de dominação

que acompanharam a chegada dos colonizadores europeus à América Latina. Ela destaca a violência de gênero como uma ferramenta de controle e subjugação das populações nativas e afirma que a colonização teve um impacto profundo na construção das identidades de gênero na região.

Como uma forma de compreender as diferentes manifestações e formas de operação do patriarcado ao longo da história e em diferentes contextos sociais, Segato introduziu a ideia de *patriarcado de baixa e alta intensidade*, como forma de operacionalizar as nuances das experiências das mulheres em diferentes sociedades e períodos históricos. Com essa teoria, a autora discorda e se opõe a opinião de outras feministas decoloniais - tais como Maria Lugones e Oyèrónkẹ Oyěwùmí - de que não havia demarcação de gênero e organização patriarcal no período pré-colonial, mas defende que é justamente a existência de hierarquias e posições privilegiadas aos homens no mundo-aldeia, e sua captura estratégica pelo sistema colonial-moderno, que permitiu a consolidação do projeto colonial na região.

(...) o gênero sempre existiu, mas de uma forma diferente da dos tempos modernos. Além disso, mostra que o contato da colonial-modernidade com o gênero da aldeia traz mudanças perigosas. A colonial-modernidade infiltra-se na estrutura das relações da aldeia e as reorganiza a partir de dentro, criando a ilusão da continuidade ao mesmo tempo em que transforma seu significado, ao introduzir uma ordem agora regida por normas diferentes (SEGATO, 2021, p. 101)

Dentre as estratégias de consolidação do domínio ocidental sobre o território das colônias, aquelas direcionadas para o desfazimento de laços comunitários, dissolução de comunidades, ruptura de relações de solidariedade, introdução do (auto)controle sobre os corpos e comportamentos, foram – e continuam sendo – as mais efetivas. Mas é preciso destacar que tais estratégias foram desenvolvidas antes mesmo da colonização, datando da própria formação do sistema capitalista no continente europeu.

Segundo Silvia Federici (2017), o período conhecido como “caça às bruxas” foi, na verdade, um ataque sistemático contra os costumes, saberes e laços comunitários, visando a liberação de terras comunitárias e formação do comportamento desejado para a mão de obra de um sistema industrial. Para a autora, sob o pretexto de combater a idolatria, o pecado e as ações demoníacas, um número incalculável de mulheres foi submetido, por séculos, a todo tipo de humilhação, julgamentos, violências e a execução propriamente dita.

A autora relaciona essa mesma hostilidade de tratamento resignada às mulheres na Europa pré-capitalista, ao teor desumanizador dedicado aos povos originários e populações escravizadas nos territórios colonizados durante o período da conquista. Para ela, a similaridade em ambos se deve ao fato de ser uma lógica de operação a serviço de um “projeto de expropriação” do trabalho e dos corpos (2017, p. 203).

As dimensões do massacre deveriam, entretanto, ter levantado algumas suspeitas: em menos de dois séculos, centenas de milhares de mulheres foram queimadas, enforcadas e torturadas. Deveria parecer significativo o fato de a caça às bruxas ter sido contemporânea ao processo de colonização e extermínio das populações do Novo Mundo, aos cercamentos ingleses, ao começo do tráfico de escravos, à promulgação das Leis Sangrentas contra vagabundos e mendigos, e de ter chegado a seu ponto culminante no interregno entre o fim do feudalismo e a “guinada” capitalista, quando os camponeses na Europa alcançaram o ponto máximo do seu poder, ao mesmo tempo que sofreram a maior derrota da sua história. Até agora, no entanto, este aspecto da acumulação primitiva tem permanecido como um verdadeiro mistério (FEDERICI, 2017, p. 292-293).

Esse modo de proceder em relação às mulheres, o uso da violência para a domesticação e para a definição hierarquizada da posição de homens, mulheres e crianças, tanto na sociedade quanto na família, é replicado nos territórios colonizados por meio da inserção do poder de dominação e da legitimidade do uso arbitrário da violência pelos homens indígenas, através das legislações coloniais, e da aplicação da coerção e castigos perpetrados contra mulheres e crianças da mesma comunidade, em um processo de educação catequética, que foi aumentando à medida que a metrópole buscava intensificar a sua exploração sobre o território colonial.

Antes da colonização, as mulheres ocupavam um lugar social bastante diferente do que estava sendo imposto, que as retirava dos seus postos políticos na sociedade, as rebaixava à condição de subordinada ao marido ou chefe tradicional, e ainda às submetia ao estado de vigilância constante em relação às violações sexuais, principalmente os estupros, praticados pelos colonos. Nesse aspecto, Segato argumenta que o uso da violência patriarcal, na forma de violações sexuais e feminicídios, é uma tecnologia de guerra importada dos colonos como método de dominação e demarcação territorial, de forma que as populações indígenas e tradicionais não possuem mesmo um vocabulário – até os dias atuais - para descrever tais práticas.

Impressiona, também, o fato de a palavra que elas escolheram na língua *quekchi* ao descrever o que aconteceu tenha sido “profanação”, uma vez que ela coincide com o que autores do outro lado do mundo, tais como a mencionada Mary Kaldor, alegam ser uma das características das novas guerras; guerras de profanação, nas quais os *loci* do sagrado para os povos são atacados; templos, sábios e mulheres, e, ao profanar tanto o sustentáculo que eles representam para o autorrespeito da coletividade quanto a coesão dos laços de reciprocidade e confiança, as bases que sustentam a permanência do tecido social são destruídas (SEGATO, 2022, p. 31)

A similaridade entre a estratégia de controle utilizada na caça às bruxas do continente europeu, e a violência empregada às populações indígenas e de escravizados nas colônias ameríndias, fica nítida a partir do momento em que, mesmo a metrópole intensificando sua cruzada contra as religiões e costumes das comunidades, as adorações aos seus deuses originários, ainda assim os laços comunitários e a relação entre o corpo, a natureza e o

território, não foram eliminados completamente. Neste momento, o alvo da violência mira especificamente nas mulheres.

Rapidamente evidenciou-se que, sob o manto da cristianização, os povos continuaram adorando a seus deuses, da mesma forma que continuaram retornando a suas *milpas* (campos) depois de terem sido tirados de casa. Por isso, o ataque aos deuses locais, ao invés de diminuir, se intensificou com o passar do tempo, alcançando seu ápice entre 1619 e 1660, quando a destruição dos ídolos foi acompanhada por verdadeiras caças às bruxas, desta vez convertendo em alvo particularmente as mulheres (FEDERICI, 2017, p. 396).

Essas estratégias impositivas foram utilizadas, juntamente com um forte aparato legal, tanto para impedir relações interracialis e interétnicas entre homens e mulheres, quanto para desestabilizar as relações de amizade e parcerias laborais entre as mulheres nas colônias, estabelecendo as hierarquias baseadas na classe, no sexo e na raça/etnia, que são os fundamentos para a instituição do racismo e do sexismo, como fatores estruturantes das relações sociais nesta região.

Rita Segato chama esse processo descrito por Federici de uma “inflexão colonial” (2022, p. 39), momento histórico onde se estabelece a estrutura de ordem binária própria do sistema colonial moderno, transformando as dualidades existentes no momento pré-colonial em divisões rígidas e abrangentes. Assim, vão se produzindo categorias de identidades fixas baseadas tanto em aspectos físicos, quanto no grau de privilégios sociais garantidos pelas vias da legislação, da coerção e da violência. Nesse momento, o “‘homem’ com minúscula da ordem comum é transformado no ‘Homem’ com maiúscula, sinônimo e epítome da Humanidade” (p. 40), tendo em conta que este Homem cumpre também outros requisitos e critérios estabelecidos socialmente e por lei, como ser branco e proprietário.

Dessa forma há uma conexão importante entre as duas autoras. Federici (2017) explica de maneira detalhada como as estratégias de domesticação, controle e violência impetradas contra os corpos das mulheres no período de transição do feudalismo para o capitalismo na Europa, são similares à violência aplicada contra povos indígenas originários e populações africanas escravizadas nos territórios colonizados, principalmente as mulheres, e que esse modo de operar está diretamente ligado ao cercamento dos territórios, destituições de laços comunais e instituição da visão racional-moderna sobre a terra³⁵. Já Segato (2022) analisa a violência contra as mulheres na América Latina, principalmente em

³⁵ A visão racional-moderna sobre a terra e o território compreende o espaço pelas suas dimensões materiais, físicas e jurídicas, além das propriedades geradoras de renda para o sistema capitalista, ou seja, uma leitura do território baseada em seu valor de troca. É fundamentalmente o sistema de *plantations*, de grandes latifúndios com monoculturas, utilizando largamente do trabalho escravizado, que possibilitou o acontecimento da Revolução Industrial, (FEDERICI, 2017) e é o que ainda sustenta o capitalismo até os dias atuais, nas novas rodadas de cercamentos em países africanos, asiáticos e latino-americanos (FEDERICI, 2019).

se tratando de arbitrariedades nos casos de estupro e feminicídios, relacionando-a a uma reiteração contínua do sistema moderno-colonial que, utilizando do seu braço patriarcal, é um “espetáculo de poder e de soberania jurisdicional dos donos do lugar. Esses crimes são maneiras de dizer que o território tem dono” (p. 21).

Concomitantemente, por meio de uma rígida divisão sexual do trabalho, há a despolitização do espaço privado, e o declínio da posição social e política da mulher, que passa a ser reprimida dos espaços públicos, tanto quanto têm sua posição no trabalho reprodutivo esvaziada politicamente. A análise deste processo é importante para compreensão da suscetibilidade às violências em que mulheres e crianças passaram a se encontrar no ambiente privado do lar.

Na vida comunal, o universo doméstico não é entendido como íntimo ou privado; ele só será privatizado e despolitizado na transição para a modernidade-colonial. A politização era e é de outro tipo no ambiente comunal, onde ela persiste, ainda que esgarçada pela intervenção colonial. É também na captura e no encapsulamento da família nuclear moderna que as mulheres e suas proles se tornam vulneráveis e matáveis como nunca antes (SEGATO, 2022, p. 24).

Essa “despolitização do posicionamento feminino no ambiente da cidadania” (SEGATO, 2022, p. 24) tem seus desdobramentos capturados por pesquisas atuais sobre a presença das mulheres na política, sobretudo aqueles que discutem a relação entre violência política de gênero e a fragilidade da democracia.

A cientista política Flavia Biroli vem apontando como divisão sexual do trabalho, o encerramento das mulheres à vida privada, a despolitização da vida doméstica e desvalorização do feminino, estão diretamente relacionados à uma frágil construção do próprio sistema democrático, que nunca poderá ser plenamente participativo e plural sem a possibilidade de participação para homens e mulheres em termos iguais. Para ela, há uma necessidade de problematização da dualidade entre público e privado e da divisão sexual do trabalho na construção de teorias democráticas, pois “as relações de poder na esfera privada não são computadas na compreensão de como os indivíduos se tornaram quem são e dos limites desiguais para atuarem, individual e coletivamente” (BIROLI, 2018, p. 11).

A partir dessas leituras, entende-se que a situação específica das mulheres nas regiões latino-americanas como uma fonte crucial de respostas que possibilitem traçar novos caminhos de reflexão e de construção de estratégias feministas efetivas nas lutas contra a violência de gênero. Nesses territórios, não somente a violência colonialista - combinada com as tecnologias de dominação patriarcal amplamente utilizadas e aprimoradas em território europeu no período de transição do feudalismo para o capitalismo - foram aplicadas como método de dominação, como são praticadas diferentes formas de violência a partir do componente racial, introduzido sistematicamente através da

diferenciação étnica entre os europeus e os povos originários, mas também na produção biológica de identidades raciais entre colonizadores, colonizados e os enormes contingentes de populações escravizadas trazidas à força de diversos países do continente africano.

Também se entende que os usos estratégicos da violência arbitrária, do medo e do terror, foram suficientes durante os períodos pré e pós-colonização para afetar profundamente o tecido social das comunidades, destruindo laços coletivos de amizade e confiança, possibilitando introduzir comportamentos individualistas e competitivos. Esse terror é atribuído por Rita Segato à falta de sentido da violência excessiva empregada em corpos de mulheres e crianças, através de violações sexuais e feminicídios, enviando mensagens para comunidades inteiras a respeito do domínio territorial e jurisdicional. A ativista guianesa Andaiye (2022) revela que tais atos de violência de gênero se relacionam com a problemática visão metafórica dos corpos das mulheres como sendo a própria nação, vinculando-os à identidade nacional, o que justifica violências, controle e restrições em nome da proteção da honra, ou da preservação de culturas e tradições. Para a Andaiye, assim como para Segato, o estupro e o feminicídio são armas de guerra, utilizadas para desumanizar populações e alcançar o controle territorial.

Atualizando para o contexto atual, a socióloga argentina Verônica Gago (2020) defende que é preciso fazer uma conexão em todas as violências e violações sofridas por mulheres e corpos feminizados, para que se torná-las inteligíveis. Nessa rede de violências, nada é obvio: rastrear os modos de sua conexão é produzir sentido, porque visibiliza a maquinaria de exploração de valor que implica níveis de violência cada vez maiores, e que tem um impacto diferenciado – e, por isso, estratégico – sobre os corpos feminizados (GAGO, 2020).

Para a autora, basear-se apenas nos dados de feminicídios e das violações de gênero revela o ápice da violência, mas não permite vinculá-las “as múltiplas formas de violência que as tornam possíveis” (2020, p. 73). A proposta é ler as violências contra os corpos das mulheres a partir do corpo individual para que se possa compreender a coletividade da violência de gênero, um modo enraizado e plural de compreensão das violências, permitindo sua transversalização a todos os espaços e situações.

2.2.2. Conexões epistêmicas: do gênero ao corpo-território

É importante salientar que as(os) autoras(es) mobilizados até aqui concordam em ressaltar que os aspectos e estratégias de dominação colonial fazem parte de um arcabouço léxico-interpretativo da realidade, uma filosofia, uma epistemologia, uma cosmovisão, calcadas na divisão binária dotada de hierarquia. Dessa forma, os colonizadores fincaram a sua crença nas assimetrias de poder como dado natural, o que, para a ativista indígena manaurara jamille anahata, “são tentáculos presentes hoje calcados em diversos aspectos

da nossa sociedade”, entendendo a própria binariedade como uma “arma colonial”, responsável por criar uma “árvore de violências dicotômicas” (2024, p. 32).

O plano de colonização teve como um de seus pilares o caráter missionário de “salvar” todos esses povos das influências do que eram considerados demônios. Mesmo que o conceito cristão de demônios não fizesse parte das crenças originárias e que ninguém tivesse pedido para ser salvo. A convicção em forças binárias tais como *Deus* (o “bem celestial”), e *demônio* (“mal, infernal”) foi motor para sacerdotes transformarem reações de alteridade em assimetrias de poder. A partir dessa missão, indígenas se tornaram o Outro na sua própria terra (ANAHATA, 2024, p. 32).

Sendo assim, o primeiro passo para problematizar essa dualidade é a sua desnaturalização, possibilitando compreendê-la como constitutiva dos papéis e (re)produtora do gênero. Além disso, considerando as diferenças e mesmo o antagonismo político entre as mulheres, e tendo como base o acúmulo de reflexões em torno da divisão sexual do trabalho desenvolvido por Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), Flavia Biroli nos alerta que os distintos níveis de sobrecarga, acúmulo e exploração do trabalho de cuidado sobre as mulheres, a depender do posicionamento geopolítico e das diferenças de classe e raça, estabelece posições distintas de acesso ao poder, nos impedindo de falar dos grupos de mulheres num sentido abstrato.

O entendimento de gênero como “uma forma primeira de significar as relações de poder”, um campo, não o único, mas o primeiro “no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado” (SCOTT, 2019, p. 69), é uma premissa básica para compreender as complexidades das interações humanas, e o meio primordial pelo qual são decodificadas ao longo das transformações históricas. Essa estratégia analítica de apreensão das relações sociais, se embasa no entendimento de que houve um longo processo de cristalização do binarismo de gênero, ou seja, a dualidade dos papéis sociais entre os sexos para construir uma narrativa fundadora, um mito de origem, que se replica em diversas sociedades e povos de formas distintas, mas sempre com o teor de moralização e disciplina através do castigo para as mulheres.

Enquanto “o malefício de ser mulher se confunde com a origem da humanidade” (ALVES e PITANGUY, 2022, p. 21), o poder de castigar é atribuído como desígnio dos homens, seja por meio da natureza, de uma figura mítica ou de uma dádiva, e é o que explica a sua supremacia como grupo humano, bem como revela sua origem discursiva. O teor histórico e não natural dessa explicação reside, justamente, no fato de precisar ser narrada continuamente, tanto a dominação masculina, quanto a subordinação feminina, encontram seus lugares em uma ordem política que é patriarcal (SEGATO, 2022).

A marcação de gênero nos corpos – ou seja, atrelar a diferença à um corpo - também possui racionalidade e historicidade. No momento histórico da ordem patriarcal anterior ao

sistema capitalista e ao surgimento da racionalidade moderna, há a atribuição de uma “natureza” às diferenças emanadas pela posição dos seres na ordem social, mas não necessariamente há o atrelamento de um corpo para essa diferença, ou seja, não havia ainda o aprisionamento dos papéis na divisão do trabalho à uma anatomia biológica.

Esse tipo de atribuição direta de características sociais à materialidade corporal, que Rita Segato denomina como a “sexualização do posicionamento de gênero” e a “racialização” (2022, p. 15), são análogos e contemporâneos ao surgimento do princípio lógico racional-moderno que estrutura o modelo capitalista e o seu principal motor, a colonização, um processo de uso estratégico da violência para controle e dominação dos corpos das mulheres gestado no período feudalista europeu.

É indubitável que a dominação por meio do corpo tem relação com as invasões e com as colonizações. Assim, pode-se dizer que, como ocorre com a raça, a invasão e a colonização atribuem uma “natureza” e, depois, uma biologia ao posicionamento do derrotado de uma natureza – e, num momento posterior, de uma biologia – diferenciada e inferior. Portanto, ela ocorre a partir do aprisionamento de uma anatomia, de um fenótipo, sinalizando uma posição na história. Da mesma forma, no processo de invasão e colonização, o posicionamento feminino é também aprisionado pelo corpo-significante, para ser percebido de modo equivocado mais como uma natureza do que como um posicionamento na história (SEGATO, 2022, p. 15).

Esse processo também foi descrito por Federici (2017) que, utilizando reflexões sobre o disciplinamento da classe trabalhadora desenvolvidos por clássicos como Marx e Weber, entende que a reforma do corpo humano para o controle dos impulsos, permitindo regularidade e previsibilidade necessárias para o estabelecimento da relação entre trabalhador e capitalista, assim como a alienação desse corpo que se dissocia da alma e é visto a partir da sua utilidade como ferramenta de trabalho.

Assim, torna-se necessário destruir o imaginário holístico a respeito do corpo como um “receptáculo de poderes mágicos” (FEDERICI, 2017, p. 241), para se tornar um terreno apartado do ecossistema, fragmentado, delimitado pelas margens, decomposto em partes e, assim, explorado para que liberasse seus “tesouros escondidos” (p. 255).

Rogério Haesbaert, citando o indígena brasileiro Ailton Krenak, nos informa que essa desagregação do amálgama entre corpo e natureza é uma estratégia que permanece nos territórios latino-americanos até os dias atuais, com a despersonalização dos territórios e elementos naturais de sua energia vital, possibilitando assim que os tratemos como objeto de uso e mercadoria.

O “inanimado”, para culturas tradicionais, também é carregado de “ânima”, energia, e de várias formas nos afeta. Destituído dessa “ânima” ou desse afeto, perde força, “poder”, e é transformável em mero objeto de

manipulação e/ou consumo, simples mercadoria (...) Por isso são tão fundamentais a releitura e a reconceituação corporificada, encarnada, do território, e dos poderes/das forças que o mobilizam (HAESBAERT, 2023, p. 156).

Há uma relação entre esses os dois autores pois, apesar de estarem se referindo a posições de análise diferente do binômio de corpo-território (Federici focando no corpo, e Haesbaert focando no território), ambos compreendem a centralidade de ação do sistema capitalista sobre um “corpo” (humano ou terra) visando sua especialização a partir da utilidade da sua matéria, possibilitando a apropriação para o trabalho e o mercado. Haesbaert ao ler Federici, entende que a “desterritorialização começa por aquela efetuada no bojo da dinâmica capitalista em relação ao nosso corpo, destituído da apropriação da terra e posto “à venda” no mercado de força de trabalho” (2023, p. 136-137). Esse movimento de especialização da matéria – o corpo e o território – como objeto para o ritmo de trabalho capitalista se deu, no caso do corpo social humano e em termos hegemônicos, para toda a classe trabalhadora.

Mas, falando em termos de hierarquização sexual, o peso desta nova estrutura de funcionamento social sobre mulheres e crianças foi maior, tendo em vista que a estratificação dos sexos na sociedade permitiu aos homens trabalhadores a imposição da dominação e todo tipo de violência na esfera privada do lar.

Como vimos, os trabalhadores homens foram frequentemente cúmplices deste processo, tendo em vista que tentaram manter seu poder com relação ao capital por meio da desvalorização e da disciplina das mulheres, das crianças e das populações colonizadas pela classe capitalista. No entanto, o poder que os homens impuseram sobre as mulheres, em virtude de seu acesso ao trabalho assalariado e de sua contribuição reconhecida na acumulação capitalista, foi pago pelo preço da autoalienação e da “desacumulação primitiva” de seus poderes individuais e coletivos (FEDERICI, 2017, p. 234).

A violência específica impetrada contra as mulheres devido à sua posição desfavorável nas relações e na hierarquia social é, portanto, inerentemente atrelada ao próprio desenvolvimento histórico da biologização do gênero nos corpos, bem como da imposição do modelo heterossexual como norma (DORLIN, 2021). O predomínio da heterossexualidade organizou as relações humanas de forma bastante fundamentada pela doutrina cristã e os interesses capitalistas no trabalho reprodutivo feminino, compreendendo a sexualidade como exclusivamente destinada à reprodução, e organizando socialmente os corpos definindo as posições femininas e masculinas à um destino social específico.

Além disso, ao analisar historicamente as categorias de gênero, sexo e sexualidade, esses estudos apontaram que é a partir da imposição da heterossexualidade como norma³⁶, através das rígidas composições das famílias nucleares, que a inscrição biológica do gênero nos corpos - o sexo - passa a ser utilizada como categoria normativa e de identificação social.

É através do uso sistemático da violência que o gênero feminino foi inscrito nos corpos das mulheres. Federici (2017) demonstra que o controle da sexualidade das mulheres, na transição do feudalismo para o capitalismo, se deu por meio do uso da força e da violência, aplicada por homens individuais, liberados socialmente para impor a dominação e ordem patriarcal, mas também pelo Estado, diretamente por meio da força e da lei, indiretamente através de meios culturais, e pela Igreja, por meio de leituras bíblicas que naturalizavam a posição submissa e o lugar natural doméstico das mulheres, bem como de aplicação de penitências, castigos e punições àquelas que não cumprissem os rígidos ritos.

Desde tempos muito antigos (depois que o cristianismo se tornou a religião estatal no século IV), o clero reconheceu o poder que o desejo sexual conferia às mulheres sobre os homens e tentou persistentemente exorcizá-lo, identificando o sagrado com a prática de evitar as mulheres e o sexo. Expulsar as mulheres de qualquer momento da liturgia e do ministério dos sacramentos; tentar roubar os poderes mágicos das mulheres de dar vida ao adotar trajes femininos; e fazer da sexualidade um objeto de vergonha — esses foram os meios pelos quais uma casta patriarcal tentou quebrar o poder das mulheres e de sua atração erótica (FEDERICI, 2017, p. 81).

Com a adoção desta legislação repressiva, a sexualidade foi completamente politizada. Todavia, não vemos ainda a obsessão mórbida com que a Igreja Católica abordaria depois as questões sexuais. Porém, já no século XII, podemos ver a Igreja não somente espiando os dormitórios de seu rebanho, como também fazendo da sexualidade uma questão de Estado (FEDERICI, 2017, p. 83).

Cabe ressaltar que a leitura dos territórios por parte das populações originárias latino-americanas é bastante diferente da compreensão territorial dos colonizadores europeus. A matriz de leitura geográfica eurocêntrica, principalmente a anglo-saxônica, enfatiza as dimensões jurídicas e políticas do território, aquilo que o transforma em um objeto ou coisa passível de ser compreendida a partir do seu valor de troca. Já as leituras latino-americanas do território se ligam à esfera do espaço vivido, da relação entre o corpo e o lugar,

³⁶ Não cabe neste trabalho desenvolver esse debate, mas conceitos como “heterossexualidade compulsória” de Adrienne Rich, “heteronormatividade” por Guacira Lopes Louro, “matriz heterossexual” de Judith Butler, e “corpos *straight*” de Paul B. Preciado, são algumas das muitas contribuições dos campos de estudos em sexualidades e das teorias *queer* à compreensão da heterossexualidade como mais que apenas uma forma de relação sexual humana, e sim um conjunto de práticas, um sistema político de regulação, gestão e dominação dos corpos.

ênfatizando sua utilização, mas num sentido “que se estende bem além do simples valor de uso, compreendendo também um expressivo valor simbólico” (HAESBAERT, 2020, p. 76).

Este tem sido parte de nossas contribuições, a recuperação do corpo como território de defesa, porque para nós, como feministas comunitárias, algo que é muito importante é que não pode ser realizada qualquer teoria política ou feminista enquanto as expressões dos corpos de mulheres não estiverem ligadas a um ser e estar que é um lugar único, a terra [*entrevista Lorena Cabnal para a revista Geni* (BITTENCOURT, 2015)].

Assim, se os povos originários propõem lutar pelo território, começando por seus próprios corpos (em especial no caso das mulheres) e estendendo-se até o conjunto de seus “mundos”, é porque entendem que o que está em jogo, o que está sendo ameaçado em última instância é a própria vida – e não somente a deles, na medida em que partilham de uma concepção de “corpo”, humano e planetário, comum (HAESBAERT, 2020, p. 87).

As leituras de geógrafas(os) e feministas latino-americanas do conceito de território também destacam a indissociabilidade do corpo e a terra em que este estabelece suas relações, gerando uma miríade de conceitos e atribuições³⁷, que se adequam à realidade social, cultural e espacial da população à qual determinada luta se refere, atribuindo ao território o status de organismo vivo.

O que essa leitura interessa para o desenvolvimento do trabalho, é que a apreensão do conceito de território que, por parte dessa epistemologia feminista, compreende uma abordagem holística do espaço, englobando os vínculos funcionais à sobrevivência, e imbricando a própria leitura de gênero e raça à territorialidade.

A imagem do corpo-território revela batalhas que estão ocorrendo aqui e agora, além de assinalar um campo de forças e torná-lo sensível e legível a partir da conflituosidade (...). A conjunção das palavras corpo-território fala por si mesma: diz que é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território da paisagem (GAGO, 2020, p. 107)

Mas, ao mesmo tempo, é importante salientar que a utilização do termo corpo-território serve tanto como ponto de partida para diálogo entre as diversas lutas e resistências que atravessam os países da região latino-americana (HERNÁNDEZ e JIMENÉZ, 2023), quanto revelam a insuficiência do conceito de gênero para dar conta das problemáticas que atravessam os corpos e as sujeições à violência. Neste ponto, os feminismos negros, feminismos interseccionais, feminismos lésbicos, transfeminismos e feminismos indígenas (dentre tantas outras pluralidades de teorias e ativismos) salientam para incapacidade de a categoria gênero dar conta das múltiplas feminilidades e mulheridades, sobretudo das experiências de construção destas categorias durante e após a colonização.

³⁷ Tais como água-território, território-corpo, terra-território como corpo, corpo-terra, território-corpo-terra, dentre tantas outras (HAESBAERT, 2020).

Nesse sentido, a mobilização do conceito corpo-território é uma proposta de giro epistêmico que, apesar de não buscar substituir ou invalidar o uso de outras categorias – tais como gênero ou raça – busca demarcar uma cosmovisão, uma intencionalidade política, uma filosofia e, sobretudo, uma origem territorial de elaboração crítica. Quando mobilizada, a categoria corpo-território carrega consigo uma carga de lutas e estratégias, além de informar a corporalidades e contextos históricos e políticos que a forjaram, oferecendo não somente as ferramentas de análise, mas também estratégias para projetar rotas de fuga, de construção de futuro e de liberdade.

2.2.3. Gênero, corpo e território: uma relação de violência?

Vimos no tópico anterior a relação intrínseca entre o uso da violência e a inscrição corporal do gênero (tanto das mulheres com posição subordinada, quanto dos homens como sujeito autorizado socialmente a aplicar a força e a violência). Para Rita Segato (2022), tal relação é passível de análise territorializada, no caso das mulheres latino-americanas. Ao compreender os feminicídios e os crimes sexuais (principalmente aqueles entendidos como utilitaristas, imbuídos de alto teor de crueldade e sem motivo) como crimes de poder, a autora conclui que esses constituem uma “mensagem de soberania territorial, ou seja, de controle jurisdicional” (SEGATO, 2022, p. 22).

[Essas repúblicas] Geraram uma gramática que, como sistema de crenças, permitiu supor que as relações sociais tinham atingido a estabilidade e previsibilidade, mas nunca deixaram de conviver com altos níveis de violência e morte, e com o recurso permanente e cíclico às ações repressivas do Estado ao longo de sua história. (...) Os Estados são, por outro lado, inevitavelmente infratores, porque não cumprem as leis que os regem e transgridem leis como a de execução penal, os pactos, as convenções e protocolos de direitos humanos constitucionalizados pela adesão das nações do continente (SEGATO, 2022, p. 46-47).

Ao compreender o caráter inacabado dos Estados latino-americanos, Segato se apoia na perspectiva decolonial de Aníbal Quijano, e se assemelha à reflexão sobre o surgimento do Estado desenvolvida por Norbert Elias, de que a concentração de poder, administração, bens e territórios das metrópoles coloniais às novas sedes administrativas desses novos “estados”³⁸ apenas foram transferidos às elites locais, sem planejamento distributivo ou de construção de projeto nacional. Assim, o processo de conquista e de concentração do poder necessários à constituição do Estado nacional, no molde capitalista europeu, permanece inacabado, estando em estágio contínuo a imposição de invasão sobre os territórios

³⁸ Mantenho entre aspas devido ao fato de que a formação da estrutura administrativa em cada país latino-americano após a independência, se deu sob regimes distintos, figurando entre o estabelecimento de repúblicas ou a manutenção de impérios – como o caso do Brasil. Para a análise de Segato, essas diferenças particulares não importam muito, e sim importa saber nas mãos de que grupo o aparato administrativo e de controle foi entregue após a libertação colonial.

comunais e o desfazimento das redes entre os povos. Esse raciocínio colabora para fundamentar o argumento de Verônica Gago (2020) para a insuficiência das instâncias estatais para lidar – pelo menos sozinhas - com as medidas de mitigação e resolução para as violências de gênero.

Outro aspecto importante da reflexão sobre a conquista nos territórios latino-americanos a partir do modelo de Segato, é a impossibilidade de ocorrência desse evento histórico sem a “formação masculina dos homens das sociedades vencidas e suas consequentes lealdade e obediência finais à cabeça vencedora” (2022, p. 231), sendo esse grupo vencedor organizado em uma ordem que ela denomina por “corporação masculina” (2022, p. 93).

Foi discutido anteriormente sobre a inserção do senso de autoridade de dominação masculina, introduzida pelos europeus nos homens indígenas e escravizados, tratada por Federici (2017), mas essa é uma questão que também foi debatida e atualizada por outras autoras feministas, como Lélia Gonzalez (2019; 2020) ao tratar das amefricanas e ameríndias, também bell hooks (2019; 2022) e Angela Davis (2017) ao explicitarem a situação das mulheres estadunidenses.

De maneira geral, essas autoras descrevem que, em nome das promessas de alçar o poder ofertado através da masculinidade, mulheres e crianças estão em situação de vulnerabilidade a violações e abusos, tendo em vista que mesmo seus companheiros e familiares estão propensos a ceder às pressões de cobrança pelo custo de manter a sua posição dominante.

Em uma cultura de dominação, todo mundo é socializado para enxergar violência como meio aceitável de controle social. Grupos dominantes mantêm poder através da ameaça (aceita ou não) de que castigo abusivo, físico ou em exercício forem ameaçadas (...). Com mais homens entrando para o grupo de desempregados ou recebendo baixos salários, e mais mulheres entrando para o mercado de trabalho, alguns homens sentem que o uso da violência é a única maneira de estabelecer o poder e a dominação dentro da hierarquia sexista do papel dos sexos. Até que desaprendam o pensamento sexista que diz que eles têm direito de comandar as mulheres de qualquer forma, a violência de homens contra mulheres continuará sendo norma (hooks, 2022, p.100).

Ao mesmo tempo em que a aliança masculina gera um sem-fim de benefícios e poder aos homens, a masculinização é também um processo permanente de iniciação que os incapacita para a geração da vida e dessensibiliza para atividades de cuidado. Segato (2022) nos aponta que, nas sociedades pré-coloniais, a diferenciação dos espaços e comportamentos de homens e mulheres detinham um caráter dualista e hierárquico de exercício do poder, tendo o domínio público e político ligado ao espaço externo, e o privado

doméstico ligado ao espaço interno. Nesse arranjo, os homens são preparados³⁹ para lidar com a política, a guerra e a morte, ao passo que as mulheres estão no interior comunal exercendo as tarefas domésticas, mas isso não significava necessariamente que as ações das mulheres no espaço comunitário não interferissem nas decisões políticas tomadas nos espaços públicos.

No que tange espacialidade é possível afirmar que houve uma perda política do espaço doméstico durante a transição para a colonial-modernidade, onde a privatização da família, o isolamento das mulheres e a despolitização do espaço doméstico resultaram em maior vulnerabilidade das mulheres e crianças, ao passo que os homens transitam diretamente para o Estado. Mas, mesmo entre os homens, essa transição não se dá de forma igual, dado que a raça e a etnia também os diferenciam e hierarquizam no território colonial.

Quando a *criollización* dos homens é iniciada e sua consequente captura não só pelas estruturas políticas, mas também pela sexualidade do opressor, a autoridade indígena se transforma em “cacique”, e sua posição passa a ser a de um sujeito-dobradiça, um patriarca da sociedade transnacional que se curva, se emascula diante do vencedor branco, dono e colonizador-modernizador, e restaura sua masculinidade, se reemacula por meio da violência para com os seus (SEGATO, 2022, p. 248).

Ao passo que o homem pré-colonial se transforma no Homem do humanismo moderno, concomitantemente a consolidação dos Estados, tudo o que é relativo ao domínio político passa a encarnar o masculino ideal, iconizando no corpo do homem branco a politização e a universalidade, numa inversão das minorias e marginalização dos sujeitos marcados pela raça e pelo gênero. A construção dos ideais de humanidade e cidadania, corporificados nessa subjetividade, é o que embasa legislações, determinações contratuais, e o estabelecimento de direitos e deveres entre sujeitos universais e iguais entre si, estruturas jurídicas que garantem o funcionamento do Estado.

As feministas decoloniais chamam a atenção para a particularidade do caso latino-americano nessa estrutura que, antes de tudo, se trata de uma visão de mundo oposta à uma relação de vida comunal, carregando de preconceitos os ideais comunitários ao passo que insere a relação humana “cidadã” como opção substitutiva (SEGATO, 2022; CABNAL, 2010; CURYEL, 2020; LUGONES, 2020). E a substituição da subjetividade baseada em relações comunitárias, para o modelo de indivíduo cidadão do racional-modernismo, é um processo civilizador de controle de impulsos, dos corpos e da sexualidade, onde operam a coerção e a violência para conformar indivíduos competitivos e exploradores, e que são bases fundamentais para a existência do sistema capitalista.

³⁹ Nos termos de Segato, são “dessensitizados” (2022, p. 246), o que os torna tanto mais preparados para lidar com a violência, as guerras e conflitos, quanto menos empáticos e suscetíveis à crueldade.

Na medida em que se forma uma economia política apartada da base comunitária e voltada para a produção, os homens assumem a posição do sujeito universal do discurso político, deixando de atuar nas outras formas possíveis de gestão política e social, apartando a masculinidade da feminilidade como esferas binárias, encarnadas, especializadas e relacionadas, entre si, apenas por meio dos desequilíbrios de poder e hierarquia.

É particularmente importante, sobretudo para o campo do Planejamento Urbano, essa relação feita entre o uso da violência e o território, que vem sendo bastante estudada por teóricos que buscam compreender a relação entre a produção do espaço e o capitalismo, como David Harvey (2005). Assim como Harvey, Segato compreende a centralidade do uso da violência na despossessão e esvaziamento de territórios interessantes para o capital, mas adiciona à sua análise a funcionalidade do sistema patriarcal para o capitalismo, assim como entende o Estado como composto de um “DNA patriarcal”, e representante da “última estrutura gerada pela história da masculinidade” (SEGATO, 2022, p. 45).

Partindo para a imbricação da leitura de gênero e raça à posição territorial, Segato chama a atenção para o fato de que o corpo generificado e racializado carrega a marca daquele que foi – e permanece sendo - vencido na guerra colonial, carregando esse signo da derrota no corpo e na paisagem em que habita, ou seja, “o sujeito é o seu fenótipo, e o seu fenótipo delata um lugar na história” no caso latino-americano, “emanações de uma paisagem geopolítica originada na história colonial” (SEGATO, 2022, p. 241). A partir dessa perspectiva, as violências em torno das disputas territoriais podem ser vistas também como uma questão embates de ontologias de mundo, assim como também o são as disputas em torno da emancipação dos corpos em relação imposição normativa do gênero, da raça e da sexualidade.

Para evitar que a leitura da violência a partir de conceitos como gênero e corpo-território recaia na conclusão de que toda relação entre homens e mulheres é violenta, ou que toda mulher e corpo feminizado é uma vítima, é possível recorrer à Verônica Gago (2020) quando defende que há uma relação orgânica entre as diversas situações de violência e um estado de “guerra nos corpos de mulheres e corpos feminizados”, que caracterizariam um momento atual da acumulação de capital, sob os padrões neoliberais. Segundo a autora, relacionar as situações de violência aparentemente dissociadas entre si, permite perceber suas diferenças, mas conectá-las à uma mesma raiz, possibilitando estabelecer solidariedade e fabulações para novas estratégias de enfrentamento.

Assim, a indissociabilidade entre corpo e território colabora para clarificar as visões distintas de mundo, amplificando os campos de atuação para fazer frente à violência de

gênero como parte de uma estrutura de sociedade que, baseada nas assimetrias de poder e no uso da violência como estratégia de dominação dos vencedores sobre os vencidos, precisa separar o corpo da sua relação com a natureza para que, assim, capture ambos como objetos passíveis de serem dominados, coisificados, mercantilizados e explorados.

2.3. Feminizar políticas territoriais e urbanas: um desafio

A luta feminista é um longo e complexo processo social, que é plural, ativo, requintado, e vem sendo construído por décadas a fio por gerações de mulheres do mundo todo, mas que está longe de ser consolidado em uma única apreensão conceitual. O feminismo é também uma das mais ricas produções teóricas e práticas produzidas na história recente, sendo um componente fundamental para o amadurecimento político da humanidade (SANTOS, 2014).

Esse caráter vanguardista dos feminismos é atribuído ao fato de ter, em seu horizonte de construção para o futuro, mais do que somente a reivindicação de igualdade ou o enfrentamento às violências baseadas no gênero, mas o próprio “fim da opressão sexista” (hooks, 2019, p. 59) ou a “desarticulação do mandato de masculinidade” (SEGATO, 2022, p. 33) que fomentam a existência das diferenças. E vai além ao compreender a relação intrínseca entre o sistema capitalista, o machismo e o racismo na manutenção dessas estruturas.

A partir desse entendimento, o feminismo é o movimento que impulsiona a construção de um futuro livre do ideário acumulador e de dominação de uma pequena parcela humana sobre enormes contingentes de pessoas, seres vivos e territórios, passando pelo fortalecimento de uma ordem política comunal, baseada em uma filosofia de solidariedade e bem-viver comum, (re)posicionando politicamente as mulheres como agentes criadoras dessa nova organização social.

É importante ressaltar que o feminismo não é singular, assim como as mulheres também não o são. Há uma pluralidade de movimentos e teorias feministas, tendo em vista que a experiência de ser mulher não é única, e tampouco pode ser reduzida a uma simples aglutinação de demandas em comum. Existem inúmeras divergências e constantes questionamentos internos às próprias organizações, heterogeneidades essas que residem justamente na impossibilidade de homogeneizar e universalizar as subjetividades e os interesses, da forma como se organiza o pensamento moderno racionalista. A recusa em adotar uma lógica de pensamento que pré-concebe os sujeitos como neutros ou coerentes, faz do feminismo um movimento em constante atualização a partir das suas fragmentações e críticas internas, tanto a respeito dos rumos do movimento, quanto da instabilidade de seu próprio sujeito político (DORLIN, 2021).

A incorporação de uma visão holística a respeito das subjetividades e das diversas composições que atravessam a experiência social das mulheres, e a rejeição às soluções simplistas, é também o que fomenta cisões e subdivisões em distintas vertentes dentro do movimento, mas que, ao mesmo tempo, abre espaço para a sofisticação teórica e crítica

dessa nova produção de conhecimento e de prática para agir no mundo. Nesse sentido, cabe salientar que existem esforços teóricos de categorizar algumas das diversas vertentes e epistemologias feministas, mas que também não vislumbram esgotar ou totalizar as possibilidades com que os movimentos feministas e organizações de mulheres constroem suas lutas e ferramentas conceituais (FERNANDES, 2019).

A luta contra as opressões, sob essa perspectiva, se dá de maneira holística e territorialmente informada. Ou seja, compreendendo as particularidades históricas, sociais, culturais e políticas do local onde estão inseridas, essas organizações de mulheres percebem suas realidades específicas através de uma lente política mais abrangente, permitindo ampliar suas capacidades de análise e elaboração de estratégias. Mas, ao mesmo tempo, são movimentos solidários e internacionalistas, ao não restringirem as ações apenas ao seu perímetro territorial, e sim estabelecendo redes de colaboração e comunicação que atravessam diversas fronteiras. Entende-se a insuficiência dos instrumentos do Estado e demais instituições para lidar com as diversas problemáticas que atingem a vida das mulheres e corpos das mulheres, mas também se compreende a necessidade de disputar este espaço, seja na busca por legitimação e tratamento público de pautas privatizadas, ou seja nas conquistas de direitos e garantia de políticas públicas.

O diálogo entre as teorias feministas e o campo de PUR tem avançado nos últimos anos, mas este ainda tem mais entraves que articulações. Apesar disso, entende-se que as leituras feministas sobre os conceitos de território, gênero, planejamento e ordenamento territorial podem trazer novas questões para a análise da incorporação do conceito de território na formulação das políticas públicas, com destaque para aquelas com perspectiva de gênero e, sobretudo, com a inserção do binômio corpo-território. Neste sentido, este tópico será dedicado a abordar as aproximações entre as lutas e críticas feministas para o Planejamento Urbano, suas tensões e limites. Além disso, também serão abordadas algumas das formulações e estratégias elaboradas a partir da perspectiva de gênero nas políticas públicas.

2.3.1. Perspectivas feministas críticas sobre o planejamento urbano

Muitas, e nas mais diversas áreas, tem sido as contribuições obtidas com a incorporação das críticas desenvolvidas pela teoria crítica feminista, principalmente a partir da segunda metade do século XX, com a entrada massiva e constante de mulheres no ensino superior, e a ampliação do desenvolvimento de trabalhos a partir de perspectivas generificadas e, fundamentalmente, políticas. Esta corrente teórica, de forte teor crítico, embasada nas reivindicações diretas e indiretas dos movimentos feministas e de mulheres,

tem se empenhado na construção de uma nova epistemologia, refletindo criticamente sobre as bases teóricas e metodológicas do pensamento científico racional moderno, ao mesmo tempo que desenvolve suas próprias bases epistêmicas.

Partindo das discussões filosóficas e sociológicas acerca das origens da opressão e da dominação dos homens sobre as mulheres, possibilitou movimentações nos mais diversos campos do conhecimento que tinham suas bases alicerçadas em noções binárias e/ou essencialistas de construção do sujeito. As fissuras encontradas nas conceituações e teorizações sobre sexo, gênero e sexualidades, bem como as elaborações teóricas que estão embasando, de maneira sólida, a constituição de uma epistemologia feminista acerca das discussões sobre desigualdade e opressão, geraram valiosas contribuições para todos os campos do pensamento científico, inclusive às teorias do planejamento urbano e regional.

Apesar de não ser uma discussão fomentada diretamente pela teoria feminista, não podemos discutir as incursões das mulheres sobre as teorias do planejamento urbano, e a demonstração que fizeram das suas fissuras, inconsistências e insuficiência dos modelos modernistas, sem mencionar a literatura e o ativismo da jornalista norte-americana Jane Jacobs nos anos 1960. A crítica feroz de Jacobs ao urbanismo modernista, às massivas remoções e grandes transformações colocadas sobre as áreas centrais e bairros de Nova York - em especial o bairro Greenwich Village, em Manhattan, onde morava a autora - para dar lugar aos planos de mobilidade e robustas infraestruturas rodoviárias, reposicionou a discussão sobre urbanismo e arquitetura no âmbito da política, retirando-a dos gabinetes institucionais e da sua aparente neutralidade técnica e operacional.

Com o clássico *The Death and Life of Great American Cities* (2011 [1961]), Jacobs não buscou fazer ciência, nem realizou críticas ao sistema capitalista e tampouco incorporou os saberes dos movimentos feministas, negros ou *queer*⁴⁰, pulsantes na Nova York dos anos 1960. Mas a sua valorização ao cotidiano, ao microplanejamento e a sua rejeição às grandes intervenções, se tornou uma ode à variedade de usos do espaço urbano e de atenção diversa às diversas escalas.

Além disso, a representação do seu corpo feminino, e suas ideias, tomadas como bandeiras de enfrentamento a um planejamento masculinizado, hostil e, fundamentalmente desenraizador das pessoas com suas localidades, Jacobs demonstra não somente a

⁴⁰ No mesmo Greenwich Village ficava o bar *gay* Stonewall Inn, local onde em 28 de junho de 1969 ocorreu a revolta contra a discriminação e opressão policial contra pessoas LGBTQIAP+, liderada por uma mulher transgênero negra, e que marcou a data até os dias atuais como sendo o dia internacional do orgulho LGBTQIAPN+, dia em que ocorrem, anualmente, as paradas do orgulho LGBT.

politicidade envolvida no planejamento urbano, mas também o forte sexismo presente no campo, tanto nas suas ideias e valores, quanto no corpo técnico e político envolvido.

Para que tais maravilhas [os *shopping centers* monopolistas e os monumentais centros culturais] sejam executadas, as pessoas estigmatizadas pelos planejadores são intimidadas, expropriadas e desenraizadas, como se eles fossem o poder dominante (JACOBS, 2011 [1961], p. 3).

Planejadores e projetistas são, em sua maioria, homens. Estranhamente, eles criam projetos e planos que desconsideramos homens como integrantes da vida diária normal de onde quer que haja moradias. Ao planejar a vida residencial, o objetivo deles é satisfazer as pretensas necessidades cotidianas de donas de casa ociosas e criancinhas em idade pré-escolar. Resumindo, eles fazem projetos estritamente para sociedades matriarcais (JACOBS, 2011 [1961], p. 91).

No que tange o desenvolvimento dessa crítica no âmbito acadêmico, na literatura anglófona, estudiosas do planejamento urbano como Susan Fainstein (FAINSTEIN; SCOTT, 1996; CAMPBELL; FAINSTEIN, 1996; FAINSTEIN; SERVON, 2005) e Leonie Sandercock (SANDERCOCK; FORSYTH, 1992; SANDERCOCK, 1998) dedicaram esforços, principalmente a partir dos anos 1990, para elaborar e organizar teoricamente a crescente atenção dada ao gênero na prática e teoria do planejamento urbano, segundo elas, existente desde pelo menos a década de 1970.

O artigo *A gender agenda: new directions for planning theory* publicado em 1992, escrito por Sandercock em conjunto com a urbanista Ann Forsyth, estabelece um marco teórico e uma organização conceitual para uma “gender-sensitive theory” (p. 49) na teoria do planejamento estadunidense. Para as autoras, o feminismo contribui para a teoria do planejamento urbano em cinco grandes áreas: I) relações espaciais, econômicas e sociais; II) linguagem e comunicação; III) epistemologia e metodologia; IV) ética; e V) natureza do domínio público⁴¹. Dessa forma, Sandercock e Forsyth estabeleceram, em 1992, uma agenda com quatro tópicos de pesquisa concernentes à teoria do planejamento, que incorporassem as questões de gênero baseadas na teoria crítica feminista, sendo eles: 1) estudos de práticas de planejamento, 2) interesses de gênero práticos e estratégicos, 3) gênero e a cultura dos planejadores, e 4) reforma do aprendizado em planejamento (SANDERCOCK e FORSYTH, 1992).

Já no contexto latino-americano, o empenho na elaboração dos estudos de gênero aplicados ao urbano se dá principalmente a partir o trabalho de geógrafas feministas na década de 1980, através do contato de pesquisadoras latino-americanas da com os estudos

⁴¹ As autoras argumentam que a incorporação das literaturas *woman and...*, incorretamente tratadas como específicas, às elaborações teóricas e práticas do planejamento, oferecem perspectivas importantes para a construção de uma agenda de pesquisa contemporânea sensível ao gênero no planejamento urbano.

de gênero e cidade elaborados por autoras europeias e estadunidenses. Mas é no decorrer da década de 1990 que a geografia feminista – ou geografia de gênero⁴² - na América Latina ganha corpo e busca elaborar estudos empíricos e teóricos próprios, incorporando também influências oriundas dos estudos de(s)coloniais e o “giro territorial” (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 6), para compreensão das especificidades relativas ao caso latino-americano, relacionando as lutas pela vida, pela dignidade e pelo território, gestadas principalmente nos movimentos camponeses e indígenas, às crescentes reivindicações do feminismo pelo direito à cidade.

É também neste contexto histórico que a inserção da *perspectiva ou transversalização de gênero*⁴³ ao planejamento passa a ser incorporada na elaboração de manuais, planos, políticas públicas, documentos e algumas legislações urbanas, em diversos países do mundo⁴⁴. No capítulo 03 estão mais detalhadas as influências das articulações feministas e das agendas internacionais nas conquistas de políticas públicas para as mulheres no Brasil, mas aqui não é possível deixar de mencionar também a influência das agendas pelo desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) na difusão do conceito de gênero nas discussões sobre desenvolvimento urbano e territorial mundo afora.

Exemplos disso são a Agenda21, vigente entre 1992 e 2002, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) vigente entre os anos 2000 e 2015, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, vigentes de 2015 até 2030⁴⁵. Os oito (8) ODM trouxeram no seu Objetivo nº 3 o alcance da igualdade entre sexos e a valorização da mulher, tratando de temas como superação do analfabetismo e desigualdades educacionais, aumento de acesso à capacitação, promoção da ocupação das mulheres em papéis ativos na política e economia dos países, e atenção para a situação de mulheres e meninas em condição de refúgio. Já os dezessete (17) ODS trazem como seu Objetivo nº 5 a igualdade de gênero, abrangendo o enfrentamento à discriminação, às violências e exploração, também a garantia de acesso à saúde, direitos reprodutivos, plena participação em espaços de

⁴² Paula Soto Villagrán defende o uso das duas terminologias, baseada na defesa de García Ramón, de que é necessário reconhecer os aportes teóricos e epistemologias que ambos termos realizaram na reflexão geográfica.

⁴³ Uma das traduções do conceito de *gender mainstreaming* inserida globalmente nas agendas governamentais e políticas dos países após a Conferência de Beijing, 1995. Discutiremos mais a respeito nos capítulos à frente.

⁴⁴ Pioneira na aplicação do *gender mainstreaming* – mesmo antes de Beijing – é a cidade de Viena, capital da Áustria, que em 1991 estabeleceu uma política de transversalização da igualdade de gênero em diversos aspectos, mas principalmente no planejamento urbano, vislumbrando a construção de cidades igualitárias e inclusivas.

⁴⁵ Importante destacar que a construção da Agenda21 e dos ODS se deram a partir de encontros internacionais promovidos pela ONU sediados na cidade do Rio de Janeiro: A ECO-92, em 1992, e a Rio+20, em 2012. Nos capítulos seguintes veremos que o fato de a cidade do Rio de Janeiro servir como sede para esses e outros eventos internacionais, impacta direta e indiretamente na organização das agendas feministas locais.

liderança e decisão, além de mencionar temas como valorização do trabalho do cuidado, promoção do empoderamento e fortalecimento de legislações para igualdade de gênero.

Dado que o gênero é um conceito originário das ciências naturais, mas que foi apropriado e reconceituado pela filosofia feminista nos campos das humanidades, houve resistências justificadas na dificuldade da sua inserção disciplinar nas ciências sociais, devido à heterogeneidade e ao forte aspecto interdisciplinar do tema. Além disso, houve também a limitação de circulação dos trabalhos à um contexto nacional, tendo em vista o alcance restrito das revistas e veículos de comunicação acadêmicos latino-americanos (VILLAGRÁN, 2018).

A geógrafa mexicana Paula Soto Villagrán vem, desde meados os anos 2000, empreendendo a tarefa de elaborar pesquisas que relacionem cidade, mobilidade, *habitat* urbano, segurança e gênero, utilizando métodos qualitativos para o estudo do espaço urbano sob perspectiva da geografia feminista latino-americana, bem como de sistematizar os trabalhos e reflexões sobre o debate de gênero e cidade na região. Em artigo mais recente, publicado em 2018, Villagrán destaca que as investigações acadêmicas que evocam o diálogo entre gênero e cidade integraram-se, na literatura hegemônica, dentro do campo de conhecimento dos estudos urbanos, mas que enfrentou algumas limitações no contexto latino-americano.

A autora buscou destacar as fronteiras e cruzamentos entre os estudos urbanos e os estudos de gênero na América Latina, demonstrando que considerar as relações sociais de gênero, neste campo, permitiu a análise de três processos significativos para apreensão teórica das cidades: I) a divisão sexual do trabalho; II) formas generificadas de usar o espaço urbano; e III) planejamento e gestão urbana sexistas. Ela ainda aponta a compreensão das cidades modernas como um “cenário contraditório” (VILLAGRÁN, 2018, p. 16) onde, ao mesmo tempo em que restringem e limitam as experiências das mulheres, se apresentam como um espaço potencialmente emancipador e de ações transgressoras.

Por fim, Villagrán (2018) destaca que o cruzamento das desigualdades espaciais com as diferenças de gênero, torna a geografia feminista um campo fértil para possibilitar formas renovadas de observar os temas de pesquisa, e aponta para as tendências nesse horizonte de pesquisa: 1) dar atenção ao enfoque interseccional nos estudos da cidade, problematizando a invisibilização de sujeitos e coletivos e reconhecendo os padrões de gênero hegemônicos que normalizam o sujeito heterossexual como regra espacial; 2) recuperar a escala corporal, considerando os estudos atualizados sobre a ideia de corpo, entendendo o corpo como espaço geográfico e aplicando um pensamento multiescalar; 3) estabelecer um “giro a partir da mobilidade” ou seja, considerar a mobilidade no centro da

vida social e o seu papel fundamental na geração das desigualdades de gênero nas cidades latino-americanas; e 4) integrar o direito à cidade com perspectiva de gênero desde o planejamento até o desenho urbano, gerando processos participativos.

Cabe também mencionar o trabalho fundamental da arquiteta e urbanista argentina Zaida Muxí (MUXÍ, 2018; MONTANER e MUXÍ, 2014; MONTANER e MUXÍ, 2021) em reunir referenciais de teorias críticas e metodologias práticas para o desenvolvimento de uma arquitetura e um urbanismo pautados pelos referenciais feministas, sendo atualmente ela mesma uma referência para a produção epistemológica reunida em torno de um novo campo/conceito agregador, que é o urbanismo feminista (LEÃO, 2022).

Também importante destacar o trabalho da arquiteta e ativista pelos direitos das mulheres Ana Falú. Reconhecida por seu trabalho em áreas como habitação social, planejamento urbano inclusivo e igualdade de gênero no desenvolvimento urbano, Falú tem contribuído significativamente para a promoção de cidades mais justas e inclusivas na América Latina e em outras regiões do mundo. Além disso, Falú teve uma participação significativa na ONU Mulheres como membro do Comitê sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres (CEDAW). Como membro da CEDAW, Falú teve a responsabilidade de analisar os relatórios dos países sobre suas políticas e práticas em relação à igualdade de gênero e à eliminação da discriminação contra as mulheres. Ela contribuiu com sua expertise em questões urbanas, habitacionais e de planejamento, trazendo uma perspectiva importante para a discussão sobre como as políticas e práticas governamentais podem afetar diretamente a vida das mulheres em contextos urbanos. Além disso, através da Red Mujer y Habitat – America Latina y Caribe e da organização feminista CISCOSA Ciudades Feministas, tem promovido integração e difusão de estratégias, técnicas e saberes feministas no âmbito regional, fortalecendo articulações e iniciativas feministas pela habitação e território em âmbito local⁴⁶.

No Brasil, a geógrafa Joseli Maria da Silva empenha esforços de relacionar os estudos de gênero à Geografia desde o início dos anos 2000, quando dá início às suas investigações a partir da desnaturalização da dicotomia entre espaço público e privado. Mais precisamente a partir de 2006, data da sua primeira apresentação pública sobre a relação entre os estudos de gênero e a Geografia, em um simpósio nacional de discussões acadêmicas, a geógrafa relatou ter recebido críticas e apontamentos contundentes acerca de uma pretensa impossibilidade de articulação teórica e conceitual entre espaço e corpo, tendo em vista a disparidade dos campos de origem dos termos (SILVA, CESAR e PINTO, 2015).

⁴⁶ Veja mais no site oficial da Red <https://www.redmujer.org.ar/> e da CISCOSA <https://www.ciscosa.org.ar/>. Acesso em 01 de maio de 2024.

Em pesquisa mais recente, dedicada a analisar quantitativa e qualitativamente os trabalhos sobre gênero no campo da Geografia no Brasil entre 1974 e 2013, Silva – junto com os demais participantes da pesquisa – revela que não só houve uma resistência à incorporação do gênero na Geografia brasileira, como a sua inserção por meio das geógrafas mulheres e feministas provocou tensionamentos e indagações sobre a espacialidade das mulheres, desnudando que o apego acadêmico às epistemologias tradicionais é um dos principais empecilhos para a produção de novas perspectivas teóricas e práticas sobre o corpo e espaço na academia (SILVA, CESAR e PINTO, 2015).

Sabendo das tensões do uso da categoria corpo-território para elaborações de análises nas ciências sociais, as pesquisas da autora a respeito da resistência da inserção do corpo na geografia - bem como a demonstração das diversas vezes em que essa escala de análise foi negligenciada e, por isso, evidências fundamentais foram perdidas (SILVA, ORNAT, *et al.*, 2023, p. 20) - têm se desdobrado em esforços de elaboração deste como categoria de análise sob uma perspectiva feminista, o que demandaria incorporar sempre diversas escalas e diversos pontos de vista sobre uma mesma categoria, inserido, também, as relações de poder envolvidas.

(...) é comum que iniciantes na pesquisa científica perguntem sobre o que é o corpo, se o corpo é espaço, se o corpo é território, se o corpo é paisagem e assim por diante. Tudo que podemos responder é que o corpo pode ser tudo isso, pois fazer pesquisa é prática pautada por escolhas que fazemos, pautados por modos de ver o mundo.

É por isso que o corpo não é algo dado. Não há resposta permanente, imutável, fixa, e com isso afirmamos que os conceitos não são definitivamente passíveis de serem concebidos como compreensão de uma realidade por si mesmos; eles são referências que balizam um olhar que deve ir muito além do conteúdo explicativo que expressam. Pesquisar é aventura, sempre! Pesquisar com o olhar feminista é ainda mais desafiador porque operamos em um campo científico que negou aos “outros” (mulheres, negros, indígenas, homossexuais) a possibilidade do pensar científico. Para nós, processo de pesquisa é reflexão permanente das relações de poder com o campo científico dentro do qual estamos enquadrados(as), mas também com aqueles cujas espacialidades temos curiosidade científica (SILVA, ORNAT, *et al.*, 2023, p. 37-38).

Entendendo este como um problema relativo à disputa de poder também dentro da academia, espaço onde há dependência direta da linguagem para nomear o mundo, os autores – baseando-se nos questionamentos feministas - nos convidam a refletir sobre a ausência de neutralidade sobre as(os) cientistas e a potência política criativa deste campo que tem o poder de (des)classificar e (des)legitimar existências. Nesse sentido, a posição da pessoa pesquisadora diante do problema que se coloca para investigação também importa para a maneira como o corpo vai ser apropriado.

Para nós, o que possibilita pensar o corpo como sendo espaço, território e paisagem é o questionamento que uma pessoa pesquisadora elabora à realidade, a partir da adoção de uma posição específica de olhar o

fenômeno e de como o processo investigativo constrói as respostas à pergunta estabelecida (SILVA, ORNAT, *et al.*, 2023).

Esses exemplos ilustram que as perspectivas críticas feministas, aplicadas às teorias e práticas dos campos de estudos espaciais e territoriais, estão agregando novas perspectivas de ponto de partida para o desenvolvimento de estudos, análises, planos e projetos que levem em conta as diversidades dos sujeitos, dos territórios e das escalas, ao mesmo tempo que incorporam reflexões acerca dos desafios contemporâneos colocados pela insuficiência de resposta dada pelos modelos modernos e racionalistas. E nesta mesma linha crítica, o pensamento feminista adentrou a discussão brasileira no campo dos estudos urbanos e territoriais, principalmente a partir da perspectiva espacial do mote “o pessoal é político” do movimento feminista, com críticas à rígida separação entre público e privado, a divisão generificada desses espaços relacionada com a noção de trabalho produtivo e reprodutivo, e a relação entre espaço e tempo.

A geógrafa Sonia Calió também é uma referência para datar o início da discussão, devido à elaboração da sua tese de doutorado em geografia 1991, a partir da sua experiência como consultora na construção do Plano Municipal dos Direitos da Mulher de Santo André ao projeto de lei relativo ao Plano Diretor da cidade, imbricando campos teóricos como a geografia, o planejamento urbano, a gestão e administração pública e as teorias feministas (CALIÓ, 1991).

Outro trabalho inaugural se trata daquela que seria reconhecida como a primeira tese de doutorado sobre os estudos do planejamento urbano feminista no Brasil, desenvolvida em 2004 pela arquiteta e urbanista Terezinha Gonzaga na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo⁴⁷ (GONZAGA, 2004). O trabalho de Terezinha – bastante influenciado pela obra de Calió – também parte de algumas das suas experiências dentro da administração pública, em projetos de urbanização e produção habitacional em áreas periféricas da cidade São Paulo nos anos 1980 e 1990. É um marco não somente pelo ineditismo da produção teórica, mas também no desenvolvimento de práticas metodológicas e críticas para uma abordagem do planejamento urbano e da arquitetura com perspectiva de gênero.

Apesar de ter o seu marco datado com a virada da década de 1990 para os anos 2000, essa discussão permaneceu de forma incipiente até pelo menos a metade da década 2010, onde estudos apontam um crescimento no interesse sobre a temática nas diversas abordagens dos estudos urbanos, sobretudo a partir da segunda metade da década, onde há também uma ampliação deste debate que se concentra principalmente a partir da introdução da categoria de gênero (SANTORO, 2008; FREITAS, 2019; PERFEITO, PENA e

⁴⁷ Tal tese foi posteriormente revisada, editada e publicada em formato de livro (GONZAGA, 2011).

HRIHROWITSCH, 2020). O gênero passa a ser incorporado nos debates destes campos de conhecimento na sua dimensão política, ou seja, entendendo-o na sua ligação mais tradicional de poder, englobando as responsabilidades das instituições públicas e privadas, na correlação de forças que produzem o espaço.

Levando em consideração que a dimensão de gênero é um componente essencial no planejamento de cidades mais justas, democráticas e equitativas, para isso é necessário a mudança do olhar generalista no planejamento das cidades, para encarar as mulheres como atores relevantes nesse processo, visando a maior participação delas (PERFEITO, PENA e HRIHROWITSCH, 2020, p. 11).

Além disso, por ser uma aproximação relativamente nova, cuja construção está se dando quase que de maneira paralela às próprias renovações políticas e epistêmicas dos movimentos feministas e de mulheres, as produções acadêmicas em torno deste debate têm sido tão ricas e variadas em abordagens, quanto amplas e difusas no que tange às proposições conceituais (LEÃO, 2022).

Mais recentemente, após duas décadas de intensas contribuições através de diversos meios, as professoras de arquitetura e urbanismo Diana Helene e Rossana Brandão Tavares tiveram algumas de suas inúmeras reflexões acerca do feminismo, arquitetura e planejamento urbano reunidos no livro intitulado *“Feminismurbana: um projeto teórico político”*, lançado em 2023. Neste livro, as autoras refletem sobre diversos tópicos relevantes para o campo de PUR que atravessam a vida cotidiana de mulheres e corpos feminizados, mas que estão constantemente à margem das abordagens da disciplina, tais como: as reivindicações feministas pelo direito à cidade; a escala do corpo no espaço urbano; a presença das mães na dinâmica das cidades; as problemáticas de gênero na mobilidade urbana; as violências contra as mulheres no transporte público; a relação da prostituição e o espaço urbano; os efeitos das mudanças climáticas sobre a vida das mulheres; as marchas, resistências e aglomerados de corpos mulheres em luta nas cidades e territórios; etc, ou seja, apresentam inúmeras lacunas na agenda tradicional de pesquisa e prática em PUR.

Sem reivindicar qualquer compromisso de aglutinação ou consenso conceitual entre essas discussões, podemos dizer que em relação às temáticas tratadas pelo “giro feminista” nos estudos territoriais e urbanos são hoje i) multiescalares, analisando desde a perspectiva do corpo como produto e produtor do espaço, lutando pelo reconhecimento da espacialidade das mulheres bem como pela sua participação ativa na construção do espaço, passando pelas reivindicações por um planejamento na esfera do cotidiano, até as mobilizações e interações em redes internacionais das mulheres pelo protagonismo e contra as desigualdades territoriais e urbanas; ii) interdisciplinares, agregando aos estudos urbanos conhecimentos feministas oriundos da economia, da filosofia, do direito, da psicologia e

mesmo da literatura; iii) (re)construtores de narrativas, ao revisitar a produção prática e teórica do campo, resgatando a história, a memória e o trabalho de mulheres apagadas, invisibilizadas e negligenciadas, ao mesmo tempo em que buscam valorizar e destacar as produções femininas e feministas recentes; iv) e interseccionais, principalmente ao incorporarem as perspectivas críticas das feministas negras e indígenas.

Em resposta, o planejamento urbano feminista propõe práticas para transformar as divisões típicas das cidades capitalistas e patriarcais, por meio da reorganização dos espaços públicos a partir da ótica da vida cotidiana. Isto é, transfere a centralização de recursos dos espaços produtivos para os espaços onde “a vida acontece”: a casa, o bairro, os centros urbanos, os subúrbios e as periferias.

Projetar a partir da vida cotidiana é importante pois é possível desenhar relações complexas entre os espaços privados, coletivos e públicos que possam apoiar, cuidar, relacionar as atividades que fazem parte tanto do trabalho produtivo como do reprodutivo. Os espaços que respondem às necessidades da vida cotidiana são os espaços que permitem cuidar de nós mesmos e de outras pessoas, promover espaços de troca e apoio mútuo e fortalecer os laços comunitários. Espaços cujas qualidades respondem tanto a vida doméstica, como a vida na comunidade e na vida pública (TAVARES e RAMOS, 2023, p. 48-49).

Essa nova proposta epistemológica para o campo do planejamento urbano e regional é, portanto, fundamentalmente pautada pelo rompimento com as dicotomias normativas e a centralização da reprodução social, reconhecendo que a produção do espaço urbano é ditada por valores ligados ao patriarcalismo e ao capitalismo, e cuja forma física das cidades contribui para a manutenção desses valores. Uma visão feminista do planejamento urbano defende, então, que o território e o espaço construído sejam pensados primordialmente sob uma ótica que considere o fortalecimento dos laços de comunidade e que dê suporte para a vida cotidiana, colocando, assim, a reprodução da vida e a manutenção da existência humana no centro de todos os esforços. E é com base nesta premissa que muitas mulheres colocaram e continuam colocando seus corpos nas ruas, em luta, por melhorias diretas nas condições de vida.

2.3.2. Gênero, território e políticas públicas

Ao falar da inclusão das pautas feministas em política públicas, é preciso ressaltar as grandes movimentações de massa brasileiras em torno da construção e estabelecimento de uma agenda de reivindicações pela melhoria da qualidade de vida, que se deram especialmente nos centros urbanos, estando diretamente ligadas ao rápido processo de urbanização e modernização do país durante o século XX. Nesses grandes movimentos urbanos, a problemática de gênero e a participação expressiva das mulheres já estavam presentes. Esses movimentos se organizaram em torno de pautas que atingiam os trabalhadores e pobres dos meios urbanos, sobretudo aquelas relacionadas à reprodução

da vida, tais como o alto custo de vida, os baixos salários, precariedade de serviços coletivos e da infraestrutura das cidades, incluindo aí as reivindicações por equipamentos básicos como escolas, postos de saúde e creches.

Dado que essas demandas estavam, e ainda estão ligadas às atribuições sociais de gênero das mulheres, a sua participação nas mobilizações foi tanto expressiva numericamente, quanto fundamental para a organização em torno das demandas femininas e feministas. À medida que as mulheres lutavam por melhorias das condições de vida em sociedade como um todo, também passaram a utilizar das suas ocupações nos espaços público e políticos para denunciar e reivindicar temas específicos da sua condição feminina, como acesso à saúde, liberdade sexual e reprodutiva, igualdade de direitos e o enfrentamento à violência.

A reunião desses esforços, juntamente com a permanência da luta das feministas e mulheres no Brasil, rendeu grandes vitórias para alcançar um arcabouço legal em prol dos direitos das mulheres, bem como de promover a formulação de políticas públicas com perspectiva de gênero que visassem garantir a aplicação desses direitos⁴⁸.

Em contrapartida, a discriminação quanto à especialização de temas dentro das lutas sociais segue operando no apagamento as contribuições femininas e feministas nas lutas territoriais, rurais ou urbanas, além de dificultar a aproximação entre a formulação de políticas públicas territoriais e as demandas feministas pela igualdade de gênero. Essas pautas foram duramente criticadas e silenciadas dentro das instâncias dos movimentos organizados, tais como partidos, sindicatos e associações, tendo como justificativa que a fragmentação das pautas por gênero colabora para enfraquecer as lutas.

O trabalho de Jules Falquet (2006) aponta como movimentos sociais progressistas por vezes mantém e reiteram características estruturais da lógica de diferenciação moderna, fazendo com que a hierarquização com base no gênero e a opressão contra as mulheres continuem servindo ao funcionamento de toda a base social estabelecida, mesmo que pautando outros modos de produzir.

Mas, apesar das tendências monopolistas e paralisantes impetradas pela lógica capitalista, há resistência. A reivindicação pelo direito à diferença, bem como pelo alargamento dos conceitos de humanidade legítima de acesso aos direitos humanos, está emaranhada na luta pela melhoria das condições materiais de vida. O trabalho de Ilse Scherer-Warren (2010) no âmbito das teorias dos movimentos sociais demonstra que o privilégio por teorias de classe e pelas explicações da dicotomia social, tem dado espaço para reflexões que pensem, também, aspectos culturais, históricos, políticos e identitários.

⁴⁸ Para mais detalhes do assunto, ver capítulo 03.

Nesse sentido, entende-se que não há como separar as lutas por melhores condições de vida, do reconhecimento da humanidade dos grupos sociais. Passa-se a compreender que, se o direito à dignidade e aos direitos básicos é reservado ao sujeito humano nos termos da filosofia ocidental, então a luta por ser reconhecido como humano atravessa todas as reivindicações sociais. Assim, nota-se que há uma maior convergência entre as militantes e participantes dos movimentos sociais urbanos com um incipiente movimento feminista entre as décadas 1970 e 1980, que se encontram no objetivo de transformação da situação social das mulheres, tendo como base a luta contra as formas de opressão baseadas no gênero.

Mas, dadas as distinções conceituais das categorias mulher e gênero, falar em políticas públicas de gênero não é o mesmo que dizer políticas públicas para mulheres, por mais que se aproximem e não sejam excludentes entre si, muitas vezes são erroneamente utilizadas como sinônimas. Essa não é uma questão apenas relativa à formulação de políticas públicas, mas da apropriação histórica do conceito de gênero pelos movimentos feministas que, em sua utilização mais simples, utilizavam-no como um sinônimo mais objetivo e neutro para a palavra mulher (SCOTT, 2019).

As políticas para as mulheres tendem a dar centralidade aos aspectos essencialistas do feminino, como a reprodução social e da família, por isso nem sempre coloca em perspectiva as condições estruturais e relacionais que posicionam as mulheres neste lugar.

As políticas para as mulheres não são excludentes das políticas de gênero, embora tenham uma perspectiva restrita, de menor abrangência, atendendo a demandas sem instaurar uma possibilidade de ruptura com as visões tradicionais do feminino. Em longo prazo, as políticas para as mulheres devem se transformar em política de gênero, abrangendo uma perspectiva relacional e crítica das desigualdades entre e intra grupos de homens e mulheres. Afinal, a política para as mulheres pode ser uma estratégia para promover a igualdade de gênero.

Além disso, as políticas de gênero são entendidas num duplo movimento, cuja dinâmica evoca a participação de diferentes atores/atrizes sociais e setores da sociedade e gera processos inovadores no interior do Estado, na medida em que tais processos pressionam outro tipo de atitude dos/as funcionários/as estatais. Isso repercute institucionalmente sob diversas formas (horizontais e verticais) e se manifesta na expressão de maior competência desses/as agentes, que passam a oferecer atendimentos calcados em bases éticas, humanas e democráticas, de maior responsabilidade com a operacionalização das ações e a gestão dos recursos públicos (BANDEIRA e ALMEIDA, 2013, p. 38-39)

Outro aspecto importante que distingue ambas as formulações, é também a concepção de “mulher” contida nas abordagens. As políticas para as mulheres invariavelmente consideram as interseccionalidades com outras categorias como raça, classe e geração para suas proposições, mas nem sempre contemplam o gênero e muitas vezes utilizando apenas a noção de sexo biológico. Nesse sentido, as políticas de gênero

“concebem as mulheres não como sujeitos homogêneos na ideologia individualista moderna, mas cidadãs situadas historicamente, membros da comunidade e portadoras de direitos” (BANDEIRA e ALMEIDA, 2013, p. 39).

Essas distinções conceituais colaboram para uma apropriação distinta das propostas estratégicas colocadas na formulação das políticas públicas, a depender dos interesses e critérios dos agentes envolvidos no processo. Permitem, inclusive, que políticas públicas para as mulheres sejam promovidas por agentes políticos e instituições que não tenham qualquer compromisso com a igualdade de gênero. A ideia de políticas públicas de gênero compreende de forma mais abrangente as complexidades de subjetivação dos indivíduos, além de partir da premissa de que “as instituições estatais são partícipes da construção política e social dos gêneros e, portanto, devem combater a iniquidade e a desigualdade entre homens e mulheres” (BANDEIRA e ALMEIDA, 2013, p. 39).

Entendendo políticas públicas como “um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses” (FARAH, 2004, p. 47) além de serem também “uma das formas de interação entre o Estado e a sociedade civil por meio da transformação de diretrizes e princípios norteadores em ações e procedimentos que (re)constroem a realidade da nação” (BANDEIRA e ALMEIDA, 2013, p. 36), podemos dizer que as políticas públicas com perspectiva de gênero são, então, as ações estatais com objetivo de sanar ou responder às pressões sociais pelo fim das iniquidades e opressões baseadas em gênero.

Dessa forma, a formalização das políticas públicas voltadas para promover a igualdade de gênero no Brasil, como uma política de Estado e a ser difundida pelos entes federativos em todo o território nacional, se dá oficialmente em 2003 com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) (TOKARSKI, MATIAS, *et al.*, 2023).

Mas, antes disso, houve iniciativas que buscaram determinar o curso de ação do Estado em prol da promoção da igualdade de gênero, e operaram como processos de aprendizagem de política importantes para o desenvolvimento das estratégias consolidadas atualmente. Além disso, é importante reconhecer o impacto das medidas políticas, sobretudo as econômicas, adotadas pelo Estado na vida das mulheres.

Baseados no trabalho da antropóloga Caroline Moser, textos de 1997 organizados pelo Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), buscaram destacar dois enfoques principais, utilizados pelas iniciativas de diferentes governos e Organizações Não-Governamentais, para analisar as relações de gênero e, assim, propor políticas públicas: Mulher no Desenvolvimento (sigla WID, do inglês

Woman in Development) e Gênero e Desenvolvimento (GAD, do inglês *Gender and Development*).

O primeiro (WID) considera as mulheres como um recurso não aproveitado; elas precisam ser ingressadas ao processo de desenvolvimento, e diversas políticas devem facilitar essa integração. O segundo (GAD) tenta incorporar a perspectiva de gênero ao conjunto do processo de desenvolvimento, focalizando as mulheres em sua relação – quase sempre subordinada – com os homens. (...) Partindo de posições teóricas distintas, os enfoques WID e GAD tendem a resultar em políticas e procedimentos de planejamento igualmente distintos, principalmente quanto trabalham com populações de baixa renda no Terceiro Mundo (IBAM, 1997, p. 21).

Há o entendimento que as políticas econômicas keynesianas e de bem-estar social são as mais antigas políticas específicas para mulheres, sobretudo nos países pobres, já que sua ênfase em acabar com a fome e promover planejamento familiar recaem na reprodução social e na centralidade do papel da mulher como mantenedora da vida, mas ainda de uma forma passiva e pouco relacionada, já que aos homens foram direcionadas as capacitações produtivas e ampliação de oportunidades de trabalho.

Com as reivindicações feministas pela participação no mundo do trabalho, em concomitância com o gradativo abandono do keynesianismo em detrimento de uma perspectiva neoliberalista produtivista, a pobreza passa a ser vista num contexto de subdesenvolvimento, cuja inclusão das mulheres na produção e geração de renda é tida como solução para aumento da produtividade e a liberação feminina, sobretudo nos países do Terceiro Mundo⁴⁹.

Apesar de ter colaborado para a intensificação das mulheres na vida econômica, a implementação de abordagens que partem do princípio de inclusão produtiva das mulheres, sem considerar as assimetrias entre homens e mulheres como relacional e ligadas à um sistema de subordinação e dominação, não colaboraram para diminuição das desigualdades e promoveram o aumento da sobrecarga de trabalho das mulheres, já que sua inclusão produtiva não se deu acompanhada da diminuição nas responsabilidades com o trabalho reprodutivo. Dessa forma, os enfoques que buscavam a melhoria do processo de desenvolvimento partindo do princípio aproveitamento das mulheres como ativo para o desenvolvimento (WID), passaram a ser duramente criticados e tidos como insuficientes.

Como se vê, essas abordagens (bem-estar, antipobreza, equidade e eficiência) partem do princípio de que a participação produtiva da mulher tende a melhorar o processo de desenvolvimento. Mas as políticas delas decorrentes têm sido criticadas porque focalizam a mulher de forma isolada, tornando-se incapazes de promover mudanças significativas na qualidade

⁴⁹ Expressão cunhada pelo economista francês Alfred Sauvy nos anos 1952, visando se referir à um grupo de países que possuíam economia subdesenvolvida ou em subdesenvolvimento, sobretudo aqueles localizados nos continentes latino-americanos, africanos e asiáticos. A expressão caiu em desuso, tendo sido substituída pelo termo “países em desenvolvimento”.

de vida. Pois o problema real é outro: a subordinação da mulher frente ao homem, ou seja, o tipo de relação social estabelecida entre ambos, marcada por desigualdades antigas, que se reproduzem no tempo (IBAM, 1997, p. 23)

Reconhecendo as limitações colocadas pela promoção da equidade individualizada, e os avanços possibilitados pela perspectiva de gênero, a incorporação do conceito de *empowerment*⁵⁰ alinhado à uma abordagem GAD, se torna fundamental. Essa união conceitual permite construir uma abordagem que busque alterar as relações de poder, através da redistribuição das posições de comando e autoridade, para que as mulheres também integrem os processos de tomada de decisão, sem que isso signifique, necessariamente, que tomem o lugar da dominação, e sim que tenham controle sobre as próprias vidas e possam determinar, em conjunto com a sociedade, os rumos da política e do planejamento.

A incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas brasileiras, desde 1970 até os primeiros anos do século XXI, se deu de maneira difusa, sendo majoritariamente formuladas e implementadas a partir de uma perspectiva de demandas femininas que não necessariamente estavam atreladas às demandas dos movimentos feministas, ou atrelada à ideia de gênero.

Marta Farah (2004) destaca que, a partir dos relatórios que apontavam um cenário de feminização da pobreza e a particular vulnerabilidade das mulheres chefes de família no Brasil nos anos 1980 e 1990, justificaram a implementação de políticas públicas que, baseadas nas recomendações do Banco Mundial para combate à pobreza, tivessem como prioridade as mulheres. Esses esforços foram chamados de “focalização” (p. 55), tradução do conceito *targeting woman*⁵¹, do Banco Mundial. Mas os movimentos feministas brasileiros questionavam a tese da feminização da pobreza, tendo em conta que os dados não estavam levando em conta o aumento da disparidade entre mulheres no país, e criticaram a própria estratégia de focalização do Banco Mundial, tendo em vista seu alinhamento com uma política de austeridade e de compreensão das mulheres como ativos a serem aproveitados para o desenvolvimento econômico.

No debate sobre a focalização há, portanto, diferenças significativas nas abordagens relativas às políticas com foco na mulher. De um lado, uma ênfase na eficiência e uma certa ‘funcionalização’ da mulher, vista como um ‘instrumento’ do desenvolvimento, como ‘potencializadora’ de políticas públicas, pelo papel que desempenha na família. De outro, uma ênfase em direitos, na constituição da mulher como sujeito. Assim, a exemplo dos

⁵⁰ *Empowerment* (comumente traduzido do inglês como “empoderamento”) carrega em seu cerne a ideia de que todos têm poder. Aqui, o conceito deve ser entendido como o processo de mudança que permite às mulheres romper com a ideia de dominação masculina e subordinação feminina (IBAM, 1997, p. 24).

⁵¹ Em tradução livre, significa “mirando nas mulheres”.

distintos vetores presentes na agenda de reforma do Estado – o da eficiência e o da democratização – também na agenda de gênero há uma tensão entre diferentes perspectivas (FARAH, 2004, p. 56).

Farah realizou um levantamento e análise das políticas e programas promovidos por governos estaduais e municipais, considerando a incorporação da perspectiva de gênero ou voltados para as mulheres. Os resultados encontrados se iniciam a partir da segunda metade da década de 1990, alinhados sobretudo com a agenda de gênero estabelecida com base na plataforma de ação definida na 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995 em Pequim⁵².

O acordo estabelecido em Pequim é particularmente importante, devido à consagração dessas três inovações estratégicas citadas: o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque na transversalidade (VIOTTI, 2006). A Plataforma de Ação de Pequim apontou que o gênero deveria ser uma chave a ser adotada transversalmente em todos os aspectos da política e dos programas governamentais, através do instrumento estratégico intitulado *gender mainstreaming*, definido como

(...) o processo de avaliação das implicações, para homens e mulheres, de qualquer ação planejada, incluindo legislações, políticas ou programas, em todas as áreas e em todos os níveis. É uma estratégia para tornar as experiências das mulheres, assim como dos homens, uma dimensão integral para o desenho, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas em todas as esferas políticas, econômicas e sociais para que mulheres e homens sejam beneficiados igualmente e que a desigualdade não perpetue. O objetivo final é alcançar a igualdade de gênero (ONU, 2002, p. 1, tradução nossa).

A agenda constituída no Brasil a partir desta Conferência passou a ser mais abrangente, incluindo diversas diretrizes para o desenvolvimento de políticas públicas com perspectiva de gênero nas seguintes esferas: i) violência; ii) saúde; iii) meninas e adolescentes; iv) geração de emprego e renda (combate à pobreza); v) educação; vi) trabalho; vii) infraestrutura urbana e habitação; viii) questão agrária; ix) incorporação da perspectiva de gênero por toda a política pública (transversalidade); e x) acesso ao poder político e *empowerment* (FARAH, 2004, p. 58).

Ao analisar o levantamento das políticas promovidas no Brasil a partir de 1996, Farah aponta que dentre essas dez diretrizes para ação governamental estabelecidas na agenda de gênero brasileira, apenas três se destacaram pela integração de gênero nos programas, sendo elas: i) saúde, ii) combate à violência contra a mulher, e iii) geração de emprego e renda e combate à pobreza. Neste contexto da pesquisa de Farah, a incorporação da estratégia de transversalização de gênero nas políticas públicas ainda era incipiente, mas

⁵² Comumente conhecida como Conferência de Pequim ou Conferência de Beijing.

tornou-se possível apontar os efeitos da sua adoção nas políticas públicas, colaborando para organizar as estratégias, abordagens e temas.

2.3.3. Limites para a transversalização de gênero em políticas territoriais e urbanas

A agenda de gênero estabelecida a partir de Pequim direcionou, também, o desenvolvimento dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), importantes passos para formalização do compromisso do Estado brasileiro com essa agenda e, sobretudo, com a construção participativa junto da sociedade, dado que todos os PNPM foram elaborados por meio de deliberações em conferências locais, regionais e nacionais. Desde 2003, a partir da criação da SPM-PR – responsável pela coordenação das políticas de gênero e para as mulheres no país - foram elaborados 3 PNPM, todos baseados na agenda de gênero e reafirmando os compromissos nacionais com a superação das desigualdades, bem como com os tratados internacionais.

Fazendo um comparativo cujos princípios e diretrizes de cada plano com a agenda de gênero estabelecida a partir da Conferência de Pequim, podemos vislumbrar a gradativa inclusão de temas ao longo dos anos, e mesmo a alteração de abordagem sobre um mesmo tema, conforme sistematizado no quadro abaixo.

QUADRO 1 – DIRETRIZES E PRINCÍPIOS CONTIDOS NOS PLANOS NACIONAIS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Agenda de gênero (Conferência de Beijing 1995)	I PNPM (2004)	II PNPM (2008)	III PNPM (2013)
Violência	Cap. 4) Enfrentamento à violência contra as mulheres	Cap. 4) Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres	Cap. 4) Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres
Saúde	Cap. 3) Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos	Cap. 3) Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos	Cap. 3) Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos
Meninas e Adolescentes		Cap. 10) Enfrentamento às desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas	Cap. 10) Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência
Geração de Emprego e Renda (combate à pobreza)		Cap. 6) Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar	Cap. 6) Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social
Educação	Cap. 2) Educação inclusiva e não sexista	Cap. 2) Educação inclusiva, não sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica	Cap. 2) Educação para igualdade e cidadania
Trabalho	Cap. 1) Autonomia,	Cap. 1) Autonomia, igualdade	Cap. 1) Igualdade no

	igualdade no mundo do trabalho e cidadania	no mundo do trabalho, com inclusão social	mundo do trabalho e autonomia econômica
Infraestrutura urbana e habitação		Cap. 7) Direito à terra, moradia digna e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais	
Questão agrária			Cap. 7) Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta
Incorporação da perspectiva de gênero por toda a política pública (transversalidade)	Cap. 5) Gestão e monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres	Cap. 11) Gestão e monitoramento do Plano	Gestão e monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
Acesso ao poder político e <i>empowerment</i>		Cap. 5) Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão	Cap. 5) Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão
Outros tópicos além da agenda		Cap. 8) Cultura, comunicação e mídias igualitárias, democráticas e não discriminatórias Cap. 9) Enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia	Cap. 8) Cultura, esporte, comunicação e mídia Cap. 9) Enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia

Fonte: Farah (2004), Brasil (2004, 2008, 2013). Elaborado pela autora (2023).

Como nos lembra Silvia Aguião, planos não tem força de lei, mas são documentos ratificados institucionalmente e que tem função de orientar a produção de diretrizes e políticas públicas em âmbito nacional. Por isso, sua constituição, formato, formulação e, sobretudo, o léxico utilizado, são também disputados.

A alteração dos termos ao longo do tempo, a definição de áreas de incidência e a multiplicação de ações e propostas, e outras concepções sobre “populações” ou “direitos”, intersecções e *transversalidades* podem ser perscrutadas à medida que percorremos esse tipo de documento (AGUIÃO, 2017, p. 17).

No primeiro PNPN, é possível notar a predominância do tema da violência, da saúde na agenda de gênero, conforme tinha demonstrado previamente a pesquisa de Farah, acrescido da preocupação com a educação e promoção de autonomia e igualdade no mundo do trabalho. Há também a inclusão, já no I PNPM, o modelo de gestão e monitoramento de forma transversal, integrada e com perspectiva de gênero. Já no desenvolvimento do II e III PNPM, observa-se um cenário de inclusão completa das pautas da agenda de gênero, e mesmo o desenvolvimento de diretrizes além da agenda, demonstrando o pulsante processo de aprendizado e aprimoramento das políticas de gênero ao longo dos anos.

Ressalta-se, sobretudo, a interseccionalidade das perspectivas de gênero com raça, etnia, sexualidade e idade, principalmente a partir do II PNPM, bem como a incorporação

das demandas específicas de mulheres do campo e da floresta, portadoras de deficiência, e das mulheres de terreiro no III PNPM. Aguião (2017) aponta que tais transformações na agenda, no sentido de ampliar a concepção da(s) sujeita(s) de direitos e garantias das políticas públicas, deve-se tanto à um processo de aprendizagem por meio das políticas de direitos humanos, que se desdobra em uma “inflexão política e institucional” (p. 19) a partir de 2002, quanto pelas intensas reivindicações e mobilizações de grupos de mulheres em torno de suas demandas específicas.

A mobilização de mulheres negras e lésbicas durante a 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres teria sido o elemento impulsionador da criação do Eixo 9. Já na 3ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres (2011) e no III PNPM (2013) ampliam-se as referências à inclusão de “mulheres transexuais” e o “respeito à identidade de gênero” (AGUIÃO, 2017, p. 29).

Mas vale destacar as diretrizes dos PNPM para cumprimento da agenda de gênero quanto às demandas por infraestrutura urbana, habitação e questão agrária. No I PNPM, houve uma o estabelecimento de algumas metas a respeito do tema da reforma agrária, inserido nas diretrizes relativas à autonomia e igualdade no mundo do trabalho. Tendo conhecimento da presença majoritária de mulheres na luta pela reforma agrária, sobretudo na demanda pela titulação, o objetivo e metas visava ampliar a inclusão das mulheres na reforma agrária e na agricultura familiar e conceder titulação conjuntas às famílias, além da promoção de capacitação para técnicos e gestores envolvidos, e implementar um programa de gênero para o Plano Nacional de Reforma Agrária. Não foram incluídos objetivos e metas para tratar a questão habitacional e de infraestrutura urbana com perspectiva de gênero.

Já no II PNPM, essas abordagens alçam a posição de tópico distinto, com um capítulo dedicado exclusivamente para tratar de ambas as diretrizes da agenda: infraestrutura habitacional e urbana, e a questão agrária. No primeiro, as propostas de ação envolvem apoiar, sobretudo o Ministério das Cidades, na realização de programas de urbanização de favelas, de regularização fundiária, de promoção do saneamento básico e acesso à água, e programas habitacionais. No segundo, propõe a continuidade e ampliação das políticas já estabelecidas no I PNPM, enfatizando a necessidade de garantir a titulação com prioridade para as mulheres, além de inclusão e ampliação da sua participação em programas de crédito fundiário. Há também a inclusão de uma meta específica voltada para o estímulo da participação das mulheres indígenas na formulação e implementação de programas voltados para empreendimentos de infraestrutura social.

Por fim, no III PNPM, vemos um retrocesso em relação à abordagem de diretrizes sobre infraestrutura habitacional e urbana, que se desdobra em uma única diretriz de ação ligada à promoção do desenvolvimento sustentável, com objetivo de estimular junto ao Ministério das Cidades, Ministério do Meio Ambiente e Ministério de Minas e Energia, a

vinculação dos programas habitacionais e de infraestrutura urbana com a implantação de programas de eficiência energética e de conservação de energia, e melhoria da infraestrutura doméstica. O enfoque do III PNPM na melhoria das condições da moradia, está justificado no plano como sendo uma demanda validada na conferência nacional.

Neste caso, permanecem na pauta do governo as ações referentes à infraestrutura social nas áreas urbana e rural, incluindo o direito à moradia digna, garantido pela Constituição Federal. Enfatiza-se, porém, a demanda por maior facilidade de acesso a formas de financiamento que atendam às mulheres em situação de vulnerabilidade social, o que supõe a expansão dos programas habitacionais nos meios rural e urbano. A moradia digna, condição básica para a realização da inserção social e para a proteção ambiental, constitui-se numa pré-condição para a efetivação do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2013, p. 60).

Quanto à questão agrária, além da continuidade da luta em prol da reforma agrária, da titulação e do acesso ao crédito para mulheres produtoras rurais, há a perspectiva de sua inclusão produtiva por meio de programas de compras do Estado ou de fomento à economia solidária. Se inclui também nesta diretriz, demandas das mulheres quilombolas e indígenas, como a promoção de demarcação de terras e desintração de invasores, apoio e capacitação produtiva, e das mulheres de terreiro em prol do enfrentamento à intolerância religiosa.

Contudo, apesar de a abordagem sobre a questão habitacional e de infraestrutura urbana ter perdido destaque no III PNPM, cabe destacar a delegação de responsabilidades por parte do Plano para o Ministério das Cidades, em aspectos que demonstram a pavimentação de caminhos para ampliar a integração da perspectiva de gênero nas demandas urbanas do país.

Linha de ação 4.5 Promoção da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação dos seus direitos.

(...)

4.5.2. Incentivar o atendimento prioritário as mulheres em situação de violência na concessão de unidades habitacionais nos estados, DF e municípios (BRASIL, 2013, p. 49).

Linha de ação 6.2. Promoção do acesso das mulheres à moradia digna, garantindo qualidade e acesso à infraestrutura de bens, serviços públicos e equipamentos sociais.

6.2.1. Acompanhar, identificar e estimular a redução dos impactos socioambientais decorrentes da implantação de grandes projetos de desenvolvimento, especialmente projetos de infraestrutura, prevenindo e coibindo a desagregação social e exploração das mulheres;

6.2.2. Estimular e apoiar políticas de ampliação e melhoria das condições de moradia e acesso à infraestrutura adequada, às mulheres do campo e da floresta, incluindo as comunidades e povos tradicionais (inclusive ribeirinhos);

6.2.3. Estimular a vinculação dos programas habitacionais e de infraestrutura urbana com a implantação de programas de eficiência energética e de conservação de energia, e melhoria da infraestrutura doméstica;

6.2.4. Incentivar ações integradas entre governos federal, estaduais, municipais e distrital, para promover a coleta e tratamento de esgotos, bem

como o acesso à água, objetivando assegurar moradias em ambientes saudáveis (BRASIL, 2013, p. 63).

As diretrizes 4.5.2 e 6.2.1, sobretudo, representam um indício da necessidade aproximação entre as ações do planejamento urbano e a perspectiva de gênero para o enfrentamento às violências.

A tarefa de implementar a perspectiva de gênero em toda a gestão pública nacional brasileira, através do instrumento da transversalização de gênero, era atribuída a SPM-PR. Pudemos ver através dos PNPM e outras políticas elaboradas pela SPM-PR que essa tarefa foi empreendida e executada. Mas, diversas análises dessa experiência são unânimes em apontar que as limitações orçamentárias e de corpo técnico (em quantidade e qualidade) foram decisivos para diminuir o alcance pretendido com as ações e projetos (BANDEIRA, ALMEIDA, 2013; AGUIÃO, 2017; TOKARSKI, MATIAS, *et al.*, 2023).

Em outras esferas, a estratégia da transversalização passa a ser adotada por demais agendas e acordos internacionais, como a Agenda Habitat e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODS), sendo essas as primeiras aproximações entre a adoção da perspectiva de gênero e os do planejamento territorial, a produção do espaço e a territorialização de políticas públicas, em âmbito internacional. Portugal (QUEIRÓS, 2020) e a Áustria (CITY OF VIENNA, 2013) adotaram a transversalização de gênero em conjunto com a adoção de estratégia territorializadas de desenvolvimento, incorporando o território como a escala de ação mais aproximada das realidades das mulheres, o que possibilitou o desenvolvimento de políticas e programas territoriais sensíveis à igualdade de gênero e, por isso, mais adequados às suas especificidades.

Nesses dois países, foram criados núcleos dedicados à promoção da igualdade de gênero centralizados dentro das estruturas institucionais, de forma que todas as políticas e programas desenvolvidos, em todas as áreas, fossem transversalizados pela perspectiva de gênero, possibilitando a elaboração de estratégias de desenvolvimento urbano e territorial com foco nas necessidades das mulheres. Vale destacar a experiência de Portugal, tanto pela possibilidade de aproximação com o Brasil, quanto pela forma integrada com que as estratégias de transversalização foram criadas, possibilitando imbricar o combate à violência contra as mulheres como um dos componentes necessários para atingir a igualdade de gênero, objetivo final das ações e políticas territorializadas e transversalizadas pela perspectiva de gênero (QUEIRÓS e BIRRENTTO, 2016).

No caso brasileiro, a incorporação da transversalização de gênero foi marcada por construções de metodologias próprias e desenvolvimento de planos e políticas originais por parte da SPM-PR, mas também por pouca capacidade de execução prática (TOKARSKI, MATIAS, *et al.*, 2023). Outra questão que impactou na transversalização de gênero é a

resistência política de algumas pastas e ministérios em integrar o tema à sua agenda, setorizando ao invés de integrar.

Apesar dos significativos avanços e da institucionalização da proposta de políticas de gênero, muitos ministérios resistiram à transversalização e não foram poucas as tensões nestas arenas, especialmente em relação à prática de subordinar as políticas para as mulheres a subsecretarias, a órgãos encarregados de pautas diversas e as estruturas dos partidos políticos que criam subdivisões específicas para as mulheres (OLIVEIRA, 2017, p. 51).

Assim, a cultura política brasileira trouxe grandes dificuldades para romper com a lógica setorial de gestão, que se coloca como um obstáculo para a adoção da estratégia de transversalização de gênero em todas as esferas institucionais, sobretudo aqueles responsáveis pelo desenvolvimento urbano e regional. Neste quesito, é importante destacar também, a organização das atribuições e responsabilidades dos entes federativos nestas pautas.

Desde a Constituição de 1988, os municípios brasileiros adquiriram maior autonomia legislativa e administrativa a respeito de alguns temas, sendo o planejamento urbano e ordenamento territorial o principal deles. É competência privativa dos municípios legislar sobre o uso e a ocupação de seu solo urbano, a partir dos seus interesses locais. Ao mesmo tempo, existem regulamentações e normativas à nível federal que os municípios não podem deixar de cumprir nesses temas, como a obrigatoriedade de elaboração de plano diretor (para municípios acima de 20.000 habitantes) e de participação popular na sua construção.

Tais balizas normativas se justificam na lógica de controle social e fomento participação, em âmbito local, como estratégias de democratização, mas, também, de governança territorial/multinível a partir das abordagens localistas (*place-based*) que tomaram centralidade no vocabulário da gestão e das políticas públicas a partir dos anos 1980 (DIAS e SEIXAS, 2019). Como discutimos no tópico 2.1.2, essa abordagem compreendida como territorialização de políticas públicas (TPP) se consolida em países europeus, mas chega para os países latino-americanos apenas como uma inovação discursiva (FAVARETO e LOTTA, 2022). Ao mesmo tempo, a incorporação do território também de maneira setorializada ou meramente discursiva - seja de forma míope, seja de forma cega - infere diretamente na efetividade das políticas desenhadas, que se tornam frágeis e pouco incidentes nas especificidades locais (FAVARETO e LOTTA, 2022).

Como exemplo, através dos PNPM, verificamos a instabilidade e dificuldade de integração entre a agenda de gênero e a agenda territorial, sobretudo a agenda urbana, que entrou com força no II PNPM por meio dos incentivos à produção de infraestruturas sociais, mas foi apartada logo no III PNPM. No que tange à essa integração nas legislações urbanas

municipais, não há estudos recentes sobre incorporação da perspectiva de gênero em leis de ocupação e uso do solo, leis orgânicas e planejamentos urbanísticos.

Em estudo recente, Momm, Terra, *et al* (2023) fazem levantamento sobre os Planos Diretores de São Paulo entre 2002 e 2014, apontando a escassez de tratamento em relação as questões de gênero. A pesquisa demonstra como a menção às especificidades das mulheres diminuiu quantitativamente com a revisão do texto do Plano de 2002 para 2014⁵³, enquanto qualitativamente “a abordagem dada ao tema é similar nos dois planos, não expressando nenhuma inovação ou evolução considerando o espaço de mais de uma década entre um plano e outro” (2023, p. 10). As autoras também ressaltam a excepcionalidade do município de São Paulo, sobretudo pela sua capacidade de produção de políticas e instrumentos do planejamento urbano.

Vale destacar que o município de São Paulo possui uma excepcionalidade no contexto brasileiro, não apenas pelos números de sua economia e população, mas também pela capacidade de produção de políticas e instrumentos de planejamento urbano que não são vistos na imensa maioria dos municípios brasileiros pela dificuldade técnico-administrativa destes. Isso significa dizer que a realidade nacional dos Planos Diretores e o tema do gênero e da violência contra as mulheres deve ser ainda pior (MOMM, TERRA, *et al.*, 2023, p. 13).

Assim, vemos que tanto a TPP, quanto a transversalização de gênero, esbarram na cultura setorial de gestão brasileira, que limita seu alcance, suas possibilidades e, mesmo, a viabilidade da sua aplicação.

Para as políticas de enfrentamento à violência de gênero, as ideias de articulação, integração e intersetorialidade, presentes na conceituação dos fluxos de atendimento da rede enfrentamento, não somente atendem à premissa da complexidade envolvida nas violências de gênero que acometem as mulheres, mas estão diretamente ligadas ao que rege a transversalização de gênero, tendo em vista o reconhecimento da centralidade do objeto de enfoque da política, e a sua incorporação em todos os setores envolvidos como uma premissa, e não como um elemento a ser adicionado. Mas no que tange especificamente ao seu funcionamento, tanto a falta de integração entre as políticas e equipamentos envolvidos, quanto à adoção de lógicas territoriais próprias por parte dos municípios impactam na sua efetividade, sobretudo quando analisados sob uma perspectiva do cuidado e da prevenção

⁵³ Vale lembrar que o Plano Diretor Estratégico de São Paulo aprovado em 2014, foi premiado por iniciativa da ONU-Habitat, a Convocação Pública de Práticas Inovadoras da Nova Agenda Urbana, por seu propósito de “tornar a cidade mais humana, moderna e equilibrada, através do emprego e da moradia, para enfrentar as desigualdades socioterritoriais”. Disponível em https://www.archdaily.com.br/br/803253/plano-diretor-da-cidade-de-sao-paulo-vence-premio-de-agencia-da-onu?ad_medium=gallery, acesso em 18 de julho de 2023.

Para Momm, Terra, *et al.* essa abordagem é crucial para compreender o papel das relações comunitárias e das redes informais no suporte ao enfrentamento à violência de gênero, ampliando inclusive a compreensão dos equipamentos que compõem a rede para além daqueles de assistência policial, jurídica e psicossocial, incluindo também aqueles voltados para a promoção do cuidado e da vida, como educação, saúde, esporte, lazer e cultura. Dessa forma, e alinhadas com uma perspectiva multiterritorial, reunindo diversas escalas territoriais às dimensões das relações sociais, estabelecem como conceito em construção a “territorialidade do cuidado”,

(...) que abarca a relação das mulheres entre si e com os serviços de prevenção e enfrentamento da violência com o território, ou seja, as territorialidades do cuidado compreendem relações formais e informais de cuidado, profundamente conectadas com o território e sua rede de equipamentos sociais.

Essa proposta conceitual se alinha com um entendimento de enfrentamento à violência de gênero, e da própria violência em si, para além das suas definições jurídicas, como um fenômeno coletivo e estrutural, compreendendo a sociabilidade e as dinâmicas comunitárias em prol do cuidado como importantes estratégias para redução das vulnerabilidades como um todo. Ou seja, uma abordagem não setorializada da violência de gênero, mas transversalizada ao desenvolvimento dos territórios, permite revelar o papel dos padrões espaciais e sociais para a sua manutenção (MOMM, TERRA, *et al.*, 2023).

Nesse sentido a atuação em rede no território, bem como a transversalização de gênero, encontram entraves para romper com a tradicional lógica setorial de gestão pública no Brasil, além das barreiras morais colocadas pela reação conservadora ao uso do termo gênero a partir de 2015 (TOKARSKI, MATIAS, *et al.*, 2023). A incorporação desses aspectos traria maior efetividade e eficiência para as políticas públicas com perspectiva de gênero ofertadas. Esses entraves encontram consonância com as visões críticas feministas que para evidenciam as limitações e problemas na abordagem apenas pela via do Estado e das instituições em relação à busca pela equidade de gênero e o enfrentamento às violências contra as mulheres (SEGATO, 2022; VERGÈS, 2021; CORDEIRO; 2023).

3. AGENDAS FEMINISTAS E A CENTRALIDADE DO ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS

“As marchas das mulheres hoje são o efeito de um longo processo, composto por uma sequência prolongada e complexa de debates constantes por quase sete décadas. Se há um campo que construiu sua teoria com imensa sofisticação, é o campo feminista, que preenche as prateleiras de paredes inteiras das grandes livrarias físicas e virtuais do mundo”.

Rita Segato

FIGURA 3 – MARCHA 8M, RIO DE JANEIRO.



Fonte: Fotografia de Raquel Isidoro (2023).

O movimento feminista brasileiro, organizado politicamente sob essa denominação a partir do século XX, se valeu de diversas estratégias para visibilizar os problemas das mulheres e fazer pressão por resposta das instituições. Foram e ainda são diversas as pautas de reivindicação, tais como o direito à cidadania plena, ao divórcio, ao corpo, aos direitos reprodutivos e a sexualidade, às condições igualitárias de salário, às melhores condições de habitabilidade, à divisão igualitária de tarefas, rompimento com a divisão sexual do trabalho e a uma vida livre de violências.

No contexto latino-americano, a latência dos movimentos feministas se pautou na agenda do enfrentamento à violência de gênero, em todas as suas dimensões. Apesar de a reivindicação contra a violência e a opressão serem uma pauta presente há décadas nas lutas feministas, a diferença neste contexto se dá pela conquista de direitos e garantias em instâncias supranacionais, bem como na base jurídica e institucional alcançada através da formulação de convenções e tratados internacionais a partir da segunda metade do século XX. Ou seja, a estratégia de articulações e incidências pela via das instituições internacionais, rendeu muitas vitórias e garantias de direitos no que tange à institucionalização dos compromissos dos Estados com tratados e convenções internacionais, obrigando-os a agir perante os alarmantes números de violência de gênero na região.

Mesmo com os avanços na construção de políticas públicas para o enfrentamento das violências de gênero, e passados quase 20 anos de experiência com a sua implementação, ficaram claros os limites de fazer face às violências apenas pela via estatal e, sobretudo, as lacunas no próprio feminismo hegemônico em implementar políticas públicas que acomodassem as interseccionalidades entre gênero, raça e território

Neste capítulo então, será abordada a construção da agenda feminista – no contexto nacional e alguns aspectos do contexto carioca – dando enfoque à centralidade adquirida pelo tema do enfrentamento às violências e abordando as problemáticas de construção do sujeito político do feminismo, recorrendo sobre algumas as saídas críticas permitidas por uma perspectiva plural do movimento, entendendo que as mulheres são múltiplas e, por isso, os feminismos também o são.

3.1. Construindo uma agenda feminista

Para Cabral e Macedo, “não é possível e nem interessante datar o surgimento do feminismo”, mas sim dizer que “ações atualmente entendidas como feministas sempre existiram, a partir do momento que qualquer mulher se contrapôs a uma situação concreta, particular ou não, de opressão social pelo simples fato de ser mulher” (2020, p. 114). Assim, os registros da luta das mulheres remontam a séculos atrás, mas ganhou maior visibilidade e força durante o movimento sufragista, que ocorreu em diversos países do mundo no final do século XIX e início do século XX, reivindicando o direito ao voto e a participação política. Além do direito ao voto, as mulheres também lutaram e continuam lutando por igualdade no acesso à educação, ao emprego, aos salários, à saúde e à autonomia sobre seus corpos.

Como abordado no capítulo anterior, as desigualdades entre homens e mulheres vem sendo utilizadas como mito fundador da superioridade masculina nas mais diversas

sociedades, com recursos narrativos similares: a fragilidade e o erro feminino são a justificativa para a dominação e a moralização das mulheres. Mas, apesar de o cenário de aparente naturalidade dessas assimetrias hegemonicamente descritas ao longo da história, a condição de submissão colocada às mulheres não se consolidou por completo – haja vista a necessidade de repetir e criar, até os dias atuais, mecanismos, discursos e práticas que reposicionem o feminino e os corpos feminizados na condição de oprimidos. Com os resgates históricos e historiográficos de pesquisadoras feministas, é possível consultar registros das forças de resistência e de luta desenvolvidas pelas mulheres, ao longo de séculos, contra a desigualdade e a dominação⁵⁴.

O termo *feminismo* começou a ser utilizado para descrever a organização política dos movimentos de mulheres que buscavam a igualdade de gênero e a defesa dos seus direitos a partir do século XIX. A origem exata do termo não é consensual, mas geralmente é atribuída ao movimento sufragista nos Estados Unidos e na Europa, que também ficou conhecido pelo termo *primeira onda feminista* amplamente utilizado para “para designar o momento histórico em que as ideias de filósofas e ativistas estavam sendo organizadas e sistematizadas, conforme o novo modelo de racionalidade, que segue reverberando na atualidade” (CABRAL e MACEDO, 2020, p. 115).

A utilização do termo feminismo foi uma maneira de unificar as lutas das mulheres em uma ideologia política e social, sendo também uma importante forma de destacar a natureza política e coletiva dessas reivindicações. O termo ajudou a identificar as opressões específicas enfrentadas pelas mulheres e a mobilizar ações coletivas para a transformação social, gradativamente se aglutinando em uma agenda.

O uso do termo *ondas* é adotado para descrever as diferentes fases do movimento, proposto pelas acadêmicas feministas como modelo histórico e ferramenta útil para entendermos a trajetória e as mudanças no movimento (SANTOS, 2014). Para Constância Lima Duarte, as ondas são uma metáfora de movimento, que

Longe de serem estanques, tais momentos conservam uma movimentação natural em seu interior, de fluxo e refluxo, e costumam, por isso, ser comparados as ondas, que começam difusas e imperceptíveis e, aos poucos (ou de repente), se avolumam em direção ao clímax – o instante de maior envergadura, para então refluir numa fase de aparente calma, e novamente recomeçar (DUARTE, 2019, p. 26).

Em relação às ondas feministas, vale situar que o que as define são o caráter reivindicativo e o conteúdo político que embasa a ação das mulheres, e não

⁵⁴ Exemplos de nomes como a da filósofa Hipátia (355-415) na Grécia Antiga, a participação no exército francês de Joana D’arc (1412-1431), e a defesa dos “Direitos da Mulher e Cidadã” de Olympe de Gouges (1748-1793) durante a Revolução Francesa, são alguns dos resgates históricos de mulheres que, antes da aglomeração do movimento de mulheres sob a denominação feminista, desenvolveram estratégias para escapar da naturalização da submissão imposta ao gênero feminino.

necessariamente o período histórico ou o território em que ocorrem. Por exemplo, a primeira onda feminista, caracterizada por ser um “movimento de mulheres que se batem contra disparidades sociais e legais, ainda que de forma individual e em pequenos grupos” (SANTOS, 2014, p. 138) foi documentada primeiramente nas reivindicações de mulheres por reconhecimento de direitos e voto na Europa e nos EUA, durante os séculos XVIII e XIX, mas também teve ocorrências registradas em momentos históricos distintos a depender da cultura e da região⁵⁵.

No Brasil, algumas pesquisadoras adotam uma divisão semelhante às ondas do feminismo global, destacando a primeira onda como relacionada à luta pelo direito ao voto e à igualdade legal, a segunda onda como focada na liberdade sexual, nos direitos reprodutivos e na igualdade social e a terceira onda como mais recente, com ênfase na interseccionalidade, na diversidade e na desconstrução de estereótipos de gênero (PINTO, 2010). Mais recentemente, sobretudo a partir da década de 2010, afloraram-se as discussões teóricas e políticas a respeito da emergência de uma quarta onda feminista.

A despeito das discussões e divergências em torno da definição (ou mesmo da existência) de uma quarta onda, para Martinez, é inegável a emergência de uma nova “consciência feminista” (2021, p. 2) no Brasil a partir de 2015, fortemente ancorada em modelos epistemológicos globais – sem perder de vista a situação local - e ligada diretamente ao aparecimento e apropriação das mídias digitais. Para Mariana Gonzalez (2017), fundadora do movimento argentino #NiUnaMenos⁵⁶, esta nova onda seria tipicamente latino-americana, tendo em vista seu caráter agregador, solidário, transnacional e partilhado. Em resumo, a vivência feminista atual teria como parte do seu cotidiano a tecitura de redes.

Em relação à nomenclatura, há outras formas de classificação, principalmente à medida que se avançam em estudos historiográficos e são reveladas personalidades antes borradas e apagadas da narrativa dominante. Duarte classifica o feminismo brasileiro em

⁵⁵ Um caso recente de registro de primeira onda feminista são os protestos de mulheres iranianas contra a proibição do uso do *hijab* em 2022, que tem radicalizado as reivindicações feitas por elas que, desde a década de 1970, vêm lutado por direitos básicos e igualdade de gênero. É por isso que não há um consenso a respeito das datas históricas que marcam a ocorrência entre uma onda e outra, tendo em vista que, ao mesmo tempo, mulheres de países distintos poderiam estar se levantando (e sobretudo com a globalização, atuando conectadas em rede) mas com motes reivindicativos e conteúdos políticos distintos.

⁵⁶ Iniciado a partir de uma marcha pelo fim dos feminicídios e violências de gênero na Argentina no dia 03 de Junho de 2015, o movimento Ni Una Menos extrapolou a esfera das ruas e ganhou as redes digitais através da *hashtag* #NiUnaMenos, sendo um grande marco para o ciberfeminismo mundial. O mote do movimento ultrapassou as barreiras nacionais, alcançando solidariedade e aliadas em todo o mundo, impactando direta e indiretamente na organização feminista em diversos países mundo afora.

“quatro momentos áureos” (2019, p. 27), destacando algumas décadas em que o movimento reivindicativo de mulheres teve maior visibilidade e se aproximou de concretizar os objetivos:

QUADRO 2 – MOMENTOS E ASPECTOS DO FEMINISMO BRASILEIRO

	Primeiro momento	Segundo momento	Terceiro momento	Quarto momento
Período histórico	Século XIX	Século XIX - XX	Primeira metade século XX	Segunda metade do século XX
Reivindicações e pautas principais	- Direito à educação básica	- Direito à educação superior - Direito ao trabalho	- Direito à educação superior - Direito ao voto - Direito ao trabalho em todas as áreas - Liberação total da mulher	- Direito ao prazer, sexualidade e ao aborto; - Violência de gênero; - Racismo e precariedade da vida de mulheres negras; - Contra a ditadura e defesa da anistia - Abertura democrática
Alguns nomes e personalidades destacadas	Nísia Floresta (1810-1885)	Josefina Álvares de Azevedo (1851-1905)	Bertha Lutz (1894-1976) Maria Lacerda de Moura (1887-1945) Patrícia Galvão (1910-1962) Laudelina Campos Melo (1904-1991)	Rose Maria Muraro (1930 – 2014) Jacqueline Pitanguy (1946 -) Sueli Carneiro (1950 -) Lélia Gonzalez (1935 – 1994)
Conquistas para as mulheres	- Participação de mulheres na imprensa; - Criação das revistas femininas.	- Ampliação de revistas feministas; - Incidência política por meio da imprensa.	- Conquista do direito ao voto; - Ampliação do acesso ao ensino superior; - Participação política.	- Declaração 8 de Março pela ONU - Acesso à contracepção - Divórcio - Igualdade constitucional dos sexos (CF 1988)
Referências internacionais	Feministas tais como Mary Wollstonecraft e Olympe de Gouges.	Mulheres no ensino superior dos EUA.	Influências do pensamento estrangeiro trazidas das brasileiras que estudaram fora.	Feministas tais como Betty Friedan e Simone de Beauvoir
Equivalente às ondas	Primeira onda	Primeira onda	Primeira Onda	Segunda Onda

Fonte: Duarte (2019). Elaborado pela autora (2023)

Sendo um texto originalmente publicado em 2003, Duarte apenas sinaliza ao final da discussão os sinais das mudanças nas características do movimento feminista no Brasil após os anos 1990, à medida que se incorporavam as novidades do exterior e se entrelaçavam demandas de outros movimentos sociais, e que as complexidades dessas intersecções eram assimiladas em um terreno movediço fomentado pela globalização intensa. A 20 anos de distância do momento presente, seu texto já sinalizava a necessidade

de amadurecimento e reflexão do movimento feminista para compreender seu lugar diante de um contexto em que tudo é efêmero e rápido. A autora ainda pontua que, apesar das conquistas, a persistência da desigualdade e da opressão sobre as mulheres é latente à medida que nos lembramos do “salário inferior, da presença absurdamente desigual de mulheres em assembleias e em cargos de direção, e da ancestral violência que continua sendo praticada com a mesma covardia e abuso da força física” (DUARTE, 2019, p. 45).

O feminismo do século XXI assume, pela primeira vez na história dos movimentos de mulheres, um caráter de movimento de massa, tendo destaque as diversas manifestações públicas com massivo protagonismo de mulheres em espaços públicos, bem como a grande adesão de mulheres cada vez mais jovens ao movimento feminista (BARRANCOS, 2022). Além disso, destaca-se também o surgimento das mais diversas formulações teórico-políticas do campo feminista, dando origem a uma pluralidade e diversidade de movimentos dentro do feminismo – passando a serem reconhecidos com os feminismos, no plural.

Se considerarmos ainda que a linguagem constrói o mundo, a realidade e até mesmo a racionalidade que nos move, praticar a filosofia feminista é romper com a racionalidade dada até então, produzindo um tipo de pensamento que é corporal, performativo e que joga para fora (expõe) toda forma de misoginia teórica, reverberando na forma como os sujeitos se relacionam com e no mundo. Nessa epistemologia não é preciso dar um conceito fixo de “feminismo”. Ele está em construção para cada uma, a partir da sua prática, ou seja, trata-se de um termo assumidamente de plurissignificação. A filosofia feminista é uma filosofia viva e, por isso, em desconstrução. Para tanto, é preciso partir de uma “auto-des-construção”, ou seja, os feminismos devem ser frutos de uma autocrítica que produz efeitos performativos no mundo ao redor. (...) Os feminismos precisam ser vistos como correntes plurais de pensamento, que irão acontecer de formas variadas, de acordo com o grupo ou núcleo social de mulheres que fala ou do qual se fala e não se conforma aos tempos atuais (CABRAL e MACEDO, 2020, p. 122).

No contexto latino-americano, a latência dos movimentos feministas se pautou na agenda do enfrentamento à violência de gênero, em todas as suas dimensões. Apesar de a reivindicação contra a violência e a opressão serem uma pauta presente há décadas nas lutas feministas, a diferença neste contexto se dá pela conquista de direitos e garantias em instâncias supranacionais – tais como a ONU e a OEA⁵⁷ -, bem como na base jurídica e institucional alcançada através da formulação de convenções e tratados internacionais a partir da segunda metade do século XX.

⁵⁷ A OEA - Organização dos Estados Americanos – é uma organização internacional que criada pelos Estados do continente americano com objetivo de “conseguir uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência.” conforme consta no artigo nº1 da sua Carta de fundação. Dentro do sistema ONU, a OEA se configura como um organismo regional.

3.2. Articulação feminista internacional

Apesar de a influência do sistema internacional na formulação de políticas em âmbito doméstico sempre ter existido, o escopo e a intensidade dessa influência têm aumentado à medida em que avançam a globalização e os meios de comunicação, ampliando as oportunidades de internacionalização das ideias. Para Howlet, Ramesh e Perl

A policy-making é, antes de tudo, um assunto doméstico que envolve governos nacionais e seus cidadãos, em países democrático-liberais, com uma economia capitalista organizada de acordo com as diretivas estabelecidas anteriormente. No entanto, o sistema internacional é também cada vez mais vital na modelação das escolhas domésticas de política pública e dos desenvolvimentos políticos. Seus efeitos são manifestados por meio de indivíduos que trabalham como conselheiros ou consultores para governos nacionais ou como membros de organismos internacionais com autoridade baseada em acordos internacionais para regular o comportamento de seus membros (2013, p. 85).

É fato que a organização feminista em articulação internacional se deu bem antes das conquistas alcançadas nessa mesma escala geopolítica, mas é graças a essa organização que se pavimentaram os caminhos em direção à criação de um fórum internacional feminista, para debater e formular de políticas sobre os direitos das mulheres e a igualdade de gênero nas Américas.

A Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) é um organismo especializado no sistema da OEA, criado em 1928 durante a 6ª Conferência Internacional Americana, sediada em Havana, e que atuava no âmbito da União Pan-americana⁵⁸ até ano de 1948, quando passa a incorporar a OEA como Organismo Especializado de caráter técnico permanente (BANDEIRA e ALMEIDA, 2015). Dentre as suas atribuições na OEA, a CIM tem como função resguardar os direitos e interesses das mulheres, tendo trabalhado supervisionando a OEA em diversos âmbitos para que fossem cumpridos os acordos e obrigações feitos pelos Estados americanos.

Nesse sentido, o principal feito da CIM se dá a partir da identificação de vazios jurídicos-legislativos, referente à violência de gênero, no texto da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW-1979)⁵⁹. A partir

⁵⁸ Organismo institucional responsável pelas Conferências Internacionais Americanas ocorridas entre 1889 e 1948. Com a expansão das suas funções, a União Pan-americana passa a ser chamar, a partir de 1948, Organização dos Estados Americanos (OEA).

⁵⁹ O documento da CEDAW é um tratado internacional, aprovado em 1979 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, também descrito como uma declaração internacional de direitos das mulheres, que entrou em vigor em 3 de setembro de 1981 e foi ratificada por 188 Estados. Esse documento serviu como um marco no enfrentamento à discriminação de gênero desde sua aprovação, sendo um importante recurso para a organização institucional de mulheres e feministas da segunda metade do século XX ao reivindicarem seus direitos. Em contrapartida, a CEDAW enfrentou dificuldade para ser implementada, principalmente devido à oposição da Igreja e das forças conservadoras da sociedade,

de uma consulta à especialistas interamericanas a respeito do tema “mulher e violência” na década de 1990, “foi evidenciado que havia o predomínio universal de diversas formas e manifestações de violência contra a mulher, o que justificava a criação de medidas para combatê-las” (BANDEIRA e ALMEIDA, 2015, p. 505).

Após desenhar propostas, estudos, e realizar amplas consultas públicas por 3 anos, em 1994 durante o 24º período ordinário de sessões da Assembleia Geral da OEA, em Belém do Pará, o CIM apresentou o projeto Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher – que ficou conhecida por Convenção de Belém do Pará – sendo aprovada por aclamação no mesmo ano, promulgada em 1995 e se torna referência mundial para o enfrentamento à violência contra a mulher.

A Convenção de Belém do Pará estabeleceu, pela primeira vez, o direito das mulheres viverem uma vida livre de violência, ao tratar a violência contra elas como uma violação aos direitos humanos. Nesse sentido, adotou um novo paradigma na luta internacional da concepção e de direitos humanos, considerando que o privado é público e, por consequência, cabe aos Estados assumirem a responsabilidade e o dever indelegável de erradicar e sancionar as situações de violência contra as mulheres (BANDEIRA, 2019, p. 506).

Para além da linha do tempo que nos leva até a Convenção de Belém do Pará, neste mesmo recorte histórico outras importantes convenções e tratados internacionais em favor de assegurar e promover os direitos das mulheres foram firmados, que atravessam e acumulam experiências, além de colaborar para inserir, cada vez mais, os avanços no vocabulário de lutas dos movimentos feministas no debate dos direitos em âmbito internacional.

Esse movimento de recorrer às instâncias internacionais e supranacionais se tornou bastante frutífero no sentido de assegurar direitos para as mulheres no Brasil, sobretudo como instrumento de pressão dos movimentos feministas para operar mudanças substanciais sobre o Estado brasileiro. Fazendo um quadro a respeito das principais convenções e tratados internacionais para tratar dos direitos das mulheres ocorridas durante o século XX, e seus impactos na política nacional até os dias atuais, podemos vislumbrar algumas relações conforme demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 3 – FEMINISMO INTERNACIONAL NO SÉCULO XX E O IMPACTO NA POLÍTICA NACIONAL DO BRASIL

Evento	Pautas principais	Impacto legislação e política brasileira
1948 – Conferência Interamericana, em Bogotá (OEA)	Concessão dos direitos civis e políticos da mulher.	DECRETO Nº 31.643, DE 23 DE OUTUBRO DE 1952 – Promulga a Convenção Interamericana de Bogotá

cujo apelo contrário se calcava na possível abertura para legalização do aborto trazida pela Convenção (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015; BARRANCOS, 2022).

		DECRETO Nº 52.476, DE 12 DE SETEMBRO DE 1963 - Promulga a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher.
1968 - Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CERD)	Condenar a discriminação racial; Recomendação para a adoção de uma política destinada a eliminar a discriminação racial em todas as suas formas e a encorajar a promoção de entendimento entre todas as raças;	DECRETO nº 65.810, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1969 - Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.
1975 – 1ª Conferência Mundial da Mulher, no México (ONU) 1979 - Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)	Igualdade plena de gênero e a eliminação da discriminação por razões de gênero; Plena participação das mulheres no desenvolvimento; Maior contribuição das mulheres para a paz mundial.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 93, DE 1983 - Aprova o texto da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher DECRETO Nº 89.460, DE 20 DE MARÇO DE 1984 - Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. DECRETO Nº 4.377, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002 - Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto no 89.460, de 20 de março de 1984. DECRETO Nº 4.316, DE 30 DE JULHO DE 2002 - Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 – Estabelece normas para eleições (editada para reserva de 30% de vagas nos partidos e coligações para candidaturas de mulheres). LEI Nº 9.799, DE 26 DE MAIO DE 1999 - Insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e dá outras providências. LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 - Institui o Código Civil (substitui o termo “homem” por “pessoa”, reconhecendo a igualdade de gênero)
1985 – 2ª Conferência Mundial da Mulher, em Nairóbi (ONU)	Recomendações de que fossem criados órgãos estatais para fazer avançar a condição das mulheres.	LEI Nº 7.353, DE 29 DE AGOSTO DE 1985. - Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Impactos diretos e indiretos na formulação de artigos da Constituição

		Federal de 1988, por parte do <i>lobby</i> do batom.
1993 – 2ª Conferência Mundial dos Direitos Humanos, em Viena (ONU)	Direitos das mulheres se equiparam à direitos humanos; Violência contra a mulher – e particularmente a violência doméstica – vista como violação dos direitos humanos.	Programa Nacional dos Direitos Humanos (1996, 2002 e 2010); Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2003; 2008 e 2013);
1994 - Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, em Belém do Pará (OEA)	Exigência de intervenção do Estado na prevenção, punição e erradicação de todas as formas de violência contra a mulher.	LEI Nº 9.029, DE 13 DE ABRIL DE 1995 - Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências. DECRETO Nº 1.973, DE 1º DE AGOSTO DE 1996 - Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará. LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 - Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Lei Maria da Penha). DECRETO Nº 8.086, DE 30 DE AGOSTO DE 2013 - Institui o Programa Mulher: Viver sem Violência. LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015 -Prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e inclui o feminicídio no rol dos crimes hediondos (Lei do Feminicídio). BRASIL e ONU Mulheres: Diretrizes nacionais de feminicídio-diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres, 2016. Norma Técnica de “Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes”, 1999.
1994 – Conferência Internacional de População e Desenvolvimento	Introdução dos conceitos de direitos reprodutivos, empoderamento e reconhecimento das	LEI Nº 9.263, DE 12 DE JANEIRO DE 1996 -Trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências;

(CIPD), na cidade do Cairo (ONU)	diferentes formas de família pelas Nações Unidas; Situa o aborto no âmbito da saúde pública.	Política Nacional do Planejamento Familiar (2007)
1995 – 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, em Pequim (ONU)	Ênfase na desigualdade das mulheres no acesso à educação, ao trabalho, à tomada de decisões, aos serviços de saúde Inovação: perspectiva da transversalidade de gênero, com a introdução do conceito de <i>gender mainstreaming</i> ; Combate à feminização da pobreza e situação das mulheres em conflitos armados; Situação das meninas e violações na infância; Descriminalização do aborto e avanços nos direitos sexuais;	DECRETO Nº 4.625 DE 21 DE MARÇO DE 2003 – Institui a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com <i>status</i> ministerial; Conferências de Políticas para as Mulheres; Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2003; 2008 e 2013) e o seu Comitê de Articulação e Monitoramento; Fórum de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres; Mecanismos de Gênero em órgãos governamentais, previstos no PNPM 2013-2015 e no Plano Plurianual – PPA 2012-2015;

Fontes: Alves; Pitanguy, (2022); Bandeira; Almeida, (2015); Montebello, (2000); Pitanguy, (2019); Tokarski *et al.*, (2023). Elaborado pela autora (2023).

Há um grande impacto das decisões do sistema internacional na construção da política de gênero brasileira, a partir da ampliação da participação das mulheres e movimentos feministas nos organismos e entidades supranacionais, que reverberou diretamente na instituição de legislações específicas e desenvolvimento de políticas internas, buscando incorporar e cumprir com os acordos e tratados assinados no âmbito internacional.

As primeiras conquistas referentes à criação de organismos institucionais específicos para garantir e trabalhar pelos direitos das mulheres, se dão da década de 1980 com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)⁶⁰, e a atuação fundamental do movimento de mulheres por meio de um *advocacy* feminista em prol da inclusão das suas demandas no texto da Constituição Federal de 1988 (BARSTED, 2016).

⁶⁰ O CNDM foi criado em 1985, com órgão federal com autonomia administrativa e orçamento próprio, vinculado ao Ministério da Justiça, para promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país. Nas memórias das mulheres e movimentos feministas que atuaram e trabalharam diretamente no CNDM (ALVES e PITANGUY, 2022), relatam que foi uma “invenção feminista” (p. 232) pois se tratava de estabelecer uma estrutura completamente nova, em um espaço hostil às suas reivindicações. Hildete Pereira definiu o CNDM como um pioneirismo na forma de fazer política no Brasil devido “à essa entrada da sociedade civil dentro do Estado sem ser o Estado propriamente dito” (p. 231).

É importante destacar o processo de construção do CNDM, tendo em vista seu caráter dúbio em relação à definição de atribuições, a sua posição autônoma e dotada de orçamento próprio, bem como a ausência de regimento e estatutos prévios, constituíram-no como um espaço inédito na política brasileira, onde o movimento feminista e as mulheres que ali frequentaram se alimentaram política e formativamente⁶¹, ao mesmo tempo em que produziam instrumentos políticos para a perpetuação das conquistas alcançadas como políticas de Estado.

Sendo esse o primeiro órgão feminista na estrutura burocrática do Estado brasileiro, a experiência de conformar o CNDM como uma entidade que trabalha de maneira transversal às outras esferas governamentais, e atuando como um “movimento social” (ALVES e PITANGUY, 2022, p. 284), na medida em que define sua posição crítica ao Estado, mesmo estando incorporado a ele, abrindo as portas da institucionalidade para a participação ativa da sociedade e o incentivo formação política de mulheres, definiu as bases do que seriam alguns exemplos de boas práticas, além de sofrer com as duras dificuldades e impasses colocados pelo poder político dominante.

A experiência do CNDM serviu de exemplo para a criação de Conselhos Estaduais e Municipais pelo território brasileiro, bem como fundamentou as bases do que viria a ser a primeira Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, órgão criado em 2003 ligado ao gabinete da Presidência da República, com caráter ministerial e autonomia orçamentária (BOHN, 2010).

3.2.1. Problemáticas do sujeito mulher na premissa dos direitos humanos

Concomitantemente à especialização na via institucionalista da reivindicação dos direitos e, principalmente, a partir do momento em que feministas e mulheres ativistas passam a integrar a estrutura governamental, cria-se uma ramificação dentro do movimento de mulheres, que é comumente retratada na literatura feminista por “feminismo de Estado” (ALVES e PITANGUY, 2022, p. 225) ou “feminismo estatal” (BOHN, 2010), enquanto suas representantes e lideranças são denominadas “femocratas” (BOHN, 2010, p. 82).

Mesmo sendo uma atuação bastante frutífera para a garantia dos direitos das mulheres brasileiras, e sua continuidade a partir da consolidação institucional por dentro das estruturas políticas (BOHN, 2010), a estratégia de atuar por dentro do Estado é alvo de conflitos políticos e divide opiniões dentro dos movimentos feministas. Os antagonismos quanto à participação das feministas na política institucional e a consolidação das

⁶¹ Grandes figuras do feminismo brasileiro passaram pelo CNDM, tais como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Benedita da Silva, Celina Albano, Malu Heilborn, Hildete Pereira de Melo, Eleonora Menicucci e tantas outras.

reivindicações por meio da burocracia estatal, são dados ao reconhecimento da ambiguidade da estrutura institucional, que tanto é responsável por prover as transformações sociais, quanto é um dos principais agentes de dominação e de violação dos corpos e dos direitos humanos das mulheres.

Além da resistência em relação ao Estado, há o receio de cooptação das militantes e lideranças que, imbricadas diretamente nos interesses políticos e obrigações institucionais, poderiam ser mais facilmente manipuladas, removendo gradualmente a radicalidade das reivindicações.

A crítica a essa posição argumentava que tais organismos poderiam se tornar apenas uma fachada para a manipulação das propostas feministas, esvaziando-as de seu conteúdo de transformação, e que deveríamos contestar o sistema mantendo-nos “do lado de fora”. Esta posição enfatizava o risco de cooptação se entrássemos no aparelho estatal (ALVES e PITANGUY, 2022, p. 224)

Há também a crítica a respeito da construção das bases dos direitos conquistados pelas mulheres, realizada por meio das garantias de liberdade e igualdade formalizadas seguindo a premissa dos Direitos Humanos. Em um resgate historiográfico, as feministas apontam a discriminação de gênero da premissa desde a sua origem – a partir do documento que declara os direitos universais - tendo sido adotada pela ONU em 1948 sob a denominação “Declaração Universal dos Direitos do Homem”, cuja terminologia foi alterada somente em 1967 por meio da pressão dos movimentos feministas e de mulheres que foram significativas para essa revisão. O movimento negro, por sua vez, argumenta que o sistema de direitos humanos, em sua concepção e implementação, muitas vezes negligencia a dimensão racial e étnica das violações de direitos, demonstrando que essa negligência pode acontecer devido às características falhas de sua própria concepção, tal como a universalidade seletiva, a perspectiva eurocentrada, o racismo estrutural e a inadequação nas respostas institucionais.

De uma forma e de outra, essas críticas encontram eco nos questionamentos colocados às lacunas do sistema de direitos humanos pelas populações indígenas, povos autóctones, e demais populações étnicas originárias situadas em países de passado colonial. A compreensão das críticas, até aqui, demonstra não somente como a ideia de universalidade dos sujeitos de direitos são falhas, mas também como a própria humanidade não é garantida a todos os sujeitos. Nesta visão crítica, a humanidade universal não se consolida na prática, tendo em vista que o sujeito detentor dos direitos e garantias humanistas foi conceituado através da exclusão de uma maioria e baseado numa lógica - e numa corporalidade – masculina, branca e eurocentrada.

E, assim, as mulheres chegam ao século XXI, carregadas de supostas “garantias constitucionais” e até mesmo jus-humanistas, no plano

internacional, porém permanecendo, em grande medida, no mesmo lugar de submissão, de controle e de sujeição às várias formas de violência, sem saída jurídica que garanta a elas o mínimo de liberdade ou, pelo menos, o direito de viver sem medo (CABRAL e MACEDO, 2020, p. 120).

Essas críticas são fundamentais para reorientar as reflexões e ações dos movimentos feministas dado que, se até aqui percebemos ser inviável atuar sem nos apropriar das instâncias formais e institucionais, tais como o aparato do Estado, da Justiça e do sistema internacional, nota-se também que tampouco surtirá efeito atuar somente por meio das suas ferramentas.

As abordagens críticas decoloniais ao sistema, buscam desafiar e dismantelar as estruturas coloniais e neocoloniais presentes nas normas, nas instituições e nas práticas dos direitos humanos. Ao reposicionar importância do território para compreensão das relações sociais, a perspectiva decolonial encontra na relação dos seres humanos com espaço em que vivem (natural ou artificial) um elemento central na análise das violações de direitos e na luta pela justiça social. Nessa perspectiva, o território é entendido não apenas como um espaço físico, mas também como um componente vital da identidade, da cultura e do modo de vida das comunidades. Ele abrange as relações e os vínculos estabelecidos entre as pessoas e o ambiente em que vivem, incluindo a relação com a terra, a água, os animais, os recursos naturais e os locais sagrados⁶².

A perspectiva decolonial dos direitos humanos destaca a importância de reconhecer e respeitar os direitos territoriais das comunidades indígenas e tradicionais, bem como o direito à autodeterminação (SEGATO, 2021). Isso implica reconhecer sua relação especial com a terra, a proteção de seus territórios ancestrais e o respeito às práticas de governança e de gestão territorial baseadas em seus sistemas de conhecimento e cosmovisões. Além disso, a perspectiva decolonial também aborda a questão da despossessão territorial e busca enfrentar as injustiças históricas cometidas contra as populações indígenas e tradicionais, muitas vezes resultando na perda de suas terras e recursos naturais.

As críticas levantadas colocam em questão a noção *stricto sensu* do sujeito dos direitos humanos, indicando a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e sensível às particularidades e às lutas dos grupos historicamente marginalizados. Isso implica reconhecer a complexidade das identidades e das formas de opressão enfrentadas por diferentes sujeitos, ampliando a discussão e o reconhecimento dos direitos humanos para além de uma visão estreita e universalista. Mas uma dimensão importante que aparece, a partir do entrelaçamento de todas as apontamentos colocados, destaca que o corpo não é

⁶² Como discutimos no capítulo 02 e a adoção de termos que representam essa relação, tais como corpo-território, corpo-terra, corpo-água etc.

apenas um objeto passivo dos direitos, mas também um local de poder, controle e regulação social.

Como bem discutimos no capítulo 02, um dos principais agente de violências e coerções sobre os corpos, visando seu controle e disciplina, é o Estado. Nesse sentido, fica à mostra a posição ambivalente do Estado. Apesar de ser responsável por formular, implementar e garantir os direitos humanos, em alguns casos, o Estado é também o agente responsável por violações e abusos dos direitos humanos. Além disso, a adoção de políticas econômicas tais como programas de austeridade, privatizações, desregulamentações também exercem influências diretas e indiretas no controle dos indivíduos, bem como têm impacto direto na promoção de direitos humanos, principalmente na garantia de direitos básicos tais como moradia, saúde e educação.

A questão da ausência de perspectiva territorial para construção do(a) sujeito(a) de direitos é interessante de se pontuar, sobretudo se partimos da premissa que uma das funções da epistemologia feminista é, justamente, denunciar a neutralidade dos discursos inclusive na posição dos corpos que falam. Nesse sentido, entende-se que a mesma noção universalista e genérica de construção do sujeito de direitos humanos recai sobre o indivíduo contemplado pelas políticas de gênero, criando uma ideia universal de mulher que é construída como sendo o par complementar do Homem universal: a mulher branca, cisgênero, heterossexual, e adicionada as suas características territoriais, é também urbana. Ao desterritorializar as sujeitas de direito, perde-se um dos componentes essenciais para compreensão das complexas dinâmicas da opressão e da violência operada contra a maior parte das mulheres.

No caso do arcabouço legal e político desenvolvido para o enfrentamento à violência de gênero, por exemplo, a sua formalização jurídica com base em termos como “violência contra a mulher” ou “violência doméstica” emerge justamente do processo histórico das denúncias e lutas feministas em visibilizar os abusos baseados em gênero, e a sua evidenciação em padrões de ocorrência das situações no ambiente doméstico e intrafamiliar. Mas, ao mesmo tempo, a universalização do fenômeno da violência de gênero como violência contra a mulher, e seu tratamento sinônimo à violência doméstica, produziram tanto uma universalização do sujeito mulher, quanto uma delimitação formal e espacial das ocorrências. Não à toa, as diversas críticas feitas à Lei Maria da Penha se devem a fato de não terem contribuído para diminuição da violência de gênero contra mulheres negras que, pelo contrário, aumentaram em relação às mulheres brancas (CAMPOS e BERNARDES, 2019).

O caso brasileiro é ainda mais emblemático nesse sentido, dada a grande diversidade e desigualdade social entre as mulheres. A constituição subjetiva de ser mulher, no Brasil, é atravessada pelas condições socioeconômicas e, também, territoriais que estão colocadas. Dado que, mesmo após tantas conquistas de direitos, tais garantias não permanecem efetivas mesmo para as mulheres brancas e burguesas, que seguem sendo vitimadas pela violência de gênero, pela desigualdade de oportunidades de trabalho e de salários, pela desvalorização e contínuo apagamento, além da ausência de autonomia sexual e reprodutiva sobre seus corpos.

O comprometimento do bem-estar e do acesso aos direitos humanos, para essas mulheres, se dá sobretudo pelo fato de que seus corpos fazem parte de territórios onde essas garantias podem ser suspensas a depender dos interesses de autopreservação do Estado e a manutenção do seu monopólio de dominação. Para a pensadora francesa Françoise Vergès (2021) e a feminista pernambucana Natália Cordeiro (2023), este seria um movimento de resgate, por parte do feminismo, das discussões sobre as violências de gênero, que foram generalizadas e esvaziadas de sua dimensão estrutural por parte do Estado.

Assim, chegamos a mais grave consequência desse processo que é a manutenção da ocorrência da violência contra as mulheres e ampliação das desigualdades entre nós mulheres. Isso porque a negação do caráter estrutural da violência, isto é, de algo que opera com base na intersecção entre patriarcado, racismo e capitalismo, retira seu caráter histórico, ou seja, algo que se atualiza e se reconfigura no tempo. A violência cometida contra as mulheres hoje não é aquela dos anos 1970; as políticas pensadas lá atrás não têm dado conta da realidade das mulheres negras, das mulheres LBTs, das mulheres rurais, das mulheres com deficiência... por isso são estas as mulheres que mais são vitimadas pela violência (CORDEIRO, 2023, p. 4).

Por isso que, no século XXI, o protagonismo da radicalidade nos feminismos brasileiros se dá aos movimentos de mulheres negras, indígenas, camponesas, LBTs, trans e travestis, que vêm disputando firmemente a agenda das políticas de gênero, dentre outras, a partir das suas especificidades e, sobretudo, suas territorialidades.

3.3. Disputas de agenda no contexto carioca

Uma parte da formação histórica do movimento feminista brasileiro se materializou em conquistas e garantias legislativas, jurídicas e políticas para todo o território nacional. As estratégias e inovações desenvolvidas por essas mulheres, contudo, se deram a partir das suas experiências e aprendizagens, enfrentando os desafios à medida que eram colocados e, principalmente, desenvolvendo ferramentas a partir das suas capacidades políticas, materiais, culturais e sociais.

É importante ter em mente que, até os anos 1960, o Rio de Janeiro sediou a capital do país e que, ainda hoje, disputa e figura certa centralidade política no país⁶³. A vida cotidiana e a circulação neste território eram impactadas diretamente por esse contexto, amalgamando numa coisa só aquilo que era relativo à especificidade local, e o que dizia respeito à realidade nacional. A própria cultura política que reina no município, até os dias atuais, possui estreita ligação com esse passado que permanece materializado concretamente no espaço, através das inúmeras sedes, escritórios centrais de empresas e órgãos estatais, e simbolicamente, por uma construção da identidade nacional baseada em diversos monumentos, locais e símbolos do solo carioca.

Não é por acaso que o desenvolvimento estratégico do feminismo brasileiro, sobretudo a sua forte atuação e pressão política sobre o Estado, tenha se dado majoritariamente a partir das organizações e movimentos de mulheres no Sudeste, em particular o Rio de Janeiro. Além disso, o Rio de Janeiro também era o palco para visibilização das lutas em outros territórios, portanto muitas das expoentes e pioneiras do feminismo brasileiro travaram suas lutas na cidade, ou buscaram estabelecer conexões com as cariocas para fortalecer as demandas locais. A multiescalaridade federativa se sobrepunha em um único espaço físico: capital, estado e nação.

É também no Rio de Janeiro que a desigualdade e a discrepância de realidades sociais são tão latentes que se convencionou dizer que há muitas cidades dentro da mesma cidade. No que tange à violência de gênero, não é diferente. A partir de dados de ocorrências do período 2018 a 2020, Joice Soares demonstra a relação entre os territórios historicamente marcados pela precariedade urbana, econômica e social, e maiores índices de violência contra as mulheres.

Os territórios da cidade do Rio de Janeiro em que as mulheres foram mais vitimizadas também são aqueles que apresentam índices precários de progresso social; aqueles em que a maioria dos direitos constitucionais ainda não é garantida; aqueles em que homens e mulheres das classes sociais mais baixas residem e sobrevivem com ocupações precárias e rendimentos escassos.

Em contrapartida, os territórios que apresentam os menores números de vítimas são aqueles em que as condições de vida são sensivelmente melhores. Os bairros que compõem tais AISP são conhecidos em grande parte do país e até mesmo fora dele, como é o caso de Copacabana. Territórios que abrigam indivíduos de classes média e alta, com acesso a serviços de qualidade e direitos assegurados (SOARES, 2023, p. 9).

⁶³ Para ilustrar a atualidade dessa disputa, vale mencionar o livro lançado em 2021, “*Rio, 2º Distrito Federal: Diagnóstico da crise estadual e defesa da federalização*” dos professores da UERJ Christian Lynch, Luiz Ramiro, Igor Abdalla e Leonam Liziero, que defendem a proposta de retorno do Rio de Janeiro à condição de Distrito Federal, atuando juntamente com Brasília como uma segunda capital do país.

Soares aponta que, mais do que estabelecer critérios para analisar interseccionalmente as dinâmicas da violência sobre os corpos femininos, é preciso compreender também a sua relação com o território e com a sua comunidade, sobretudo suas dinâmicas de sobrevivência. No caso do Rio de Janeiro, em muitos desses territórios o Estado se ausentou de produzir políticas públicas, mas se fazendo duramente presente por meio da repressão, da punição e da violência, que, como visto no capítulo 02, tratam esses territórios suas populações como problemas a serem resolvidos, tratados, corrigidos.

Dito isso, é importante ressaltar que, apesar de o Rio de Janeiro ter sido um grande expoente para o avanço do feminismo brasileiro, não se pode afirmar o mesmo quanto a territorialização das políticas públicas de gênero que foram construídas e conquistadas ao longo desse processo no território. Neste tópico, será possível perceber que as estruturas e estratégias criadas no âmbito carioca serviram como modelo para construção de uma política nacional, mas ao mesmo tempo, não se acoplaram às distintas realidades territoriais existentes na própria cidade.

Várias organizações, entidades, estruturas e, inclusive, pessoas que se consolidaram a partir das lutas feministas dos últimos trinta anos, seguem atuando em seu propósito de articulação e incidência política no âmbito nacional, mas colaborando para fomentar as bases e disponibilizar os recursos necessários aos agentes e entidades locais. Por isso, este tópico parte de retomar a formação do feminismo carioca, alcançando sua institucionalização com a criação das primeiras estruturas de participação e acompanhamento por dentro do Estado, a partir da criação de conselhos e a eleição de mandatos feministas, e a implantação dos primeiros equipamentos voltados para o enfrentamento à violência de gênero no âmbito municipal.

Esse primeiro resgate histórico é fundamental pois, algumas das instituições, organismos, agentes e coletivos formados nos anos 1970 (ou mesmo antes), estabeleceram bases materiais, políticas e epistêmicas para as organizações em funcionamento atualmente. Algumas organizações e ativistas da época permanecem em atividade até hoje, disputando, compartilhando, educando, financiando e fazendo acontecer.

3.3.1. O feminismo carioca na gênese do feminismo brasileiro

Se fizéssemos uma viagem no tempo pela história dos feminismos brasileiros, para dizer em momento se dá ênfase ao enfrentamento da violência de gênero, a década escolhida para o pouso seria a de 1970. As mulheres brasileiras já vinham de décadas com longas e diversas lutas, e encontravam-se num contexto de ditadura militar, onde muitas da classe média e burguesa encontravam-se em exílio, enquanto boa parte das que aqui

ficaram, sobretudo a classe estudantil e trabalhadora, lutava pela democratização e contra a ditadura. Mas essa luta conjunta, em dado momento, passa a incomodar uma parcela das mulheres ali reunidas, dada a sua cegueira para as especificidades de identidade. Entendendo que uma agenda pela democratização, sem incluir a igualdade direitos das mulheres, é uma agenda incompleta, gerou uma ruptura em algumas células de organização política da sociedade civil, e o movimento feminista passa a atuar de forma autônoma politicamente.

Os primeiros encontros desses grupos se deram nas casas das participantes, buscando criar espaços de reflexão, discussão política, aprendizado e, sobretudo, a liberdade de criar formas de se organizar sem repetir erros e armadilhas vivenciados nos partidos e sindicatos. Ao longo da década de 1970, essa organização de mulheres autônomas se articulou de modo a criar fóruns e eventos para agregar outras militantes do país, em busca de uma ação política conjunta e estabelecimento de agendas próprias. Um desses primeiros eventos ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, em 1975, ano em que a ONU declarou ser o Ano Internacional da Mulher. Com auxílio da própria ONU e da Associação Brasileira de Imprensa, organizaram um debate sobre a condição da mulher no país, o 1º seminário denominado “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira” (BANDEIRA e MELO, 2010, p. 53).

Esse evento foi importante por inúmeros motivos: i) pelo fomento ao encontro de mulheres e feministas de várias localidades do país e as discussões centradas sobre a realidade feminina no Brasil; ii) por inspirar a criação dos primeiros centros de pesquisa, estudos e promoção de desenvolvimento das mulheres, no Rio de Janeiro⁶⁴, em São Paulo⁶⁵, entre outros; iii) e por influenciar o desenvolvimento de outros seminários e encontros de mesmo teor pelo Brasil. Esse último foi o caso de Belo Horizonte onde, a organização de um seminário intitulado “Mulheres em debate” no âmbito do movimento estudantil da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), fomentou bases para a criação de um grupo que, em 1979, levantaria com força o grito de “quem ama não mata”, slogan-símbolo da primeira organização de massa feminista brasileira pelo enfrentamento a violência de gênero (ALVES e PITANGUY, 2022, p. 118).

A partir de um sem-número de casos de mulheres sendo violentadas, assediadas, estupradas e mortas no Brasil todos os dias, somado ao fato de que os casos se dissolviam em sentenças irrisórias ou absolvição dos réus em vista do argumento da legítima defesa da honra, a luta contra a violência passou a aglutinar os maiores esforços dos movimentos

⁶⁴ Centro da Mulher Brasileira, fundado em 6 de julho de 1976, se constituiu como a primeira organização feminista da segunda metade do século XX (BANDEIRA e MELO, 2010, p. 24).

⁶⁵ O Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira foi fundado na cidade em 1975

feministas e de mulheres, e ser também a pauta que mais trouxe visibilidade para o movimento⁶⁶.

Na década de 1980, a continuidade dos assassinatos de mulheres por seus próprios maridos mobilizou a criação de espaços com atenção especial à violência doméstica, como o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher de BH, e o Centro da Mulher Brasileira de Niterói. No Rio de Janeiro, o coletivo feminista denominado “Coletivo de Mulheres”, criou uma Comissão de Violência, com um número de telefone para acolhimento de pedidos de ajuda – denominado SOS Mulher -, e um grupo de voluntárias para dar apoio às mulheres em situação de violência, mas não contavam com tamanha demanda e, sobretudo, as ameaças.

A situação não se sustentou por muito tempo. Logo que a notícia se espalhou de boca a boca, começaram os telefonemas ameaçadores. Também as mulheres em seu desespero e abandono, ligavam a qualquer hora do dia ou da noite, não só do Rio de Janeiro como também de outros estados (ALVES e PITANGUY, 2022, p. 157).

Essa experiência, aliada às de iniciativas de advocacia feminista e da Comissão de Direitos da Mulher na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Mulher), serviram de baliza para a compreensão do tamanho do problema. Face à evidente impossibilidade de continuar atendendo uma demanda dessa natureza de forma privada, os movimentos feministas passaram a se mobilizar para exigir resposta institucional por parte do Estado, mas munidas de ideias e estratégias de ação a partir de toda a bagagem acumulada com suas próprias iniciativas.

Casas de acolhimento, centros de referência, núcleos de apoio jurídico, número para denúncias, atendimento especializado e humanizado. Todas essas estratégias que, hoje, são conhecidas como equipamentos e políticas públicas distribuídas pelos país, tiveram origem nas iniciativas embrionárias dos movimentos feministas e de mulheres pelo enfrentamento à violência de gênero, em especial, a violência doméstica. A primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), foi inaugurada em São Paulo em 1985, tendo sua estrutura de funcionamento distinta de uma delegacia comum justamente por se basear em experiências como o SOS Mulher, a OAB-Mulher e as iniciativas de advocacia e defesa feminista dos direitos das mulheres (ALVES e PITANGUY, 2022, p. 162).

⁶⁶ A reversão de pena do réu Doca Street no caso do assassinato de Ângela Diniz, pela articulação midiática, política, social e jurídica dos movimentos feministas, se tornou um marco na história e no propósito das mobilizações. As argumentações feministas sobre as falas populares e argumentos jurídicos que embasavam a defesa de Street, apontavam que Ângela morreu por ser mulher, pelo machismo que concedia o direito de matar mulheres quando saiam do estereótipo feminino. Esses argumentos lançaram o fundamento para a classificação jurídica de feminicídio, lançada como lei no Brasil em 2015.

No que tange a incidência política em prol das eleições e da criação de pastas dentro do Estado voltadas para a promoção e garantia dos direitos das mulheres, o *Alerta Feminista para as Eleições*, criado em 1978 para as eleições do Rio de Janeiro e, posteriormente, em 1982 redigido para as eleições nacionais, se tratou da construção de uma agenda feminista coletiva que era apresentada aos partidos políticos no período eleitoral, buscando sensibilizar os candidatos e, principalmente, fixar o seu compromisso político com a democracia e a garantia de direitos para as mulheres.

Um dos pontos reivindicados pelo movimento feminista através do *Alerta*, era a criação de instrumentos para executá-lo em âmbito governamental.

O pioneirismo do *Alerta feminista* está em sua parte final, em que reivindica a criação de instrumentos oficiais para a “efetivação dessas diretrizes”. Seriam assessorias especializadas nas Secretarias de Governo e na governadoria do Estado. Define então as atribuições: “Traçar diretrizes gerais de política da mulher no âmbito governamental; cuidar da homogeneização da política da mulher nas diversas secretarias; debater e opinar, naquilo que seja pertinente ao governo, sobre temas e eventos relativos à mulher” (ALVES e PITANGUY, 2022, p. 198).

A esses instrumentos oficiais, se referiam à criação de organismos oficiais, dentro do aparelho do Estado, para legitimar e executar a agenda feminista. Com esse intuito, foram criados em 1983 os primeiros Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher nos governos de Minas Gerais⁶⁷ e São Paulo⁶⁸, em 1985 o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e, em 1987 o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Estado do Rio de Janeiro (CEDIM)⁶⁹.

Nos relatos e memórias do movimento feminista atuante nesta época, apontam que muitos outros organismos do tipo foram criados a nível estadual e municipal do país, colaborando para formar uma rede institucional, nem sempre composta por feministas, mas comprometido em estabelecer pautas comuns e demandas conjuntas para incidência no processo da constituinte que estava à vista (ALVES e PITANGUY, 2022, p. 220). É possível detectar, também, a dificuldade em construir políticas públicas e consolidar uma agenda de atuação que, de fato, aglutinasse as diversidades das mulheres brasileiras, e que fosse transversalizada em todas as esferas do poder estatal. Embates no interior do Estado,

⁶⁷ Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais (CEM), criado em 24 de agosto de 1983 pelo decreto nº 22.971.

⁶⁸ Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF), criado em 04 de abril de 1983 pelo decreto nº 20.892. Cabe ressaltar que, em São Paulo, a institucionalização do enfrentamento à violência através da criação das DEAMs, está diretamente ligada à atuação do seu Conselho Estadual junto dos movimentos feministas.

⁶⁹ Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM/RJ), criado em 06 de maio de 1987, pelo decreto nº 9.906.

pressão política e, sobretudo, opressão – em formas e ações que hoje reconhecemos conceitual e juridicamente por violência política de gênero⁷⁰.

Ao pautar temas como o enfrentamento do racismo, a reforma agrária, a promoção da autonomia sobre os corpos, a ampliação dos direitos sociais e trabalhistas, e reconhecimento do trabalho reprodutivo, de forma integrada ou não ao enfrentamento da violência de gênero, as lideranças feministas à frente do CNDM sofreram ataques e revezes vindo de diversas frentes conservadoras e dominantes da sociedade.

Algumas agendas não se encaixavam naquele jogo de poder. Algumas peças tinham que ficar de fora do tabuleiro para que o jogo continuasse. O racismo era uma dessas peças.

(...)

Assim como o racismo, a agenda da reforma agrária era também uma carta fora do baralho, uma peça que não se encaixava no xadrez das forças políticas que configuravam a Nova República.

(...)

Nos corredores do Congresso, fomos ridicularizadas: ‘Mas o que querem essas mulheres? Que coisa absurda essa licença-paternidade. Onde é que elas querem parar? Sem cabimento!’ A ideia de que a economia ia parar era alardeada [pelo governo e o empresariado] (ALVES e PITANGUY, 2022, p. 288-290).

À medida que 80% das demandas das mulheres, através do CNDM, foram incluídas na Constituição Federal, as forças políticas e um governo cada vez mais conservador, agiram para matar a continuidade do trabalho feminista empenhado por dentro do Estado até então. Utilizando estratégias sutis de estrangular um grupo político, sem demonstrar nitidamente a sua destruição, agentes do executivo do governo cortaram, gradativamente, a independência do Conselho, retirando o orçamento, alterando suas atribuições programáticas e, por fim, nomeando conselheiras sem qualquer consulta ao próprio CNDM e às organizações envolvidas na sua construção.

Esses relatos são importantes para demonstrar como as disputas em torno da construção política e sua institucionalização – neste caso, o exemplo da construção da nova Constituição Federal - impulsionam, muitas vezes, a suavizar tópicos, fragmentar e guetizar temas, visando viabilizar a sua inclusão. Nesse ínterim, permanecer significa abrir margens cada vez maiores para a cooptação e desvirtuação. Por isso, há um movimento de retirada, de desistência e ruptura, à medida que os limites colocados são incontornáveis, e que dialogar é anuir com a continuidade do projeto de dominação e opressão.

⁷⁰ A violência política de gênero é toda ação, conduta ou omissão que busca impedir, dificultar ou restringir os direitos políticos das mulheres – cis ou trans – em virtude de seu gênero. Inclui qualquer distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício dos direitos e das liberdades políticas fundamentais. São atos que tentam excluir a mulher do espaço político, dificultar o exercício de funções públicas, restringir o exercício de seus direitos e de suas liberdades políticas fundamentais ou induzi-la a tomar decisões contrárias à sua vontade ou que lhe são prejudiciais. (MPF, 2022, p. 6).

A partir da perspectiva feminista decolonial, e toda a construção epistemológica crítica construída até aqui por parte dos diversos movimentos feministas e de mulheres que seguem reivindicando o reconhecimento das suas subjetividades, podemos ler este momento histórico como a representação concerta da “impossibilidade de argumentar, no campo estatal, a partir da pluralidade radical de concepções de vida humana que existem sob o sol”, sendo que a desistência, mesmo de tentar, “ocorre no exato momento em que se reconhece o horizonte de poder que organiza e mantém a ordem moderna” (SEGATO, 2021, p. 30-31).

Tais lentes analíticas permitem distinguir que a construção das políticas para as mulheres no Brasil, sob as bases da inteligibilidade racional e moderna do Estado, impossibilita o enfrentamento do problema da violência como estrutural e coletivo, dado que seria necessário – como vimos no capítulo 02 – reconhecer o próprio Estado como responsável pelas violações e opressões. A dimensão do corpo feminino como um território sob domínio da sociedade patriarcal aparece nas reivindicações feministas brasileiras da década de 1970 sob os slogans “nosso corpo nos pertence” e “o corpo é político”, que buscavam reafirmar a necessidade de autonomia das mulheres sob esse espaço.

O slogan “nosso corpo nos pertence”, bandeira de luta internacional, afirma justamente nossa autonomia sobre esse território. Ao mesmo tempo que o outro slogan, “o corpo é político”, revela os laços estruturais entre corpo e sociedade, corpo e poder, a forma como o corpo feminino está submetido às estruturas sociais e às instituições vigentes. Nosso corpo nos pertence, mas ele é controlado por forças da cultura, das religiões, das instituições patriarcais, por planos estratégicos e políticas demográficas nacionais e internacionais (ALVES e PITANGUY, 2022, p. 173).

Uma desventura que esse entendimento tenha se restringido às abordagens e incidências relativas à ampliação dos direitos reprodutivos e pela liberação do aborto. Dessa forma, a concepção do corpo feminino como um território a ser reterritorializado por si mesmas, limitou-se aos debates sobre as escolhas individuais e o direito de decidir sobre o próprio corpo. Mesmo a dimensão coletiva da reprodução social e do trabalho de cuidado, que impacta diretamente nessas escolhas individuais, foi se reduzindo às cobranças de resposta estatal por ampliação nas políticas públicas de saúde, educação e assistência social, sem que, para isso, reconhecessem as diversidades dos corpos e dos territórios, solapando formatos homogêneos e cegos às necessidades territoriais.

No caso das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero, há um arcabouço de críticas reconhecendo as limitações colocadas para a sua efetividade devido à própria construção fragmentada e limitada (SOF SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, 2000; PASINATO, 2015). O Programa Casa da Mulher Brasileira (CMB), lançado em 2013 no âmbito das ações concretas estabelecidas pelo Programa federal

“Mulher: Viver sem Violência” buscou atender algumas das críticas à fragmentação da rede, promovendo um equipamento desenhado minuciosamente para ser referência nacional no enfrentamento à violência de gênero “pois integra, amplia e articula os equipamentos públicos voltados às mulheres em situação de violência” além de criar um espaço especializado e humanizado, buscando fundamentalmente diminuir as possibilidades da revitimização (BRASIL. SPM, 2015).

A criação do CMB aponta para o reconhecimento da dimensão espacial como um forte componente para a efetivação dos serviços. O projeto compreende, em seu desenho, a importância de se considerar a especificidade dos diferentes caminhos percorridos pelas mulheres na busca pelo rompimento com o ciclo de violência, incorrendo na implementação de um sistema de atendimento integral unificado em um único espaço, com todos os serviços necessários para o atendimento rápido e humanizado das mulheres em situação de violência (GOMES, 2023). Infelizmente, a promessa no lançamento do programa era de construir um equipamento em cada capital do país até o ano de 2018, o que não se concretizou⁷¹, e a cidade do Rio de Janeiro é uma das capitais onde a unidade da CMB não foi construída⁷².

As referências e categorias de análise utilizadas como fundamentação teórica, bem como a análise histórica do movimento feminista brasileiro, em especial o carioca, e suas críticas, alicerçam o arcabouço léxico e interpretativo necessário para compreender a mobilização do território como ente ativo e intrinsecamente ligado aos corpos, para fundamentar discursos e ações concretas no contexto atual.

É compreendendo que o horizonte de futuro deve transcender as limitações colocadas pela institucionalidade para dar fim às opressões e violências, a disputa está girando em torno da construção de uma nova agenda que contemple os distintos posicionamentos sociais das mulheres, sobretudo territoriais. Através do fortalecimento dos laços sociais, da resistência contra a desestabilização das relações territoriais estabelecidas, principalmente pelas mulheres, como forma de resistir e construir alternativas de vida localizadas, alguns movimentos de mulheres, feministas, ONGs na cidade do Rio de Janeiro, têm incidido para a fundação de novas bases epistemológicas na agenda de gênero, com singular atenção para o enfrentamento à violência.

⁷¹ Devido ao cenário de crise política e econômica que tomou o Brasil a partir de 2013, com maior intensidade nos anos de 2015 e 2016 que culminaram no impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

⁷² O termo de adesão ao programa foi assinado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em 2016, cedendo um terreno para construção da CMB na Avenida Bartolomeu de Gusmão, nº 873, bairro São Cristóvão. Mais recentemente após a retomada do Programa pelo recém-criado Ministério das Mulheres em 2023, o Governo do Estado e a Prefeitura do Rio de Janeiro assinaram novamente o termo de adesão para retomada do projeto, mantendo o terreno em São Cristóvão como futuro endereço para a primeira CMB do Estado.

A partir dessas bases, poderemos analisar que as diferenças e aproximações entre os diferentes agentes que estão incidindo na agenda feminista na cidade do Rio de Janeiro, sobretudo aqueles que buscam territorializar as políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero, ao mesmo tempo em que disputam a sua concepção e suas formas de abordagem, tomando partido, em maior ou menor grau, das lutas das mulheres, das experiências corporais no plural e coletivo, transbordando as experiências individuais.

4. O LUGAR DO TERRITÓRIO NO ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO

“A violência contra as mulheres não é um acontecimento isolado, não é exclusiva da relação entre mulheres e homens, nem ocorre somente em espaços ‘privados’: é, antes, um continuum histórico que atualmente assume diferentes facetas, ataca a vida e os corpos das mulheres e está, sem dúvida, articulada à expropriação territorial”.

Delmy Tania Cruz Hernández

FIGURA 4 – RUAS DA MARÉ, TERRITÓRIO PARQUE UNIÃO



Fonte: Acervo próprio (2023).

O enfrentamento às violências de gênero assumiu o caráter de problema público social e que deve ser tratado a partir de políticas públicas assumidas pelo Estado. Mas essa incorporação de agenda não se deu sem disputas, resultando em alguns ganhos políticos e jurídicos, mas muitas perdas em termos de essência de um projeto da luta feminista contra a violência que é sistêmica e estrutural. Para Natália Cordeiro, feminista e ativista no coletivo

pernambucano SOS Corpo, a mais grave consequência desse processo é justamente a manutenção da violência de gênero e a ampliação das diferenças e desigualdades entre mulheres.

Isso porque a negação do caráter estrutural da violência, isto é, de algo que opera com base na intersecção entre patriarcado, racismo e capitalismo, retira seu caráter histórico, ou seja, algo que se atualiza e se reconfigura no tempo. A violência cometida contra as mulheres hoje não é aquela dos anos 1970; as políticas pensadas lá atrás não têm dado conta da realidade das mulheres negras, das mulheres LBTs, das mulheres rurais, das mulheres com deficiência... por isso são estas as mulheres que mais são vitimadas pela violência (CORDEIRO, 2023, p. 4).

Nesse sentido, há que se considerar a diversidade com que o fenômeno da violência de gênero tem se manifestado considerando interseccionalmente as diferenças entre as mulheres, mas entendendo que o território também pode ser um componente importante para compreender algumas variáveis. Assim como reflete Delmy Hernández (2023) em consonância com o pensamento da feminista comunitária guatemalteca Lorena Cabnal (2019), o corpo não deve ser separado do território para compreensão das violências, assim como o corpo deve ser reconhecido como o primeiro território de defesa dessas violências.

Este capítulo será dedicado à exposição dos dados obtidos através da pesquisa realizada, contendo a análise das informações a partir do referencial teórico mobilizado. Serão apresentados os dados coletados através do trabalho de campo, do mapeamento dos agentes, e das entrevistas realizadas. Também como cumprimento dos objetivos da pesquisa, o capítulo busca identificar a participação do território na construção das políticas de gênero no município do Rio de Janeiro – com ênfase nas ações de enfrentamento à violência –, elencando as diferentes formas como que essa categoria tem sido mobilizada e incorporada em agendas, ações e discursos dos agentes envolvidos. Além disso, cumpre-se também o objetivo de apresentar o mapeamento geral dos agentes atuantes sobre esta temática no município, buscando caracterizá-los quanto à aspectos e modos de atuação, identificando as políticas e ações ativas, a agenda política e os principais eixos de atuação, além de apresentar de que maneira - e se - o território aparece em suas formulações. Portanto, antes de adentrar no enfoque dado ao tema da violência de gênero e a sua relação com o território, é importante percorrer toda a descrição dos dados que caracterizam os agentes mapeados, sobretudo suas agendas, tendo em vista a necessidade de organizar e localizar essas informações.

4.1. A pesquisa: notas sobre as metodologias e ferramentas

Antes de apresentar os resultados encontrados com o mapeamento, é preciso deixar claras as condições para sua construção, bem como a metodologia seguida e as ferramentas adotadas para coleta e análise dos dados. É importante ter em mente que, antes da escolha das ferramentas de pesquisa, já existiam uma metodologia orientadora e uma finalidade: a partir de uma postura feminista, o objetivo geral da pesquisa trata-se de identificar a participação do território na construção das políticas de gênero no município do Rio de Janeiro – com ênfase nas ações de enfrentamento à violência -, elencando as diferentes formas como que essa categoria tem sido mobilizada e incorporada em agendas, ações e discursos dos agentes envolvidos.

Dividindo esse objetivo principal em objetivos específicos, foram determinados como parte da pesquisa empírica a execução de um mapeamento geral dos agentes atuantes sobre esta temática no município, buscando (i) caracterizá-los quanto à aspectos e modos de atuação, (ii) identificar as políticas e ações ativas, a agenda política e os principais eixos de atuação, (iii) além de identificar de que maneira - e se - o território aparece em suas formulações. As ferramentas e métodos utilizados para viabilizar a pesquisa foram sendo acionados a cada etapa.

Em um primeiro momento, foram realizadas revisão da literatura e análises documentais para permitir a formulação da base teórico-conceitual, e para a identificação do contexto histórico-territorial. O resultado da revisão de literatura teórico-conceitual foi exposto nos capítulos anteriores, a partir da exposição de autoras(es), teorias, epistemologias e bases conceituais que norteiam o trabalho. Já as análises documentais foram realizadas em cima de materiais diversos, combinando documentos públicos - tais como legislações, decretos, planos e políticas - com folhetins, cartilhas e materiais distribuídos por agentes de interesse para a pesquisa (Figura 2).

Esses materiais foram coletados a partir da pesquisa de campo, através de visitas em bibliotecas, sedes de organizações e instituições, participação em eventos, dentre outras inúmeras atividades do campo feminista carioca ocorridas no momento da pesquisa. Materiais digitais também serviram como base de informações, tais como sites, blogs, redes sociais, cards, e-books, dentre outros.

FIGURA 5 - FOTOGRAFIA REUNINDO TODO OS MATERIAIS FÍSICOS COLETADOS DURANTE A PESQUISA.



Fonte: Acervo próprio (2024).

Dentre outros aspectos, a pesquisa documental foi realizada com objetivo de trazer à tona o legado legislativo de incidência e formulação de políticas públicas deixado pelos movimentos feministas e de mulheres do Rio de Janeiro, revelando uma criatividade ativista que impactou diretamente na construção do próprio feminismo brasileiro. Além disso, também buscou-se demonstrar a atualidade do movimento feminista e de mulheres cariocas, sua pluralidade e diversidade em pautas e campos de atuação.

Num segundo momento, buscando elencar a diversidade com que essa perspectiva de atuação política se espalha pelo município, foi feito um levantamento de dados que possibilitassem a realização de um mapeamento de agentes envolvidos com o enfrentamento à violência de gênero no município, buscando com este dado caracterizar os agentes, suas agendas, articulações ou disputas, mas, em especial, a presença no território e a incorporação desta categoria em ações e propostas.

Para coletar os dados necessários, foram utilizados diversos métodos de pesquisa combinados. Primeiro, para reconhecimento do panorama geral, foi realizado um rastreamento geral elencando agentes atuantes em políticas para mulheres e/ou de gênero na cidade.

Para garantir a diversidade de agentes e não restringir muito as opções neste momento inicial, este foi o primeiro filtro elencado para o mapeamento. À medida que iam sendo cadastradas, foram sendo criadas categorias de classificação que tornassem possível filtrar as organizações levantadas por atuação/incidência no tema da violência de gênero, elencando dados em uma primeira tabela geral, denominada Tabela de Cadastramento, construída conforme o modelo abaixo.

QUADRO 4 – ESTRUTURA DA TABELA DE CADASTRAMENTO: COMPOSIÇÃO DAS CATEGORIAS DE CLASSIFICAÇÃO PARA O MAPEAMENTO GERAL DE AGENTES, E SUAS DEFINIÇÕES.

CATEGORIA DE CLASSIFICAÇÃO	DEFINIÇÕES
Agente	Nome e sigla do agente
Site	Endereço da web (site, blog ou página virtual) do agente, se existente.
Facebook	Endereço da rede social no Facebook do agente, se existente.
Instagram	Endereço da rede social no Instagram do agente, se existente.
Ano início	Data descrita nos meios de comunicação e/ou materiais coletados que informam o ano de início das atividades institucionais/militantes/ativistas do agente.
Endereço - Sede/Ponto fixo de encontro	Endereço de localização da sede da organização/instituição, ou ponto fixo para encontros, se existente.
Zona	Enquadramento da categoria Endereço a uma das grandes zonas da cidade (Centro, Sul, Oeste ou Norte)
AP	Enquadramento da categoria Endereço a uma das áreas de planejamento da cidade (divisão de 1 a 5, e suas subdivisões) Obs.: Dados da divisão em regiões e áreas de planejamento obtidos no mapa do DataRio, elaborado conforme Plano Diretor, Lei complementar nº 111 de 01/02/2011. Disponível em https://www.data.rio/datasets/5608f90381b04df5b4843aaf2f316439_2/explore . Acesso em 05 de maio de 2024.
Coordenadas	Dados das coordenadas geográficas da categoria Endereço, extraídos a partir do Google Maps, para posterior elaboração de mapas utilizando softwares de georreferenciamento.
Filiação	Categoria criada para auxiliar à classificação da relação política/econômica/social do agente perante o contexto. Foram necessárias vinte (20) formas diferentes de nomenclatura para esta categorização. Obs.: As subdivisões dentro da categoria Filiação foram: Defensoria Estadual; Executivo Municipal; Fundo Social; Instituto de Ensino e Pesquisa Privado; Instituto de Ensino e Pesquisa Público; Instituto de Pesquisa ONG; Judiciário Estadual; Legislativo Estadual; Legislativo Municipal; Organização de Classe Estadual; Organização Empresarial; Organização Feminista Apartidária; Organização Feminista Partidária; Organização Feminista Suprapartidária; Organização – Plataforma Digital; Organização Religiosa; Projeto Social; Rede Organizacional; e Sociedade Civil.
Área de atuação	Categoria criada para elencar a escala principal de atuação e incidência do agente, sendo levantadas oito (8) escalas de atuação. Obs.: São essas escalas: Local; Municipal; Regional; Metropolitana; Estadual; Nacional; Internacional; e Virtual.
Estrutura	Categoria criada para definir a forma/estrutura com que os agentes se organizam, sendo elencadas vinte (20) distintas formatos. Obs.: São as formas/estruturas de organização: Organismo de Política para as Mulheres (OPM); Conselho Participativo (CP); Poder Legislativo; Poder Judiciário; Entidade de Classe; Defensoria Pública; Poder Executivo; Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); Organização da Sociedade Civil (OSC); Organização

	Comunitária; Organização Militante; Movimento Social; Coletivo; Redes Organizacionais; Comissão; Fórum; Extensão Universitária; Empresa; e Segurança Pública.
Enfoque atuação - Geral	Categoria criada para levantar qual é o grupo social de enfoque de atuação do agente, tendo sido levantados dez (10) distintos grupos de enfoque. Obs.: São os grupos de enfoque: Mulheres – grupo geral; Mulheres – grupo específico; Mulheres – grupo profissional; Mulheres em situação de violência; Grupos locais; Crianças e adolescentes; Grupos minoritários; Coletivos e organizações feministas; Coletivos e organizações gerais; Empresas e instituições.
Enfoque atuação - Grupo específico	Detalhamento da categoria anterior, no grupo de enfoque Mulheres – grupo específico, buscando levantar as diversidades de enfoque, tendo sido elencados nove (9) grupos. Obs.: São os grupos específicos de mulheres: Familiares de vítimas diversas; Mães; Mulheres com deficiência; Mulheres de favelas e egressas do sistema prisional; Mulheres evangélicas; Mulheres LBT; Mulheres negras; Mulheres negras e faveladas; Mulheres políticas;
Funções	Categoria criada para elencar quais as principais atividades e ações práticas definem a função do agente, sendo levantadas vinte e duas (22) funções. Obs.: São as funções: Promoção de Políticas para as Mulheres; Controle Social e Fiscalização; Produção Legislativa e Fiscalização; Assistência e Acolhimento; Assistência Social; Advocacy; Advocacy e Articulação; Campanhas; Valorização Profissional; Organização Coletiva Local; Organização Coletiva com Assistência e Acolhimento; Capacitação Empreendedora; Formação e/ou Capacitação; Produção Técnica e/ou Divulgação de Dados; Formação e Produção de Dados; Assistência Técnica; Financiamento; Organização Coletiva com Capacitação, Produção Técnica, Financiamento, Articulação e Promoção de Serviços, Assistência e Acolhimento; Comunicação e Articulação.; Produção Coletiva Cultural para Empoderamento; Discussão e Articulação Política; Fiscalização e Cumprimento.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Tendo como ponto de partida algumas instituições do Estado⁷³, grupos de pesquisa e organizações feministas⁷⁴, foram elencados os serviços da rede de atendimento às mulheres em situação de violência⁷⁵ em atividade no período da pesquisa. Também foram feitas buscas sobre nomeações e moções de aplauso feitas na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, sobretudo em datas significativas para o tema, como o mês de março. Seguindo nesta trilha, cada agente mapeado trazia à tona outras tantas possíveis organizações e agentes importantes para a temática. Utilizando um método similar ao de

⁷³ Tais como: secretarias, coordenadorias, departamentos, conselhos, delegacias e centros de atendimento no poder executivo; vereadoras(es), assessoras(es), comissões e frentes parlamentares no legislativo; e núcleos e defensorias especializadas no judiciário.

⁷⁴ É importante considerar que, na condição de pesquisadora, eu integro o Núcleo de Pesquisa em Gênero, Espaço e Políticas Públicas do IPPUR (NUGEP/UFRRJ) que, liderado pela professora e coorientadora desta pesquisa Maria Walkíria, vem desde 2019 costurando relações com demais grupos de pesquisa, coletivos e organizações feministas atuantes na temática de gênero e violência. A própria professora Maria Walkíria também vinha realizando importante trabalho enquanto docente da graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Sustentável do IPPUR (GPDES/UFRRJ) ministrando disciplinas, promovendo projetos de pesquisa e orientando trabalhos que girassem em torno da temática de gênero, ética, políticas públicas e gestão pública. Além disso, na condição de ativista feminista, integro o Coletivo Feminista Maria Maria, de Juiz de Fora – MG, e que constrói a Marcha Mundial das Mulheres. Descrevo essas articulações e aproximações para demonstrar que tais aproximações e articulações colaboraram para ampliar o raio de alcance dos agentes de interesse para a pesquisa de mapeamento.

⁷⁵ Importante destacar que a rede de atendimento é formada por um conjunto de ações e serviços de diferentes setores do poder público para ampliar, melhorar a qualidade e humanizar o atendimento, a identificação e o encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência.

amostragem por bola de neve, onde um sujeito/entidade indica outro, foram cadastrados e analisados todos os nomes que apareceram. Nesse processo, foram empenhadas buscas virtuais (através de sites, páginas de organizações e, até mesmo, perfis de redes sociais) e contatos presenciais, dialogando formal e informalmente com pessoas e representantes de diversas entidades.

Para organizar esse levantamento, num primeiro momento foi utilizado o recurso da tabela eletrônica, inserindo as informações de caracterização das organizações, seguindo o modelo descrito no Quadro 4. Dessa forma, foi possível construir um panorama geral sobre os diversos caminhos e incidências – seja pela via estatal, institucional, partidária ou autônoma - que estão sendo desenvolvidas pelos movimentos feministas e de mulheres na cidade, suas aproximações e/ou distanciamentos políticos, suas perspectivas sobre o território e sobre as ações vindas do Estado. A tabela que foi construída resultou no levantamento de cento e vinte e seis (126) agentes atuantes em políticas para mulheres na cidade do Rio, um número expressivo, mas que não se propõe a desenvolver análises quantitativas⁷⁶, e sim qualitativas e situadas. O cadastramento de agentes na tabela se findou quando a repetição do método de busca passou a não levantar outros novos nomes. Parte do banco de dados gerado pelo mapeamento encontra-se anexado à este trabalho, no Apêndice 03.

Após consolidado o fim do cadastramento, em uma segunda etapa, foi desenvolvida uma nova tabela, denominada Tabela de Temas de Atenção (Quadro 5). Esta tabela tem por finalidade organizar a incidência dos agentes cadastrados em distintos eixos e frentes de atuação política, tendo sido construída conforme o modelo abaixo:

QUADRO 5 – ESTRUTURA DA TABELA DOS TEMAS DE ATENÇÃO

AGENTE	EIXOS/FRENTES DE ATUAÇÃO		
	Tema 01	Tema 02	Tema 03 (e etc...)
Agente 01			
Agente 02			
Agente 03 (e etc...)			

Legenda:

	Nenhuma incidência do agente no eixo/frente indicado
	Pouca/alguma incidência do agente no eixo/frente indicado E/OU Tratamento transversal do tema
	Incidência prioritária do agente no eixo/frente indicado

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

⁷⁶ Os métodos utilizados para o levantamento não garantem que tenhamos esgotado o universo de existência de agentes incidentes no mesmo tema e no mesmo território, por isso não podemos dizer que a amostra representa quantitativamente uma realidade global. Mas o resultado obtido não deixa de ser fundamental para possibilitar análises qualitativas e empíricas.

Os temas de atenção elencados serão descritos nos tópicos adiante, mas vale destacar que a sua construção partiu, num primeiro momento, das diretrizes elencadas nas agendas feministas nacionais, concretizadas nos PNPMs (ver o Quadro 1, no item 2.3.3). Dado que tanto o Estado do Rio de Janeiro quanto o Município do Rio de Janeiro não possuíam, no momento da pesquisa, seus respectivos planos estaduais e municipais de políticas para as mulheres, a agenda estabelecida nos Planos Nacionais foi uma primeira base concreta de onde partir. Dessa forma, foi possível elencar as frentes estabelecidas no PNPMs e compará-las com alguns eixos similares que vem sendo mobilizados (e agrupá-los em mesmo tema), e incluir novos eixos que não se assemelham ao conteúdo dos Planos.

É importante salientar que a coleta de informações para a realização do mapeamento foi desenvolvida inicialmente como um objetivo secundário na pesquisa de mestrado, sendo compreendida a partir do primeiro semestre do ano de 2022 até o final do ano de 2023. Além disso, os agentes mapeados encontravam-se todos em atividade no momento da pesquisa. A sistematização do mapeamento (ou seja, a organização dos dados nas tabelas) foi realizada no segundo semestre de 2023. Em se tratando de uma pesquisa que busca mapear agendas políticas e eixos de incidência, é primordial frisar o recorte temporal de sua ocorrência, tendo em vista que as estratégias de incidência e *advocacy* estão diretamente ligadas à contextos políticos, sociais, econômicos e locais de um determinado período temporal. Portanto, esta pesquisa não se trata de uma tentativa de consolidar uma análise global, mas sim um retrato de um momento e um contexto específicos.

Por fim, a última etapa do trabalho de campo, realizada após finalizada a sistematização do mapeamento: as entrevistas qualitativas. O objetivo de realizar as entrevistas se deu vislumbrando aproximar os dados teóricos e empíricos levantados, das opiniões e impressões das agentes participantes. Tendo em mãos os dados organizados nas tabelas, foram selecionadas algumas organizações para a realização de entrevistas semiestruturadas, que foram feitas de maneira presencial durante o mês de outubro de 2023. O filtro de seleção foi realizado buscando contemplar maior variedade em tipos de estruturas⁷⁷ das organizações, tendo sido selecionadas onze (11) no total, porém, só foram viabilizadas cinco (5) entrevistas formais.

As entrevistas foram realizadas utilizando o apoio de um pequeno roteiro de perguntas⁷⁸ (Apêndices 01 e 02), mas foram conduzidas no formato de diálogo, onde a pesquisadora se coloca numa posição de alguém que quer, sobretudo, ouvir. Tendo como apoio a proposição metodológica feminista para pesquisas sociais, a condução das

⁷⁷ Uma das categorias de classificação elencadas no Quadro 4.

⁷⁸ Foram criados dois roteiros distintos (um para entrevistas com agentes do Estado e outro para agentes de fora do Estado) dado o reconhecimento de diferenças de estrutura e atuação, portanto o bloco de perguntas sobre a organização teve que ser distinto a depender da natureza.

entrevistas e a postura da pesquisadora durante a realização delas considera que a pesquisa é feita com sujeitos, e não sobre sujeitos. Essa envolve a produção coletiva e contínua de reflexões sobre desigualdades e subordinações de gênero, raça e classe no objetivo comum de transformação social. As entrevistas realizadas foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra. A primeira transcrição bruta foi realizada utilizando recurso da Whisper AI, inteligência artificial (IA) adicionada à extensão do Google Colaboratory⁷⁹, que resulta em um material de texto corrido no bloco de notas. Após essa primeira extração de áudio em texto, foi realizado o refinamento do material, com a escuta atenta de todas os áudios e tratamento do material textual extraído pela IA realizando a separação das falas, corrigindo erros, adicionando pontuações e identificando partes inaudíveis. Também nesta etapa foi feita a anonimização de todos os arquivos salvos.

A análise dos dados coletados na pesquisa foi realizada em três dimensões metodológicas: (i) a tabulação e análise dos dados quantitativos extraídos com o mapeamento, (ii) a categorização e análise dos dados qualitativos relativos às entrevistas e (iii) a análise articulada entre dados quantitativos e qualitativos.

Os dados quantitativos foram analisados em sua totalidade numérica, sem utilização de fórmulas matemáticas ou métricas estatísticas. Os resultados são apresentados em formato de gráfico com os percentuais onde, mesmo quando separados por categorias, a soma total de 100% sempre será equivalente ao total numérico de agentes mapeados⁸⁰. Os dados qualitativos relativos às entrevistas serão analisados a partir do seu conteúdo, tendo como base na literatura mobilizada ao longo trabalho, objetivando acrescentar e/ou confrontar tanto a teoria quanto os dados quantitativos coletados.

4.1.1. Caracterização de agentes

O mapeamento elencou um total de 126 (cento e vinte e seis) agentes envolvidos na agenda voltada para as mulheres na cidade do Rio de Janeiro⁸¹. A reunião quantitativa de alguns desses dados colabora para dar sentido e fomentar análises em conjunto com a literatura mobilizada no trabalho. Um primeiro dado interessante a ser destacado é a presença digital destes agentes: todos possuem pelo menos uma forma ativa de

⁷⁹ O passo a passo para utilização da ferramenta pode ser encontrado no link: <https://www.terra.com.br/byte/como-transcrever-audio-para-texto-utilizando-inteligencia-artificial,e9d4b0e0f22e1b8905bbfd4e50b00872fhymct2q.html>. Acesso em 08 de maio de 2024.

⁸⁰ Por exemplo, se foram mapeadas 126 agentes, um gráfico que represente 100% destes dados será equivalente ao total de 126.

⁸¹ Este dado numérico deve ser lido com bastante cautela. A quantidade de agentes incidindo em um território não significa, necessariamente, que estejam todos agindo em prol daquele território e sua população. Também não significa uma pluralidade de ideias sendo debatidas ou reivindicadas. Como veremos nos tópicos seguintes, muitas iniciativas são criadas e compostas pelas mesmas pessoas já atuantes, muitas vezes em busca de fortalecer ou ampliar articulações.

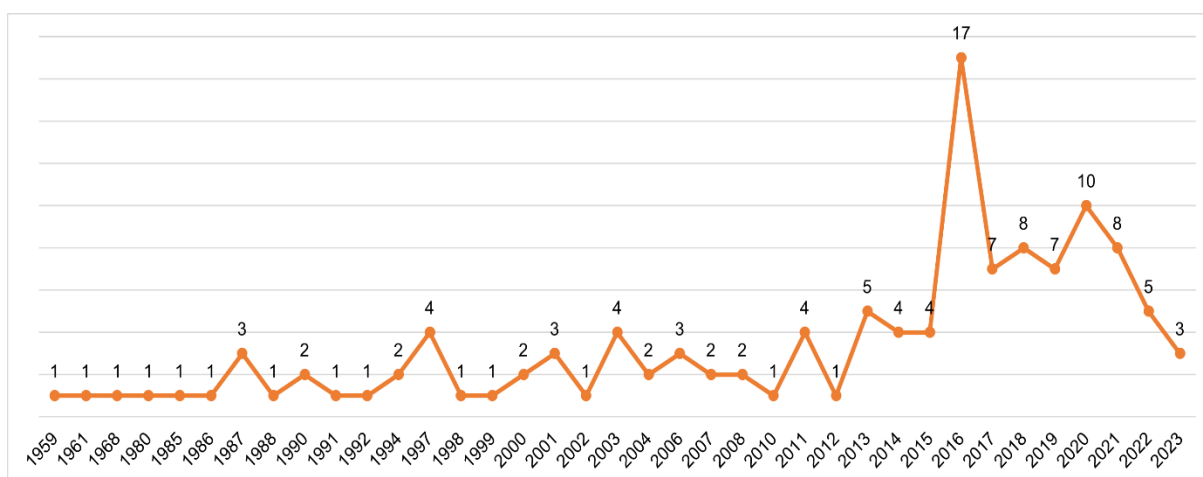
comunicação digital, sendo feita através de sites (com domínio próprio ou não) mas, principalmente, através de redes sociais (sendo o Instagram e Facebook as mais comuns, mas alguns também marcam presença no LinkedIn, Twitter e YouTube).

Conforme elencado no Quadro 4, foram desenvolvidas algumas categorias de classificação para organizar, mas, também, para caracterizar os agentes mapeados. Separando por categorias, os resultados encontrados podem ser lidos abaixo.

I) Ano de início

A categoria “ano de início” foi utilizada para registrar o ano em que a organização mapeada foi criada, ou em que ano deram início às atividades, ou ainda qual ano marca simbólica/materialmente o começo dos trabalhos. Essa informação foi coletada a partir de informações fornecidas pelas próprias organizações, a partir de documentos, sites, redes sociais ou demais materiais próprios.

GRÁFICO 1 - ANO DE INÍCIO



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Quanto ao ano de início, a primeira informação relevante a ser destacada é a existência de agentes que foram criados nas décadas de 1950, 1960 e 1980 ainda em atividade no município⁸². Essas décadas foram marcadas pela chamada segunda onda do movimento feminista mundial, em especial o final da década de 1970 e a década de 1980 onde, no Brasil, multiplicaram-se os movimentos feministas sob esta denominação. Nota-se, também, um aumento no surgimento de organizações durante a década de 1990, o que, no caso da cidade do Rio de Janeiro, pode estar atrelada aos efeitos positivos da realização da

⁸² Um exemplo é o grupo Peitamos (originalmente Círculo de Mulheres Brasileiras), que foi criado por mulheres cariocas exiladas em Paris na década de 1960, e segue em atividade na cidade, participando de atos públicos e militância de rua.

Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como Rio-92 ou Cúpula da Terra⁸³.

A partir dos anos 2000 e até o início dos anos 2010, nota-se um surgimento anual praticamente constante de organizações, até que a partir do ano de 2013 e, sobretudo o ano de 2016, ocorre um aumento no surgimento anual de agentes. O fenômeno pode ser explicado tanto pelo contexto político brasileiro de 2013, com as jornadas de junho e a intensificação das mobilizações populares, mas também pela chamada “Primavera Feminista Brasileira” de 2015, onde milhares de mulheres brasileiras saíram às ruas em protesto contra a cultura do estupro⁸⁴ e do assédio⁸⁵. Vale mencionar, também, a relação entre a Primavera Feminista e a chamada quarta onda do feminismo, tendo em vista a forte presença e uso de plataformas digitais e mídias sociais na organização das mobilizações, divulgação de manifestações e no desenvolvimento de novas ferramentas de ativismos.

Por fim, também se nota um pequeno pico no número de organizações criadas em 2020, que pode ser explicada pelo contexto da pandemia da Covid-19, onde o Brasil viveu um contexto de crise sanitária e política. No caso do Rio de Janeiro esse contexto era mais dramático tendo em vista a inatividade dos governos em âmbito municipal e estadual frente as crises públicas. Nesse sentido, a solidariedade e a organização popular foram fundamentais para amenizar a mortandade, bem como buscar assistir mulheres, crianças e famílias em contexto de miséria, fome, desemprego e violência⁸⁶.

⁸³ Exemplo disso é a REDEH – Rede de Desenvolvimento Humano – organização que surgiu da iniciativa de um grupo de mulheres ativistas na área da saúde do Rio de Janeiro em 1990 mas conta, em seu próprio site, o impacto da Rio-92 nos desdobramentos do ativismo feminista no Brasil: “As mulheres de diferentes setores, territórios e culturas se uniram e estiveram juntas no Planeta Fêmea, evento que reuniu durante esses 14 dias uma audiência constante de 1.500 pessoas formada por presidentes de estados, celebridades, lideranças indígenas, populares e público em geral. O sucesso da articulação internacional das mulheres nesse espaço da Cúpula da Terra, que se chamou Fórum Global, lhes concedeu para sempre um lugar de visibilidade na plataforma do Desenvolvimento Sustentável. E depois dessa Conferência Internacional vieram muitas outras nos anos 90 que abordaram temas críticos tais como Direitos Humanos, População e Meio Ambiente, a questão das mulheres e do desenvolvimento, o direito a cidade, a habitação e crescimento urbano, o racismo”. Disponível em <https://www.redeh.org.br/nossa-historia>, acesso em 21 de maio de 2024.

⁸⁴ A organização feminista virtual Mapa do Acolhimento foi uma das organizações que surgiu nesse contexto, muito pela mobilização de mulheres ativistas dentro da rede NOSSAS, mobilizadas por um caso de estupro coletivo ocorrido na cidade do Rio de Janeiro em 2016.

⁸⁵ Para saber mais sobre a Primavera Feminista Brasileira, ver matéria do El País lançada à época em https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html.

⁸⁶ No Complexo da Maré, foi criada uma Rede de Apoio às Mulheres da Maré (RAMM), um grupo de trabalho unificado por diversas organizações populares, ativistas e servidoras de saúde pública em busca de desenvolver um fluxo de atendimento para mulheres em situação de violência na Maré, durante a pandemia. Nesse mesmo contexto, inúmeras iniciativas virtuais de assistência, acolhimento e atendimento para mulheres em situação de violência foram criadas, como é o caso das Justiceiras. Outro exemplo foi a criação da Teia de Solidariedade da Zona Oeste, movimento de mulheres, ativistas, organizações e moradores da Zona Oeste em prol de coletar doações, distribuir alimentos e organizar a ajuda para mulheres e famílias da região.

II) Tipo de organização

A categoria “tipo de organização” foi criada para denominar a forma com que o agente mapeado se organiza para atuar no território. Para isso, foram criadas as categorias de classificação desta tipologia, a partir de critérios definidos a partir da literatura e referências utilizadas ao longo do trabalho. As definições das categorias foram elencadas conforme a tabela abaixo:

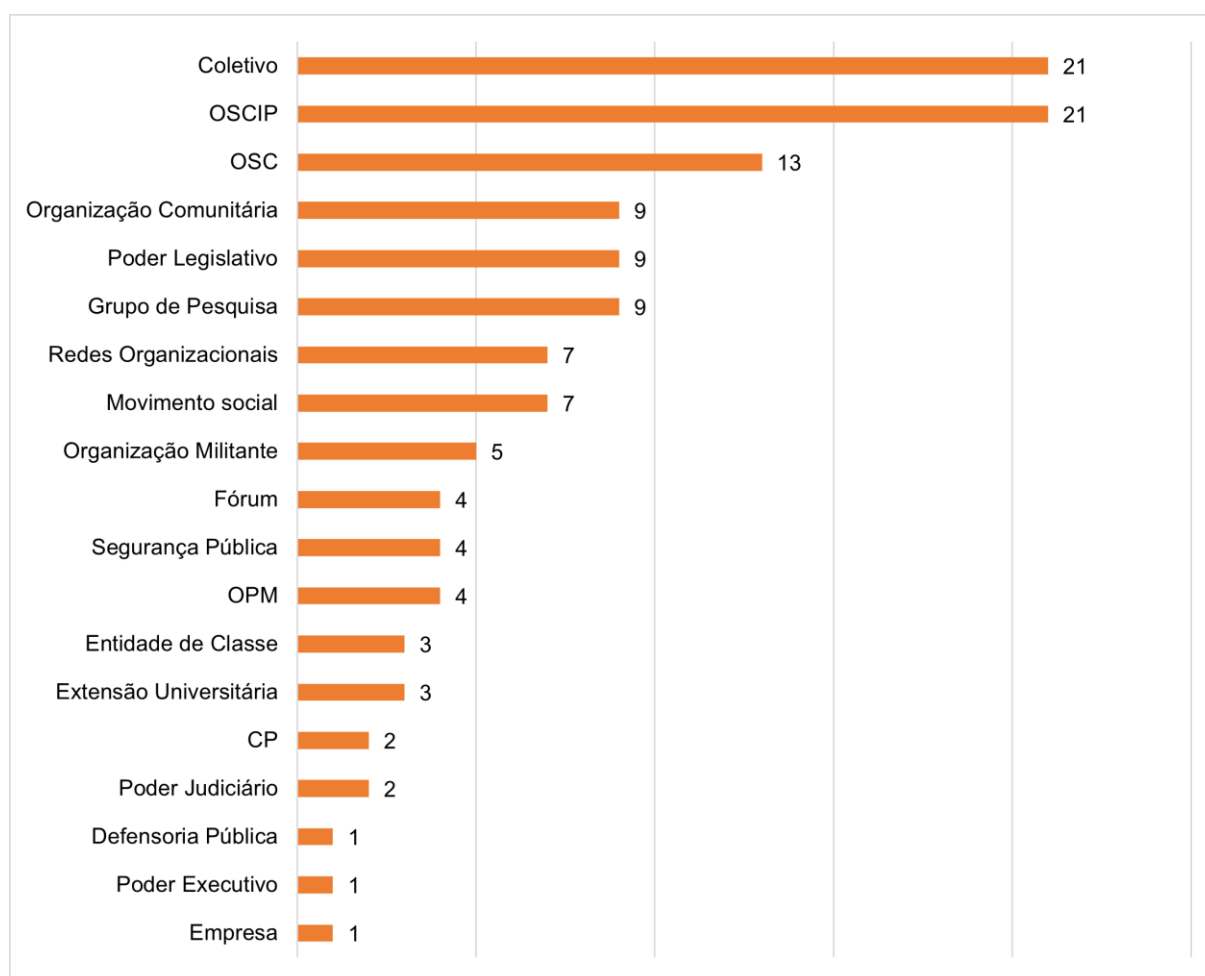
QUADRO 6 – DEFINIÇÕES DAS CATEGORIAS DE TIPO DE ORGANIZAÇÃO

CATEGORIA	DEFINIÇÃO
OPM	Organismo de Políticas para as Mulheres: são órgãos da administração executiva em suas três esferas (Federal, Estadual e Municipal), responsáveis pela execução das políticas públicas voltadas para garantir direitos, promover a equidade e a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e incorporar as mulheres como sujeitos políticos.
CP	Conselho Participativo: organismo autônomo da sociedade civil, reconhecido pelo Poder Público como espaço consultivo e de representação da sociedade.
Poder Legislativo	O Poder Legislativo no município é realizado através das Câmaras Municipais cujos membros são os vereadores. A Câmara Municipal tem funções legislativas, administrativas e fiscalizadoras: As funções legislativas consistem em elaborar leis sobre todos os assuntos definidos como de competência do Município.
Poder Judiciário	O Poder Judiciário é o poder responsável por garantir a proteção dos direitos dos cidadãos, por resolver conflitos e por executar as leis. O Poder Judiciário funciona por meio da existência da Justiça Comum e da Justiça Especializada. A instância máxima da Justiça Comum é o Supremo Tribunal Federal, localizado em Brasília.
Entidade de Classe	Uma entidade de classe é uma instituição civil que surge da união de pessoas ou empresas, sem o intuito de fins lucrativos e assim sendo, não sujeita a falência. Uma de suas características é a gratuidade de cargos eletivos e a liberdade, prevista por lei, de representar juridicamente, bem como administrativa e política, seus associados. Alguns exemplos de entidades de classe são: confederações, federações, associações, sindicatos, cooperativas, entre outros.
Defensoria Pública	Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados
Poder Executivo	O Poder Executivo Municipal é aquele que responde pela administração do município. Isso inclui os bens, os serviços que são prestados aos cidadãos e administra o contingente de servidores que servem à comunidade.
OSCIP	Organização da sociedade civil de interesse público é uma qualificação jurídica atribuída a diferentes tipos de entidades privadas atuando em áreas típicas do setor público com interesse social, que podem ser financiadas pelo Estado ou pela iniciativa privada sem fins lucrativos. Possui certificação pelo Ministério da Justiça e pode ser encontrada no mapa OSC do IPEA.
OSC	As Organizações da Sociedade Civil (também conhecidas como ONGs) são entidades que não têm fins lucrativos e realizam diversos tipos de ações solidárias para públicos específicos. São associações, organizações, institutos, ONGs etc. registradas com CNPJ ou alguma documentação formal perante o Estado, para finalidade de participação em esferas institucionais, concorrência em editais ou recebimento de financiamentos. Também são apartidárias.

Organização Comunitária	Organização comunitária ou organização local é a ação conjunta de cidadãos de uma determinada região para obter melhorias para a população junto ao Estado e a outros agentes, como empresas.
Organização Militante	Organizações com algum nível de formalização buscando integrar em áreas institucionais (tais como conselhos, secretarias, fóruns, etc.) buscando levar e demandar pautas dos movimentos sociais. Podem ser partidárias ou não.
Movimento Social	Os movimentos sociais são grupos de indivíduos que defendem, demandam e/ou lutam por uma causa social e política. É uma forma da população se organizar, expressar os seus desejos e exigir os seus direitos. Não possuem formalização documental rígida. Poder ser partidários ou não.
Coletivo	Coletivo pode ser definido como um grupo de pessoas que compartilham ou são motivadas por pelo menos um problema ou interesse comum. Buscam se reunir para incidir, produzir, articular, capacitar, formar etc. Atuam dentro e/ou fora de meios institucionais. Podem ou não atuar com ações de solidariedade e assistenciais para públicos específicos.
Redes Organizacionais	As organizações em rede são aquelas que atuam como nós independentes, mas que trabalham juntas para atingirem um propósito em comum.
Comissão	Comissão é um grupo de pessoas com funções específicas, sendo sinônimo de comitê, junta, delegação e representação.
Fórum	O Fórum é um espaço utilizado como cenário de intercâmbio entre pessoas que desejam discutir sobre problemas específicos ou qualquer tipo de tema.
Grupo de Pesquisa	Grupo de Pesquisa é a denominação atribuída ao grupo de pesquisadores e estudantes que se organizam em torno de uma ou mais linhas de pesquisa de uma área do conhecimento, com o objetivo de desenvolver pesquisa científica.
Extensão Universitária	A Extensão Universitária é a ação da Universidade junto à comunidade que possibilita o compartilhamento, com o público externo, do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição.
Empresa	A empresa é uma unidade econômico-social, constituída por elementos humanos, materiais e técnicos, cujo objetivo é obter utilidades através da sua participação no mercado de bens e serviços.
Segurança Pública	Instituições ou organizações que compõem os mecanismos de manutenção da ordem pública.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

A partir dessas definições, os agentes mapeados foram categorizados, resultando em um montante quantitativo elencado no gráfico abaixo:

GRÁFICO 2 – TIPO DE ORGANIZAÇÃO

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Os dados obtidos com a criação desta categoria podem ser lidos e analisados em conjunto com o artigo de Sonia Alvarez, publicado em 2014 na Revista *Cadernos Pagu*, onde buscou reunir dados para refletir sobre o campo feminista brasileiro e latino-americano em meados da década de 2010.

Em primeiro lugar, é possível notar a gama diversa de formas, plataformas e espaços de organização. Desde organizações políticas (sindicados, partidos e coletivos) Às organizações da sociedade civil, mas também instituições estatais, empresas, centros de ensino e pesquisa etc. Esses dados colaboram para sustentar que os movimentos feministas e de mulheres se espalham e se articulam para toda a sociedade, conforme defende Sônia Alvarez:

Ancorados na sociedade civil e se ampliando lateralmente para abarcar diversas instancias organizativas da mesma, eles muitas vezes também se estendem “verticalmente”, para assim dizer, em direção à sociedade política, ao Estado, e outros públicos dominantes nacionais e transnacionais (ALVAREZ, 2014, p. 17-18).

Nota-se que os tipos de organização mais difundidas entre os agentes mapeados são Coletivo, OSCIP e OSC. Esse dado também se aproxima daquilo que Alvarez descreve por “ONGização ou Boom de ONGs” (2014, p. 27) que não se refere, necessariamente, à um crescimento numérico de ONGs, mas sim à promoção e difusão deste formato e prática organizativa entre movimentos sociais. Esta relação fica ainda mais evidente quando colocamos na linha do tempo que a criação da organização jurídica OSCIP se deu a partir da sanção da Lei nº 13.018/2014, conhecido como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC).

De toda forma, percebe-se que as organizações sociais e as instituições de ensino e pesquisa são as estruturas/plataformas majoritárias em termos numéricos o que, de alguma maneira, também se alinha ao que Alvarez (2014) preconizou há 10 anos: continuam firmes as ONGs⁸⁷ e estão mais consolidados os núcleos de pesquisa em gênero e/ou feminismos⁸⁸, e ambos são fundamentais para difusão, popularização, financiamento, articulação e *advocacy* destas agendas na cidade⁸⁹.

É preciso destacar que, apesar de não aparecer com expressão numérica neste dado, o Estado também tem uma presença pública no campo feminista da cidade do Rio de Janeiro, mas não exatamente como articulador ou organizador de processos públicos. No trabalho de campo, a atuação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Município do Rio de Janeiro (SPM-Rio) apareceu nos discursos, falas e reivindicações de agentes mapeados. O tamanho do esforço empreendido pela SPM-Rio em prol da promoção de ações no âmbito do executivo municipal - bem como o seu esforço em publiciza-lo - é inegável, dado a constatação de que um número considerável de agentes mapeados demonstra minimamente conhecer algumas iniciativas da pasta. Mas há também uma sensação de distanciamento da SPM-Rio com a sociedade civil organizada em torno da

⁸⁷ Exemplos disso são as ONGs/OSCIPs: CEPIA Cidadania, Rede Feminista de Saúde, REDEH, Camtra, Criola, ELAS+, Redes da Maré, Instituto Marielle Franco, Alziras, Casa das Pretas, Casa NEM, Casa Fluminense, Instituto PACS, Instituto Equit, etc.

⁸⁸ Por exemplo, na UFRJ temos: NEPP, NESEG, NuEFem, LABÀ, NUGEPP, NIDH e LABFeminista, sendo que muitos desses existem e atuam desde os anos 2000. Na UERJ o NUDERG existe desde 2006 desenvolvendo pesquisas cujos dados são utilizados para criação de políticas públicas, ativismos, articulações políticas, discussões sociais etc.

⁸⁹ Pude notar durante a pesquisa de campo, ao participar de eventos universitários, palestras e audiências públicas. Um exemplo disso foi o seminário sobre Campanhas e Ações de Prevenção à Violências de Gênero promovido pelo NUDERG/UERJ em julho de 2023, onde as mesas de discussões foram compostas por professores e pesquisadoras, membros da ONU Mulheres, membros do Ministério das Mulheres do Governo Federal, membros de conselhos participativos locais (CEDIM), membros da segurança pública (MPRJ e DPRJ), membros do ativismo e sociedade civil (Camtra e REDEH), membros de partidos e sindicatos (CUT, Sindicados dos engenheiros) e convidados de instituições internacionais (Universidad de Madri). Sobre financiamento e articulação, o trabalho de ONGs/OSCIPs como ELAS+, Redes da Maré, Casa Fluminense e Criola em promoção de editais de financiamento de projetos tem colaborado enormemente para o fortalecimento de coletivos e pequenas iniciativas em âmbito local.

agenda feminista/de gênero⁹⁰. A Secretaria Estado da Mulher do Governo do Estado (SecMulherRJ) nem sequer aparece em menções e/ou articulações⁹¹.

III) Grupo de enfoque de atuação

Ainda com base no trabalho de Sonia Alvarez (2014), bem como nas discussões do capítulo 03, sabe-se que os feminismos do século XXI são cada vez mais plurais e diferenciados entre si e dentro de si. Além disso, sabe-se também que não há mais um centramento da agenda política feminista em torno da categoria “mulher” como sujeito universal, mas que há, sim, um maior reconhecimento das subjetividades e das diferenças entre mulheres a partir das imbricações com outros marcadores sociais, tais como raça, etnia, idade e sexualidades. Também se sabe que alguns movimentos feministas não se restringem apenas a uma pauta ou grupo de enfoque, compreendendo a partir da solidariedade e articulação de pautas é o melhor caminho para o enfrentamento de problemas que – na sua perspectiva – são sistêmicos.

A categoria “grupo de enfoque de atuação” foi criada para elencar justamente qual tem sido o grupo e/ou sujeito social que norteia as ações principais dos agentes mapeados. Para isso, foram criadas as categorias de classificação desta tipologia, de acordo com a literatura utilizada ao longo do trabalho. As definições das categorias foram elencadas conforme a tabela abaixo:

QUADRO 7 – DEFINIÇÕES DOS GRUPOS DE ENFOQUE DE ATUAÇÃO

CATEGORIA	DEFINIÇÃO
Mulheres - geral	Menciona enfoque em todas as mulheres, sem distinguir grupos ou segmentos.

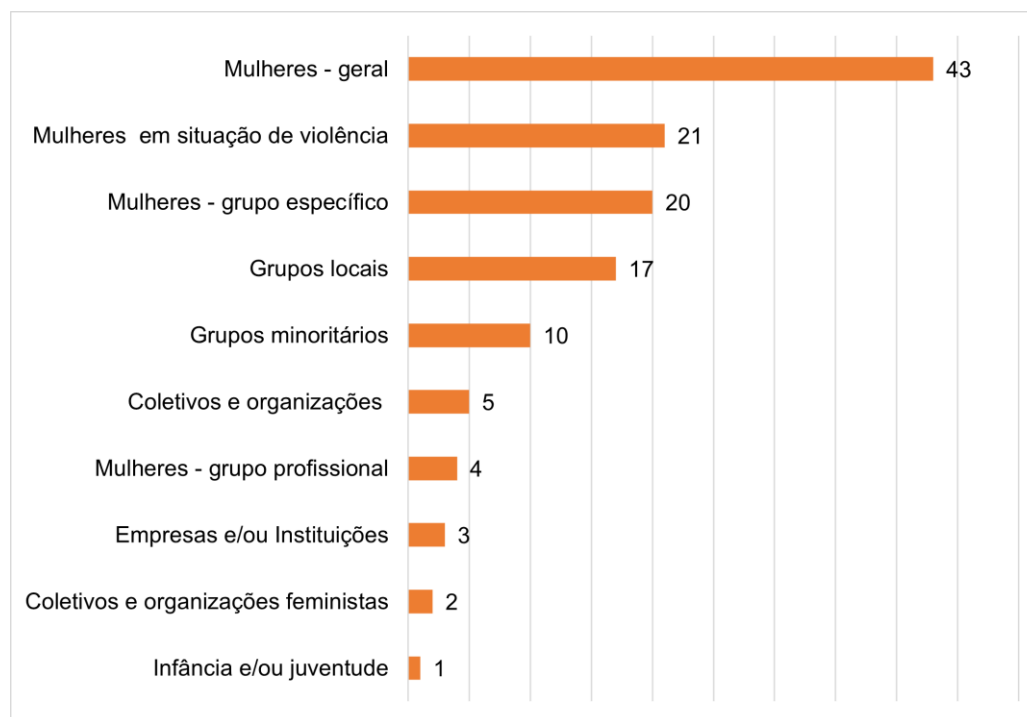
⁹⁰ Na maioria dos eventos em que tive oportunidade de participar durante o campo, não havia membros da SPM-Rio (seja em atos na rua, seminários e palestras, audiências e assembleias...). Nas entrevistas, esse distanciamento fica mais bem caracterizado. Com relação aos movimentos sociais, não há hostilidade, mas também não há apoio. Em relação ao legislativo, há pouca cooperação da SPM-Rio para proposição de políticas públicas ou divulgação de dados. Em centros de pesquisa, a SPM-Rio é vista com pouca expressão e relevância. Já com relação a outros organismos públicos, sobretudo aqueles ligados à atuação da SPM-Rio (tais como Centros de Referência, Conselho Participativo etc.) a pasta é vista como bastante atuante, articuladora, criativa, inovadora e propositiva. A secretária em exercício, Joyce Trindade, é mais reconhecida como a “cara” da Secretaria pois, em muitos casos, o seu nome é atrelado às ações da SPM-Rio e não a pasta em si.

⁹¹ Aqui cabe salientar o tempo de existência de ambas as Secretarias. A SPM-Rio foi criada em 2013, mas foi desmontada em 2016 e esteve totalmente desativada até 2020, tendo sido recriada em 2021. Já a SecMulherRJ foi criada em 2023, sendo a primeira vez que o Governo do Estado do Rio de Janeiro abre uma pasta para a agenda das mulheres. Nas entrevistas algumas representantes feministas afirmaram que a secretária da SPM-Rio, Joyce Trindade, possui alguma relevância e articulação entre os movimentos de mulheres negras e da juventude, mas que a secretária da SecMulherRJ, Heloisa Aguiar, não possui qualquer relação ou articulação com os movimentos sociais do Estado, o que dificulta a articulação e a apropriação por parte da iniciativa popular.

Mulheres - Grupo específico	Menciona enfoque em um ou mais grupos específicos de mulheres (mulheres negras, LGBT, trans e travestis, com deficiência, mulheres grávidas etc.) ou mesmo voltados de mulheres de um território específico (mulheres faveladas, mulheres ribeirinhas, mulheres de comunidade etc.).
Mulheres - Grupo profissional	Menciona enfoque em um grupo específicos de mulheres ligada a uma classe profissional e/ou de trabalho.
Mulheres em situação de violência	O enfoque das ações e projetos, ou mesmo a razão de existência, é destinado majoritariamente a mulheres em situação de violência de gênero
Grupos locais	Menciona enfoque em um grupo de pessoas moradoras de um local, bairro, território, região em específico (de maneira geral, sem especificar gênero, raça, etnia... o que importa é o território)
Infância e/ou juventude	Menciona enfoque em grupos de faixa etária referente a crianças, adolescentes e jovens
Grupos minoritários	Menciona enfoque em grupos considerados minorias políticas da sociedade brasileira (mulheres, pessoas negras, pessoas pobres, LGBT, com deficiência etc.), não se restringindo às mulheres.
Coletivos e organizações feministas	Menciona enfoque em organizações da sociedade civil compromissadas com a agenda de luta feminista.
Coletivos e organizações	Menciona enfoque em organizações da sociedade civil de maneira geral.
Empresas e/ou Instituições	Menciona enfoque de atuação junto de empresas e organizações do mercado e/ou incidência junto de instituições, sobretudo do poder público.

A partir dessas definições, os grupos de enfoque foram categorizados, resultando em um montante quantitativo elencado no gráfico abaixo:

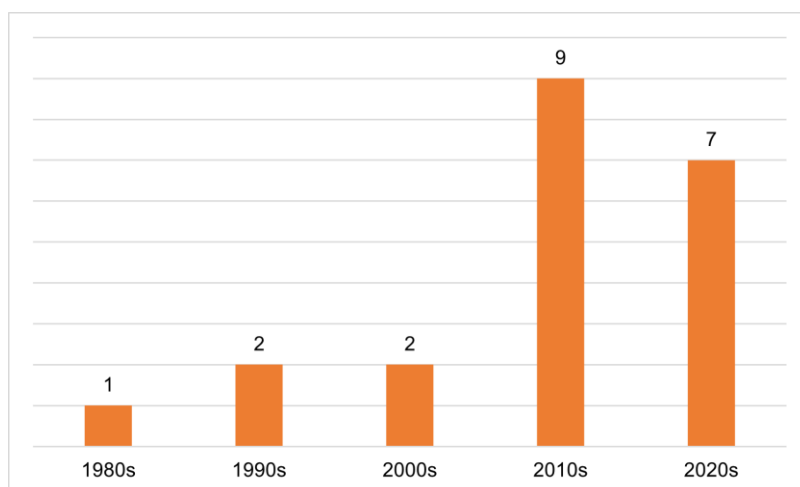
GRÁFICO 3 – GRUPO DE ENFOQUE DE ATUAÇÃO



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

A segmentação dos dados nesta categoria revela que a grande maioria dos agentes em atividade mapeados no Rio de Janeiro definem sua atuação em prol das mulheres, de uma maneira geral. Em segundo lugar, as mulheres em situação de violência aparecem como grupo principal de enfoque, quase empatado com a categoria de grupos específicos de mulheres. Combinando-se essas informações com aquelas apresentadas no Gráfico 04, dos agentes cujo grupo de enfoque são mulheres em situação de violência, 76% iniciaram suas atividades a partir da década de 2010, com pico nos anos de 2016 e 2020, seguindo a tendência notada no Gráfico 1.

GRÁFICO 4 – DÉCADA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COM ENFOQUE DE ATUAÇÃO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Além disso, a estrutura organizativa dos agentes com esse enfoque é bastante diversa, tendo agentes dos poderes do estado (executivo, legislativo e judiciário), defensoria, da segurança pública, das organizações partidárias, dos institutos de pesquisa públicos e privados, da sociedade civil organizada e dos coletivos. Isso colabora para demonstrar a centralidade do tema do enfrentamento à violência de gênero na sociedade brasileira, bem como a sua capilaridade⁹².

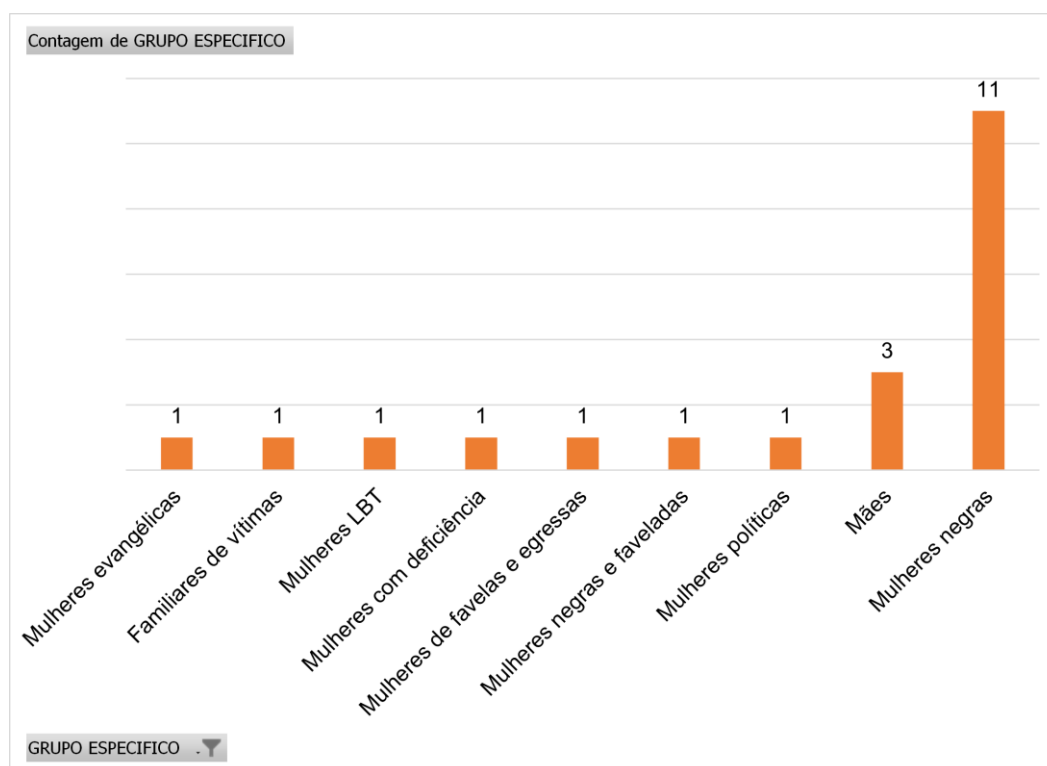
A categoria mulheres – grupo específico, revela a pluralidade dos feminismos, tanto quanto a necessidade de criar estratégias adequadas para cada necessidade. Aliada a ela, a segmentação em grupos locais também colabora para desvendar a complexidade da atuação política de certos grupos, que entendem que as dinâmicas estruturais da desigualdade e da violência que atingem as mulheres de uma localidade, também afetam

⁹² Em algumas das entrevistas foi dito que a necessidade do enfrentamento à violência contra as mulheres é unânime na sociedade brasileira, ou seja, não há quem se oponha à proposição de ações em prol desta causa. Mas que existem divergências políticas de abordagem, o que veremos com mais detalhes no tópico 4.2.

homens, crianças e idosos, por isso, sua atuação não dá enfoque às questões gênero – apesar de serem importantes – e sim às populações de determinada localidade⁹³.

Vale ressaltar que, apesar de os agentes mapeados elencarem um grupo de enfoque para sua atuação, a depender do contexto social, político e da agenda do momento, muitas vezes também agem em prol de outros grupos, seja por si mesmos ou em solidariedade/rede com outros agentes. O gráfico abaixo apresenta os grupos específicos de mulheres:

GRÁFICO 5 – MULHERES: GRUPO ESPECÍFICO



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Um outro dado interessante possibilitado com esta segmentação trata-se da maneira como o território aparece como uma categoria de identidade, um marcador de subjetividade que determina certo recorte de atuação, não somente pela localidade em si, mas para pessoas daquele território. Para alguns agentes com enfoque em *mulheres de grupo específico* ou mesmo dos *grupos locais*, a relação entre corpo e território fica intrínseca neste aspecto. Não se trata apenas de definir um grupo de enfoque ou um limite territorial específico, mas sim ambos, corpo e território amalgamados na definição de um grupo cujas necessidades sociais e políticas demandam ações específicas. Um exemplo claro desta atuação é a organização Redes da Maré que, através da Casa das Mulheres da Maré –

⁹³ Exemplos claros dessa maneira de agir são os coletivos Teia de Solidariedade e as Caboclas da Zona Oeste, o Movimento de Mulheres do Parque Horácio na Zona Norte e a organização Redes da Maré no Complexo da Maré, bem como a atuação política e militante da vereadora Mônica Cunha.

centro de referência no acolhimento e assistência para mulheres em situação de vulnerabilidade no território –, divulgou em 2022 um relatório com resultados baseados em pesquisa própria sobre práticas de resistência para o enfrentamento à violência urbana de gênero na Maré, além de recomendações de políticas públicas⁹⁴.

IV) Principais formas de atuação

Com base na discussão promovida ao longo do capítulo 03, vimos que os movimentos feministas, coletivos de mulheres e organizações sociais foram e continuam sendo bastante criativos em termos de desenvolvimento de ferramentas políticas para pressionar a sociedade e o Estado em prol de mudanças substantivas. Nesse sentido, a categoria “forma de atuação” foi desenvolvida para elencar as ferramentas e técnicas de atuação política dos agentes mapeados, principalmente, sobre como têm se mobilizado para desenvolver suas agendas e articular suas pautas. As definições das categorias foram elencadas na tabela abaixo (Quadro 8). A construção das suas definições parte das referências bibliográficas mobilizadas ao longo do trabalho, mas também a partir da própria autodefinição de atividades desenvolvidas pelos agentes mapeados.

QUADRO 8 – DEFINIÇÕES DAS FORMAS DE ATUAÇÃO

CATEGORIA	DEFINIÇÃO
Promoção de Políticas para as Mulheres	Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs). Pastas estatais cuja função seja promover políticas e ações para as mulheres no âmbito executivo.
Controle Social e Fiscalização	Organismos institucionalizados com função de promover a participação da sociedade civil, o controle social das políticas públicas e a fiscalização das atividades e projetos. São eles Conselhos Participativos, de função consultiva ou deliberativa.
Produção legislativa e fiscalização	Espaços voltados para proposição, análise, deliberação e/fiscalização de leis e projetos de lei. São eles as câmaras legislativas, as cadeiras de vereadores e deputados etc.
Assistência e acolhimento	Agentes/Instituições/Grupos que dão enfoque em oferecer ações e projetos voltados para assistência e acolhimento preventivo ou restaurativo (antes ou depois das ocorrências) para o enfrentamento à violência de gênero. Serviços como: abrigo, auxílios jurídico, psicológico e/ou assistencial, autonomia econômica etc.
Assistência social	Agentes/Instituições/Grupos que dão enfoque em oferecer ações e projetos voltados para assistência social de maneira geral, como provimento de itens básicos de higiene, alimentação e saúde.
Advocacy	Advocacy é uma prática política levada a cabo por indivíduo, organização ou grupo de pressão, no interior das instituições do sistema político, com a finalidade de influenciar a formulação de políticas e a alocação de recursos públicos.

⁹⁴ Notícia do lançamento e ao relatório, disponível no link <https://www.redesdamare.org.br/noticia/27/casa-das-mulheres-da-mare-apresenta-pesquisa-sobre-violencia-contra-mulheres>. Acesso em 02 de junho de 2024.

Advocacy e articulação	Grupos que além de incidirem pressionando o Estado, promovem e colaboram com ferramentas e fomento para a articulação de outros agentes/movimentos, como por exemplo fornecendo estudos, materiais, cursos de capacitação, suporte técnico, espaço físico, recursos materiais etc.
Campanhas	Grupo/coletivo/organização criada com a finalidade de promover campanhas de conscientização, pressão ou reivindicação. Também serve para função de promoção de educação preventiva, através de palestras, atividades educativas em espaços coletivos etc.
Valorização profissional	Entidade/Grupo criado para promover a valorização de uma profissão ou classe profissional em específico, dado enfoque especial à questão de gênero, raça, idade etc.
Organização Coletiva Local	Mobilização coletiva ligada a uma localidade ou território específico dentro da cidade (bairro, região, área...)
Organização Coletiva com Assistência e Acolhimento	Mobilização coletiva ligada a uma localidade ou território específico dentro da cidade e que também oferece um ou mais serviços preventivos ou restaurativos de enfrentamento à violência de gênero
Capacitação empreendedora	Oferta de cursos e formações voltadas estritamente para qualificação profissional e técnica para empreendedorismo, para (re)inserção profissional, entre outras atividades referentes ao mercado de trabalho
Formação e/ou capacitação	Enfoque em promover o conhecimento técnico e humano sobre determinado assunto, seja de maneira teórica ou prática, operacional ou para desenvolvimento e produção, ou mesmo para formação militante acerca de uma determinada pauta política.
Produção técnica e/ou divulgação de dados	Enfoque em desenvolver pesquisas ou estudos, gerar dados, análises e conteúdos informativos numéricos acerca de um ou mais temas. A produção pode ser com dados originais do agente ou não.
Formação e produção de dados	Agente que tanto produz cursos e formações, quanto desenvolve pesquisas e divulgação de dados
Assistência técnica	A assistência técnica é o conjunto de atividades que permitem a comunicação, capacitação e a prestação de serviços à comunidade, tendo em vista a difusão de tecnologias, gestão, administração e planejamento visando capacitar, fomentar e fortalecer as estratégias de ação e articulação das comunidades/coletivos/grupos que lutam em prol de uma causa.
Financiamento	Agente que colabora para fomentar financeiramente (através de captações, editais, chamamentos, incentivos, bolsas etc.) a atividade de outros grupos, coletivos, projetos, atividades, etc.
Organização coletiva com capacitação, produção técnica, financiamento, articulação e promoção de serviços, assistência e acolhimento	Organização com estrutura e capacidades para atuação em diferentes eixos, promovendo ações e projetos, fornecendo serviços e políticas, produzindo estudos e relatórios, auxiliando com fomento e financiamento, e incidindo politicamente por fora ou por dentro de alguns organismos institucionais.
Comunicação e articulação	Coletivo/Organização voltado para produção audiovisual para finalidade de disputa narrativa de determinado território ou comunidade. Promove também articulação com demais organizações, e se conecta com outras redes para aumento do alcance e/ou promover outras ações.

Produção coletiva cultural para empoderamento	Organização/coletivo voltado para promoção de arte e cultura de maneira coletiva, através de atividades de expressão corporal ou artística, com fins empoderamento, autonomia e conscientização.
Discussão e articulação política	Fóruns ou associações voltadas para promoção de encontros e discussões com agentes diversos.
Fiscalização e cumprimento	Agente atuante no enfrentamento à violência a partir da fiscalização dos serviços, com finalidade de dar cumprimento à alguma lei, política pública ou mandado judicial.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

O dado relativo à quantidade de repertórios e ferramentas de ação mobilizados por cada agente mapeado, conforme gráfico abaixo (Gráfico 6) busca representar quantitativamente as principais formas de movimentação e presença política desses agentes. Vale destacar que a soma total deste gráfico é superior ao número total de agentes mapeados tendo em vista que a maioria destes se utiliza de mais de um repertório de ação em sua prática política.

GRÁFICO 6 – FORMAS DE ATUAÇÃO



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Os dados obtidos com o gráfico acima permitem afirmar, novamente, a centralidade do enfrentamento à violência de gênero nas ações dos agentes mapeados. A oferta de algum serviço que preste assistência e acolhimento para mulheres em situação de violência é a principal ferramenta de ação mobilizada dentre os grupos pesquisados. Mas igualmente

importante tem sido as ações de *advocacy* e articulação⁹⁵, apontando para a relevância de trabalhar em malhas/teias/redes articuladoras como forma de ampliar as capacidades e o campo de ação. Como menciona Sonia Alvarez (2014), não se trata apenas de uma relação/interação com o Estado ou a sociedade política, mas também de vetores articulantes no interior de diversas organizações ao mesmo tempo⁹⁶.

As organizações de campanhas também aparecem como ferramentas importantes de ação, sobretudo a partir de mobilizações utilizando redes sociais. As campanhas são diversas, desde i) celebrações de datas simbólicas ou comemorativas, ii) chamamentos para participação na construção de projetos de lei e políticas públicas, iii) convocação para doações, mutirões, marchas e levantes, ou mesmo os formatos tradicionais de campanhas como iv) a divulgação de materiais educativos e informativos a respeito direitos e acesso às políticas públicas ofertadas.

Outro dado a ser destacado no Gráfico 6 é a mobilização coletiva local como importante ferramenta de ação. Como discutido no capítulo 03 e no início deste capítulo, as organizações feministas e de mulheres brasileiras – também as cariocas - deram muito enfoque à produção de um arcabouço normativo e legal em âmbito nacional, mas pouco foi produzido em termos de políticas que se acoplassem às necessidades locais. Neste sentido, o fortalecimento da organização local pode aparecer como uma resposta à essa lacuna, onde agentes mobilizam essa ferramenta em prol do desenvolvimento de ações e estratégias específicas de acordo com as demandas das suas populações e territórios⁹⁷.

4.1.2. Territórios de atuação

A partir de tudo que foi discutido no âmbito dos capítulos 02 e 03, o lugar do território no âmbito da construção das agendas feministas cariocas, sobretudo nas ações de enfrentamento às violências de gênero, merece destaque. Nesse sentido, foram elencadas formas diversas de capturar a maneira como o território aparece nas ações e discursos dos agentes mapeados. Estão listadas abaixo algumas das formas com que o território foi capturado a partir dos dados quantitativos.

⁹⁵ Se somadas as categorias “*advocacy* e articulação” + “*advocacy*” + “comunicação e articulação” + “discussão e articulação política” este dado adquire ainda mais relevância em termos numéricos.

⁹⁶ Em alguns agentes mapeados, foi possível identificar nós entre o Estado, diversas organizações da sociedade civil, partidos e populações, muitas vezes feitos através de uma única pessoa que ocupa diversos destes espaços.

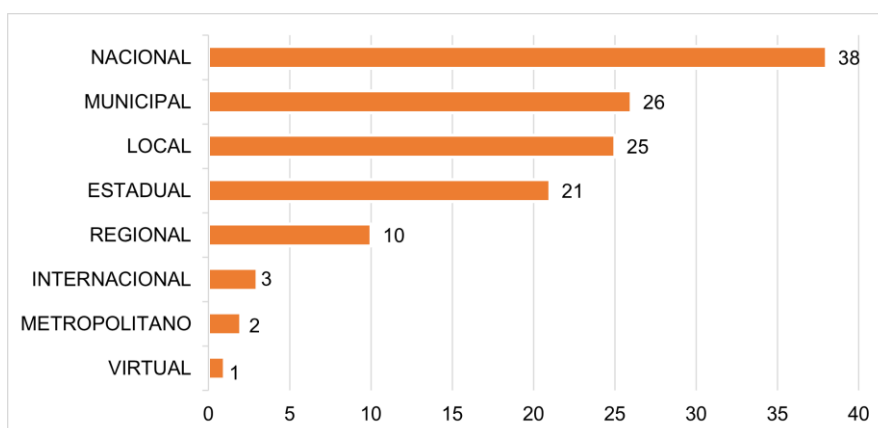
⁹⁷ Alguns exemplos de organizações coletivas locais são os coletivos Piracema, Caboclas, Teia de Solidariedade, Mulheres da Zona Oeste, Martha Trindade e Mulheres de Pedra. Não é coincidência que a maioria dos agentes que mobiliza a ferramenta da organização local seja de territórios da Zona Oeste, uma das maiores e mais diversas zonas da cidade, mas que, ao mesmo tempo, é majoritariamente tratada de forma genérica pelo Estado e pela sociedade carioca de maneira geral.

I) Área de atuação

A categoria “área de atuação” foi elencada à medida que, durante o mapeamento, foi se percebendo que alguns agentes, mesmo sediados na cidade do Rio de Janeiro, tem e/ou buscam ter um alcance de atuação delimitado a uma porção territorial, enquanto outros possuem atuação à níveis nacional e internacional. A caracterização da área de atuação das organizações mapeadas foi realizada a partir de informações fornecidas pelos próprios agentes, bem como acompanhamento das suas atividades, através de suas plataformas de comunicação oficiais⁹⁸.

Além disso, alguns dos agentes mapeados possuem área de atuação delimitada pela sua própria natureza jurídica e/ou organizacional, como é o caso de instituições de ensino, organismos do poder público, serviços estatais, políticos(as), etc. Outras delimitam suas áreas de atuação a partir das suas capacidades financeiras e materiais, estendendo suas ações apenas onde conseguem alcançar com os recursos que possuem. As diversas áreas de atuação foram categorizadas conforme o gráfico abaixo.

GRÁFICO 7 – ÁREA DE ATUAÇÃO



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Assim como discutido no início do capítulo 03, o enfoque generalista e a visão global das pautas feministas dominam a disputa pela agenda, as articulações e os financiamentos. Além disso, há também a posição política do Rio de Janeiro em relação à construção da identidade nacional, o que influencia diretamente nos arranjos políticos feitos no âmbito local, mas que tomam proporção (intencionalmente ou não) nacional. Nesse sentido, o dado de que a maioria dos agentes mapeados pela pesquisa possui como área de atuação o território nacional, mantém a posição de destaque da projeção nacional nas disputas de

⁹⁸ A maior parte dessas informações, principalmente para aquelas organizações que possuem sede/endereço fixo, pode ser encontrada em sites, redes sociais, divulgações de campanhas e até mesmo através do Google Maps.

agenda efetuadas em âmbito municipal. A maioria dos agentes cuja área de atuação é *nacional* ou mesmo *internacional*, são organizações da sociedade civil e institutos de pesquisa, cuja organização se dá de maneira virtual (sem sedes fixas) ou, quando possuem, suas sedes ou pontos fixos de encontro estão nas zonas centro e sul da cidade.

Mas, apesar dessa constatação, surpreende o número de agentes cujo enfoque de atuação se dá das linhas do município para dentro. Somadas as categorias *municipal* e *local*, são 51 agentes incidindo diretamente por e para o(s) território(s) do Rio de Janeiro. A estrutura de organização desses agentes é diversa, englobando instituições do estado, membros do legislativo, institutos de pesquisa e organizações da sociedade civil, sobretudo aquelas organizadas na forma de coletivo, movimento social e organizações comunitárias. A maioria desses possuem sede ou ponto de encontro fixo, sendo esses localizados em todas as regiões da cidade, mas predominantemente no centro.

Os agentes com enfoque de atuação regional são um dado interessante para este tópico, dado que suas áreas de incidência extrapolam as fronteiras de bairro de região (conforme definidas pelos mapas e limites oficiais) mas se mantém dentro do limite do município. As áreas de atuação englobam uma região, ou uma porção territorial específica, bem como toda a sua população. A maioria destes agentes localizam-se na zona oeste, mas também existem grupos do centro, zonas sul e norte, sendo majoritariamente estruturados como organizações autodeclaradas feministas.

Por fim, vale destacar a atuação do movimento social cuja área de atuação é realizada em âmbito virtual⁹⁹, revelando a importância deste espaço como território de ação e de disputa.

II) Zona e Área de Planejamento de atuação

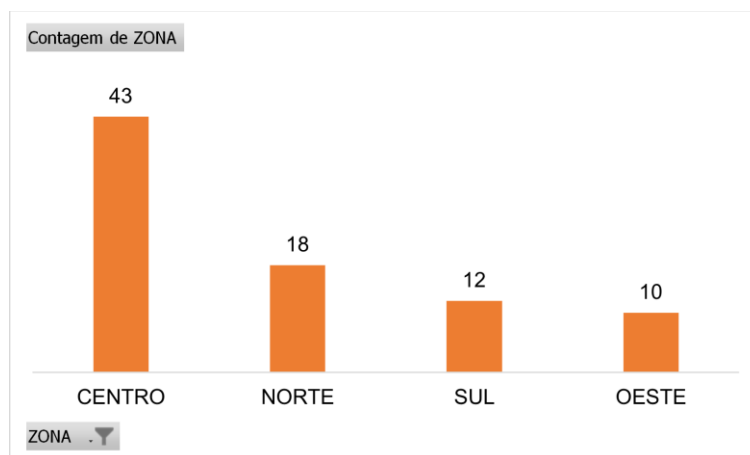
As categorias “zonas”, “área de planejamento” e “bairro” (item III abaixo) foram elencadas com objetivo de quantificar a presença dos agentes mapeados nos territórios a partir da sua leitura formal, que são as limitações territoriais feitas pelo poder público para possibilitar seu controle e planejamento. Essas informações foram catalogadas a partir dos dados informados pelos próprios agentes mapeados a respeito do endereço de localização da sede, ponto fixo de encontro ou localização constante para encontros e eventos. A soma

⁹⁹ A organização Deixa Ela em Paz surgiu em 2015 como um movimento feminista organizado virtualmente por mulheres de todo o Brasil, que incentiva práticas de intervenção urbana em prol das pautas feministas. O coletivo produz materiais como zines, cartazes, estampas de camisetas e artes contendo pautas da agenda pelo enfrentamento às diversas formas de violência de gênero (violência doméstica, feminicídio, assédio, importunação etc.), e disponibiliza gratuitamente os materiais para serem utilizados por quem queira. Esses materiais são afixados em espaços públicos, monumentos e equipamentos urbanos, por qualquer pessoa que tenha tido acesso ao material. Eu conheci esta organização através de alguns zines que encontrei colados pelas ruas do Rio de Janeiro.

dos dados não chega à 100% do número de agentes mapeados pois alguns não possuem endereço fixo¹⁰⁰.

A intenção com essa segmentação analítica é de ter informações suficientes para distribuir os agentes sobre o território do município, tendo como parâmetros as divisões formais do território, possibilitando utilizar ferramentas de cartografia para gerar um mapa desses dados (ver Figura 7).

GRÁFICO 8 – ZONAS



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

A distribuição dos dados por zonas foi importante de ser elencada pois, apesar de alguns agentes não informarem endereço fixo ou ponto de encontro constante, há a informação sobre a região à qual pertencem e/ou à qual concentram seus esforços. É o caso de organizações como as Caboclas, a Teia de Solidariedade, o Coletivo Martha Trindade e as MariAmas que atuam por e pela Zona Oeste, também do Fórum Social de Manguinhos, o Coletivo Mães de Manguinhos e a Rede de Apoio às Mulheres da Maré que incidem por e pela Zona Norte.

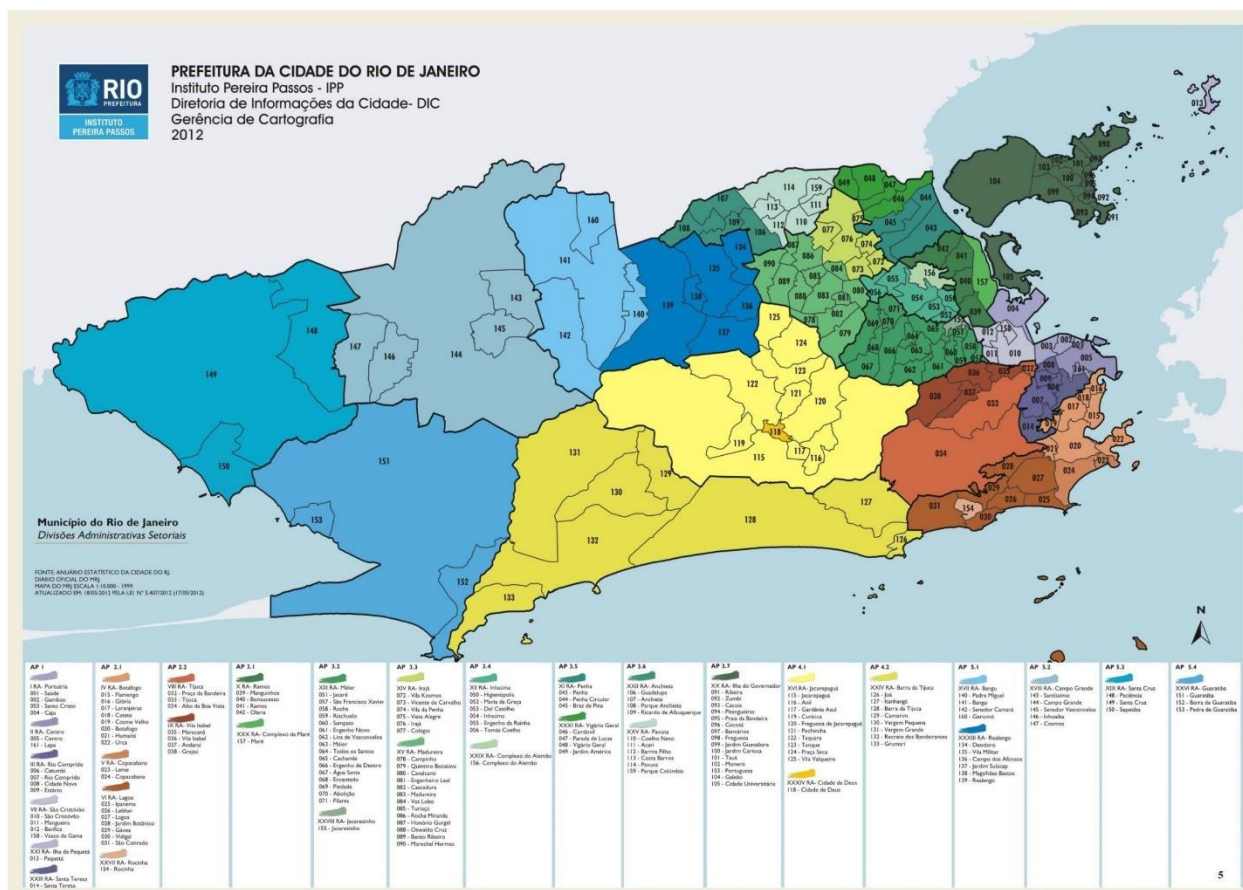
Dessa forma, os dados do Gráfico 8 permitem consolidar a região central como principal área de concentração das sedes e pontos fixos de encontro para os agentes mapeados pela pesquisa. Do ponto de vista das teorias do planejamento urbano, este dado está consonante com a formação urbana da cidade do Rio de Janeiro que – assim como a maioria das grandes cidades brasileiras – possui uma hiper concentração de serviços e oportunidades no seu polo central, atraindo grandes contingentes populacionais todos os

¹⁰⁰ Seja pelo seu caráter de movimento informal, seja pelo fato de a atividade ocorrer por meio de plataformas virtuais, como é o caso de algumas redes nacionais com polo no Rio de Janeiro, tais como a Rede ABL, a Rede AMB, a Rede Feminista de Saúde. O que sustenta a existência e movimentação articulação desses polos locais são as pessoas que participam da rede. Algumas organizações simplesmente não informaram ter endereço ou localização fixa, tendo a materialização da causa não ligada a um espaço físico, mas nas pessoas participantes, como é o caso dos Coletes Rosas, o GRAM, o Coletivo MariAmas, as Caboclas e a Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste.

dias em movimentos pendulares das bordas para o centro. O fato de uma região tão grande quanto a Zona Oeste figurar com tão poucos agentes, também pode ser analisado a partir do modelo de urbanização vigente¹⁰¹.

O mesmo dado foi segmentado a partir da definição das áreas de planejamento estabelecidas pela legislação urbana e o poder público (ver Figura 6), visando conferir a distribuição dos dados a partir desta segmentação.

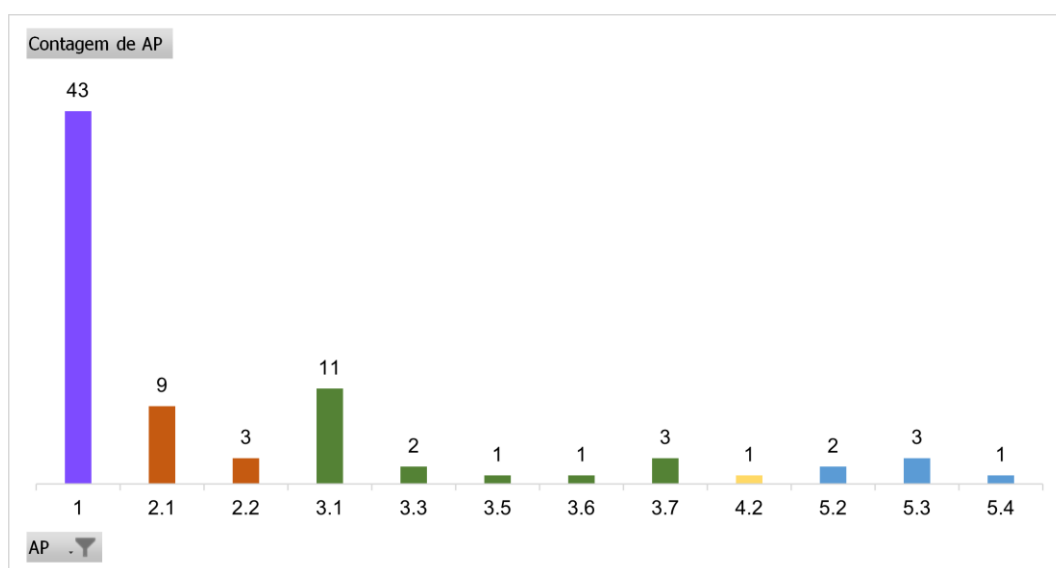
FIGURA 6 – MAPA DIVISÕES ADMINISTRATIVAS EM ÁREAS DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO



Fonte: Instituto Pereira Passos (2012). Disponível em <https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5148142/4145881/ListadeBairroseAPs>. Mapa. Acesso em 04 de Junho de 2024.

Os resultados podem ser visualizados no gráfico a seguir (Gráfico 9).

¹⁰¹ A Zona Oeste possui uma área corresponde a aproximadamente 885,74 km², ou seja, cerca de 73,97% do total do município do Rio de Janeiro, enquanto sua densidade demográfica é de 2.677 hab/km² a menor do município.

GRÁFICO 9 – ÁREAS DE PLANEJAMENTO

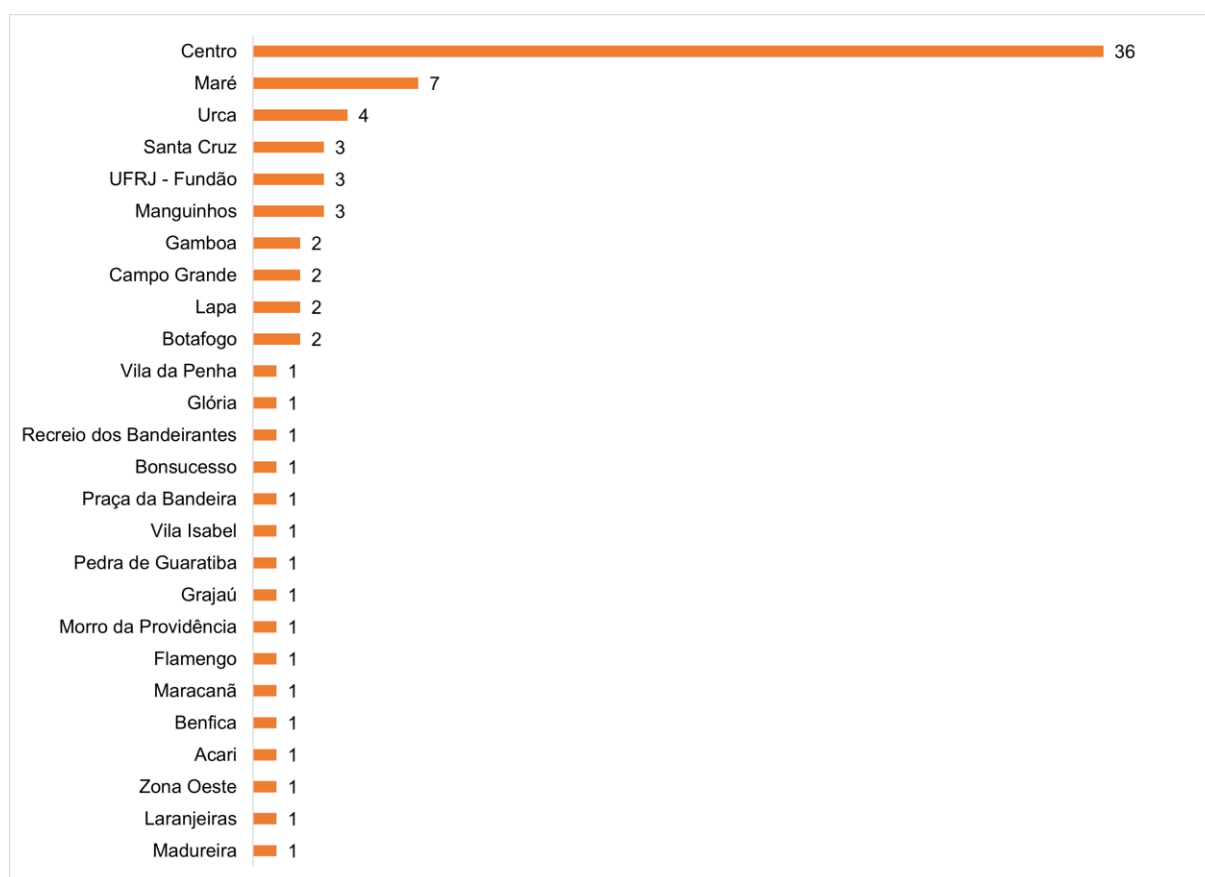
Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Esta segmentação permite analisar alguns pontos. As áreas de planejamento 1 (Região Centro) e 2 (Região Sul), têm agentes mapeados em todas as suas subdivisões internas. A área 3 (Região Norte) não apresenta agentes nas subáreas 3.2 (região do Méier e Jacarezinho) e 3.4 (Região de Inhaúma e Complexo do Alemão). E a região 5 (Zona Oeste) não apresenta representantes apenas na subárea 5.1 (região de Bangu). Entretanto toda a área 4 (Zona Oeste)¹⁰² apresenta apenas um representante do mapeamento levantado pela pesquisa.

III) Bairro sede e/ou ponto de encontro fixo

A segmentação dos dados por bairro segue o mesmo intuito das divisões anteriores, mas com o intuito de uma análise territorial mais localizada a respeito da distribuição dos agentes mapeados pela pesquisa. A fonte dos dados é a mesma, captada por meio das informações autodeclaradas pelos agentes mapeados, por meio de documentos e fontes próprias de informação. A partir dessa segmentação, os dados quantitativos separados por bairro foram estruturados no gráfico abaixo:

¹⁰² A área 4 foi originada a partir da divisão de todo o território da zona oeste em duas partes, originando as áreas de planejamento 4 e 5. A divisão foi feita a partir da revisão do plano diretor municipal no início da década de 2010, onde cada parte foi qualificada para um tipo distinto de ocupação do solo. Ver mais em <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/02/plano-diretor-do-rio-e-sancionado-com-restricoes-de-ocupacao-do-solo.html>. Acesso em 04 de Junho de 2024.

GRÁFICO 10 – BAIRROS SEDE E/OU PONTO DE ENCONTRO FIXO

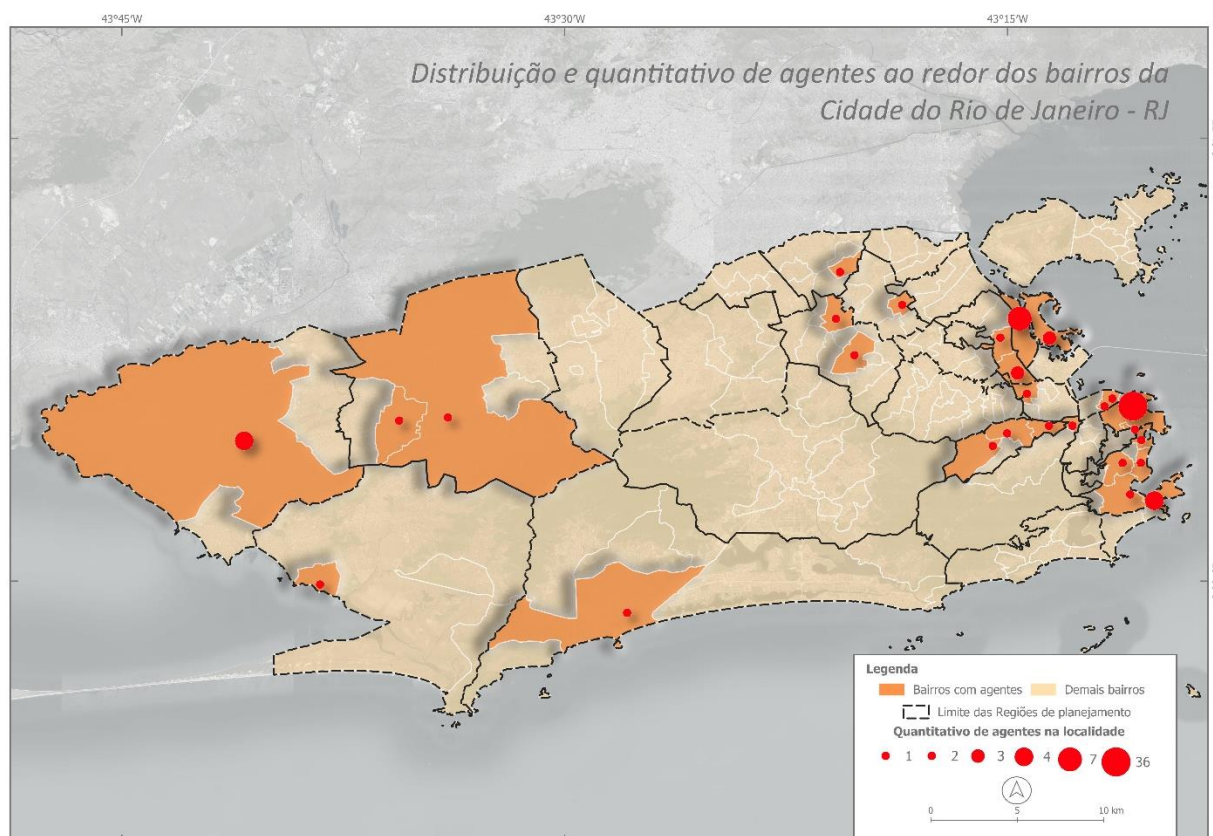
Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Bem como nos dados anteriores, o bairro centro concentra a maior parte das sedes e/ou pontos fixos de encontro dos agentes mapeados. O Complexo da Maré figura logo após, funcionando como um segundo polo de concentração dos dados quantitativos da zona norte¹⁰³. A Urca aparece em 3ª posição na lista, mas todos seus representantes trata-se de grupos de pesquisa e laboratórios com salas fixas no campus da UFRJ na Praia Vermelha, assim como é o caso do campus da Ilha do Fundão. Logo em seguida aparecem Santa Cruz e Manguinhos, bairros da Zona Oeste e Norte, onde todos seus representantes são coletivos e/ou organizações comunitárias, e possuem atuação com enfoque local.

Na figura abaixo, pode-se vislumbrar um mapa da cidade do Rio de Janeiro contendo os dados dos itens I, II e III analisados acima, com a segmentação territorial por áreas de planejamento e bairro.

¹⁰³ Em relação aos dados figurados no gráfico 8, a Maré concentra 38,8% do quantitativo total encontrado para toda a Zona Norte.

FIGURA 7 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS AGENTES MAPEADOS



* Quantitativo discreto por bairro: Acari = 1, Berfica = 1, Bonsucesso = 1, Botafogo = 2, Campo Grande = 2, Centro = 36, Flamengo = 1, Gamboa = 2, Glória = 1, Grajaú = 1, Lapa = 2, Laranjeiras = 1, Madureira = 1, Manguinhos = 3, Maracanã = 1, Maré = 7, Morro da Providência = 1, Pedra de Guaratiba = 1, Praça de Bandeira = 1, Recreio dos Bandeirantes = 1, Rocha Miranda = 1, Santa Cruz = 4, UFRJ Campus do Fundão = 3, Urca = 4, Vila da Penha = 1, Vila Isabel = 1 e Inhoaíba = 1.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Vale destacar que alguns agentes reiteram sua perspectiva territorial para além dos limites e fronteiras formais. Como é o caso de algumas organizações da Zona Oeste e do Complexo da Maré, que se utilizam destas nomenclaturas mais abrangentes para informar sua localização – mesmo se tratando de duas grandes regiões e que possuem subdivisões internas¹⁰⁴. Algumas dessas organizações têm preferido autodenominar suas localidades de incidência por “territórios”, mesmo que também recorram a outros conceitos tais como “comunidade”, “periferia” e “favela”, ou até denominações formais como “bairro”, “zona”, “região”, “vila” etc¹⁰⁵.

Por fim, nas entrevistas realizadas, alguns espaços de atuação foram levantados, para além da sua localização geográfica, como lugares de disputa e demanda de pautas. São esses espaços as câmaras do legislativo (vereadores e deputados) e suas respectivas

¹⁰⁴ Como citado na nota nº94, a Zona Oeste corresponde a mais de 70% do território do município do Rio de Janeiro, e conta com mais de 40 bairros. Já o Complexo da Maré é um bairro, criado em 1994, que compreende um conjunto de 17 comunidades e abriga mais de 140 mil habitantes, uma população maior do que 96% dos municípios brasileiros.

¹⁰⁵ Veremos essa discussão com mais detalhes adiante, mas cabe destacar aqui que, na maioria dos casos de agentes que mobilizam o conceito de território para autodenominação de localidades em que atuam, há também um alinhamento com as agendas do bem-viver e bem-comum, do antirracismo, do feminismo interseccional e comunitário.

comissões permanentes e especiais, as militâncias políticas diversas (partidos, sindicatos, conselhos profissionais etc.) coletivos e organizações populares, universidades, movimentos estudantis, fóruns populares, instituições e serviços do estado (em especial grupos de trabalho e conselhos participativos), além das redes e nós de articulação formais e informais.

4.1.3. Principais temas de atenção

O mapeamento dos temas de atenção foi desenvolvido visando alcançar um dos objetivos do trabalho que é levantar a agenda feminista no contexto carioca. Neste sentido, a definição dos temas foi sendo desenvolvida a partir da análise minuciosa das atividades dos agentes mapeados, levantando os principais termos e conceitos mobilizados, eixos de incidência política, assuntos e questões articulados. As atividades em comum foram sendo agrupadas nos “temas”, que foram definidos a partir da literatura mobilizada ao longo do trabalho, e as segmentações dos dados foram feitas a partir da identificação de menção aos termos e conceitos referentes ao tema, além de deixar espaço aberto para o surgimento de outros possíveis temas não agrupáveis ou específicos. A tabela abaixo apresenta essa classificação, além de relacionar possíveis correspondências dos temas de atenção com os eixos estabelecidos nos PNPMs (I, II e III).

QUADRO 9 – DEFINIÇÕES DOS TEMAS DE ATENÇÃO MOBILIZADOS

TEMA	DEFINIÇÃO	MENCIONA TERMOS/CONCEITOS:	CORRESPONDÊNCIA PNPMs?
AUTONOMIA ECONÔMICA	A autonomia econômica se explica como a capacidade das mulheres de gerar rendimentos e recursos próprios a partir do acesso ao trabalho remunerado em igualdade de condições com os homens (OIG/CEPAL).	Autonomia econômica, inclusão produtiva, acesso à renda, empreendedorismo, economia circular, economia solidária, independência financeira etc.	Capítulo 1) Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica; Capítulo 6) Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social
SAÚDE	Toma-se como referência o conceito de saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS), e são incorporadas dimensões da sexualidade e da reprodução humana numa perspectiva de direitos (PAISM, 2004)	Saúde integral, gestação (pré-durante-pós), direitos reprodutivos, sexualidades etc.	Capítulo 3) Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos

EMPODERAMENTO E LIDERANÇA	O empoderamento da mulher consiste em realçar a importância de que a mulher adquira o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar as condições para tanto e apoiá-la nesse processo (Plataforma Pequim 1994). Empoderar mulheres e promover a equidade de gênero em todas as atividades sociais e da economia são garantias para o efetivo fortalecimento das economias, o impulsionamento dos negócios, a melhoria da qualidade de vida de mulheres, homens e crianças, e para o desenvolvimento sustentável (ONU Mulheres/WEPS)	Mulheres em cargos de liderança (empresariais, políticas, partidárias, institucionais, comunitárias...), igualdade salarial, prioridade de mulheres para recebimento de projetos, fundos e financiamentos, promoção de capacitação para liderança e gestão feminina, poder feminino, fortalecimento de lideranças femininas, fomentar protagonismo feminino etc.	Capítulo 5) Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão
DADOS	Produção, coleta, sistematização, análise e/ou divulgação de dados com perspectiva de gênero (interseccional ou não)	Dossiê, dados, pesquisa, infográficos, mapeamento, plataformas, bibliotecas, artigos etc.	Capítulo 11) Gestão e monitoramento do Plano
EDUCAÇÃO E CULTURA	Promover a educação para a igualdade de gênero e os direitos humanos e assegurar as condições adequadas para a garantia de ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes. Inclui também a promoção de acesso à arte e cultura como formas de educação para a transformação.	Inclusão de mulheres e meninas em áreas de predominância masculina, formação/capacitação de mulheres e meninas, priorização de acesso de mulheres e meninas à cursos, formações e oportunidades, acesso à cultura e arte, facilitação da educação e capacitação de mulheres e meninas, incidência sobre o acesso e melhoria da qualidade da educação e cultura etc.	Capítulo 2) Educação para igualdade e cidadania
DIREITO À CIDADE	O direito à cidade é um direito difuso e coletivo, de natureza indivisível, de que são titulares todos os habitantes da cidade, das gerações presentes e futuras. Direito de habitar, usar e participar da produção de cidades justas, inclusivas, democráticas e sustentáveis (IPEA, 2018)	Direito à cidade, cidade para todas(os/es), moradia digna, fortalecimento comunidades, garantia de infraestrutura urbana, acessibilidade, mobilidade, habitabilidade etc.	Cap. 7) Direito à terra, moradia digna e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais
ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS	Desenvolvimento e aplicação de ações com objetivo de mitigar, diminuir, minimizar e/ou erradicar violências baseadas no gênero, em todas as suas formas de expressão.	Oferta de projetos, serviços e ações voltadas para enfrentar: Violência contra a mulher, violência doméstica, tráfico de mulheres e meninas, assédio e/ou abuso sexual, violência obstétrica, violências institucionais, violências políticas, etc.	Capítulo 4) Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

PROMOÇÃO	Políticas de promoção social ou políticas de desenvolvimento, são um conjunto de estratégias, programas e medidas implementadas pelos governos e outras organizações com o objetivo de promover a igualdade de gênero e melhorar a posição das mulheres na sociedade. Portanto, as políticas de promoção da mulher visam abordar as desigualdades e promover o empoderamento das mulheres.	Promoção da igualdade (de gênero ou entre homens e mulheres), acesso a oportunidades, focalização/enfoque (de gênero ou de mulheres), etc...	N/A
FISCALIZAÇÃO E/OU INCIDÊNCIA	Ações, políticas e projetos para fiscalizar o poder público, sobretudo na sua atuação em relação às mulheres e à igualdade de gênero. Também podem incidir direta/indiretamente para que o poder público promova ações e políticas específicas, inclusive ações de <i>advocacy</i> para inclusão de pautas na agenda pública.	Fiscalizar, <i>advocacy</i> , observar (observatórios), incidir, pressionar, cobrar etc.	N/A
FEMINISMO	Termo que se refere à luta histórica das mulheres em prol da igualdade de direitos e de oportunidades, imbricadas à noção de justiça social, de controle sobre seus próprios corpos e do combate à todas as formas de opressão. Descreve a organização social e política dos movimentos de mulheres que buscam a igualdade de gênero, a promoção e a defesa dos seus direitos. Engloba todas as formas e vertentes dos feminismos.	Feminismo, feministas etc.	N/A
DIREITOS HUMANOS	Transformar o princípio da igualdade universal em medidas e políticas para uma vida digna, bem como acompanhar, cobrar e denunciar as violações desses direitos.	Direitos humanos, humanismo etc.	N/A
INFÂNCIA	Promove ações, planos e projetos voltados para crianças e infâncias. Reconhece as necessidades específicas deste público e busca promover o crescimento saudável, autônomo e sem violências para bebês e crianças.	Crianças, infância etc.	Capítulo 10) Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência
JUVENTUDE	Promove ações, planos e projetos voltados para adolescentes e jovens.	Jovens, adolescentes, juventude etc.	Capítulo 10) Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência

VELHICE	Promove ações, planos e projetos voltados para idosos. Coloca como preocupação o envelhecimento da população e o aumento das idades avançadas, e sua relação com o despreparo da sociedade às suas necessidades de vida e cuidado. Aborda tanto a saúde, a autonomia e o enfrentamento às violências contra idosos, quanto sua inserção social.	Idosos, mais velhos, velhice, combate ao etarismo, melhor idade etc.	Capítulo 10) Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência
ANTIRRACISMO	O antirracismo é uma forma de ação contra o ódio, preconceito racial, racismo sistêmico e a opressão estrutural de grupos marginalizados racialmente e etnicamente. Promove ações de prevenção e enfrentamento à desigualdade racial, o combate ao racismo e a perpetuação das desigualdades raciais.	Antirracismo, enfrentamento ao racismo estrutural, focalização de grupos racializados, interseccionalidade etc.	Capítulo 9) Enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	Promove a articulação entre órgãos institucionais (internamente ou externamente), a articulação entre organismos do poder público e instituições da sociedade civil, ou mesmo entre organizações e coletivos sociais. Transversalização das políticas das mulheres ou da perspectiva de gênero para as demais secretarias e pastas do poder público.	Articulação, fortalecimento de redes, redes articuladas, transversalização etc.	N/A
COMUNICAÇÃO E NARRATIVAS	Promove e produz conteúdos comunicativos com finalidade política de disputar ou alterar narrativas hegemônicas sobre determinado tema.	Comunicação, incidência narrativa, narrativa, produção narrativa etc.	Capítulo 8) Cultura, esporte, comunicação e mídia
RESPEITO À FÉ E A TODAS AS RELIGIÕES	Promove ações de defesa da liberdade de mudar ou permanecer na religião; liberdade para compartilhar a fé e crenças com outros; liberdade para formar uma organização religiosa e para adorar pacificamente; liberdade de praticar a religião em locais públicos com comportamentos que exteriorizem esta fé.	Liberdade religiosa, de manifestação da fé, de crença, de ritos etc.	N/A
PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA	Promove espaços e situações de encontros entre agentes de distintas origens, vieses e linhas, com objetivo de discutir, deliberar e propor reflexões e soluções para problemas públicos. Incide para promover e alargar a participação da sociedade em espaços institucionais do poder público.	Fórum, conselho, conferência, assembleia, mesa de debates, fortalecimento da democracia etc.	N/A

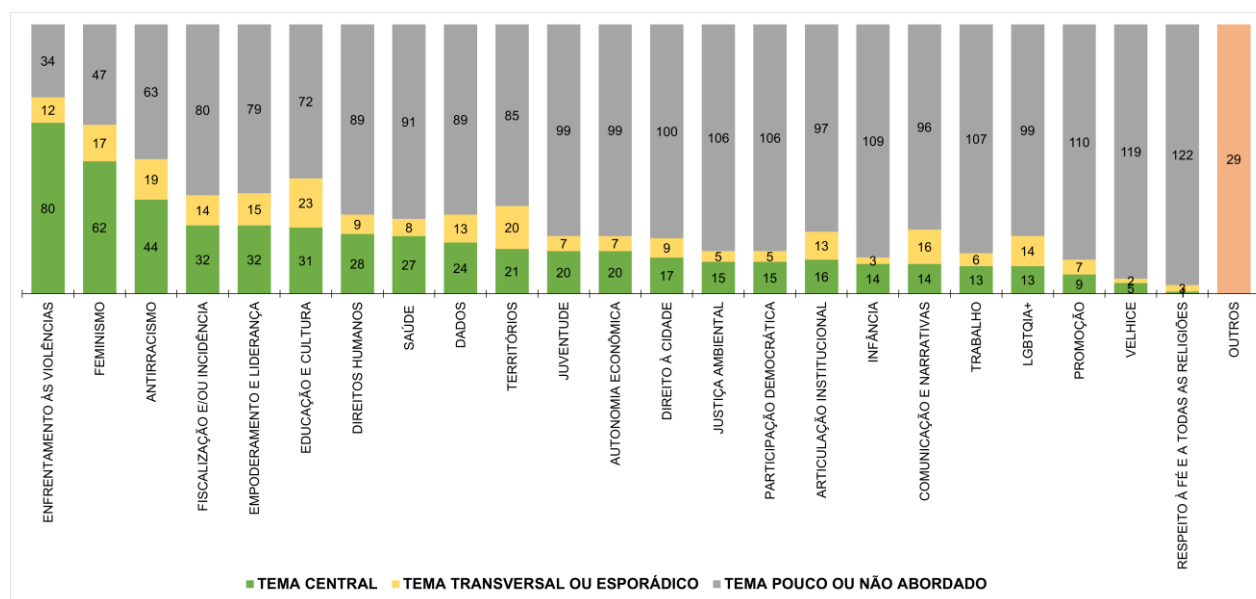
TRABALHO	Promove ações e incide em ações voltadas para a classe trabalhadora, com enfoque em promoção de trabalho digno, defendendo seguridade e benefícios trabalhistas, além da diminuição da carga de trabalho. Também atuam na defesa do reconhecimento do trabalho reprodutivo e trabalho de cuidado.	Trabalho digno, seguridade, direitos trabalhistas, cuidados, trabalho reprodutivo etc.	Capítulo 6) Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social
JUSTIÇA AMBIENTAL	Promove ações e incide em políticas voltadas para a pauta do meio-ambiente, mudanças climáticas, sustentabilidade. Inclui a preocupação com populações - sobretudo mulheres - de comunidades mais afetadas pelas mudanças climáticas.	Meio-ambiente, justiça climática, socioambiental, sustentabilidade etc.	Capítulo 6) Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social
LGBTQIA+	Promove ações e incide em políticas voltadas para o exercício livre da sexualidade para fora da heteronorma, com garantia de direitos e respaldos para constituição de família, acesso à saúde integral e reprodutiva humanizada, além de combater o preconceito e as fobias sociais através de cultura e educação, visando a transformação social	LGBTQIA+ (e suas variações)	Capítulo 9) Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia
TERRITÓRIOS	Ações, projetos, reivindicações, construções, demandas etc., que reivindiquem a relação (individual-coletiva) de uma comunidade com um território. Para além de reivindicar apenas o direito à terra ou à moradia digna, demandam diversas agendas em comum com a finalidade de fomentar e fortalecer as diversas formas de vida e de sociabilidade plenas em um determinado local. Defendem a relação entre os corpos e os territórios como ponto de virada para centralização da vida.	Território, bem-viver, bem comum, ubuntu, corpo-território etc.	Cap. 7) Direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais
OUTROS	Outras abordagens e eixos de ação que não se enquadram (total ou parcialmente) nos eixos anteriores. Eixos e frentes de agenda específicos ou com abordagens políticas e/ou conceituais distintas das colocadas nas demais opções. Outras formas conceituais de abordar os eixos e frentes já mapeados.		N/A

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

A partir da definição dos eixos, o mapeamento dos denominados “temas de atenção” foi estruturado conforme descrito no item 3.1 (Quadro 5), separando as incidências por nível

de centralidade do tema diante da atividade analisada¹⁰⁶. Os dados quantitativos agrupados¹⁰⁷ resultaram no gráfico abaixo:

GRÁFICO 11 – TEMAS DE ATENÇÃO



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Nota: os temas de atenção englobados na aba “outros”, são: i) soberania alimentar; ii) desmilitarização; iii) desenvolvimento; iv) memória; v) tecnologia; vi) dívida pública; vii) filantropia de justiça social; viii) governança; ix) esporte; x) agronegócio; xi) refugiados; xii) PcD; xiii) políticas públicas; xiv) acessibilidade; xv) patrimônio; xvi) assistência e integração social; xvii) função social da igreja; xviii) maternidade; xix) paz; xx) futebol; xxi) ressocialização de egressas; xxii) defesa pessoal; xxiii) autoestima; xxiv) participação política; xxv) representatividade; xxvi) saúde mental; xxvii) mapeamento de serviços e equipamentos; xxviii) antiproibicionismo; xxix) moradia digna.

Como se pode notar no gráfico acima, foram muitos os temas de atenção mapeados. Não cabe neste tópico destrinchar cada tema em separado – o que, por si só, valeria um trabalho à parte - mas cabe uma análise geral. Em primeiro lugar, confirma-se o enfoque dado ao *enfrentamento às violências* como um tema de grande atenção dada aos agentes mapeados, seguido do *feminismo* e do *antirracismo*¹⁰⁸. Outros dois temas que ganharam significativa atenção são a *fiscalização e/ou incidência* e a promoção do *empoderamento e liderança*. Os demais temas que seguem são temas gerais que, inclusive, encontram ressonância em planos e agendas estabelecidas – saúde, educação, direitos humanos, produção de dados, autonomia econômica, juventude, trabalho etc.

Vale destacar aqui a presença de dois temas de atenção ligados a um dos objetivos desta pesquisa – verificar a disputa pela construção da agenda em torno do enfrentamento

¹⁰⁶ Lembrando que as atividades dos agentes mapeados foram analisadas durante o período da pesquisa, entre os anos 2022 e 2023.

¹⁰⁷ Os dados desta segmentação somam mais de 100% dos agentes mapeados pois todos possuem mais de um tema de atenção.

¹⁰⁸ No próximo tópico irei discutir com mais profundidade as disputas internas de significado na reivindicação desses temas, sobretudo o enfrentamento às violências.

às violências de gênero, dando enfoque para a incorporação do território nos discursos e ações – que são *territórios* e *direito à cidade*. De antemão é relevante destacar que, em termos numéricos, a quantidade de agentes dando enfoque para o tema do território é maior do que aqueles que reivindicam o direito à cidade.

Como vimos no capítulo 02, a presença da reivindicação do direito à cidade no âmbito das lutas feministas e de mulheres data da segunda metade do século XX, sobretudo a partir dos anos 1980 e 1990 com a inclusão da transversalização de gênero em agendas e políticas urbanas internacionais como as da ONU-Habitat, Agenda do milênio e, mais recentemente, os ODS da Agenda 2030. Vimos também no item 2.3 que a incorporação da transversalização de gênero e a adaptação das políticas públicas para âmbitos locais (a territorialização de políticas públicas) não tem sido possíveis sem disputas e enfrentamentos diversos. Além disso, vimos nos capítulos 02 e 03 que a desigualdade social no Rio de Janeiro é evidente no espaço urbano, onde os altos índices de pobreza, violência e escassez de oportunidades coincidem com as localidades mais abandonadas pelo poder público em termos de infraestrutura, saneamento básico e oferta de políticas públicas.

Nesse sentido, a atenção pelo *direito à cidade* por parte dos agentes mapeados pode estar atrelada à continuidade do problema e necessidade de incidência para incorporação do tema nas agendas públicas. Mas, em contraponto, vale mencionar que a maior parte dos agentes que reivindicam o tema do direito à cidade como um dos seus temas centrais de atenção, fazem parte do poder público (executivo ou legislativo) ou são institutos de pesquisa¹⁰⁹, e entre os que mobilizam o direito à cidade como transversal ou esporádico, todos são coletivos ou movimentos sociais. É interessante destacar também que a maioria dos coletivos e movimentos sociais que mobilizam o tema do direito à cidade, também dão atenção para o tema dos territórios¹¹⁰, seja como tema central ou transversal.

Falando na mobilização do tema dos *territórios*, vimos ao longo do capítulo 02 as diversas abordagens e leituras que o conceito de território vem sendo mobilizado, bem como a sua polissemia. Essa difusão de apropriação e definição do conceito se reflete nos dados, tendo em vista que, dentre os agentes que incidem neste tema, há uma grande pluralidade em termos de estrutura de organização, tendo agentes do Estado (executivo e legislativo), organizações da sociedade civil (OSC e OSCIPs), institutos de pesquisa, coletivos, movimentos sociais, organização militante etc. Vale destacar que a maioria dos agentes que dão ênfase central ao tema do território são coletivos, movimentos locais ou organizações

¹⁰⁹ 9 dos 17, caracterizando 52,9% do total que mobiliza direito à cidade como tema central de atenção.

¹¹⁰ 14 agentes mapeados dão enfoque para ambos os temas, território e direito à cidade, sendo 10 desses organizados na forma de coletivo ou movimento social.

civis¹¹¹ – ou seja, são mais localizados e menos institucionalizados, o que difere da caracterização dos agentes que mobilizam o tema do direito à cidade.

Também existem distinções na forma como o território e o direito à cidade estão sendo mobilizados a depender do agente. Este tópico será abordado com maior profundidade no item 4.3, mas algumas nuances merecem destaque geral. Para os agentes que dão enfoque central ao tema do direito à cidade, a abordagem se assemelha às discussões do conceito conforme proposta por teóricos do planejamento urbano como Henri Lefebvre e David Harvey, onde o espaço urbano não é visto somente como lugar físico de deslocamento em prol do trabalho, mas um espaço de realização social, cultural e política. O direito a cidade, nestes termos, não se resume apenas ao direito de acesso aos recursos urbanos - moradia, educação e transporte - mas também ao direito de participar ativamente na construção e transformação do espaço urbano, promovendo a busca por uma cidade mais justa e inclusiva. Estes mesmos agentes que dão ênfase ao tema do direito à cidade, em alguns casos, mobilizam o conceito de território para distinguir a cidade, ou até mesmo como sinônimo de termos como “periferia”, “comunidade” e “favela”¹¹².

Já para agentes onde o território ocupa tema central de atenção, o termo tem sido mobilizado de maneira alinhada às discussões decoloniais, feministas e antirracistas latino-americanas, que oferecem uma perspectiva crítica e transformadora que desafia as estruturas de poder e dominação presentes na produção do espaço urbano, buscando visibilizar a existência de várias cidades dentro da mesma cidade ao desconstruir narrativas dominantes, valorizar o conhecimento local, promover o diálogo intercultural e desenvolver práticas alternativas. Além disso, a visão de território mobilizada também se alinha às perspectivas de bem viver e bem comum, que se baseia em uma visão holística e integrada do desenvolvimento sustentável, onde as comunidades locais, o meio ambiente e a economia são consideradas interdependentes e interconectados. O território, nesses casos,

¹¹¹ 19 dentro os 21 totais, caracterizando 90,4% dos agentes que mobilizam o território como tema central.

¹¹² É o caso da SPM-Rio, que possui frentes distintas para ações territoriais e para promoção do direito à cidade. As frentes de ações territoriais busca, por meio do projeto Salas da Mulher Cidadã, “atuar nos principais territórios da cidade, para construir políticas públicas a partir das vivências, experiências e necessidades expressas pelas mulheres dos territórios” justificando, com isso, a intensificação das ações em localidades periféricas das Zonas Oeste e Norte. Já as ações de direito à cidade incluem “promover ações em prol do transporte, meio ambiente e convivência na cidade”, onde algumas das ações englobam a criação de políticas de fornecimento de bilhetes para acesso ao transporte público, bem como ações culturais que promovem passeios de grupos de mulheres à museus e pontos turísticos da cidade. Aqui vê-se que território e cidade são entendidos como espaços diferentes. Trechos citados retirados do site da SPM-Rio, disponível em <https://mulher.prefeitura.rio/>. Acesso em 08 de Junho de 2024.

é reivindicado como cidade *também*, espaço onde os agentes querem poder exercer o seu direito à cidade¹¹³.

4.2. Enfrentamento às violências de gênero: uma disputa à parte

Neste tópico serão confrontados alguns dados quantitativos expostos anteriormente com os dados qualitativos captados através das entrevistas realizadas. Nelas, as pessoas entrevistadas tiveram espaço para discutir e refletir a respeito do feminismo, das relações entre movimentos sociais e instituições do Estado, do funcionamento da rede de atendimento e enfrentamento às violências de gênero, da oferta de serviços e da diversidade de manifestações da violência na cidade do Rio de Janeiro.

4.2.1. Como se articulam as lutas e qual o status da rede de enfrentamento?

Falando em disputas, de um ponto de vista geral a respeito do movimento feminista na cidade, as informações das entrevistas vão de encontro ao dado quantitativo encontrado no Gráfico 11. Apesar de *feminismo* aparecer como o segundo tema mais acionado entre os agentes mapeados, esta quantidade numérica não se desdobra em uma realidade de militância mais forte, mais difundida, mais articulada ou mais ativa. Do ponto de vista de todas as entrevistadas¹¹⁴, há uma percepção geral de esvaziamento do espaço da militância feminista, justificada por motivos tais como fragmentações dentro do movimento, cooptação

¹¹³ Exemplo disso é o Coletivo Piracema, atuante no bairro Santa Cruz, Zona Oeste, e que define seu território como sendo “um bairro periférico e periferizado, com baixo índice de desenvolvimento humano, mas com uma população que cresce a cada dia e que não usufrui das benesses da cidade. No entanto, também somos a cidade”. Aqui há o reconhecimento de que território e cidade são entendidos como coisas diferentes, onde a luta se dá em demonstrar que ambos fazem parte do mesmo ambiente. Trecho citado retirado da página do Facebook do coletivo, disponível em https://www.facebook.com/coletivopiracema/about_details. Acesso em 08 de Junho de 2024.

¹¹⁴ Para fins de caracterização das entrevistadas:

Entrevistada 01 – Mulher cis branca, 60+ anos, militante feminista apartidária, membro de OSCIP e constrói ativismos sociais em outras plataformas de militância (partidárias e não-partidárias) além de atuar em redes organizacionais nacionais e internacionais.

Entrevistada 02 – Mulher cis negra, 40+ anos, servidora pública, estudante de pós-graduação e constrói atividades e serviços públicos em diversos espaços institucionais do Estado e de instituições de pesquisa.

Entrevistada 03 – Mulher cis negra, 30+ anos, militante de partido, atuante em acessoria parlamentar, estudante de pós-graduação e constrói ativismos sociais em diversas outras plataformas (partidárias, não-partidárias, instituições de ensino e pesquisa).

Entrevistada 04 - Mulher cis branca, 30+ anos, militante de partido, atuante em acessoria parlamentar, estudante de pós-graduação, presta serviços de acolhimento para mulheres em situação de violência e constrói ativismos sociais em diversas outras plataformas (partidárias, não-partidárias, instituições de ensino e pesquisa).

Entrevistada 05 - Mulher cis branca, 20+ anos, militante feminista partidária, presta serviços de acolhimento para mulheres em situação de violência.

de discursos ou mesmo a dificuldade de união devido às disputas por hegemonia. Essa sensação fica evidente em algumas falas, tais como:

Entrevistada 01: O feminismo... aliás todos os movimentos sociais, a gente não leva mais muita gente para a rua, essa que é a mais pura verdade.

Entrevistada 02: (...) talvez aquilo que a gente tinha antes, que eram mais as militantes feministas nessa discussão [feminista], e a gente tinha, claro, discussões acaloradas, eu concordo, eu discordo, não é, mas de pessoas que estão dentro da política... hoje a gente tem muito mais gente dentro e que muitas vezes a gente fala “o que que essa pessoa está falando?”¹¹⁵.

Entrevistada 03: Acho que, é verdade, se a gente for comparar com outras pautas, o feminismo ainda avançou muito nos últimos dez anos, claro que o machismo não acabou, a gente ainda vive extremamente o machismo, mas a gente teve um avanço muito forte, no sentido de que as pessoas hoje em dia falam muito sobre o feminismo, como se a gente for pegar dez anos atrás, era palhaçada não sei o que... e assim, ao longo desses dez anos, inclusive, a direita se apropriou do discurso, né, tem aí o PL Mulher com a mulher do Bolsonaro [Michelle] aparecendo na televisão, falando, “vem mulher filie-se”, né, tem uma pauta apropriada por outros campos.

Dentre as justificativas para a sensação de fragmentação, encontra-se a própria pluralidade dos feminismos e a sua dificuldade em reconhecer as diferenças, mas conseguir criar pontos de confluência na luta coletiva. Há uma segmentação em torno das respostas sobre “feminismo” que giram em torno da ideia mais hegemônica do movimento¹¹⁶, que encontra cruzamentos com outras pautas das “mulheres” ou dos “outros feminismos”, como se não houvesse possibilidade de coesão das pautas todas. Há também uma certa clareza a respeito das diferenças entre os feminismos, onde algumas entrevistadas chegam a se autodeclarar “feministas marxistas”, “feministas socialistas”, “feministas negras” ou “feministas comunitárias”, dentre outras.

O ponto mais crítico para a fragmentação se encontra nas diferenças a partir das identidades e subjetividades das mulheres que, ao invés de gerar demanda por maior especialização das políticas públicas e serviços, tem resultado em segmentação das lutas e “bolhas” de ativismos que ocasionalmente se encontram¹¹⁷. Na fala de uma das entrevistadas:

¹¹⁵ Esse autoquestionamento da Entrevistada 02 se refere a uma indignação de todas as entrevistadas. Há uma sensação geral de que a maioria das pessoas envolvidas com o enfrentamento às violências de gênero hoje não sabem o que estão falando/fazendo, ou seja, há uma reivindicação por maior especialização de profissionais do Estado ou mesmo pessoas voluntárias de ONGs para tratar do assunto.

¹¹⁶ Como vimos no capítulo 03, é aquela que caracterizou os movimentos de segunda onda, e que foi bastante criticada pelo universalismo da categoria mulher, e da ausência de interseccionalidade étnico-racial e sexual.

¹¹⁷ Por exemplo, ao entrevistar mulheres negras e ativistas pelo feminismo negro, algumas das demandas de luta prioritárias tem sido pela sobrevivência das mulheres negras, enfrentando a violência policial, pautando a saúde da população negra, demandando a educação e cultura antirracistas. O enfrentamento à violência de gênero muitas vezes se reduz à ideia de “violência

Entrevistada 03: Ao mesmo tempo, eu também vejo que há um esvaziamento do espaço, né, da militância feminista, sinto um esvaziamento muito desse espaço. Acho que tem a questão da apropriação da direita, e eu acho que tem essas diferenças de concepção entre mulheres brancas e mulheres negras, eu acho que essas coisas elas foram esvaziando também o espaço, né, então acho que é um movimento também que é meio dividido, né, meio que se espaça muito, então eu tenho essa percepção assim como enquanto militante, né, de que há esse esvaziamento, apesar de ter tido um avanço nos últimos dez anos, é inegável esse avanço.

A apropriação e banalização de pautas é uma preocupação não somente com o feminismo, mas também com o *antirracismo* – tema que aparece como terceiro tópico no Gráfico 11. Em ambos os casos, algumas das entrevistadas veem os temas como sendo ferozmente apropriados e esvaziados de seu conteúdo político, se transformando em produto. Para uma das entrevistadas, inclusive, o feminismo, o antirracismo e a luta LGBTQIAP+ viraram “oportunidades de mercado”.

As entrevistadas também opinaram a respeito das relações entre organizações, movimentos sociais e as instituições do Estado, em especial aquelas instituições voltadas para a promoção de políticas para as mulheres na cidade (as OPMs). A maioria das entrevistadas relatou conhecer a existência de secretarias de mulheres – em âmbito municipal e estadual – mas também afirmam de forma superficial os trabalhos que estão sendo realizados no âmbito das OPMs, além de destacarem a ausência de relação íntima com as equipes e integrantes das pastas¹¹⁸.

A Entrevistada 01 define o atual momento de relação entre Estado e sociedade civil como um “distanciamento, um marasmo, quase uma indiferença” de ambas as partes. Ela também demonstrou uma profunda insatisfação com as atuais ocupantes das cadeiras de secretária de mulheres do executivo municipal e estadual, justificada pela falta de compromisso político delas com as pautas feministas, das mulheres, e por não fazerem enfrentamentos diretos ao Estado.

Entrevistada 01: (...) não tem nada que seja público, pode haver críticas reservadas, mas publicamente, uma carta pública, um manifesto público etc., contra os governos, não tem de enfrentamento ao governo passado, ao governo retrasado, ao governo atual (...) tem claro nas falas, nos seminários pequenos, essas coisas vão aparecendo, mas não tem essa força, essa movimentação.

Sobre a rede de enfrentamento e/ou atendimento às violências de gênero, a percepção geral é de que ela está em expansão, mas que ainda é pequena e não está

doméstica”, encontrando confluências com o “movimento feminista” em algumas pautas de saúde pelos direitos reprodutivos. Não há uma identificação entre “as lutas das mulheres negras” e o “movimento feminista”, é como se fossem plataformas separadas com alguns pontos de conexão.

¹¹⁸ Essa afirmação só muda para o caso da Entrevistada 02 que é servidora pública municipal e, no momento da entrevista, estava lotada em um dos equipamentos públicos sob responsabilidade da SPM-Rio.

devidamente consolidada. Apesar de o tema do *enfrentamento às violências* ter aparecido como o mais relevante no Gráfico 11, as entrevistas demonstram que há um grande volume numérico de ações e de divulgações do tema, mas que na prática ainda são poucas as políticas públicas concretas. Além disso, todas as entrevistadas concordam que o funcionamento da rede de enfrentamento na cidade do Rio de Janeiro hoje está sendo tocado pelas mãos de poucas mulheres que, comprometidas com a causa e posicionadas em pontos estratégicos, com poucos recursos se desdobram em mil e promovem maior capilarização dos serviços. Na fala de algumas delas:

Entrevistada 04: E aí acaba que são mulheres incríveis que trabalham nessa rede, são mulheres incríveis que trabalham nessa rede. E que se esforçam a mil, se desviram entre 30 e 40 mulheres. Uma vira 30, para cumprir todas as funções que elas estão tentando cumprir. E acabam arrumando muitas coisas no voluntarismo. Então, assim, na verdade, são, na maior parte, são mulheres trabalhando desde uma rede sem a estrutura necessária.

Entrevistada 02: A minha percepção é que ela vem melhorando, mas a gente ainda está falando de uma rede muito reduzida e aí pensando na rede de políticas para as mulheres, né, é uma rede muito pequena, muito reduzida, as pessoas se conhecem pelo nome, para você ter uma noção, né, então é uma rede onde a gente vê que ela precisa crescer muito mais, ela precisa se fortalecer muito mais.

Juntamente com isso, há também o reconhecimento de que há pouco investimento na consolidação das políticas públicas como mecanismos de Estado, o que coloca o funcionamento da rede totalmente dependente do contexto político e de quem está ocupando as cadeiras do executivo. Há também uma dificuldade de funcionamento integrado, em rede, devido às diversas instâncias de poder envolvidas no mesmo território (municipal e estadual). A percepção de algumas entrevistadas é que o funcionamento integrado da rede de serviços municipais e estaduais, também depende diretamente dos interesses e das capacidades técnicas das pessoas ocupantes dos cargos de gestão e coordenação dos equipamentos¹¹⁹. Essa instabilidade gera muitos transtornos, tais como alta rotatividade de pessoal e a constante quebra dos fluxos de atendimento, incorrendo no aumento da vulnerabilização e da revitimização das mulheres que buscam pelos serviços.

Entrevistada 02: (...) como está tudo mudando o tempo todo, porque aí muda o governo, muda todo mundo, muda todo, os fluxos precisam ser sempre repactuados, porque o fluxo que era de dois anos atrás não é mais o mesmo porque as pessoas mudaram, e não tinha nada escrito, é isso.

Outro problema encontrado na rede de enfrentamento é a presença de pessoas com pouca formação no tema e sem nenhum compromisso com a vida das mulheres. No caso de

¹¹⁹ Para as entrevistadas, o bom funcionamento e integração da rede dependem diretamente do comprometimento de gestoras(es) com as pautas feministas, além de uma formação técnica no enfrentamento às violências de gênero e um profundo conhecimento da rede existente.

instituições do Estado, principalmente os serviços de justiça e segurança pública, há um enorme problema em relação à alta rotatividade dos profissionais e ao tratamento dado à violência de gênero como um crime “menor”, que incorre diretamente no distrato das mulheres que buscam por ajuda nesses espaços. Já no caso de organizações da sociedade civil, ONGs e coletivos que têm buscado prestar acolhimento e oferecer serviços gratuitos, há a falta de informação a respeito da legislação, da rede existente, dos fluxos que precisam ser seguidos para direcionamento de cada caso, o que em alguns casos coloca a vida das mulheres em risco ainda maior.

Entrevistada 02: Então assim, é bem complicado quando a gente tem pessoas que não têm informação e que estão na área orientando ou fazendo pela outra pessoa e criando novos problemas para complicar mais ainda a vida daquela pessoa. Então acho que é importante que a rede cresça, mas é importante que a rede cresça também com formação, com discussão e bem articulada.

Questionadas sobre a oferta dos serviços na cidade, as entrevistadas que atuam oferecendo algum tipo de serviço de acolhimento e assistência para mulheres em situação de violência, é unânime a percepção da insuficiência da estrutura existente (formal e informal) e a necessidade de se constituir um serviço multidisciplinar, integrado e atuando em uma rede consolidada. Há também concordância a respeito da insuficiência dos serviços prestados pelo Estado, e da desorganização dos serviços prestados pela sociedade civil, ONGs e coletivos. Para aquelas envolvidas em prestação de serviços a partir da sociedade civil, todas reconhecem que não há uma intenção de substituir o papel do Estado, mas sim de demonstrar os pontos de falha na atuação estatal, e as inúmeras formas com que esse serviço pode ser ofertado, inclusive se adequando às realidades locais e dos distintos grupos.

Entrevistada 05: O Estado não faz o que a gente está fazendo. E a gente vê a necessidade de ter espaços como esse. A gente acha que o Estado deveria ter... Casas de passagem mesmo. E não tem. Inclusive, o Estado tem muito mais condição de manter isso do que a gente. Mas é isso. Se o Estado não faz, a gente faz. A gente não vai deixar de fazer. A gente vai fazer.

Entrevistada 04: O que a gente pretende com isso? Não é simplesmente ocupar um lugar na política pública que a prefeitura deveria oferecer, que o Estado deveria oferecer. A ideia não é tomar... até porque a gente não teria nem condições materiais de fazer isso. (...) O que a gente faz é uma articulação junto com a rede, um encaminhamento para a rede e faz o acompanhamento de como ele está sendo dado dentro da rede. Então, na verdade, a gente não está em nenhum momento concorrendo com nenhum tipo de função que está sendo colocada em outras esferas do Estado. Pelo contrário, a gente está querendo inclusive criar mais um instrumento de fortalecimento dessa rede, de fiscalização dessa rede e até para que a gente possa a partir daí também desenvolver encaminhamentos políticos.

Outro ponto interessante a ser destacado a respeito dos serviços ofertados é o uso da tecnologia¹²⁰ como forma de ampliar a oferta dos serviços, mesmo sem aumento de recursos, aumentando a capacidade de agir diante das urgências e, também, como uma forma de superar as barreiras de acesso colocadas pela própria cidade.

Entrevistada 02: (...) se chega ao ponto do feminicídio é porque a violência já existe há um tempo, então a gente vai vendo que assim, as redes vão existindo, os equipamentos vão começando a se consolidar, as redes sociais ajudam muito... Eu tenho aqui uns 10 grupos de WhatsApp, para as pessoas poderem se comunicar, porque é isso, “ah vou mandar um e-mail”, não dá, é agora, é urgente, a gente tem dez minutos para resolver isso, porque tem que tirar desse entorno, porque em dez minutos talvez não saia mais ninguém nesse lugar, então tem que ser muito rápido, então você tem que ter equipes fortes e boas para poder fazer rede.

Entrevistada 02: Muitas diziam que não voltavam porque não tinham dinheiro. E aí a gente faz também o atendimento remoto, muitas que precisam do atendimento remoto, que consegue entrar no wi-fi de algum lugar, ou tem algum banco de dados para poder fazer, mas muitas falam que não tem como, não tem como deixar meus filhos, não tem creche aqui, não tem como ir com três, quatro crianças, não tem como atravessar a cidade, ou sair daqui de onde eu estou com todo mundo sem chamar atenção de que eu estou indo fazer alguma coisa que sai do *script*.

Para as entrevistadas, a criação destes canais de contato é fundamental para o acolhimento das vítimas pois “elas precisam sentir que não estão sozinhas”.

4.2.2. Quais violências estão sendo enfrentadas?

Durante a realização de toda a pesquisa – desde a revisão bibliográfica até a análise quantitativa dos dados de mapeamento – ficou evidente a importância dada para o enfrentamento às violências de gênero por parte dos agentes mapeados. Vimos no capítulo 03 que, para o movimento feminista brasileiro, o enfrentamento às violências contra a mulher ganhou centralidade na agenda, e adquiriu capilaridade social suficiente para ser visto como problema público e alcançar patamares institucionais, consolidando-se através de legislações internacionais, políticas públicas de estado e equipamentos especializados. Ao mesmo tempo que o tema adentra as agendas institucionais, muito do seu conteúdo político e radical foi diluído, bem como o poder dos movimentos sociais e feministas sobre o assunto foi se perdendo.

Além disso, a pauta adquiriu certo status perante a sociedade brasileira onde é quase unânime no debate público, ou seja, há um certo consenso a respeito da necessidade de o estado e a sociedade agirem para enfrentar a violência contra as mulheres, mas divergem as abordagens. Para Cordeiro:

¹²⁰ atendimentos online, WhatsApp disponível 24h, aplicativos camuflados para pedidos de socorro etc.

(...) a questão da violência contra as mulheres acabou sendo amplamente difundida socialmente – a Lei Maria da Penha, promulgada em 2006 e que contou com ampla participação dos movimentos feministas e de mulheres teve um papel central nisso –, tornando-se quase um ponto de acomodação de interesses de grupos sociais com interesses antagônicos. Dito de outro modo, o enfrentamento à violência contra as mulheres tornou-se a pauta palatável das “terríveis feministas”, a ponto de ser apropriado pela direita (vide Raquel Lyra, Felipe Carreras), pela iniciativa privada (diversas campanhas na Globo, Uber, nas farmácias, em shoppings etc.) e até mesmo por parte do aparato policial (a exemplo da delegada Gleide Ângelo) (CORDEIRO, 2023, p. s.p.).

Dessa forma, o enfrentamento às violências de gênero tem sido disputado - tanto em sua caracterização formal e procedimentos de ação institucional, quanto em seu sentido político – e até mesmo apropriado por setores sociais e políticos que, aparentemente, têm interesses contrários às pautas feministas. No contexto da pesquisa, essas apropriações e disputas apareceram em alguns aspectos levantados durante o trabalho de campo, as vezes se mostrando de forma material, através de cartazes, adesivos e itens informativos com divulgações de agendas e serviços ofertados pelos diversos agentes atuantes na cidade, espalhados por diversos espaços, muitas vezes lado a lado, como no exemplo da foto abaixo (Figura 08), onde encontra-se, no mesmo espaço, cartazes e adesivos de instituições do Estado, figuras do legislativo, coletivos e ONGs atuantes no enfrentamento à violência de gênero no município.

FIGURA 8 – FOTOGRAFIA TIRADA NO PORTÃO DE ENTRADA DA OCUPAÇÃO MANOEL CONGO, NO CENTRO DO RIO DE JANEIRO.



Fonte: Acervo próprio (2023).

Durante a realização do mapeamento e das entrevistas essas disputas também se tornaram visíveis, permitindo vislumbrar a existência de distinções no tipo de violência que está sendo enfrentada (a depender do agente ou instituição) e qual a relação entre o território e a violência de gênero para os agentes que estão incidindo no município.

Para as entrevistadas, há uma percepção generalizada que tem tido um aumento importante na divulgação e discussão do tema da violência - o que encaram como algo bastante positivo, sobretudo para conscientizar e educar a população geral. Também refletem sobre um problema ligado ao surgimento novas ONGs e coletivos buscando atuar na área o que, para elas, está diretamente relacionado com a amplificação das ofertas de financiamento¹²¹ para projetos neste tema, mas que não se especializam, não buscam conhecer a rede e muitas vezes atrapalham mais que ajudam, colocando a vida de pessoas em risco.

¹²¹ Na fala da entrevistada 02: “É claro que com a visibilidade da política, muitos grupos surgiram também com interesses de verbas, de verbas internacionais, de verbas nacionais, de emendas (...)”

Quanto às formas de atuação, identifica-se através dos dados coletados no mapeamento e nas falas das entrevistas que coexistem diversas abordagens no enfrentamento às violências de gênero, que operam de maneira não exclusiva e, muitas vezes, amalgamadas. São essas abordagens:

i) Salvacionistas: se concentra em tentar "salvar" as vítimas da violência através de intervenções diretas e imediatas, muitas vezes sem considerar o contexto mais amplo da situação. Embora bem-intencionada, essa abordagem muitas vezes vem carregada de preconceitos e de tutela das vítimas, rompendo com o princípio do consentimento e da autonomia da pessoa em situação de violência em escolher o caminho que pretende seguir.

ii) Assistencialistas: se concentra principalmente em fornecer assistência imediata e direta às vítimas, muitas vezes sem abordar completamente as causas subjacentes da violência ou implementar medidas preventivas a longo prazo. Essas abordagens muitas vezes estão atreladas, também, ao tratamento da vítima de violência de gênero como "dependente" economicamente, e oferecem saídas pela via do empreendedorismo. Embora essas intervenções sejam importantes para ajudar de forma imediata as vítimas a escaparem de situações de vulnerabilidade, uma abordagem exclusivamente assistencialista pode não ser suficiente para resolver o problema da violência a longo prazo, principalmente porque não oferece subsídio para (re)construção da autonomia e independência da vítima.

iii) Processuais: se concentra em desempenhar as atividades necessárias mediante os procedimentos legais e judiciais para lidar com casos de violência. Embora seja muito importante uma abordagem processual eficiente e eficaz (sobretudo em casos que envolvem a justiça e a polícia), as abordagens processuais tendem a ser pouco acolhedoras e revitimizantes, na medida em que a vítima fica oscilando de porta em porta nos inúmeros organismos que compõem o andamento dos processos.

iv) Emancipadora: busca ir além da simples proteção das vítimas e da punição dos agressores. Ela visa oferecer acolhimento e assistência, aliados à abordagem das causas profundas da violência de gênero, enfatizando a importância da educação política e da conscientização para desafiar as normas culturais que perpetuam a violência. Além disso, busca atrelar as violências às precárias condições materiais do gênero feminino, questionando a falta de habitação, acesso à emprego e renda digna, educação, saúde, creche etc. Essa abordagem visa não apenas proteger as vítimas e responsabilizar os agressores, mas também transformar as estruturas sociais e culturais que sustentam a violência de gênero, capacitando as mulheres a viverem vidas livres de violência e opressão.

Como analisa Cordeiro (2023), a disputa em torno do tema da violência de gênero tornou possível sua dissociação política das pautas feministas pelo fim do patriarcado, sobretudo a partir de agentes que pautam o enfrentamento às violências de forma esvaziada, muitas vezes limitando-se às violências domésticas e familiares, e tratando o fenômeno como sendo da ordem individual, resultando num enfraquecimento da luta, irresolução dos problemas e retrocesso nas parcas conquistas sociais.

Também a partir dos dados coletados, há uma percepção clara acerca da multiplicidade da violência de gênero cometida contra as mulheres, e essa percepção das diferenças se relaciona diretamente com o espectro político dos agentes. Nesse sentido, há um alinhamento entre a perspectiva feminista adotada pelo agente, e a sua percepção acerca das formas assumidas pelo fenômeno da violência de gênero no contexto do Rio de Janeiro. Para as feministas negras, há maior enfoque sobre o peso da violência estatal, institucional e obstétrica sobre os corpos feminizados; Para entrevistadas ligadas ao feminismo mais tradicional – lido como hegemônico –, há enfoque na luta pela descriminalização do aborto, na preocupação com a violência doméstica, no assédio em espaços públicos e de trabalho, na ampliação da oferta e da qualidade de serviços de enfrentamento às violências; Para feministas marxistas e/ou socialistas, há uma concepção mais estrutural da violência, atrelando-a ao sistema de economia capitalista e a realidade material de pobreza e limitações imposta às mulheres; Para agentes e organismos atuantes dentro do Estado¹²², há uma constatação da transformação da tipologia da violência doméstica - antes muito mais lida como física e sexual, agora chegando com maior volume na sua expressão psicológica - sobretudo com relação ao uso de crianças para chantagem e manipulação¹²³, além, também, da preocupação com o alto índice de adoecimento mental das mulheres após a pandemia.

As formas de enfrentamento também são diversas, e variam a depender da posição institucional do agente, da estrutura, do alinhamento político e da perspectiva feminista adotada. Por parte do poder público e das instituições estatais, as violências enfrentadas são aquelas definidas por lei, mas com severas restrições, lacunas e definições de prioridades devido aos baixos recursos, baixa capacidade técnica e/ou pouco interesse político. Mas, para além disso, influências de cunho moral, preconceitos e conservadorismos muitas vezes impedem a atuação dentro do que já está previsto em lei, impedindo avanços

¹²² Esses geralmente não apresentam tão claramente suas posições políticas e alinhamentos, por isso não foi possível categorizar a que “tipo” de feminismo estariam alinhados ou mesmo se estão alinhados a alguma linha do movimento.

¹²³ Muitas das entrevistadas que prestam serviços de acolhimento às vítimas – de dentro e de fora do Estado – manifestaram sua preocupação a respeito da Lei de Alienação Parental, revelando que compreendem essa lei como uma retaliação ao movimento feminista e uma tentativa de enfraquecer a Lei Maria da Penha.

e marcando retrocessos. De toda forma, algumas iniciativas institucionais no sentido de fornecer espaços e recursos que fomentem a criação de laços, trocas e fortalecimento (inter)pessoal, tem sido uma estratégia de ampliar portas de entrada e criar políticas de promoção e acolhimento com poucos recursos. Alguns exemplos dessas iniciativas são as Casas da Mulher Carioca e as Salas da Mulher Cidadã, operadas pela SPM-Rio; o Espaço A.Colher, operado pela mandata da vereadora Luciana Boiteux; e os Centro de Referência para as Mulheres (CRM), operados pela UFRJ.

Por parte das organizações da sociedade civil (ONGs, OSCs e OSCIPs), coletivos e movimentos, as violências enfrentadas são as mais diversas, vislumbradas por diversas frentes e em com ações desenvolvidas em diversos modelos. Essas organizações majoritariamente enfrentam as violências reconhecidas por lei, e algumas colaboram com a rede de enfrentamento (formal ou informalmente). Mas, essas organizações também adotam abordagens conceituais alinhadas com seus propósitos, valores e interesses políticos, oferecendo serviços e ações que ampliam a visão acerca das violências de gênero, compreendendo também as violências urbanas, violências políticas, violência policial, violações de direitos etc. Alguns exemplos são (1) a Casa das Mulheres da Maré, operada pela Redes da Maré, que além de reconhecer as violências definidas por lei, abarca outras formas de manifestação relacionadas à realidade das mulheres do Complexo da Maré¹²⁴, oferecendo assistência e acolhimento especializados; (2) a Casa Almerinda Gama, operada pelo Movimento Olga Benário, que reconhece e enfrenta as violências definidas por lei, oferecendo serviços de assistência jurídica, psicológica, acolhimento e abrigo provisório, mas também tensiona a violência estrutural ao fazer isso ocupando imóveis vazios para criar as casas de acolhimento¹²⁵; (3) a Casa NEM, operada por Indianarae Siqueira, ativiste transvestigênere, que enfrenta as violências de gênero na sua forma de ataque à sexualidade dissidente e às identidades inconformes à norma de gênero, oferecendo abrigo para pessoas LGBTIA+ e, sobretudo, apoio e acolhimento às pessoas transexuais, travestis e transgêneros.

Para os agentes de fora do Estado há o princípio de que uma atuação mais localizada, que compreenda as especificidades das violências a partir das diferenças dos corpos e dos

¹²⁴ Em pesquisa realizada pela Redes da Maré em 2022 sobre enfrentamento à violência urbana de gênero na Maré, há a classificação de 8 tipos de violência: violência de gênero em casa; violência de gênero em espaços públicos; violência armada/conflito urbano; violência racial; estigma da área; violência estrutural; infraestrutura; e violência simbólica. Ver detalhes em Quadro 2, na página 23 do relatório, disponível em https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/RdM_PraticasdeRessistencia202262f54feb2211b.pdf. Acesso em 13 de junho de 2024.

¹²⁵ O Movimento Olga Benário unifica a luta pela moradia com o enfrentamento às violências de gênero, e busca demonstrar que ambos os problemas sociais são resultados de uma mesma raiz, que é o sistema capitalista.

territórios, tem mais chance de efetividade. Mas essa abordagem esbarra na própria limitação do Estado em reconhecer as subjetividades de corpos e territórios sem generalizá-los. Dessa forma, vislumbram-se algumas das distintas formas de reconhecer e promover ações de enfrentamento às violências de gênero, que tensionam a opinião pública e as legislações, colocando um desafio para os organismos do Estado – sobretudo as OPMs – em dar conta das diversas formas de expressão das violências no corpo-território.

4.2.3. Articulação do território e a violência de gênero: estratégias discursivas e práticas

Nos tópicos anteriores foram apontados caminhos para estabelecer uma relação entre as diferentes abordagens do enfrentamento às violências de gênero e as diferenças corporais e territoriais na cidade. Do ponto de vista do campo do planejamento urbano e da gestão pública tradicionais, é possível vislumbrar uma tentativa do Estado – na figura da SPM-Rio – em promover algumas soluções baseadas em dados, criando projetos e adequando os esforços a partir de dados atualizados e georreferenciados¹²⁶. Mas, ainda assim, essas soluções são insuficientes (devido à baixa capacidade e a dificuldade de aferição da capilaridade e alcance dos serviços ofertados) e impermanentes (devido ao próprio status especial da SPM-Rio, que a coloca em situação de fragilidade a depender do governo que assumir o executivo, que pode desconfigurar, desmontar e descontinuar os projetos, assim como já aconteceu anteriormente).

Outro problema é o desenho da política para atuar de maneira articulada e em rede, que se proponha, além de enfrentar dificuldades na cultura setorial e no conservadorismo da gestão pública brasileira, a não considerar o território como uma barreira física e/ou psíquica para o funcionamento da rede. Em termos de políticas públicas de nível nacional, vimos que o Programa Casa da Mulher Brasileira foi o ápice do entrelaçamento entre desenho da rede e consideração da espacialidade, mas o município do Rio de Janeiro não conta com nenhum equipamento CMB ou mesmo similar à sua proposta.

Ainda assim, o território – a cidade, o espaço urbano, o espaço construído – é nitidamente compreendido pelas entrevistadas como um fator importante e que deveria ser considerado em todo o processo de construção de políticas públicas para o enfrentamento às violências de gênero.

Entrevistada 02: Então assim, o direito de cidade, quando a gente pensa, ele é muito amplo, porque a polícia não sobe na comunidade para defender mulher. A ronda e a guarda não sobe (sic) nas comunidades para fazer valer a medida protetiva. O oficial de justiça não sobe nas comunidades

¹²⁶ O principal exemplo disso é o Mapa da Mulher Carioca, dossiê criado em 2021 e anualmente atualizado com dados relevantes e georreferenciados dos assuntos que impactam diretamente a vida das mulheres cariocas.

para levar a medida protetiva, ou para verificar se ela pode pegar os bens e tudo mais. Para eles subir (sic) só com uma operação, aí vai o BOPE junto. Essa mulher nunca vai voltar pra essa comunidade. Essa mulher, eu falo, ela vai ser morta, porque ela “levou todo mundo” [aspas da entrevistada]. E aí o que acontece com essas mulheres que elas não têm direito de sair desse lugar e de conseguir acessar essa cidade.

Entrevistada 04: A gente precisa ter política pública de fato, sabe? E política pública territorializada. Então, assim, o problema hoje da Zona Oeste do Rio de Janeiro é muito grave. A gente está falando de metade da cidade do Rio de Janeiro. A Zona Oeste é, territorialmente, metade da cidade do Rio de Janeiro. Tipo, então, assim, e aí, quando você vai ver o que tem de aparelho pra lá, é totalmente insuficiente, totalmente absurdo, sabe?

Há também um entendimento de que, ao contrário de políticas públicas de saúde, educação e assistência, cujas ações territoriais precisam estar diretamente alinhadas com os dados por demanda, o enfrentamento à violência de gênero é mais complexo. Não basta simplesmente basear-se em índices de violência georreferenciados para orientar a criação de novos equipamentos e ações, pois a complexidade da violência e seu entranhamento nas relações sociais impede que essa relação germine uma política eficiente. Na fala de uma das entrevistadas – que atua em um equipamento público de referência – essa complexidade fica nítida:

Entrevistada 02: Eu acho muito perigoso um CEAM [Centro Especializado de Atendimento à Mulher] dentro de uma comunidade. Eu acho que é impossível trabalhar, porque como é que a gente vai trabalhar dentro da comunidade sabendo que todo mundo está olhando a gente, está (sic) vigiando para saber quem entra, quem sai, o que a gente vai fazer, então está todo mundo em risco, né?

Em primeiro aspecto que muitas das vítimas – quando conseguem forças para romper com o ciclo da violência – preferem procurar ajuda em locais longe da sua casa e vizinhança, por medo, vergonha ou receio de ser constrangida por algum conhecido, reconhecida por alguém ao vê-la adentrado um centro de referência, uma DEAM ou um juizado especializado. Nesse sentido, até que a vítima se sinta fortalecida o suficiente, há uma busca por ajuda em equipamentos localizado em territórios mais “neutros” da cidade, como os das áreas centralizadas, mesmo que existam equipamentos mais próximos da residência. E aí que as barreiras físicas e psíquicas do território se impõem, despontando na forma de dificuldade de acesso por mobilidade urbana, de falta de recursos para o transporte, do horário limitado de funcionamento dos equipamentos, além do receio de andar pela cidade, e os caminhos erráticos no percurso torturante entre sistemas de segurança, saúde, assistência, defensoria etc. percorridos na rota crítica.

Para além do entendimento do território, há também a compreensão de que é necessário especialização com perspectiva interseccional de gênero para realizar qualquer tipo de serviço na rede de enfrentamento, seja de acolhimento ou de atendimento, além de

conhecimento das nuances territoriais que diferenciam o fenômeno da violência. Em algumas das falas das entrevistas e conversas durante o trabalho de campo, ficou nítido que, mesmo com a existência da legislação e das normativas de conduta para lidar com os casos, existem formas diferentes de atuação dos organismos e agentes do Estado a depender do território em que atuam, mas também da origem territorial que o corpo informa¹²⁷.

Entrevistada 02: Nós não moramos no asfalto. Nós não moramos numa área que não é de risco, a gente não pode acessar as políticas públicas de acordo com o que muitas mulheres podem acessar. Então a gente tem que criar estratégias.

Alguns agentes que se mobilizam na incidência por ações de enfrentamento às violências de gênero incorporam o território como um marcador de identidade importante para caracterização das formas de manifestação da violência, bem como de elaboração de estratégias adequadas para lidar com o problema¹²⁸. Dessa maneira, compreende-se que a forma de ler o corpo e território definem, também, as maneiras de agir sobre eles. Algumas dessas distintas formas de leitura do território puderam ser capturadas e elencadas sob as três maneiras abaixo:

i) Território na sua porção jurídico-formal: nesta leitura há o reconhecimento das diferenças territoriais como aspecto importante para adaptação das ações, mas os territórios são compreendidos somente a partir de suas delimitações legais (tais como limite municipal, zonas, regiões metropolitanas, estados etc.) o que permanece limitando à visão controladora por parte do Estado, além de manter uma ideia generalista dos fragmentos de território delimitados já que não entram na leitura as relações interpessoais, construções de subjetividade e de pertencimento por parte das pessoas que vivem naqueles espaços. Esta é uma leitura utilizada majoritariamente por organizações do Estado, sobretudo as de segurança pública, onde as delimitações formais são rigidamente reconhecidas a partir de conceitos que estabelecem o seu funcionamento, tais como “áreas de jurisdição” e “alcance de efetivo”.

¹²⁷ Quando conversei informalmente com militantes de organizações que oferecem serviços de acolhimento, uma na Maré e outra na região do Saara e Uruguaiana, ambas defenderam que as mulheres não procuram os serviços públicos pois não se sentem compreendidas, ou muitas vezes sofrem preconceito. As mulheres da Maré relatam terem suas demandas minimizadas em delegacias e postos policiais, onde agentes da segurança pública relacionam o fato de serem moradoras da Maré a algum envolvimento com o tráfico e o crime organizado, tratando-as como “mulher de bandido”. Já as mulheres do Saara e Uruguaiana muitas vezes são tratadas como contrabandistas e vendedoras ilegais, além de serem violentadas por agentes do Estado e, por isso, não têm suas demandas acolhidas mesmo em delegacias especializadas ou centros de referência.

¹²⁸ Tal como as ações da Redes da Maré sobre as formas de classificar a violência de gênero no Complexo da Maré orientam as estratégias de enfrentamento para a Casa das Mulheres, como são ações diretamente atreladas às condições de vida colocadas para aquelas pessoas naquele território.

ii) Território a partir das diversas divisões do planejamento urbano: nesta leitura há o reconhecimento das limitações jurídico-formais, mas também se reconhecem outras formas de divisão do território, tais como áreas de planejamento, comunidades, favelas, vilas etc., sejam elas formalizadas legalmente ou apenas utilizadas para fins de organização urbana. Mas aqui, há alguns problemas e confusões. Muito do entendimento de territorialização de políticas públicas no âmbito de PUR, ainda não consolidado e conceituado, vem sendo apresentado de diversas maneiras e similar a outros conceitos, tais como georreferenciamento ou cartografia de dados, ou mesmo um reforço da ideia de municipalização. Nesse aspecto, o território é tratado pelas políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero de maneira genérica ou, quando muito, são reconhecidas suas características físicas e materiais sem levar em conta a complexidade social do fenômeno da violência de gênero, a sua própria relação com o território e suas particularidades locais.

iii) Território como categoria de identidade: nesta leitura o reconhecimento do território está diretamente atrelado às pessoas que nele vivem, assim como às relações interpessoais estabelecidas, ao contexto sócio-histórico de formação, aos estereótipos e qualidades cristalizados no imaginário. As divisões político-administrativas, bem como as demais formas de segmentação do território, são ora reconhecidas, ora meramente acionadas de forma amalgamadas às percepções baseadas na vivência, experiência e (re)conhecimento das relações estabelecidas. O território informa as maneiras de manifestação das violências sobre o corpo, assim como o corpo informa a territorialidade, sendo a leitura das violências sobre o corpo uma dessas formas de mapear e reconhecer a territorialidade. Nesse aspecto, o território é tratado pelas ações e propostas como diretamente relacionado aos corpos que nele vivem e habitam, inclusive atrelando-o à subjetividade de tal forma que, em alguns casos, o território passa a ser lido como um marcador da identidade, tal qual gênero, raça, classe, faixa etária etc., e o reconhecimento desta marca de subjetividade torna-se imprescindível para mapear e agir sobre as violências que incidem sobre o corpo.

Do ponto de vista do reconhecimento do território na sua porção jurídico-formal, estão localizados principalmente agentes do Estado. No âmbito dos equipamentos de segurança e justiça especializados, há uma deficiência de delegacias, juizados e centros de referência nos bairros e regiões que contam com os maiores índices históricos de violências e feminicídios, o que é uma grande demanda para boa parte dos agentes que pressionam o poder público para o enfrentamento à violência de gênero no município.

Entrevistada 04: Mas é porque de fato, a Zona Oeste é a maior concentração de feminicídio do Estado do Rio de Janeiro, entendeu? É uma coisa, de fato, surreal. A gente está falando de um lugar que não tem... que isso, não conseguiu abrir uma DEAM, que é um lugar dominado por

milícias... A Ronda Maria da Penha não atende a Zona Oeste. Por quê? Porque lá é território de milícias, as guardas não têm proteção suficiente para fazer essa ronda lá.

Exemplos como a atuação da Ronda Maria da Penha, da Guarda Municipal da Prefeitura do Rio de Janeiro, foi bastante reconhecida na pesquisa de campo pelo seu tratamento especializado, humanista e acolhedor no cumprimento de mandatos, fiscalização de medidas protetivas e outros serviços. Em contrapartida, seu alcance territorial de trabalho está limitado às Zonas Sul, Centro e partes da Zona Norte por falta de estrutura, suporte e efetivo suficientes.

Nas ações institucionais em âmbito local, sobretudo municipal por parte da SPM-Rio, existem esforços de reconhecer o território a partir de fatias menores, adotando leituras das áreas de planejamento, dos bairros, das comunidades etc. Essa leitura possibilita o desenvolvimento de ações e projetos localizados, descentralizados e com lógica de distribuição mais compatível com os dados da demanda¹²⁹, atribuindo a essa estratégia a ideia de territorialização das políticas públicas (TPP) com perspectiva de gênero no âmbito do município do Rio de Janeiro¹³⁰. Ainda assim, nessas leituras, o território não possui poder suficiente para informar e/ou demandar as formas de ler e agir sobre as violências, sendo elas já pré-definidas pelo escopo legal, jurídico e formal determinado pela instituição.

Já as ações que buscam reconhecer o território como categoria de identidade são mobilizadas majoritariamente por coletivos, organizações e movimentos locais, que constroem suas estratégias baseando-se nas demandas e informações construídas pelo cotidiano vivido no território. As ações desenvolvidas na Casa das Mulheres da Maré são atreladas diretamente ao contexto das principais demandas e violências reconhecidas por moradoras do território do Complexo da Maré, assim como as ações de coletivos como a Teia de Solidariedade e as Caboclas nos territórios da Zona Oeste, e os projetos das Mulheres em Ação (MEEA) se desenvolvem em prol das necessidades de mulheres dos Complexos do Alemão, da Penha e da Favela da Galinha. Cada um desses exemplos os agentes constroem suas ações e incidências a partir do território e das manifestações das violências nos corpos, desenvolvendo estratégias específicas às necessidades. Nestes

¹²⁹ Sobre tudo os dados levantados a partir do Mapa da Mulher Carioca.

¹³⁰ Não cabe no escopo deste trabalho o aprofundamento nesta análise, mas nesse ponto existem algumas confusões a respeito do uso do conceito por parte da SPM-Rio quando, por exemplo, o Mapa da Mulher Carioca é entendido como uma forma de TPP, mas em essência trata-se de uma cartografia ou georreferenciamento de dados com perspectiva interseccional de gênero; as Casas da Mulher Carioca podem ser compreendidas como um exemplo de municipalização de uma política pública, no sentido em que foi uma política pública criada baseando-se no escopo das CMB com alguns ajustes a partir das capacidades municipais de aplicar o projeto no âmbito local; e as Salas da Mulher Cidadã podem ser compreendidas como TPP na mesma premissa que o Sistema Único de Saúde (SUS) ou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) entendem a adequação das políticas federais em âmbitos locais como TPP, que seria a efetivação da política em equipamentos atuando na ponta.

casos, há o reconhecimento da inseparabilidade do corpo e do território quando se trata de violência, demonstrando como essa intersecção se reflete nas particularidades das ocorrências, e como essas demandam políticas verdadeiramente capazes de se acoplarem ao território.

Assim como reflete Lorena Cabnal (2019) a partir da proposta epistêmica colocada pelo feminismo comunitário territorial, a leitura do território como identidade é um giro epistêmico que envolve a autonomia para decodificação das opressões e para propor soluções a partir dos corpos indignados, atravessados por múltiplas violências que começam a questionar ações institucionais e mesmo os movimentos sociais hegemônicos – como o feminismo – em busca de romper com as padronizações dos corpos e experiências.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Território é um conceito polissêmico, que vem sendo mobilizado e conceituado por diversas lentes e campos distintos. No âmbito do planejamento urbano, sua definição hegemônica dá ênfase às características materiais e físicas, tanto quanto incorpora as relações sociais e simbólicas estabelecidas sobre elas, dentre elas as relações de dominação e exploração. Para Rogério Haesbaert (2020; 2023) essa concepção está diretamente atravessada pelo que Aníbal Quijano denomina por “colonialidade do saber”, já que a ênfase nas características físicas e escalares do território é uma tradição do pensamento anglo-saxão, que conflita com as epistemologias e saberes do contexto latino-americano.

Nesse sentido, as contribuições e críticas feministas tem sido fundamentais para ampliar a noção do conceito, sobretudo ao incorporar o trabalho reprodutivo e da defesa da vida no centro de importância, abrindo o espaço para o surgimento de categorias político-analíticas que reúnam, novamente, corpo e território. O uso de binômios tais como corpo-território, território-corpo, corpo-terra, corpo-água por parte sobretudo de populações latino-americanas originárias, descendentes de comunidades indígenas, ribeirinhas, caiçaras e quilombolas, no intuito de denunciar as violências sofridas nos corpos e nos territórios devido ao avanço da exploração capitalista, e reivindicar o direito à vida e ao bem viver para todos produzindo saídas a partir de suas próprias cosmovisões.

Mas o enfrentamento às explorações e dominações não parte somente da comunidade para fora, sendo necessário reconhecer também as dominações e opressões de gênero existentes dentro da comunidade. Para Rita Segato (2021) e Lorena Cabnal (2019) isso se trata de compreender que, apesar de o sistema patriarcal ter se fortalecido a partir do seu encontro com a colonização, o capitalismo e o racismo, algumas formas de patriarcado já existiam antes da colonização – o que Segato denomina por patriarcado de alta e baixa intensidade – e essas produzem uma guerra contra os corpos de mulheres e meninas.

Assim, as violências e violações ocorridas no âmbito doméstico ou interno das comunidades, tornam-se difíceis de combater, pois naturalizam-se e amalgamam-se com a cultura, sendo invisíveis como problema aos olhos da sociedade. Da mesma forma, esses corpos são estratégicos em contextos de conflitos por dominação e exploração territorial, sendo mulheres e meninas as principais vítimas dos horrores causados pelos conflitos territoriais. São esses os corpos que sentem direta e indiretamente os efeitos do envenenamento das águas e do solo, da exploração extrativista e do avanço das monoculturas nos campos, assim como da precarização das condições de vida e o aumento

dos preços nas cidades, seja pelo incremento direto da violência urbana, seja pela sobrecarga nos trabalhos de cuidado e reprodução.

A relação estabelecida entre corpo e território permite revelar a relação entre o Estado, a formação das sociedades latino-americanas e o uso da violência como recurso manutenção (e atualização) das estruturas poder e dominação existentes. Por isso autoras e ativistas latino-americanas como Rita Segato, Lorena Cabnal, Verônica Gago e Andayie reconhecem o corpo feminino como um território de batalha, um território disputado e em constante processo de colonização e dominação. Mas apesar disso, esses mesmos contextos têm se tornado o palco do surgimento de potências criativas, através das lutas cotidianas de resistência em favor de uma vida livre de violências, da construção do futuro pautando a centralidade da reprodução social, valorizando laços comunitários, redes de sociabilidade e os bens comuns, e que, a partir dos territórios e das suas relações com eles, inventam novas saídas e incidem na produção de soluções adequadas para sua realidade.

Esta pesquisa se inseriu neste contexto. Ao questionar “como o território participa da construção das políticas públicas de enfrentamento às violências de gênero?” a partir do município do Rio de Janeiro, algumas contribuições e novas questões se colocam. Dessa maneira, se estabelece que a relação entre a violência de gênero e o contexto de formação social do Brasil como país colonizado, baseando suas relações em dominação e exploração, é fundamental para compreensão da complexidade do fenômeno. A utilização do conceito corpo-território possibilita essa interlocução entre as violências advindas do passado colonial, e as violências de gênero nos corpos feminizados. A partir dessa leitura, o território é uma categoria crucial para compreender e elaborar novas perspectivas para compreender e enfrentar às violências aplicadas no corpo.

Nesse sentido, foram levantados diversos agentes envolvidos na formulação de agendas e políticas públicas de gênero e/ou para as mulheres, que também se articulam, incidem e se desdobram sobre diversos outros eixos, revelando pontos importantes para a construção da agenda feminista atual na cidade. Além da diversidade de temas de atenção, as suas estratégias de atuação são diversas, envolvendo técnicas políticas já conhecidas dos movimentos feministas tradicionais – tais como *advocacy*, incidência institucional e pressão pela via internacional – mas também a articulação em rede tecida localmente, a produção de dados, a comunicação e oferta de serviços, utilizando bastante ferramentas digitais como redes sociais e plataformas.

A partir da análise realizada, a pluralidade do movimento feminista fica latente, sendo possível reconhecer diferentes abordagens teóricas, políticas e epistemológicas nos agentes mapeados pela pesquisa. Reconhece-se que a multiplicidade dos feminismos é bastante

positiva no que tange a ampliação das formas de ler os problemas de gênero e produzir estratégias de solução, mas também gera dificuldades para a articulação e o fortalecimento do movimento – entre si e com outros movimentos sociais – demandando por novas estratégias para a realização de costuras políticas que não se embasem na invisibilização de algumas categorias e frentes em detrimento de outras. A fragmentação é um fator apontado como motivador do enfraquecimento e da maior dificuldade de criar espaços para o diálogo, sendo cada vez mais difícil criar pontos de interlocução entre os movimentos.

Apesar das divergências, há o reconhecimento de que as ações do Estado têm sido insuficientes para lidar com a violência de gênero, mas, ao mesmo tempo, este é um espaço que não deve ser abandonado pelos movimentos sociais, que precisam buscar se manter neste espaço e tencioná-lo. Por parte de alguns a sobrevivência e a manutenção da vida coexistem com deslocamentos para estabelecer diálogos com instituições e agentes do Estado agentes - utilizando estratégias similares ao que Rita Segato denomina por manter uma “porta entreaberta” (2021, p. 38) -, aprendendo, compartilhando e obtendo os recursos necessários para *retornar* à sua localidade, *reatando* vínculos, *refazendo* e *reforçando* laços coletivos.

Em termos de agenda, nota-se forte mobilização em torno de diversos temas de atenção, com especial enfoque para o enfrentamento às violências, o feminismo e o antirracismo, seguidos por ações de incidência, fiscalização, e a promoção de empoderamento e liderança. Esses temas não são mobilizados de uma só maneira, sendo eles mesmos disputados, criticados, reformulados e apropriados. Em relação ao feminismo e antirracismo, há uma percepção geral do aumento da participação desses temas nos debates sociais, mas ao mesmo tempo uma preocupação com relação ao seu esvaziamento e banalização, além das preocupações a respeito da fragmentação e da dificuldade de estabelecer pontes.

Sobre o enfrentamento às violências, há um reconhecimento da importância do tema na sociedade brasileira – que alcançou patamar de quase unanimidade perante a opinião pública – ao mesmo tempo em que o investimento do Estado no funcionamento da rede de enfrentamento é inferior ao necessário, revelando baixa capacidade de oferta de serviços que ocasionam a quebra e fragmentação de fluxos de atendimento que acarretam a revitimização. A falta de qualificação de pessoas e profissionais envolvidos no ciclo de acolhimento e assistência às vítimas também é um problema, juntamente com os entraves de ordem política colocados para o funcionamento intersetorial e em rede.

Mesmo diante da ineficiência do Estado em prover adequadamente os serviços previstos em lei, há um grande esforço por parte de mulheres – em sua grande maioria –

que, posicionadas estrategicamente em cargos, instituições e postos de relevância, movimentam os pouquíssimos recursos disponíveis para promover maior capilaridade dos serviços, prestar acolhimento e assistência digna às mulheres da cidade. O uso de ferramentas digitais é parte dessa realidade onde, diante da escassez de recursos, equipamentos e serviços, o ambiente virtual se torna uma forma de aumentar a capacidade de agir diante das urgências.

Por um outro lado, essa insuficiência do Estado tem deixado brechas e espaços vazios no enfrentamento às violências de gênero, que vem sendo ocupadas por agentes diversos, a partir de ofertas de serviços, promoção de políticas, ações e incidências nas mais variadas frentes, que disputam pelo tema da violência de gênero, em seu sentido, formas de abordagem e maneiras de enfrentar. É notável a existência de distinções no tipo de violência que está sendo enfrentada – leia-se reconhecida como digna de atenção política e pública – a depender do agente e o seu alinhamento político, tornado possível identificar diversas abordagens de enfrentamento às violências de gênero, que coexistem, muitas vezes se amalgamam e operam de maneira não exclusiva, sendo essas as abordagens (i) salvacionistas; (ii) assistencialistas; (iii) processuais; e (iv) emancipadoras.

O caráter de unanimidade da opinião pública da sociedade sobre a necessidade de enfrentar a violência de gênero reflete em um cenário de disputa do tema, que foi evidenciado pela pesquisa. Essa disputa se revela através de apropriações, caracterizações, formas de ação e práticas dos mais distintos campos políticos e sociais – até mesmo aqueles que possuem interesses contrários às demandas feministas. Verifica-se que existem distintas formas de reconhecer e de enfrentar as violências de gênero, que variam a depender da posição institucional, do tipo de organização, do alinhamento político e da perspectiva feminista adotada pelo agente.

O cerne da questão colocada pelo trabalho – as possíveis articulações entre corpo, território e violência de gênero – revelam a existência de algumas estratégias discursivas e práticas desenvolvidas pelos agentes para reconhecer problemas e propor soluções. Uma das constatações mais importantes encontradas na pesquisa trata-se do reconhecimento, por parte de agentes envolvidos com a prestação de serviços de acolhimento e assistência às vítimas de violência, da relevância do território e o seu impacto na eficiência das políticas públicas desenvolvidas para o enfrentamento às violências, compreendendo que este é um componente imprescindível e que deve ser considerado em todo o processo de formulação das agendas, planos e políticas. O território – a cidade, o meio urbano ou rural, o ambiente construído – é a base onde acontecem os percursos da rota crítica, é a via por onde se desenvolvem os percursos dos fluxos de atendimento, e é o cenário onde ocorre a revitimização. As barreiras de mobilidade e acesso, as segregações espaciais e as

desigualdades territoriais adicionam ainda mais camadas de dificuldades para o pleno funcionamento do atendimento em rede. Compreende-se também que a complexidade do fenômeno da violência de gênero impede que as ações sejam tratadas meramente por dados georreferenciados ou por demanda localizada já que, em muitos casos, a proximidade do equipamento especializado com o local de moradia das vítimas nem sempre gera resultados positivos devido às ameaças, perseguições e vigilância por parte dos violadores ou mesmo membros da própria vizinhança. Dessa forma que o território precisa ser incorporado às políticas públicas de uma maneira ativa e acoplada às distintas realidades locais, permitindo a territorialização de forma que seja possível operar com os territórios “de forma a favorecer a implementação do que se espera de uma política” (LOTTA e FAVARETO, 2022, p. 23).

Em outro aspecto, o território aparece como uma categoria crucial para compreender e elaborar novas formas de leitura e enfrentamento às violências de gênero, ou seja, há também a necessidade de reconhecimento as nuances e atravessamentos da violência com e pelo corpo. Compreende-se, através da pesquisa, que a forma de ler o corpo e território definem, também, as maneiras de agir sobre eles, possibilitando elencar três distintas formas de leitura do território que estão sendo feitas por parte dos agentes mapeados, sendo elas (i) território na sua porção jurídico-formal; (ii) território a partir das diversas divisões do planejamento urbano; e (iii) território como categoria de identidade.

Considerando que a pesquisa não tem como objetivo principal dar resposta a uma hipótese - mas sim questionar a validade do pressuposto acerca da relação entre a ausência de incorporação do território e a ineficiência das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero -, consideramos que os resultados e evidências levantados pelo trabalho reiteram a relevância do questionamento, sobretudo quando considerada a categoria do corpo-território. Evidencia-se, por fim, que a incorporação do entendimento do território como corpo e do corpo como território, permite ampliar as lentes de leitura do fenômeno da violência, bem como trazer à luz componentes fundamentais para elaboração de estratégias para o seu enfrentamento.

REFERÊNCIAS

- AGUIÃO, S. Quais políticas, quais sujeitos? Sentidos da promoção da igualdade de gênero no Brasil (2013-2015). **cadernos pagu**, v. 51, n. e175107, 2017.
- ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **cadernos pagu**, janeiro-junho 2014. 13-56.
- ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **Feminismo no Brasil: memórias de quem fez acontecer**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.
- anahata, j. A binariedade é uma arma colonial. **Revista Cult**, São Paulo, v. 27, n. 304, p. 32-36, Abril 2024. ISSN 1414707-6.
- ANDAIYE. **O importante é transformar o mundo: textos escolhidos de Andayie**. 1ª. ed. São Paulo: Funilaria, 2022.
- ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: HOLLANDA, H. B. D. **Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e Contexto**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 293-313.
- BANDEIRA, L. M.; ALMEIDA, T. M. C. D. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. **Revista do Ceam**, v. 2, n. 1, p. 35-46, jan/jun 2013.
- BANDEIRA, L. M.; ALMEIDA, T. M. C. D. Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 501-517, maio/agosto 2015.
- BANDEIRA, L.; MELO, H. P. D. **Tempos e memórias: movimento feminista do Brasil**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.
- BARRANCOS, D. **História dos feminismos na América Latina**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.
- BARSTED, L. L. O feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil. In: SARDENBERG, C. M. B.; TAVARES, M. S. (). **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento**. Salvador: EDUFBA, v. Coleção Bahianas, 19, 2016. p. 17-40.
- BERNARDES, M. N. Racializando o feminicídio e a violência de gênero: reflexões sobre a experiência brasileira. **Anais de Seminários | Gênero e Direito: Desafios para a Despatriarcalização do Sistema de Justiça da América Latina**, Rio de Janeiro, p. 163-194, 2018.
- BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BITTENCOURT, J. A recuperação do corpo como território de defesa. **GENI**, 28 Outubro 2015. Disponível em: <<https://revistageni.org/10/a-recuperacao-do-corpo-como-territorio-de-defesa/>>. Acesso em: 2 Junho 2023.

BOHN, S. R. Feminismo estatal sob a presidência Lula: o caso da Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Revista Debates: Dossiê Anos Lula**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 81-106, jul/dez 2010.

BOURDIEU, P. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papius, 1996. Cap. 4, p. 91-136.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 20ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022 [1998].

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2004.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e dá outras providências**, Brasília, DF, 7 ago 2006.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e dá outras providências**, Brasília, DF, 7 ago 2006a.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2008.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, p. 24. 2006.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, p. 24. 2006b.

BRASIL. SPM. **Programa Mulher, Viver Sem violência: Diretrizes gerais de protocolo e atendimento**. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, DF, p. 64. 2015.

CABNAL, L. Acercamiento a la construcción y la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: _____ **Feminismos diversos: el feminismo comunitario**. Madrid: ACSUR-Las Segovias, 2010. p. 11-27.

CABNAL, L. Humus - Capítulo 2. Lorena Cabnal: El cuerpo como territorio de defensa | La tinta. **La tinta**, 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gOkbzksSakQ&t=15s>>. Acesso em: 23 Junho 2024.

CABRAL, M. W. D. F. C. G.; GIRUNDI, A. C. M. A. Planejamento urbano com responsabilidade de gênero: a Casa de Referência da Mulher e movimento de mulheres na cidade de Belo Horizonte. In: LUCIANA BOITEUX, P. C. M. L. B. **Gênero, feminismos e sistemas de Justiça: discussões interseccionais**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018. Cap. Parte VI, p. 1024-1042.

CABRAL, M. W.; MACEDO, L. D. S. L. Os feminismos como (des)construção dos Direitos Humanos: a importância de filósofas modernas na resistência ao iluminismo misógino. **Fronteiras & Debates**, Macapá, 7, n. 2, jul/dez 2020. 113-125.

CALIÓ, S. A. **Relações de gênero na cidade: uma contribuição do pensamento feminista à geografia urbana.** Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo. São Paulo. 1991.

CAMPBELL, S.; FAINSTEIN, S. **Readings in planning theory.** 1. ed. Massachusetts: Blackwell Publishers Inc, 1996.

CAMPOS, C. H. D.; BERNARDES, M. N. Violência contra as mulheres, reação violenta ao gênero e ideologia de gênero familista. **Revista civilistica.com**, v. 8, n. 1, p. 1-19, Abril 2019.

CAMPOS, C. H. D.; BERNARDES, M. N. Ideologia de gênero e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 3, p. 1-13, 2022.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, H. B. D. **Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e Contexto.** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 237-256.

CASTRO, I. E. D.; GOMES, P. C. D. C.; CORRÊA, R. L. (). **Geografia: Conceitos e Temas.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CIDH/OEA. COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS/ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Relatório n. 54/01, Caso 12.051, Maria da Penha Maia Fernandes**, 2001. Disponível em: <<https://www.cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm>>. Acesso em: 25 Julho 2023.

CITY OF VIENNA. **Manual: Gender Mainstreaming in Urban Planning and Urban Development.** Urban Development. Vienna, p. 104. 2013.

CORDEIRO, N. Violência contra as mulheres: Resgate histórico do enfrentamento. **SOS Corpo: Instituto Feminista para a Democracia**, 20 Março 2023. Disponível em: <<https://soscorpo.org/?p=17341>>. Acesso em: 22 Março 2023.

CURIEL, O. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, H. B. D. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 121-138.

DAVIS, A. **Mulheres, cultura e política.** 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DIAS, M. O. L. D. S. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. In: HOLANDA, H. B. D. **Pensamento feminista brasileiro: contexto e formação.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 357-369.

DIAS, R. C.; SEIXAS, P. C. Territorialização de políticas públicas, processo ou abordagem? **Revista Portuguesa de Estudos Regionais**, v. 55, p. 47-60, Novembro 2019.

DIAS, R. C.; SEIXAS, P. C. Territorialização de políticas públicas, processo ou abordagem? **Revista Portuguesa de Estudos Regionai**, v. 55, p. 47-60, Novembro 2019.

DORLIN, E. **Sexo, gênero e sexualidades: introdução à teoria feminista.** Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Crocodilo / Ubu editora, 2021.

DUARTE, C. L. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, H. B. D. **Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e Contexto.** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 25-47.

FAINSTEIN, S.; CAMPBELL, S. Part V: A discussion on gender. In: _____ **Readings in planning theory**. 1ª. ed. Londres: Blackwell, 1996. Cap. 5, p. 445-474.

FAINSTEIN, S.; SERVON, L. **Gender and planning: a reader**. New Jersey: Rutgers University Press, 2005.

FALQUET, J. Três questões aos movimentos sociais “progressistas”: contribuições. **Lutas & Resistências**, Londrina, v. 1, p. 212-225, 2006.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, jan/abr 2004. 47-71.

FAVARETO, A.; LOTTA, G. A longa evolução das ideias sobre Estado, políticas públicas e territórios – para além das políticas e abordagens territorialmente cegas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, n. 1, p. 1-29, 2022.

FBSP. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 4ª. ed. [S.l.]: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 1ª. ed. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. 1ª. ed. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, S. Sobre feminismos e vertentes | 042. **Tese Onze**, 2 Março 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=08A7PD-frxo>>. Acesso em: 29 Abril 2023.

FOUCAULT, M. Aula de 17 de Março de 1976. In: FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade: Curso Collège de France (1975-1976)**. 4ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1999]. p. 285-315.

FREITAS, C. A. D. O. Estudos feministas sobre a questão urbana: abordagens e críticas. **Anais XVIII Enanpur**, Natal, maio 2019.

GAGO, V. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.

GOMES, G. H. H. F. **Casa da Mulher: Centro de Referência Rosa Cabinda**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 2018.

GOMES, G. H. H. F. Territorialização de políticas públicas com perspectiva de gênero: Análise do Programa Casa da Mulher Brasileira. **Anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas**, Belo Horizonte, v. ST 4 - Gênero, Políticas Públicas e Divisão Sexual do Trabalho, n. 5, p. 1-22, Setembro 2023.

GOMES, G. H. H. F.; CURY, M. D. A. Perspectiva de gênero como categoria de análise urbana: um estudo sobre a implantação da casa da mulher de Juiz de Fora. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico | RBDU**, Belo Horizonte, 2020. 133-149.

GONZAGA, T. D. O. **A cidade e a arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo. São Paulo. 2004.

GONZAGA, T. D. O. **A cidade e a arquitetura também mulher**: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero. 1ª. ed. São Paulo: Annablume, 2011.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, H. B. D. **Pensamento Feminista Brasileiro**: Formação e Contexto. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 237-256.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, H. B. D. **Pensamento feminista**: perspectivas decoloniais. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 39-51.

GONZALEZ, M. Quarta onda do feminismo é tipicamente latino-americana, diz fundadora do Ni Una Menos. **Revista Cult**, 2017. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/quarta-onda-feminismo-latino-americana/>>. Acesso em: 5 Maio 2024.

HAESBAERT, R. Definindo Território para entender a Desterritorialização. In: HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. Cap. 2, p. 35-98.

HAESBAERT, R. Novas territorialidades. **Geografia na contemporaneidade**, Julho 2009. Disponível em: <<https://vimeo.com/8546062>>. Acesso em: 24 Julho 2023.

HAESBAERT, R. Do corpo-território ao território-corpo (da Terra): Contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, Niterói, v. 22, n. 48, p. 75-90, Junho 2020. ISSN ISSN 15177793 (eletrônico).

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na "América Latina". 1ª. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires; Niterói: CLACSO; PPGeo-UFF, 2021.

HAESBAERT, R. A 'corporificação' natural do território: do terricídio à multiterritorialidade da terra. In: (ORG.) SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; JUNIOR, A. B. C. **Corpos e Geografia**: expressões de espaços encarnados. Ponta Grossa: Todapalavra, 2023. p. 133-160.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: HOLLANDA, H. B. D. **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 95-118.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, set/dez 2019.

HERNÁNDEZ, D. T. C.; JIMENÉZ, M. B. **Corpos, territórios e feminismos**: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. Tradução de Joana Emmerick Seabra; Joana Salém Vasconcelos, et al. 1ª. ed. São Paulo: Elefante, 2023.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 135, p. 595-609, set/dez 2007.

hooks, b. **Teoria feminista**: da margem ao centro. 1ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

hooks, b. **O feminismo é pra todo mundo**: políticas arrebatadoras. 19ª. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública**: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Tradução de Francisco G. Heidermann. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IBAM. **Introdução ao planejamento para o gênero**: um guia prático. Rio de Janeiro: IBAM : Fundação Ford, 1997.

ISIDORO, R.; HERDY, G. Boletim IPPUR. **Gênero e Planejamento Urbano e Regional**: perspectivas de integração, 29 Março 2023. Disponível em: <<https://ippur.ufrj.br/genero-e-planejamento-urbano-e-regional-perspectivas-de-integracao/>>. Acesso em: 26 Fevereiro 2024.

JACOBIN BRASIL. Andaiye: O cuidado como projeto de Sul global. **OutrasMídias**: história e memória, 1 Junho 2023. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/andaiye-o-cuidado-como-projeto-de-sul-global/>>. Acesso em: 19 Junho 2023.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. 3ª. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011 [1961].

LEÃO, L. R. Urbanismo feminista: conceito agregador e decolonial a partir de análise bibliométrica dos estudos de gênero e cidades. **Anais XX ENANPUR | ST 12: Gênero, etnia e diversidade no campo e na cidade**, Belém, Maio 2022.

LOTTA, G.; FAVARETO, A. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, p. 49-65, Março 2016.

LOTTA, G.; FAVARETO, A. A longa evolução das ideias sobre Estado, políticas públicas e território - para além das políticas e abordagens territorialmente cegas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, n. 202229, p. 1-29, 2022. ISSN <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202229>.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. B. D. **Pensamento Feminista Hoje**: Perspectivas Decoloniais. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

MARTINEZ, F. J. Militantes e radicais da quarta onda: o feminismo na era digital. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29 , n. 3, e70177, p. 1-14, 2021.

MARTINS, A. P. A.; ARAÚJO, R. M. D. Política intersetorial de atendimento às mulheres em situação de violência: análise da implementação da Casa da Mulher Brasileira. **NAU Social**, v. 10, n. 19, p. 51-63, Nov 2019 / Abr 2020.

MELLO, A. R. D. (. **Anais de Seminários**: Seminário Internacional Gênero e Direito - Desafios para a Despatriarcalização do Sistema de Justiça da América Latina. Rio de Janeiro: EMERJ, 2018.

MOMM, S. et al. Violência de gênero e o campo do planejamento e estudos territoriais: um retrato sobre a violência contra as mulheres no município de São Paulo durante o primeiro ano da pandemia de COVID-19. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 15, n. e20210384, p. 1-18, 2023.

MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. **Política e arquitetura**: por um urbanismo do comum e ecofeminista. São Paulo: Olhares, 2021.

MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. M. **Arquitetura e política**: ensaios para mundos alternativos. Tradução de Frederico Bonaldo. 1ª. ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MONTEBELLO, M. A proteção internacional dos direitos da mulher. **Revista da EMERJ**, v. 3, n. 11, p. 155-170, 2000.

MONTEIRO, P. G. A guerra dos homens e a vida das mulheres. As interfaces entre planejamento urbano, violência contra a mulher e segurança pública no Rio de Janeiro, Brasil. **RBEUR | Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 23, n. 202131, p. 1-28, 2021.

MOTA, L. R. P.; COTA, D. A. Ocupação urbana e enfrentamento à violência contra as mulheres. **Cidades, Comunidades e Territórios**, v. 44, p. 196-211, Junho 2022.

MPF. **Cartilha| Violência política de gênero é crime**: saiba como reconhecer e denunciar essa prática. Brasília: Ministério Público Federal, 2022.

MUXÍ, Z. M. **Mujeres, casas y ciudades**: más alla del umbral. 1ª. ed. Barcelona: dpr-barcelona, 2018.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Semana 8M: Perspectivas para integração.

Observatório das Metrópoles, 2023. Disponível em:

<<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/semana-8m-perspectivas-de-integracao/>>.

Acesso em: 26 Fevereiro 2024.

OLIVA, V. F. Do corpo-espaço ao corpo-território: o que a Geografia Feminista tem a dizer? **Ensaio de Geografia**, Niterói, v. 8, n. 17, p. 165-187, Julho 2022.

OLIVEIRA, A. C. D. C. D. Agendas de gênero nas políticas públicas do Brasil (1980-1960). **Revista Feminismos**, v. 5, n. 2 e 3, p. 40-54, Mai-Dez 2017.

OLLIVEIRA, C.; DIAS, T. Marielle foi morta para que Brazão conseguisse aprovar PL de grilagem de terras na Zona Oeste do Rio. **The Intercept Brasil**, 24 Março 2024. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2024/03/24/marielle-foi-morta-para-que-brazao-conseguisse-aprovar-pl-de-grilagem-de-terras-na-zona-oeste-do-rio/>>. Acesso em: 28 Abril 2024.

ONU. **Gender Mainstreaming: an overview**. Office of the Special Adviser on Gender Issues. Nova York, p. 38. 2002.

ONU MULHERES. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre as Mulheres**. INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS DAS MULHERES. Conferência de Pequim, p. 148-258. 1995.

PAREDES, J. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. In: HOLANDA, H. B. D. **Pensamento Feminista Hoje**: Perspectivas Decoloniais. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 194-204.

PASINATO, W. Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para aplicação da Lei Maria da Penha. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 407-428, Jul-Dez 2015.

PERFEITO, L.; PENA, M.; HRIHOROWITSCH, V. A trajetória do urbanismo com perspectiva de gênero: uma análise da produção acadêmica entre 2009 e 2019. **XII SIIU | Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo, São Paulo-Lisboa, 2020**, São Paulo: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2020.

PERFEITO, L.; PENA, M.; HRIHOROWITSCH, V. **A trajetória do urbanismo com perspectiva de gênero**: Uma análise da produção acadêmica entre 2009 e 2019. XII SIIU - Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo. São Paulo - Lisboa: [s.n.]. 2020.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, Junho 2010.

PITANGUY, J. A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o futuro. In: HOLLANDA, H. B. D. **Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e Contexto**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 81-96.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola. **Polis**, v. 41, p. 1-12, Setembro 2015.

POSTIGO, E. L. G. A construção social das favelas no Rio de Janeiro (Brasil) como territórios de violência. **URVIO | Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad**, Quito, v. 15, p. 113-125, Dezembro 2014.

QUEIRÓS, M. Políticas Públicas para a Igualdade: Uma reflexão a partir do Guia para o combate à discriminação nos municípios. **Revista ex æquo**, Lisboa, n. 25, p. 137-148, 2012.

QUEIRÓS, M. Planear e ordenar o território com perspectiva de género: uma oportunidade para consagrar espaço à sombra? In: (COORD.) JUÁREZ, M. V. S., et al. **Desafíos de la ordenación territorial, planeación integral y gobernanza en Iberoamérica en el siglo XXI**. 1ª. ed. Toluca: Universidad Autónoma del Estado de México, 2020. p. 135-153.

QUEIRÓS, M.; BIRRENTTO, M. Territorialização das políticas de igualdade de género: das orientações de política nacional à intervenção municipal em Portugal. In: (ORG) QUEIRÓS, M.; LOURO, A.; MACIEL, P. **IV RIDOT: O desafio do planeamento e observação territorial nos países Ibero-americanos para o século XXI: dinâmicas, processos, experiências e propostas**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 2016. Cap. 3, p. 175-188.

QUEIRÓS, M.; BIRRENTTO, M. Territorialização das políticas de igualdade de género: das orientações de política nacional à intervenção municipal em Portugal. In: (ORG) QUEIRÓS, M.; LOURO, A.; MACIEL, P. **O desafio do planeamento e observação territorial nos países Ibero-americanos para o século XXI: dinâmicas, processos, experiências e propostas**. Lisboa: IV WORKSHOP | REDE IBEROAMERICANA DE OBSERVAÇÃO TERRITORIAL, 2016. p. 175-188.

RAGO, M. Epistemologia feminista, género e história. In: HOLLANDA, H. B. D. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 371-387.

REDES DA MARÉ. **Violências, corpo e território: sobre a vida de mulheres da Maré**. Rio de Janeiro: Cardiff University; University of Warwick; ESS - UFRJ, 2023.

SAFFIOTI, H. **Gênero patriarcado violência**. 2ª. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, H. I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 82-91, 1999.

SANDERCOCK, L. **Making the invisible visible: a multicultural planning history**. Los Angeles: University of California Press, 1998.

SANDERCOCK, L.; FORSYTH, A. A gender agenda: new directions for planning theory. **Journal of the American Planning Association**, Chicago, v. 58, n. 1, p. 49-59, Winter 1992.

SANTORO, P. F. **Gênero e planejamento territorial**: uma aproximação. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu: [s.n.]. 2008. p. 1-16.

SANTOS, M. G. O Feminismo na história: suas ondas e desafios epistemológicos. In: (ORG) BORGES, M. D. L.; TIBURI, M. **Filosofia**: Machismos e Feminismos. Florianópolis: Editora UFSC, 2014. p. 130-162.

SCHEFLER, M. D. L. N. Território e gênero: territorialidades ausentes. In: (ORG.) RODRIGUES, C., et al. **Territorialidades**: dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres. Salvador: EDUFBA/NEIM, v. Bahianas, 21, 2018. Cap. 1, p. 23-82.

SCHERER-WARREN, I. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, n. 1, p. 18-27, 2010.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, H. B. D. **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49-81.

SEGATO, R. **Crítica da colonialidade em oito ensaios**: e uma antropologia por demanda. Tradução de Danú Gontijo e Danielli Jatobá. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SEGATO, R. **Cenas de um pensamento incômodo**: gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

SEGATO, R. L. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 265-285, maio/agosto 2005.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES**, Coimbra, v. 18, p. 106-131, Dezembro 2012.

SILVA, D. F. D. Ninguém: direito, racialidade e violência. **Meritum**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 67-117, jan/jun 2014.

SILVA, J. M. D.; CESAR, T. R. A. D. O.; PINTO, V. A. M. Gênero e Geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. **Revista Anpege**, v. 11, n. 15, p. 185-200, jan-jun 2015.

SILVA, J. M. et al. Apresentação das jornadas sobre corpos na Geografia brasileira: trilhas equivocadas, rumos encontrados e nossas perpétuas provocações. In: (ORG.) SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; JUNIOR, A. B. C. **Corpos e Geografia**: expressões de espaços encarnados. Ponta Grossa: Todapalavra, 2023. p. 17-41.

SOARES, J. D. S. Violência contra mulheres: a realidade interseccional dos territórios. **Anais XX ENANPUR | Sessão Temática 12: Gênero, etnia e diversidade no campo e na cidade**, Belém, Maio 2023.

SOF SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Gênero nas políticas públicas**: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista. São Paulo: SOF, 2000.

SPM. **Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher**. Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres / Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República, 2011.

SPM-RIO. **Relatório de Gestão SPM-Rio: Rio, uma cidade referência na equidade de gênero!** Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 53. 2022.

TAVARES, R. B.; RAMOS, D. H. **Feminismurbana**: um projeto teórico político. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.

TOKARSKI, C. P. et al. De política pública à ideologia de gênero: o processo de (des)institucionalização das políticas para as mulheres de 2003 à 2020. In: EDITORES: GOMIDE, A. D. Á.; SILVA, M. M. D. S. E.; LEOPOLDI, M. A. **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016 - 2022)**. Brasília: IPEA ; INCT/PPED, 2023. Cap. 11, p. 321-356.

VERGÈS, F. **Uma teoria feminista da violência**: por uma política antirracista da proteção. São Paulo: Ubu, 2021.

VIANNA, A.; LOWENKRON, L. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **cadernos pagu**, Dossiê Gênero e Estado: Formas de gestão, práticas e representações, v. 51, n. e175107, p. 1-61, 2017.

VILLAGRÁN, P. S. Patriarcado y orden urbano. Nuevas y viejas formas de dominación de género em la ciudad. **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**, v. 19, n. 42, p. 199-214, jan-jun 2014.

VILLAGRÁN, P. S. Hacia la construcción de unas geografías de género de la ciudad. Formas plurales de habitar y significar los espacios urbanos en Latinoamérica. **Revista Perspectiva Geográfica**, v. 23, n. 2, p. 13-31, julio-diciembre 2018.

VIOTTI, M. L. R. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher - Pequim, 1995**. SPM. Brasília. 2006.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015**: Homicídios de mulheres no Brasil. 1ª. ed. Brasília: Flacso Brasil, 2015.

WEBER, M. Os três tipos puros de dominação legítima. In: (ORG.), G. C. **Weber. Sociologia**. São Paulo: Ática, 1997. p. 128-141.

APÊNDICES

Apêndice 01 – Questionário semi-estruturado para agentes institucionalizados (de dentro do Estado)

QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO (ATUAÇÃO INSTITUCIONAL)

ESTA PESQUISA ESTÁ SENDO DESENVOLVIDA E APLICADA PELA MESTRANDA GLAUCY HELLEN HERDY FERREIRA GOMES, REGULARMENTE INSCRITA NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (IPPUR/URFRJ). A PESQUISA ESTÁ APROVADA NO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE (CEP-UFRJ) SOB NÚMERO CAAE 69133323.3.0000.5582, E ESTÁ COMPROMETIDA COM TODOS OS CRITÉRIOS DE ÉTICA, EM ESPECIAL AQUELES ENVOLVENDO A SEGURANÇA DO ANONIMATO, A GARANTIA DA DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO A QUALQUER MOMENTO E A AVALIAÇÃO DE RISCOS E BENEFÍCIOS DE PARTICIPAÇÃO.

A SUA PARTICIPAÇÃO NESTA PESQUISA É DESEJADA, MAS NÃO OBRIGATÓRIA. VOCÊ PODE DESISTIR DA PARTICIPAÇÃO A QUALQUER MOMENTO. NÃO HÁ ENVOLVIMENTO DE RECURSOS FINANCEIRO OU BENEFÍCIOS INDIVIDUAIS PARA PARTICIPAÇÃO. A COLETA DE QUAISQUER DADOS SENSÍVEIS À IDENTIFICAÇÃO DA PARTICIPANTE, SERÃO COLETADOS APENAS PARA FINS DE SISTEMATIZAÇÃO INTERNA DA PESQUISADORA, SEM FINALIDADE DE DIVULGAÇÃO OU MENÇÃO NA PESQUISA. OS DADOS COLETADOS NESTA PESQUISA DESTINAM-SE ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE PARA FINS DE PRODUÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS DA PESQUISADORA, NO ÂMBITO DO PROJETO DE PESQUISA APROVADO PELO CEP-UFRJ. A PESQUISADORA É RESPONSÁVEL POR ARMAZENAR CORRETAMENTE E GARANTIR A SEGURANÇA DOS DADOS COLETADOS.

DÚVIDAS OU INFORMAÇÕES, ENTRE EM CONTATO: GLAUCYHERDY@GMAIL.COM

BLOCO 1: CARACTERIZAÇÃO DA ENTREVISTADA

NOME	FORMAÇÃO	POSIÇÃO/CARGO
------	----------	---------------

CONTE UM POUCO A SUA TRAJETÓRIA RELATIVA AO TRABALHO COM ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

SUA EXPERIÊNCIA (PESSOAL, PROFISSIONAL E/OU POLÍTICA) COLABORA PARA SUA ATUAÇÃO HOJE? COMO?

ACHA QUE SUA ORIGEM OU VIVÊNCIA TERRITORIAL TEM IMPACTO NA SUA ATUAÇÃO? COMO?

BLOCO 2: ATUAÇÃO/CONHECIMENTO SOBRE O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

HÁ QUANTO TEMPO ATUA/TRABALHA NO TEMA?

JÁ PASSOU POR OUTRAS INSTITUIÇÕES? QUAIS? (EX.: COLETIVOS, ONGS, PARTIDOS, PODER PÚBLICO, PESQUISA...)

PELA SUA EXPERIÊNCIA, QUAL A PERCEPÇÃO SOBRE O FUNCIONAMENTO DA REDE DE ENFRENTAMENTO DA CIDADE?

TEM CONHECIMENTO DE OUTRAS ORGANIZAÇÕES QUE OFEREÇAM SERVIÇOS COMPLEMENTARES AO PODER PÚBLICO?

ACHA QUE AS POLÍTICAS PÚBLICAS ATENDEM TODAS AS LOCALIDADES DA CIDADE? POR QUÊ?

EXISTE UM PLANO OU AGENDA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES OU DE IGUALDADE DE GÊNERO?

A ATUAL SECRETARIA DE MULHERES DO MUNICÍPIO É ESPECIAL OU FIXA?

O QUE ISSO SIGNIFICA EM TERMOS DE CAPACIDADE, AUTONOMIA E ORÇAMENTO?

A AGENDA DA SPM ESTÁ DEFINIDA EM ALGUM PLANO?

HÁ INCLUSÃO DE DEMANDAS VINDAS DA SOCIEDADE OU MOVIMENTOS SOCIAIS? COMO É FEITA?

QUAL O NÍVEL DE ARTICULAÇÃO ENTRE AS OUTRAS SECRETARIAS? HÁ TRANSVERSALIDADE?

QUAL A CAPACIDADE DE “CONSTRANGIMENTO” (ENFORCEMENT) DA SPM EM RELAÇÃO ÀS OUTRAS SECRETARIAS E ESFERAS POLÍTICAS?

O TEMA ESTÁ “GUETIZADO” NA POLÍTICA MUNICIPAL OU HÁ PERMEABILIDADE DO TEMA DA IGUALDADE DE GÊNERO E COMBATE À VIOLÊNCIA NA ESTRUTURA MUNICIPAL?

BLOCO 3: SOBRE A ORGANIZAÇÃO/INSTITUIÇÃO EM QUE ATUA

CONSEGUIRIA DAR UM PANORAMA GERAL DA COMPOSIÇÃO DO CORPO TÉCNICO DA SUA INSTITUIÇÃO? (GÊNERO, RAÇA, LOCALIDADE DE ORIGEM, IDADE, FORMAÇÃO...)

QUAL O PANORAMA GERAL DO PERFIL DAS PESSOAS ASSISTIDAS PELAS AÇÕES/PROJETOS DA SUA INSTITUIÇÃO? (GÊNERO, RAÇA, LOCALIDADE DE ORIGEM, IDADE, FORMAÇÃO...) HÁ ENFOQUE EM ALGUM PÚBLICO ESPECÍFICO?

COMO SÃO CONSTRUÍDAS AS AÇÕES/PROJETOS DE ENFRENTAMENTO NA SUA ORGANIZAÇÃO? (P.EX.: DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES, FORMULAÇÃO, CAPTAÇÃO DE RECURSO, IMPLEMENTAÇÃO...)

HÁ ALGUMA INFLUÊNCIA DA POLÍTICA NACIONAL, LEGISLAÇÕES, AGENDAS INTERNACIONAIS? OU SEGUEM AGENDAS E ESTRATÉGIAS LOCAIS/PERSONALIZADAS?

A ESCOLHA DA REGIÃO DE ATUAÇÃO INFLUENCIA NA CRIAÇÃO/PROPOSIÇÃO DE PROJETOS DA SUA INSTITUIÇÃO? COMO?

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ABORDAGENS DAS AÇÕES/PROJETOS OFERTADOS PELA SUA ORGANIZAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO? (P.EX.: ACOlhIMENTO, JURÍDICO, PSICOLÓGICO, ASSISTÊNCIA, CAPACITAÇÃO...)

QUAIS ABORDAGENS TEM SURTIDO RESULTADOS MAIS SATISFATÓRIOS PARA OS OBJETIVOS DOS PROJETOS?

SENTE QUE HÁ DIFERENÇA ENTRE ABORDAGENS INDIVIDUAIS E COLETIVAS? POR QUÊ?

SENTE QUE HÁ DIFERENÇAS EM AÇÕES/PROJETOS REALIZADAS PRÓXIMO À LOCALIDADE DAS ASSISITIDAS?

QUAIS EQUIPAMENTOS COMPÕEM A REDE NA CIDADE DO RIO HOJE?

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS PORTAS DE ENTRADA DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO RIO? HÁ PORTAS DE SAÍDA?

QUEM SÃO OS AGENTES QUE MAIS ENCAMINHAM VÍTIMAS PARA OS EQUIPAMENTOS/SERVIÇOS DA REDE?

A REDE ESTÁ BEM ARTICULADA? SE NÃO, QUAIS FATORES IMPACTAM NA SUA ARTICULAÇÃO? ALGUM É TERRITORIAL/ESPACIAL?

COMO A DIVISÃO TERRITORIAL DA CIDADE EM ÁREAS DE PLANEJAMENTO AJUDA OU ATRAPALHA NO PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO?

AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO DEVEM ESTAR ATRELADAS AS DE DESENVOLVIMENTO URBANO E PROMOÇÃO DO DIREITO À CIDADE? COMO E PQ?

Apêndice 02 – Questionário semi-estruturado para agentes não-institucionalizados (de fora do Estado)

QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO (ATUAÇÃO FORA DO ESTADO)

ESTA PESQUISA ESTÁ SENDO DESENVOLVIDA E APLICADA PELA MESTRANDA GLAUCY HELLEN HERDY FERREIRA GOMES, REGULARMENTE INSCRITA NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (IPPUR/URFRJ). A PESQUISA ESTÁ APROVADA NO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE (CEP-UFRJ) SOB NÚMERO CAAE 69133323.3.0000.5582, E ESTÁ COMPROMETIDA COM TODOS OS CRITÉRIOS DE ÉTICA, EM ESPECIAL AQUELES ENVOLVENDO A SEGURANÇA DO ANONIMATO, A GARANTIA DA DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO A QUALQUER MOMENTO E A AVALIAÇÃO DE RISCOS E BENEFÍCIOS DE PARTICIPAÇÃO.

A SUA PARTICIPAÇÃO NESTA PESQUISA É DESEJADA, MAS NÃO OBRIGATÓRIA. VOCÊ PODE DESISTIR DA PARTICIPAÇÃO A QUALQUER MOMENTO. NÃO HÁ ENVOLVIMENTO DE RECURSOS FINANCEIRO OU BENEFÍCIOS INDIVIDUAIS PARA PARTICIPAÇÃO. A COLETA DE QUAISQUER DADOS SENSÍVEIS À IDENTIFICAÇÃO DA PARTICIPANTE, SERÃO COLETADOS APENAS PARA FINS DE SISTEMATIZAÇÃO INTERNA DA PESQUISADORA, SEM FINALIDADE DE DIVULGAÇÃO OU MENÇÃO NA PESQUISA. OS DADOS COLETADOS NESTA PESQUISA DESTINAM-SE ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE PARA FINS DE PRODUÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS DA PESQUISADORA, NO ÂMBITO DO PROJETO DE PESQUISA APROVADO PELO CEP-UFRJ. A PESQUISADORA É RESPONSÁVEL POR ARMAZENAR CORRETAMENTE E GARANTIR A SEGURANÇA DOS DADOS COLETADOS.

DÚVIDAS OU INFORMAÇÕES, ENTRE EM CONTATO: GLAUCYHERDY@GMAIL.COM

BLOCO 1: CARACTERIZAÇÃO DA ENTREVISTADA

NOME	FORMAÇÃO	POSIÇÃO/CARGO
------	----------	---------------

CONTE UM POUCO A SUA TRAJETÓRIA RELATIVA AO TRABALHO COM ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

SUA EXPERIÊNCIA (PESSOAL, PROFISISONAL E/OU POLÍTICA) COLABORA PARA SUA ATUAÇÃO HOJE? COMO?

ACHA QUE SUA ORIGEM OU VIVÊNCIA TERRITORIAL TEM IMPACTO NA SUA ATUAÇÃO? COMO?

BLOCO 2: ATUAÇÃO/CONHECIMENTO SOBRE O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

HÁ QUANTO TEMPO ATUA/TRABALHA NO TEMA?

JÁ PASSOU POR OUTRAS INSTITUIÇÕES? QUAIS? (EX.: COLETIVOS, ONGS, PARTIDOS, PODER PÚBLICO, PESQUISA...)

PELA SUA EXPERIÊNCIA, QUAL A PERCEPÇÃO SOBRE O FUNCIONAMENTO DA REDE DE ENFRENTAMENTO DA CIDADE?

TEM CONHECIMENTO DE OUTRAS ORGANIZAÇÕES QUE OFEREÇAM SERVIÇOS COMPLEMENTARES AO PODER PÚBLICO?

ACHA QUE AS POLÍTICAS PÚBLICAS ATENDEM TODAS AS LOCALIDADES DA CIDADE? POR QUÊ?

EXISTE UM PLANO OU AGENDA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES OU DE IGUALDADE DE GÊNERO?

QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO (ATUAÇÃO FORA DO ESTADO)

BLOCO 3: SOBRE A ORGANIZAÇÃO/INSTITUIÇÃO EM QUE ATUA

CONSEGUIRIA DAR UM PANORAMA GERAL DA COMPOSIÇÃO DO CORPO TÉCNICO DA SUA INSTITUIÇÃO?
(GÊNERO, RAÇA, LOCALIDADE DE ORIGEM, IDADE, FORMAÇÃO...)

HÁ PARTICIPAÇÃO DA SUA INSTITUIÇÃO NO ESTADO? (EM INSTÂNCIAS FORMAIS OU INFORMAIS, OU MESMO EM FORMA DE INCIDÊNCIA/PRESSÃO)

QUAL O PANORAMA GERAL DO PERFIL DAS PESSOAS ASSISTIDAS PELAS AÇÕES/PROJETOS DA SUA INSTITUIÇÃO?
(GÊNERO, RAÇA, LOCALIDADE DE ORIGEM, IDADE, FORMAÇÃO...) HÁ ENFOQUE EM ALGUM PÚBLICO ESPECÍFICO?

QUAL A MOTIVAÇÃO PARA INÍCIO DA OFERTA DOS SERVIÇOS/AÇÕES/PROJETOS?

COMO SÃO CONSTRUÍDAS AS AÇÕES/PROJETOS DE ENFRENTAMENTO NA SUA ORGANIZAÇÃO? (P.EX.: DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES, FORMULAÇÃO, CAPTAÇÃO DE RECURSO, IMPLEMENTAÇÃO...)

HÁ ALGUMA INFLUÊNCIA DA POLÍTICA NACIONAL, LEGISLAÇÕES, AGENDAS INTERNACIONAIS? OU SEGUEM AGENDAS E ESTRATÉGIAS LOCAIS/PERSONALIZADAS?

AS AÇÕES/POLÍTICAS OFERTADAS PELA SUA ORGANIZAÇÃO SE DIFERENCIAM DAS OFERECIDAS PELO PODER PÚBLICO? COMO? E POR QUÊ?

A ESCOLHA DA REGIÃO DE ATUAÇÃO INFLUENCIA NA CRIAÇÃO/PROPOSIÇÃO DE PROJETOS DA SUA INSTITUIÇÃO? COMO?

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ABORDAGENS DAS AÇÕES/PROJETOS OFERTADOS PELA SUA ORGANIZAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO? (P.EX.: ACOLHIMENTO, JURÍDICO, PSICOLÓGICO, ASSISTÊNCIA, CAPACITAÇÃO...)

QUAIS ABORDAGENS TEM SURTIDO RESULTADOS MAIS SATISFATÓRIOS PARA OS OBJETIVOS DOS PROJETOS?

SENTE QUE HÁ DIFERENÇA ENTRE ABORDAGENS INDIVIDUAIS E COLETIVAS? POR QUÊ?

SENTE QUE HÁ DIFERENÇAS EM AÇÕES/PROJETOS REALIZADAS PRÓXIMO À LOCALIDADE DAS ASSISTIDAS?

Apêndice 03 – Base de dados do mapeamento de agentes desenvolvida

AGENTE	ANO INICIO	SEDE/PONTO FIXO ENCONTRO - BAIRRO	ZONA	FILIAÇÃO	ÁREA ATUAÇÃO	ESTRUTURA	ENFOQUE ATUAÇÃO	GRUPO ESPECÍFICO
SPM-Rio	2013	Centro	CENTRO	EXECUTIVO MUNICIPAL	MUNICIPAL	OPM	Mulheres - geral	
CODIM	2015	Madureira	NORTE	EXECUTIVO MUNICIPAL	MUNICIPAL	CP	Mulheres - geral	
Mônica Benício	2021	Centro	CENTRO	LEGISLATIVO MUNICIPAL	MUNICIPAL	Poder Legislativo	Mulheres - geral	
Luciana Boiteux	2023	Centro	CENTRO	LEGISLATIVO MUNICIPAL	MUNICIPAL	Poder Legislativo	Grupos minoritários	
Tais Ferreira	2021	Centro	CENTRO	LEGISLATIVO MUNICIPAL	MUNICIPAL	Poder Legislativo	Infância e/ou juventude	
Mônica Cunha	2023	Centro	CENTRO	LEGISLATIVO MUNICIPAL	MUNICIPAL	Poder Legislativo	Grupos locais	Familiares de vítimas
Verônica Costa	2001	Centro	CENTRO	LEGISLATIVO MUNICIPAL	MUNICIPAL	Poder Legislativo	Mulheres - geral	
OAB-Mulher RJ	1980	Centro	CENTRO	ORGANIZAÇÃO DE CLASSE ESTADUAL	ESTADUAL	Entidade de Classe	Mulheres - grupo profissional	
NUDEM RJ	1997	Centro	CENTRO	DEFENSORIA ESTADUAL	ESTADUAL	Defensoria Pública	Mulheres em situação de violência	
CEJUVIDA	2010	Centro	CENTRO	JUDICIÁRIO ESTADUAL	ESTADUAL	Poder Judiciário	Mulheres em situação de violência	
SEM-RJ	2023	Laranjeiras	SUL	EXECUTIVO ESTADUAL	ESTADUAL	OPM	Mulheres - geral	
CEDIM	1987	Centro	CENTRO	EXECUTIVO ESTADUAL	ESTADUAL	CP	Mulheres - geral	
Programa Empoderadas (SEDIH)	2019			EXECUTIVO ESTADUAL	ESTADUAL	Poder Executivo	Mulheres em situação de violência	
CIAM Márcia Lyra (SEM/CEDIM)	2000	Centro	CENTRO	EXECUTIVO ESTADUAL	ESTADUAL	OPM	Mulheres em situação de violência	
CEAM Chiquinha Gonzaga (SPM-Rio)	1997	Centro	CENTRO	EXECUTIVO MUNICIPAL	MUNICIPAL	OPM	Mulheres em situação de violência	
Renata Souza	2018	Centro	CENTRO	LEGISLATIVO ESTADUAL	ESTADUAL	Poder Legislativo	Mulheres - grupo específico	Mulheres negras
Dani Balbi	2022	Centro	CENTRO	LEGISLATIVO ESTADUAL	ESTADUAL	Poder Legislativo	Grupos minoritários	
Martha Rocha	2014	Centro	CENTRO	LEGISLATIVO ESTADUAL	ESTADUAL	Poder Legislativo	Mulheres - geral	
Dani Monteiro	2018	Centro	CENTRO	LEGISLATIVO ESTADUAL	ESTADUAL	Poder Legislativo	Grupos minoritários	
Movimento Olga Benário RJ	2013	Centro	CENTRO	ORGANIZAÇÃO FEMINISTA PARTIDÁRIA	MUNICIPAL	Movimento social	Mulheres em situação de violência	
UBM Carioca	1988			ORGANIZAÇÃO FEMINISTA PARTIDÁRIA	MUNICIPAL	Organização Militante	Mulheres - geral	
Rede ABL	2004			ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	NACIONAL	Organização Militante	Mulheres - geral	
Rede AMB RJ	1994			ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	NACIONAL	Organização Militante	Mulheres - geral	
Rede Feminista de Saúde	1991			ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	NACIONAL	OSCIP	Mulheres - geral	
REDEH	1990	Centro	CENTRO	ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	NACIONAL	OSCIP	Grupos minoritários	
Articuladas	2016			ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	ESTADUAL	Coletivo	Mulheres - geral	
CAMTRA	1997	Centro	CENTRO	ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	MUNICIPAL	OSC	Mulheres - geral	
RENFA	2016			ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	NACIONAL	Organização Militante	Mulheres - geral	
ONG Criola	1992	Centro	CENTRO	ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	NACIONAL	OSCIP	Mulheres - grupo específico	Mulheres negras
Levante Feminista contra o Femicídio RJ	2021			ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	NACIONAL	Movimento Social	Mulheres - geral	
Amazoeira RJ	2017		OESTE	ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	REGIONAL	Entidade de Classe	Mulheres - grupo profissional	
Deixa Ela em Paz	2015			ORGANIZAÇÃO-PLATAFORMA DIGITAL	VIRTUAL	Movimento Social	Mulheres - geral	
Nem presa, nem morta	2018			ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	NACIONAL	Movimento Social	Mulheres - geral	
Piracema	2017	Santa Cruz	OESTE	ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	LOCAL	Coletivo	Grupos locais	
Cabodas	2015	Campo Grande	OESTE	ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	REGIONAL	Coletivo	Grupos locais	
Teia de Solidariedade	2020		OESTE	ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	REGIONAL	Redes Organizacionais	Grupos locais	
Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste	2014	Campo Grande	OESTE	ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	REGIONAL	Movimento Social	Mulheres - grupo específico	Mulheres negras
Coletivo Mulheres Independentes da Providência (MIP)	2019	Gamboa	CENTRO	ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	LOCAL	Organização Comunitária	Mulheres - grupo específico	Mulheres negras
Fação Feminista Cineclube	2017			ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	METROPOLITANO	Coletivo	Mulheres - geral	
Faro Maré	2007	Maré	NORTE	SOCIEDADE CIVIL	LOCAL	OSC	Grupos locais	
FEMNegras RJ	1987			ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	ESTADUAL	Fórum	Mulheres - grupo específico	Mulheres negras
Coletivo Martha Trindade	2016	Santa Cruz	OESTE	ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	LOCAL	Coletivo	Grupos locais	
Instituto Casa das Pretas	1994	Lapa	CENTRO	ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	MUNICIPAL	OSC	Mulheres - grupo específico	Mulheres negras

Associação de Mulheres de Ação e Reação (A.M.A.R.)	1999	Centro	CENTRO	ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	ESTADUAL	Coletivo	Mulheres - geral	
Coletivo Feminista Baque Mulher RJ	2016	Centro	CENTRO	ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	MUNICIPAL	Coletivo	Mulheres - geral	
As MariAmas	2008	Santa Cruz	OESTE	ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	LOCAL	Coletivo	Mulheres - grupo específico	Mulheres negras
Movimento de Mulheres Parque Horácio C. Franco	2003	Benfica	CENTRO	ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	LOCAL	Organização Comunitária	Grupos locais	
MEAA Mulheres em Ação no Alemão	2015	Bonsucesso	NORTE	ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	LOCAL	Organização Comunitária	Mulheres - grupo específico	Mulheres negras
Resistência Lésbica da Maré	2016	Maré	NORTE	ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	LOCAL	Coletivo	Mulheres - grupo específico	Mulheres LBT
Coletivo Mães e Crias na Luta	2016			ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	MUNICIPAL	Coletivo	Mulheres - grupo específico	Mães
Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro	2016	Centro	CENTRO	ORGANIZAÇÃO DE CLASSE ESTADUAL	ESTADUAL	Entidade de Classe	Mulheres - grupo profissional	
Coletivo Mães de Mangueiros	2014	Mangueiros	NORTE	SOCIEDADE CIVIL	LOCAL	Organização Comunitária	Mulheres - grupo específico	Mães
Mães do Hospital de Acari	2014	Acari	NORTE	SOCIEDADE CIVIL	LOCAL	Organização Comunitária	Mulheres - grupo específico	Mães
Grupo Peitamos	1968			ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	LOCAL	Movimento Social	Mulheres - geral	
Casa NEM	2016	Flamengo	SUL	ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	MUNICIPAL	OSC	Grupos minoritários	
Rede de Mulheres Negras Evangélicas	2018			ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA	NACIONAL	Redes Organizacionais	Mulheres - grupo específico	Mulheres evangélicas
Projeto RAABE (IURD)	2011			ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA	NACIONAL	OSC	Mulheres - geral	
Mapa do Acolhimento	2016			ORGANIZAÇÃO-PLATAFORMA DIGITAL	NACIONAL	OSCIP	Mulheres em situação de violência	
Justiceiras	2020			ORGANIZAÇÃO-PLATAFORMA DIGITAL	NACIONAL	OSCIP	Mulheres em situação de violência	
Serenas	2021			ORGANIZAÇÃO-PLATAFORMA DIGITAL	NACIONAL	OSCIP	Empresas e/ou Instituições	
#AgoraÉQueSãoElas	2016			ORGANIZAÇÃO-PLATAFORMA DIGITAL	NACIONAL	OSCIP	Mulheres - geral	
Nós Seguras	2020			ORGANIZAÇÃO-PLATAFORMA DIGITAL	NACIONAL	Coletivo	Mulheres em situação de violência	
Escuta Ética	2020			ORGANIZAÇÃO-PLATAFORMA DIGITAL	NACIONAL	Coletivo	Mulheres em situação de violência	
REDE Mulher (PMERJ)	2022			ORGANIZAÇÃO-PLATAFORMA DIGITAL	ESTADUAL	Segurança Pública	Mulheres em situação de violência	
Gênero e Número	2016			ORGANIZAÇÃO-PLATAFORMA DIGITAL	NACIONAL	OSCIP	Mulheres - geral	
Universidade Livre Feminista Antirracista (ULFA)	2022			ORGANIZAÇÃO-PLATAFORMA DIGITAL	NACIONAL	Redes Organizacionais	Mulheres - geral	
CEPIA	1990	Glória	SUL	INSTITUTO DE PESQUISA ONG	NACIONAL	OSCIP	Mulheres - geral	
NEPP (DH/UFRJ)	2006	Urca	SUL	INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA PÚBLICO	MUNICIPAL	Grupo de Pesquisa	Grupos minoritários	
NUDEG (ICS/UERJ)	2006	Maracanã	SUL	INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA PÚBLICO	NACIONAL	Grupo de Pesquisa	Mulheres - geral	
NUGEP (IPPUR/UFRJ)	2019	UFRJ - Fundação	NORTE	INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA PÚBLICO	MUNICIPAL	Grupo de Pesquisa	Mulheres - geral	
NESEG (PPGSA/UFRJ)	2004	Centro	CENTRO	INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA PÚBLICO	NACIONAL	Grupo de Pesquisa	Mulheres - geral	
NuEFem (IE/UFRJ)	2020	Urca	SUL	INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA PÚBLICO	NACIONAL	Grupo de Pesquisa	Mulheres - geral	
Grupo Pesquisa e Extensão Prevenção à Violência Sexual (ESS/UFRJ)	2000	Urca	SUL	INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA PÚBLICO	MUNICIPAL	Grupo de Pesquisa	Mulheres em situação de violência	
LABÁ (FND/UFRJ)	2018	Centro	CENTRO	INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA PÚBLICO	NACIONAL	Grupo de Pesquisa	Coletivos e organizações	
NIDH (FND/UFRJ)		Centro	CENTRO	INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA PÚBLICO	INTERNACIONAL	Grupo de Pesquisa	Grupos minoritários	
NEDH - NIAC Mulheres da Maré (UFRJ)	2011	UFRJ - Fundação	NORTE	INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA PÚBLICO	LOCAL	Extensão Universitária	Grupos minoritários	
LABFeminista (PACC/UFRJ)	2020	UFRJ - Fundação	NORTE	INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA PÚBLICO	MUNICIPAL	Grupo de Pesquisa	Mulheres - geral	
Promotoras Legais Populares (FND/UFRJ)	2016	Centro	CENTRO	INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA PÚBLICO	MUNICIPAL	Extensão Universitária	Mulheres em situação de violência	
Projeto Menina Moça Mulher (Instituto Carlos Chagas)	2022	Centro	CENTRO	INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA PRIVADO	MUNICIPAL	Extensão Universitária	Mulheres em situação de violência	
IDI - Instituto Direitos e Igualdade	2017			INSTITUTO DE PESQUISA ONG	NACIONAL	OSC	Grupos minoritários	
Associação de Moradores e Amigos da Vila Mimosa	1987	Praça da Bandeira	CENTRO	SOCIEDADE CIVIL	LOCAL	Organização Comunitária	Grupos locais	
Espaço Casa Viva - Rede CCAP	2003	Mangueiros	NORTE	SOCIEDADE CIVIL	LOCAL	OSC	Grupos locais	
Fórum Social de Mangueiros	2007	Mangueiros	NORTE	SOCIEDADE CIVIL	LOCAL	Fórum	Grupos locais	
Fórum Mulher (UFRJ)	2019	Urca	SUL	INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA PÚBLICO	LOCAL	Fórum	Mulheres - grupo profissional	
Casa Fluminense	2013	Centro	CENTRO	SOCIEDADE CIVIL	METROPOLITANO	OSCIP	Coletivos e organizações	
Instituto Ayó	2021	Gambôa	CENTRO	SOCIEDADE CIVIL	LOCAL	Organização Comunitária	Mulheres - grupo específico	Mulheres negras
Instituto Equit	2003	Centro	CENTRO	INSTITUTO DE PESQUISA ONG	NACIONAL	OSCIP	Mulheres - geral	

ELAS+	2001	Botafoogo	SUL	FUNDO SOCIAL	NACIONAL	OSCIPI	Coletivos e organizações feministas	
ONG FASE	1961	Botafoogo	SUL	SOCIEDADE CIVIL	NACIONAL	OSCIPI	Coletivos e organizações	
Instituto PACS	1986	Centro	CENTRO	SOCIEDADE CIVIL	INTERNACIONAL	OSCIPI	Coletivos e organizações	
Redes da Maré	1997	Maré	NORTE	SOCIEDADE CIVIL	LOCAL	OSCIPI	Grupos locais	
Perifa Connection	2016			SOCIEDADE CIVIL	NACIONAL	Organização Comunitária	Grupos locais	
Banco da Providência	1959	Lapa	CENTRO	PROJETO SOCIAL	MUNICIPAL	OSCIPI	Grupos minoritários	
Rede Jubileu Sul	1998			REDE ORGANIZACIONAL	INTERNACIONAL	Redes Organizacionais	Coletivos e organizações	
Rede Comuá - Filantropia feminista	2012			REDE ORGANIZACIONAL	NACIONAL	Redes Organizacionais	Coletivos e organizações feministas	
Instituto Marielle Franco	2019			SOCIEDADE CIVIL	NACIONAL	OSCIPI	Empresas e/ou Instituições	
Instituto Nova Travessia	2002	Vila Isabel	SUL	SOCIEDADE CIVIL	LOCAL	Organização Comunitária	Grupos locais	
Instituto AVON	2003			ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL	NACIONAL	OSCIPI	Mulheres - geral	
Coalizão Empresarial pelo Fim da Violência contra Mulheres e Meninas	2019			ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL	NACIONAL	Redes Organizacionais	Empresas e/ou Instituições	
Grupo Mulheres do Brasil - Núcleo Rio de Janeiro	2018			ORGANIZAÇÃO FEMINISTA SUPRAPARTIDÁRIA	NACIONAL	OSCIPI	Mulheres - geral	
Feminicidade	2016			ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	MUNICIPAL	Coletivo	Mulheres - geral	
Rede A Ponte	2020			REDE ORGANIZACIONAL	NACIONAL	Redes Organizacionais	Mulheres - grupo específico	Mulheres políticas
Instituto Superação da Violência Doméstica (SVD)	2017			SOCIEDADE CIVIL	MUNICIPAL	OSC	Mulheres em situação de violência	
Dossiê Mulher (ISP-RJ)	2006	Centro	CENTRO	EXECUTIVO ESTADUAL	ESTADUAL	Segurança Pública	Mulheres - geral	
O Poder do Batom Vermelho	2022	Recreio dos Bandeirantes	OESTE	ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL	NACIONAL	Empresa	Mulheres - geral	
Ronda Maria da Penha (GM-Rio)	2021			EXECUTIVO MUNICIPAL	MUNICIPAL	Segurança Pública	Mulheres em situação de violência	
Mulheres de Pedra	2001	Pedra de Guaratiba	OESTE	ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	REGIONAL	Coletivo	Mulheres - grupo específico	Mulheres negras
Anjos da Tia Stellinha	2013	Grajaú	SUL	SOCIEDADE CIVIL	REGIONAL	OSC	Grupos locais	
Militiva	2016	Zona Oeste	OESTE	ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	REGIONAL	Coletivo	Grupos locais	
Centro de Cidadania Vida Nova (CCVD)	2013	Vila da Penha	NORTE	ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA	REGIONAL	OSC	Grupos locais	
Instituto Entre o Céu e a Favela	2011	Morro da Providência	CENTRO	SOCIEDADE CIVIL	REGIONAL	OSC	Grupos locais	
Resistência Feminista Rio	2020			ORGANIZAÇÃO FEMINISTA PARTIDÁRIA	ESTADUAL	Organização Militante	Mulheres - geral	
Marcha Mundial das Mulheres - RJ	2008	Centro	CENTRO	ORGANIZAÇÃO FEMINISTA PARTIDÁRIA	ESTADUAL	Movimento Social	Mulheres - geral	
DGPAM RJ (SEPOL/PCERJ)	1985	Centro	CENTRO	EXECUTIVO ESTADUAL	ESTADUAL	Segurança Pública	Mulheres em situação de violência	
Mariéllas	2020	Maré	NORTE	ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	LOCAL	Coletivo	Mulheres - geral	
Instituto Social Mulheres de Favela em ReAção	2021	Rocha Miranda	NORTE	ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	LOCAL	OSC	Mulheres - grupo específico	Mulheres de favelas e egressas
Espaço Casulo	2016	Maré	NORTE	ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	LOCAL	Coletivo	Mulheres - grupo específico	Mulheres negras e faveladas
ONG Pra Elias	2019	Maré	NORTE	ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	LOCAL	Coletivo	Mulheres - geral	
Frente Mulheres com Deficiência	2021			ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	NACIONAL	Coletivo	Mulheres - grupo específico	Mulheres com deficiência
Coletes Rosas	2018			ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	REGIONAL	Coletivo	Mulheres - geral	
Todas por Todas	2016	Centro	CENTRO	ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	LOCAL	Coletivo	Mulheres em situação de violência	
Instituto Alzirás	2017			ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	NACIONAL	OSCIPI	Mulheres - geral	
Mulheres Negras Decidem	2018			ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	NACIONAL	OSCIPI	Mulheres - grupo específico	Mulheres negras
COEM (TJERJ)	2017	Centro	CENTRO	JUDICIÁRIO ESTADUAL	ESTADUAL	Poder Judiciário	Mulheres em situação de violência	
Rede de Apoio às Mulheres da Maré (RAMM)	2020	Maré	NORTE	SOCIEDADE CIVIL	LOCAL	Fórum	Mulheres em situação de violência	
Grupo de Apoio à Mulher (GRAM)	2011			ORGANIZAÇÃO FEMINISTA APARTIDÁRIA	MUNICIPAL	OSC	Mulheres em situação de violência	